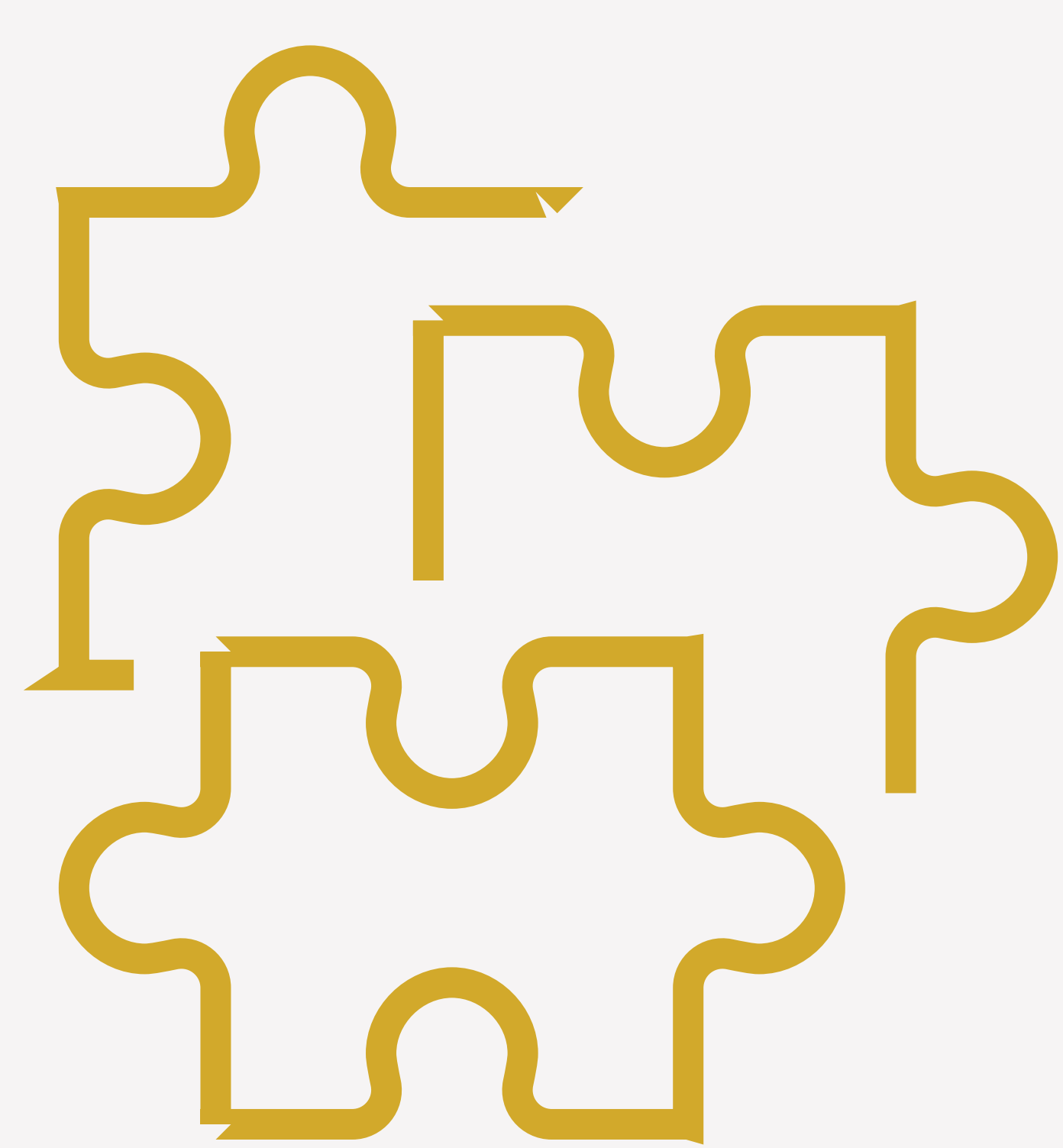


Estratégias Sociopolíticas e Experiências para o Planejamento do Lazer

Shaiane Vargas da Silveira (Org.)

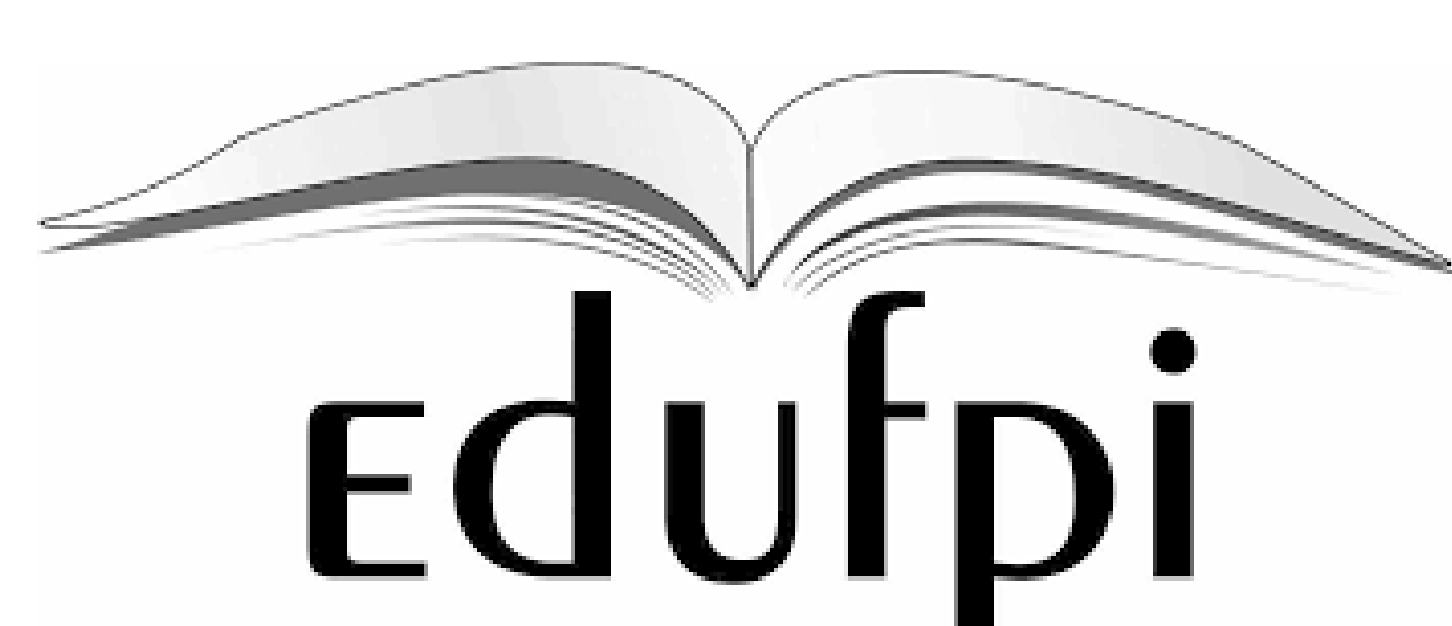


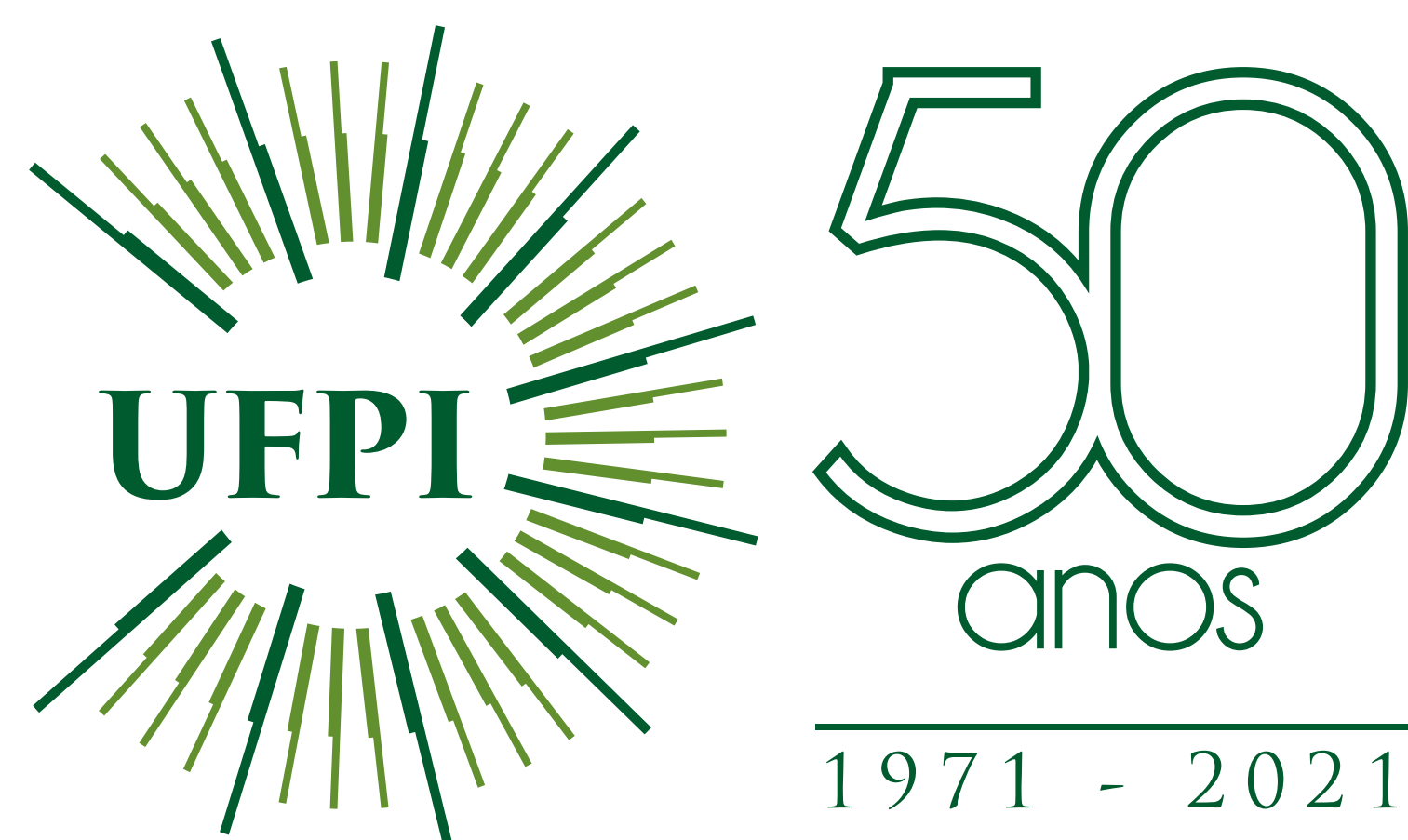


ESTRATÉGIAS SOCIOPOLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS PARA O PLANEJAMENTO DO LAZER

Coletânea Contemplar, 1

Shaiane Vargas da Silveira (org.)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social

Fenelon Martins da Rocha Neto

Diretor

Cleber de Deus Pereira da Silva

EDUFPI - Conselho Editorial

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

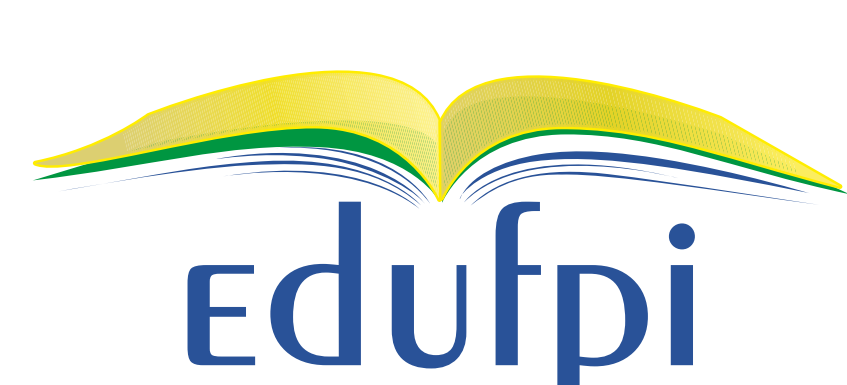
Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

Todos os Direitos Reservados

Capa

Maria Joana Alves Pereira

Projeto gráfico e Diagramação

Larissa Militão Rodrigues

Revisão

Adriana Olival Costa

Preparação dos Originais

Ana Laís Silva Farias

Tradução

Ícaro Silveira Lima

Financiamento

Conselho Nacional
de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

E822 Estratégias sociopolíticas e experiências para o planejamento do lazer [recurso eletrônico] / organizado por Shaiane Vargas da Silveira.-- Teresina: EDUFPI, 2022.
191 p.: il.: color. 1 e-Book. – (Coletânea contemplar,1)

Livro Digital em formato PDF.

Realização do Núcleo de Pesquisas "CONTEMPLAR", Coletivo

Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer.

Tradução da Apresentação: Ícaro Silveira Lima.

ISBN: 978-65-5904-152-7

1. Lazer. 2. Lazer - Políticas Públicas. 2. CONTEMPLAR. I. Silveira, Shaiane Vargas da (org.). II. Título.

CDD 306.48

FICHA CATALOGRÁFICA

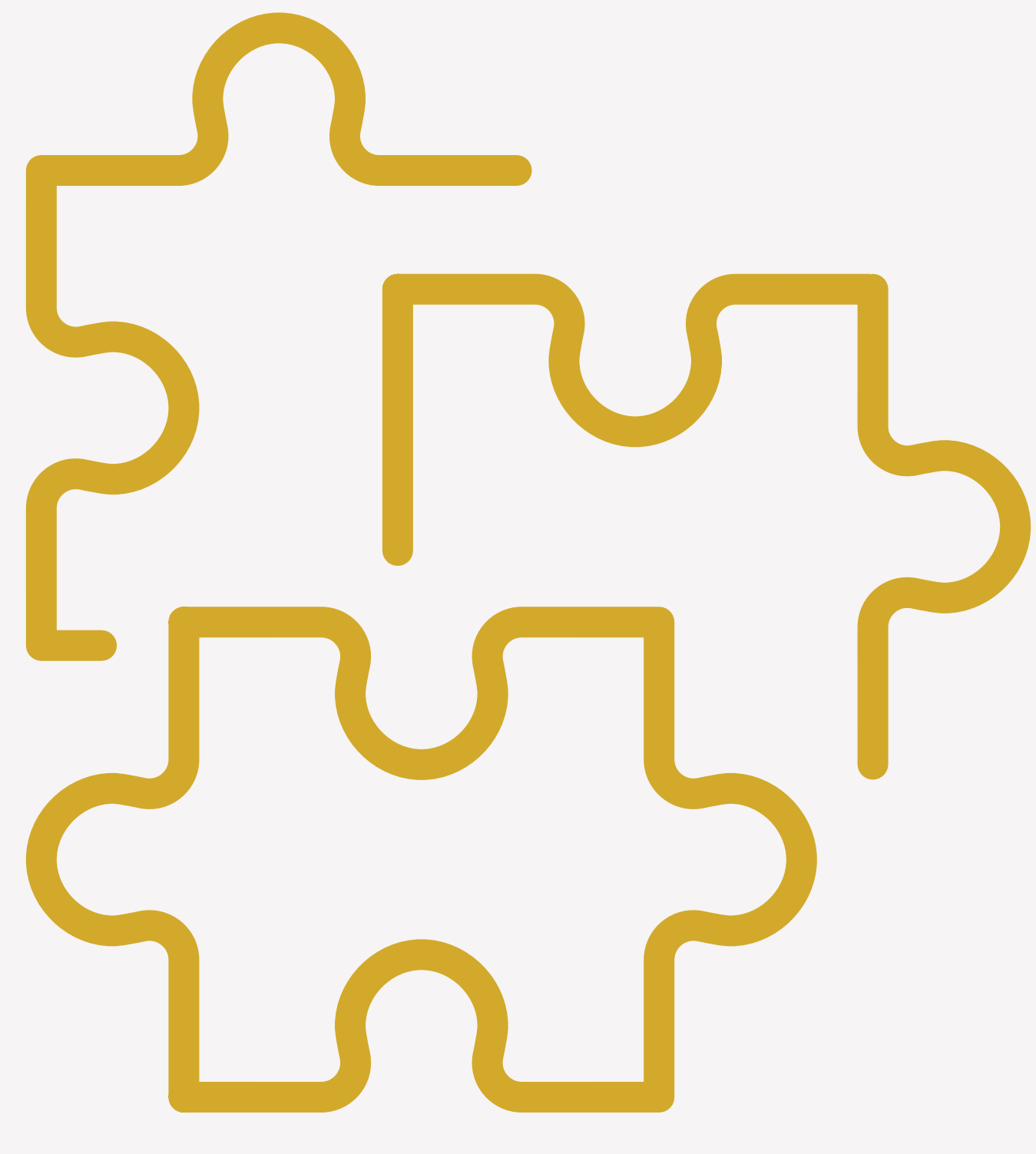
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Biblioteca Professor Cândido Athayde

Serviço de Processos Técnicos

Bibliotecária Responsável:

Márcia de Arêa Leão Oliveira - CRB3/1003



ESTRATÉGIAS SOCIOPOLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS PARA O PLANEJAMENTO DO LAZER

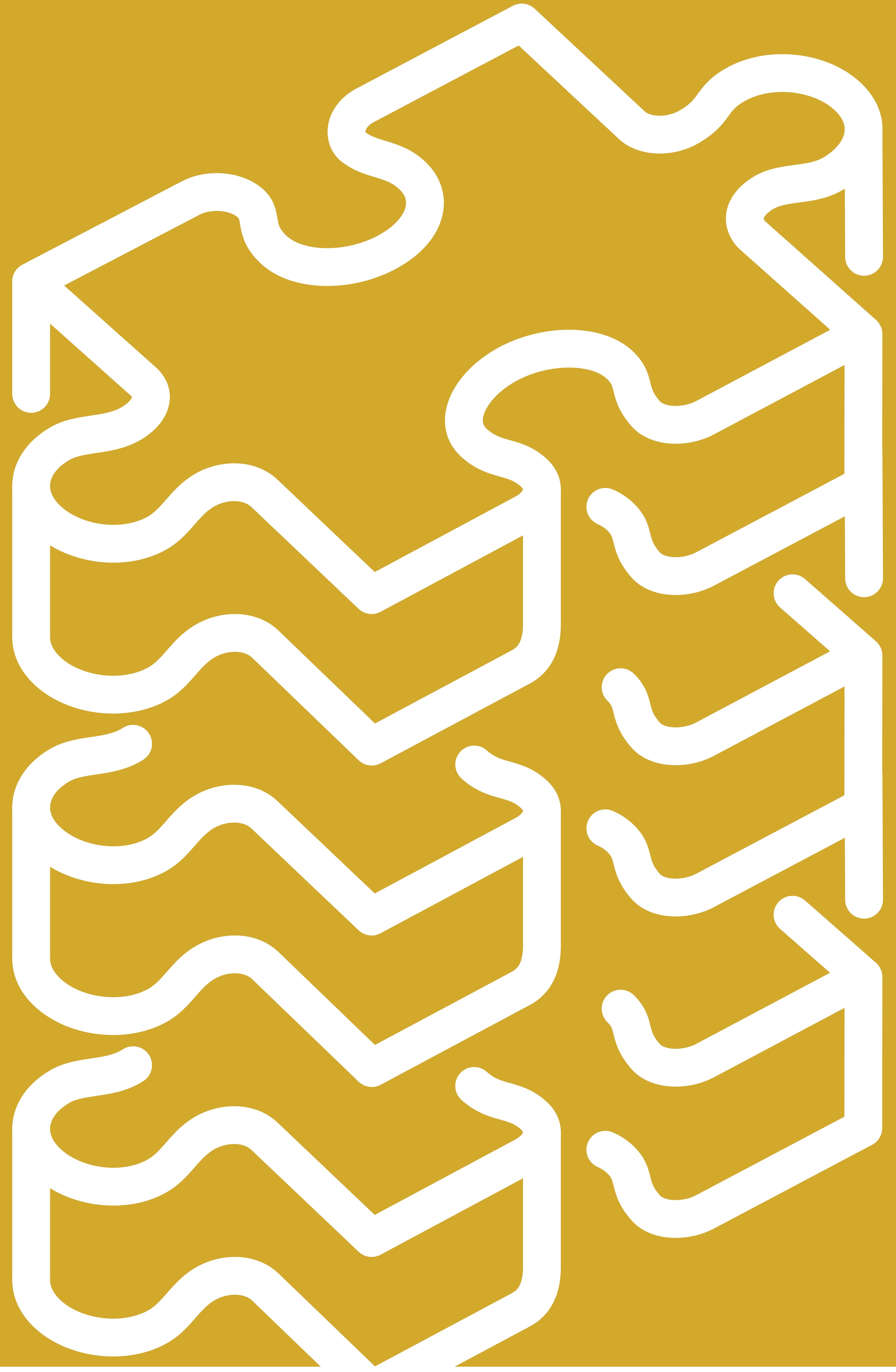
Coletânea Contemplar, 1

Shaiane Vargas da Silveira (org.)

2022



SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO
A organizadora

08

PRESENTATION
A organizadora

12

PARTE I	
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	16
“Ludoteca Contemplar no Bairro”: Uma Proposta de Cidadania e Extensão Universitária.	17
<i>Shaiane Vargas da Silveira. Ana Patrícia dos Santos de Carvalho. Leonardo Farias da Silva. Macicléia Lima de Siqueira. Tatiele Katluryn Nascimento Leal.</i>	
Projeto Olindarte – Educação Patrimonial Revelando a Cultura e a Arte de Viver em Olinda.	43
<i>Diomedes de Oliveira Neto. Sofia Araujo de Oliveira. Diógenes Meira Gabriel da Silva.</i>	
Feiras Solidárias na Perspectiva do Lazer e da Qualidade De Vida.	61
<i>Simone Cristina Putrick. Maria Majaci Moura Silva</i>	
Ludicidade, Voluntariado e Reciclagem Como Formas de Superação do Isolamento Social Durante a Pandemia de Covid-19.	72
<i>Ana Laís Silva Farias. Roberta Larissa da Silva Carvalho Amorim. Yonara da Silva Ferreira.</i>	
PARTE II	
RELATOS DE PESQUISAS	84
“Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer”: Reflexão Sobre o Lazer em um Empreendimento Habitacional Popular Urbano.”	85
<i>Shaiane Vargas da Silveira. Maria dos Remédios Andrade Pereira.</i>	
Políticas Públicas de Lazer Para Idosos No Município De Teresina/PI: Análise do Programa “Natação e Hidroginástica na Terceira Idade”, desde sua Implantação até aos Dias Atuais.	101
<i>Patrícia Cristina Carvalho Freitas. Shaiane Vargas da Silveira</i>	
Da Semiótica de Lotman ao Lazer dos Jovens.	122
<i>Maria Joana Alves Pereira (Alves Pereira. M.J.)</i>	

Panorama da Produção sobre Políticas Públicas de Lazer em Periódicos de Turismo no Brasil.	140
<i>Leonardo Farias da Silva. Shaiane Vargas da Silveira. Solano de Souza Braga</i>	
Grupos de Pesquisa e Produção Acadêmica Sobre Avaliação de Políticas Públicas de Lazer na Região Nordeste/Brasil.	
<i>Shaiane Vargas da Silveira. José Augusto do Nascimento Gomes Junior. Alysson Victor Monção Bezerra. Yonara da Silva Ferreira.</i>	168
A ORGANIZADORA	187
OS AUTORES	188



APRESENTAÇÃO

A coletânea “Estratégias Sociopolíticas e Experiências para o Planejamento do Lazer” foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Chamada Universal nº 28/2018), no âmbito da Pesquisa “Sistema de Indicadores para Políticas Públicas de Lazer” e compreende um importante marco da evolução do Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR, pois traz um compilado de ações e estudos que fortalecem e sedimentam o Grupo de Pesquisa no campo dos estudos do lazer. É por esta razão que, antes de apresentar o conteúdo da obra, é fundamental apresentar o Coletivo, sua trajetória histórica, conquistas e perspectivas futuras.

O Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR compreende um grupo de pesquisa cuja denominação foi inspirada na consideração do Lazer como categoria indispensável no conjunto de necessidades humanas da sociedade. A atenção ao lazer se reverte assim na atenção ao que é essencial para o bem-estar de homens e mulheres, de diferentes gerações, classes sociais e outros atributos que nos diferenciam ou congregam.

As linhas de pesquisa que configuram a atuação do Grupo de Pesquisa são: Políticas públicas e Movimentos Sociais em Lazer; Ócio, Bem-estar e Desenvolvimento Humano; Inovação, Criatividade e Tecnologias de Entretenimento e Lazer e Territórios, Espaços e Lugares de Lazer.

Na linha “Políticas Públicas e Movimentos Sociais em Lazer” se desenvolve a Pesquisa “Sistema de Indicadores para Políticas Públicas de Lazer”, que desde 2017 contabiliza a participação de docente, bolsistas e voluntários de Iniciação Científica e mestrados de Programas de Pós-graduação. É justo nesse enfoque, das políticas públicas e movimentos sociais em atenção ao lazer, que surgiu a ideia da publicação do livro “Estratégias Sociopolíticas e Experiências para o Planejamento do Lazer” onde será apresentada uma série de vivências práticas e acadêmicas, capazes de fornecer diretrizes para o planejamento do lazer, em especial na esfera municipal.

A reflexão que o livro provoca tem embasamento naquilo que Boaventura de Sousa Santos defende, na obra “Pela Mão de Alice: O Social e o Político, na Pós-modernidade”, sobre a ideia moderna de que as minirrationalidades do mundo atual estão a serviço de uma irrationalidade global, que é inabarcável e incontrolável. Para uma nova política precisamos reinventar as minirrationalidades e com isso incentivar que elas sejam totalidades presentes em múltiplas partes ao invés de simples partes de um todo. Essa lógica nos leva a uma possível pós-modernidade de resistência, como enfatiza o autor, e tem consonância com aquilo que nossos textos propõem, que é discutir sobre diferentes estratégias de combater localmente a irrationalidade global.

A primeira sessão de artigos foi estruturada como relatos de experiência, nos quais teremos a satisfação de compartilhar com o leitor uma grande parcela da ação extensionista do Grupo, que se constitui como característica fixa do CONTEMPLAR pois um dos intuitos da extensão universitária é de aproximar os acadêmicos da realidade ao qual eles estudam. Como o lazer se manifesta na realidade e cotidiano de cada um, torna-se imprescindível essa aproximação entre a teoria e a prática. O primeiro artigo da sessão “Relato de Experiências” tem como título “Ludoteca Contemplar no Bairro: uma proposta de cidadania e extensão universitária” e foi elaborado a partir dos registros e vivências dos autores na execução de um projeto de extensão na cidade de Parnaíba/PI.

O segundo artigo nos desloca para a cidade Olinda/PE e faz a narrativa de um projeto de educação patrimonial numa das cidades mais acolhedoras para o ócio e lazer criativo. “Projeto Olindarte – educação patrimonial revelando a cultura e a arte de viver em Olinda” é o capítulo de autoria de dois colaboradores e uma pesquisadora do CONTEMPLAR que abre nossas perspectivas a novas didáticas com apoio da ludicidade.

“As Feiras solidárias na perspectiva do lazer e da qualidade de vida” compreende nosso quarto capítulo da Sessão Relato de Experiências, cuja preocupação das pesquisadoras vinculadas ao CONTEMPLAR revela o valor da realização sistemática da Feira Laços de Cidadania, no âmbito da economia solidária e da geração de oportunidade de lazer para as comunidades participantes.

O último capítulo dessa Sessão, denominado “Relato de experiência: ludicidade, voluntariado e reciclagem como formas de superação do isolamento social durante a pandemia de covid 19” foi desenvolvido com base na vivência recente de voluntárias do “Projeto de Extensão Ludoteca Contemplar no Bairro” e registra as estratégias utilizadas para que a ação extensionista fosse continuada, mesmo com as restrições do trabalho presencial.

Após os relatos de experiências apresentados, o livro “Estratégias Sociopolíticas e Experiências para o Planejamento do Lazer” segue com cinco artigos que atualizam nossos leitores sobre as pesquisas concluídas ou que estão em andamento pelo Grupo de Pesquisa CONTEMPLAR.

O capítulo 01 da sessão “Relatos de Pesquisa”, compreende o artigo “Minha Casa, Minha Vida...Meu Lazer”: Reflexão Sobre O Lazer Em Um Empreendimento Habitacional Popular Urbano” que originalmente foi publicado na Revista RBEL, em 2017.

“Políticas Públicas de Lazer Para Idosos no Município de Teresina/PI: Análise do Programa ‘Natação e Hidroginástica na Terceira Idade’, desde sua implantação até aos dias atuais” é o segundo capítulo, originário da Dissertação de Mestrado em Gestão Pública, concluído em 2020, pela autora principal.

Em contraponto ao estudo da população idosa, teremos no terceiro capítulo um estudo com foco na população jovem, demonstrando assim como as estratégias de planejamento do lazer surgem de contextos diversos, mas tem o mesmo grau de necessidade de estudos. “Da semiótica de Lotman ao lazer dos jovens” apresenta um estudo de nossa pesquisadora lusitana, que nos permite chegar mais perto de compreender as subjetivações deste grupo de indivíduos.

O Capítulo 4, com o título “Panorama da Produção Sobre Políticas Públicas de Lazer em Periódicos de Turismo no Brasil” atualiza a classe acadêmica quanto à difusão de conhecimento, estruturando uma análise que evidenciou a carência de estudos ou publicações sobre políticas públicas de lazer no período estudado.

Encerra a Sessão de Relatos de Pesquisa, o Capítulo 5, intitulado “Grupos de Pesquisa e Produção Acadêmica Sobre Avaliação de Políticas Públicas de Lazer na Região Nordeste/Brasil” cujos resultados correspondem aos achados parciais da Pesquisa Sistema de Indicadores para Políticas Públicas de Lazer.

Concluimos a coletânea “Estratégias Sociopolíticas e Experiências para o Planejamento do Lazer” com esse apanhado de contribuições, do Grupo de Pesquisa CONTEMPLAR, que evidenciam diferentes estratégias de atuação sociopolítica de atores motivados pela ação extensionista ou pesquisa científica em prol do planejamento do lazer, enquanto direito social e necessidade humana no campo das políticas públicas.

Shaiane Vargas da Silveira

Organizadora



PRESENTATION

The selection “Sociopolitics Strategies and Experiences for Leisure Planning” was financed by National Council of Technological and Scientific Development - CNPq (Calling nº 28/2018), in the extent of the “Indicators System for Public Policies Of Leisure” and comprehends an important mark in the evolution of NorthEast Collective of Attention to Free Time and Leisure - CONTEMPLAR, for it brings an compiled of actions and studies that strengthen and sediment the Research Group in the leisure study field. For that reason, before presenting the book’s content, it is fundamental to present the Collective, it’s historic trajectory, achievements and future perspectives.

The NorthEast Collective of Attention to Free Time and Leisure-CONTEMPLAR comprehends a research group whose denomination was inspired by the consideration of Leisure as an indispensable category in the society’s conjunct of human necessities. The attention to leisure translates into the attention to what is essential for the well-being of men and women, from different generations, social status and other characteristics that differentiate or congregate us.

The research lines that configure the Research Group performance are: Public policies and Social Movements in Leisure; Idleness, Well-Being and Human Development; Innovation, Creativity, Leisure and Entertainment Technologies and Leisure’s Territories, Spaces and Places.

The theme of “Public Policies and Social Movements in Leisure”, develops into a research on “Indicators System for Public Policies Of Leisure”, which, since 2017, accounts the participation of lecturers, scholarship pupils, volunteers of Scientific Initiation and master students from post-graduation programs. Focusing on public policies and social movements in leisure came the idea of publishing the book “Sociopolitics Strategies and Experiences for Leisure Planning” that will present a series of practical and academic livings, capable of giving guidelines for the planning of leisure, especially in the municipal atmosphere.

The reflection provoked by the book has theoretical basis on what Boaventura de Sousa Santos defends, on his book “Through Alice’s Hand: The Social and Political in the Post-modernity”, about the modern idea that mini rationalities of the current world are in service of a global, uncontrollable and unavoidable irrationality. To bring a new politic we need to reinvent the mini rationalities and encourage them to be totalities existing in multiple parts in comparison to simple parts of a totality. This logic takes us to a possible post-modernity of resistance, as the author says, and has proximity to what our researches propose, which is to discuss different strategies to locally combat the global irrationality. The first session of articles was structured as reports of experience, in which we’ll have the satisfaction of sharing with the reader a great portion of the Group’s extensionist action, that constitutes as a fixed

characteristic of CONTEMPLAR because of the university's extension purpose of pushing academicians closer to the reality of their studies. For the leisure manifesting in the reality and the day-to-day of each one of us, it becomes essential to bring closer theory and practicality.

The first article of the Reports of Experience Session has the title: "CONTEMPLAR's District Playroom: a proposal of citizenship and university extension" and was elaborated based on the data e experiences of the authors in the execution of a extension project in the city of Parnaíba/PI. The second article takes us to the city of Olinda/PE e narrates a project of patrimonial education in one of the most welcoming cities in a sense of creative leisure. "Olindarte Project - patrimonial education revealing the culture and art of living in Olinda" is the chapter written by CONTEMPLAR's two collaborators and one researcher and opens our perspectives to new didactics with the support of playfulness.

"The Solidarity Fairs in the Perspective of Leisure and Life Quality" comprehends our fourth chapter of Reports of Experience Session, whose CONTEMPLAR's researchers preoccupation reveals the value of making a systematic Fair of Citizenship Bonds, in the sphere of solidarity economy and generating opportunity of leisure to the participating communities.

The last chapter of this Session, called "Report of Experience: playfulness, volunteering and recycling as ways of overcoming the social isolation during the Covid-19 pandemic" was developed based on the recent living of volunteers of the "CONTEMPLAR's District Playroom Extension Project" and registers the strategies done to keep the extension action working, even with the restrictions of social distancing.

After the experience reports presented, the book "Sociopolitics Strategies and Experiences for Leisure Planning" follows with five articles that update the reader on our concluded research or the ones that are still ongoing with the CONTEMPLAR's Study Group.

The first chapter of the Report of Experience Session comprehends the article "My House, My Life... My Leisure: Thoughts on the Leisure in an Urban Popular Housing Enterprise" originally published on RBEL magazine (2017).

"Public Leisure Policies for Eldery in the County of Teresina/PI: Analysis of the 'Swimming and Water Aerobics for the Eldery Program', since its creation until current days" is the name of the second chapter, original from the Masters Dissertation on Public Management, concluded in 2020 by the main author.

In counterpoint with the study on the elderly population, we have on the third chapter a study focusing on the young population, demonstrating how the leisure planning strategies come from diverse contexts, but have the same importance. "From Lotman's Semiotic to the Leisure

of the Youth ” presents a study of our portuguese researcher, which allows us to come closer to comprehend the subjectivations of this group of individuals.

In chapter 4, titled “Panorama on the Leisure Public Policies Production at Tourism Periodicals in Brazil” updates the academic class about the diffusion of knowledgement, structuring an analysis that shows lack of studies or publications about leisure public policies during the period observed.

The Experience Reports Sessions is enclosed in chapter 5, titled “Research Groups and Academic Production on Evaluation of Leisure Public Policies in Brazil’s NorthEast Region” which results correspond to those found on the “Indicators System for Public Policies Of Leisure” research.

The selection “Sociopolitics Strategies and Experiences for Leisure Planning” is concluded with this summary of contributors, from the Research Group CONTEMPLAR, that shows different strategies of socio political actions of actors motivated by the extensionist action or the scientific research based on the leisure planning as a social right and human necessity at the public policies field.

Shaiane Vargas da Silveira

Organizadora

Ícaro Silveira Lima

Tradução

PARTE

1

RELATOS DE EXPERIÊNCIA



“LUDOTECA CONTEMPLAR NO BAIRRO”

UMA PROPOSTA DE CIDADANIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Shaiane Vargas da Silveira

Ana Patrícia dos Santos de Carvalho

Leonardo Farias da Silva

Macicléia Lima de Siqueira

Tatiele Katluryn Nascimento Leal

1. APRESENTAÇÃO

Adotando a perspectiva de que novos e saudáveis contextos sociais devem ser estimulados para o desenvolvimento de um turismo benéfico a todos, o Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí aprovou, em 2015, um projeto de extensão universitária que contribui na formação lúdica de crianças e adolescentes que moram na periferia, especificamente em conjunto habitacional popular, que faz parte do Programa Nacional denominado “Minha Casa, Minha Vida”. Com vários desdobramentos desde a sua implantação, o projeto de extensão realiza uma proposta de cidadania e formação lúdica por meio da oferta de uma ludoteca móvel com empréstimo de variados jogos (i), da divulgação de uma cartilha de formação de jovens monitores de lazer (ii) e de um monitoramento dos possíveis espaços comunitários de lazer, que constituem áreas verdes e institucionais sem uso previsto no projeto habitacional.

Para o Coletivo, compreender o lazer como uma necessidade básica e coletiva permite visualizar o alcance de suas políticas públicas no enfrentamento do mercado, do consumo e da alienação e como resposta à problemática social, uma vez que o lazer além de constar como direito constitucional, consta como direito no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, no Estatuto da Igualdade e Diversidade e no Estatuto das Cidades. Pensar o contrário seria reduzir o lazer a uma necessidade individual, subjetiva e relativa, cuja satisfação é dada pelo mercado ou por políticas microssociais que não correspondem

ao mesmo patamar da conquista coletiva dos trabalhadores frente aos direitos humanos e trabalhistas que garantiram o acesso ao tempo livre. Assim, a reflexão sobre a importância do lazer como condutor do desenvolvimento humano é o objetivo deste capítulo que apresenta um relato de experiência, cuja pesquisa descritiva utilizou-se do estudo de caso como procedimento metodológico. O objeto do estudo é o “Projeto de Extensão Universitária Ludoteca Contemplar no Bairro”, do curso Bacharelado em Turismo, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, localizada na cidade turística de Parnaíba, Estado do Piauí, Brasil. O recorte temporal inclui o período de 2018 a 2019.

Como experiência extensionista é importante ressaltar que um dos intuitos da extensão universitária é de aproximar os acadêmicos da realidade ao qual eles estudam, ou seja, cada curso deve cumprir seu papel e dar um retorno à sociedade. “No que se refere à relação extensão e ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social” (Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária [Forproext], 2012, p. 18).

Para concretizar os anseios da extensão universitária, as ações de extensão viabilizadas no âmbito do “Projeto Ludoteca Contemplar no Bairro”, tem como objetivo geral promover a vivência plena do indivíduo a partir do lazer como experiência completa e com sentido, colaborando na autoestima dos moradores que vivem em situação próxima de vulnerabilidade social. Para tanto o projeto prevê o alcance dos seguintes objetivos específicos: a) Desenvolver atividades planejadas para ocupação do tempo livre para crianças, adolescentes e jovens; b) Avaliar, planejar e criar novos conceitos de espaços de lazer comunitário; e c) Treinar Jovens Monitores para o Lazer e Cidadania.

O relato de experiência que se desenvolve aqui pretende abordar os objetivos do Projeto de Extensão e suas ações, num processo que implica, além da socialização da experiência, o monitoramento dos resultados alcançados no período de dois anos de execução da ação.

2. INTRODUÇÃO

Qualquer abordagem sobre o lúdico nos leva automaticamente a lembrar da obra de Johann Huizinga, escrita em 1938 e denominada *Homo Ludens*, na qual o autor desbrava um novo terreno filosófico, que leva a sociedade a refletir sobre a prática do jogo na evolução da humanidade, abordando a natureza e o significado do jogo como fenômeno cultural.

Quanto ao jogo, Huizinga (2007) explica que

é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida num certo nível de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas e absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, atividade acompanhada de um sentimento de tensão e alegria, e de uma consciência de ser que é diferente daquela da vida cotidiana (Huizinga, 2007, p. 33)

Na visão do autor o jogo é uma categoria absolutamente primária da vida, tão necessária quando o raciocínio lógico do homo sapiens e a capacidade de fabricar objetos do Homo Faber.

O lúdico, que vem do latim ludos, significa brincar e, de acordo com Gomes (2004) se tornou uma palavra corrente na língua portuguesa. Para além da delimitação do termo, o lúdico compreende expressão de significados que têm o brincar como referência, representando a oportunidade de (re)organizar a vivência e (re)elaborar valores (Gomes, 2004, p. 146)

Como espaços que permitam a (re)organização e (re)elaboração de vivências e valores, surgem as brinquedotecas e ludoteca, que compreendem ambientes que se caracterizam por concentrar uma variedade de brinquedos e brincadeiras.

De acordo com Silva e Ramalho (2003), nos países de língua inglesa, estes espaços eram chamados de toy-library (biblioteca de brinquedo), nos países de língua francesa ludothèque, lekoteks na Suécia e no Brasil brinquedoteca ou Ludoteca.

As autoras também afirmam que:

[...] a brinquedoteca é uma instituição que nasceu no século XX para garantir à criança um espaço destinado a facilitar o ato de brincar tanto individual como coletivamente, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico. É um espaço que convida a explorar, sentir, experimentar; valorizando assim a cultura infantil, a socialização, a interação social e a construção de representações infantis. Esse espaço permite à criança conviver com situações interativas e lúdicas, possibilitando diferentes oportunidades de expressão das múltiplas linguagens e vivência das diversidades culturais. (Silva e Ramalho, 2003, s.p)

Silva e Ramalho (2003) relatam que a primeira ideia de Brinquedoteca surgiu em 1934, em Los Angeles, quando o dono de uma loja de brinquedos queixou-se ao diretor da escola municipal de que as crianças estavam roubando brinquedos. Esse fato, acontecido em plena depressão da economia norte-americana, teve como desdobramento a criação de um sistema de empréstimo de brinquedos.

Como relata Carneiros (2003), na Europa, a Suécia foi o país pioneiro na implantação de ludotecas, com a criação da Lekotek, em 1963. Na França,

foram criadas as ludoteques, como ambientes complementares aos da escola, que pudessem favorecer o brincar das crianças.

No Brasil, a primeira ideia de ludoteca que se tem registro surgiu em 1973, funcionando num sistema de troca de brinquedos entre as crianças. No relato de Carneiros (2003) o movimento brasileiro surgiu como resultado dos estudos da Profa. Tizuko Morshida Kishimoto e com a abertura do espaço que já citamos, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, cujo objetivo era de que os pais pudessem brincar com seus filhos e auxiliá-los em seu desenvolvimento.

Em 1981 se originou em uma escola no Estado de São Paulo, na cidade de Indianópolis, a primeira brinquedoteca brasileira com propósitos voltados às carências das crianças, optando por atendê-las priorizando o ato de brincar, com uma ideologia diferente das Toy Libraries, assim estimulando o movimento a se expandir para outras entidades e pessoas (Santos, 1995).

Os espaços das ludotecas tanto podem oferecer local de acolhida e ambiente para brincadeiras e jogos como também podem oferecer serviços de empréstimo, de várias modalidades de brinquedos, jogos e contemporaneamente, a associação a oferta de livros. Há de se lembrar inclusive da associação que se faz ao termo biblioteca, que nos remete exatamente a coleção de caráter público ou privado.

Para Associação Brasileira de Brinquedotecas:

A brinquedoteca é uma proposta que privilegia o brincar em si mesmo, por acreditar no seu potencial criador, desafiador, provocador de descobertas do mundo e de cada um. Por isso, ela oferece liberdade, acolhimento, diversidade e segurança. Pode estar voltada, de forma exclusiva ou combinada, para um público de bebês, crianças e adolescentes, adultos e idosos. Em razão de sua finalidade e contexto pode ter diferentes enfoques: cultural, comunitário, terapêutico, escolar, empresarial, acadêmico, voltado para pesquisas, esportivo, de lazer. A brinquedoteca proporciona um acervo de brinquedos, jogos e outros materiais não estruturados que permitem a invenção, a inovação e a criação. Há vezes em que atua como agente comunitário na realização de campanhas, por exemplo. Quando oferece a opção de empréstimo, leva a ludicidade ainda mais longe, proporcionando agradáveis encontros nas famílias e entre amigos. Há também aquelas que, de forma itinerante, esparramam alegria por onde passam. Sua história, desde a origem, revela o importante papel dos profissionais que dela participam, que dão voz ao direito de brincar da criança, ao direito de escolha, ao direito à ludicidade de todos nós (Associação Brasileira de Brinquedotecas, 2021).

Observando o conceito de brinquedoteca, apontado pela Associação Brasileira de Brinquedotecas e por outros autores anteriormente citados, compreendemos que não há diferenças estruturais e que os

dois termos são utilizados de forma espontânea, inclusive na literatura sobre o assunto.¹

Há vários modelos de ludotecas e brinquedotecas na atualidade, incluindo opções nos locais de trabalho, para adultos; outras que incorporam a educação ambiental e caracterizam as ecobrinquedotecas; as alternativas mais tecnológicas e ainda algumas que atendem a cultura geek ou diferentes grupos urbanos.

Desta variedade de opções observamos que também emerge um mercado promissor, que atende de forma comercial os anseios de lazer de crianças, jovens e adultos. Por outro lado, é contínuo o interesse em investir nas ações de caráter público, dada a potencialidade e os benefícios desencadeados pela implantação de espaços que são cada vez mais frequentes nas escolas, nas organizações comunitárias, nos locais de assistência à saúde, nas universidades, etc.

Quanto aos benefícios das ludotecas, e das atividades lúdicas, destacamos a fala de Maluf, pois para a autora:

O prazer está presente nas atividades lúdicas. A criança fica absolvida de forma integral. Cria-se um clima de entusiasmo. Podemos ressaltar que grandes educadores do passado já reconheciam a importância das atividades lúdicas no processo de ensino-aprendizagem. A criança se expressa, assimila conhecimentos e constrói a sua realidade quando está em alguma atividade lúdica. Ela também espelha a sua experiência, modificando a realidade de acordo com seus gostos e interesses (Maluf, 2009, p. 02)

Portanto, as ludotecas e brinquedotecas de caráter público possuem uma proposta diferenciada, e algumas características que as tornam promissoras, pois representam uma forma de democratizar o acesso a jogos e livros para crianças e adolescentes. No caso da “Ludoteca Contemplar no Bairro”, existe essa vantagem de se poder transportar os materiais até o local onde é montada a Ludoteca móvel. Apesar da simplicidade da infraestrutura, consegue-se cumprir com as atividades semanais e atender os jovens da comunidade, fazendo com que os usuários tenham acesso a ela, principalmente aqueles que não possuem poder aquisitivo para comprar jogos, livros, brinquedos etc. Levando também em consideração o tempo ocioso que muitas delas têm quando não estão na escola, isso proporciona diversas vivências que contribuem para um melhor desenvolvimento durante a infância, que é uma fase de muitas aprendizagens e descobertas.

Ainda citando Maluf (2003), são vários os benefícios das atividades

¹ Em seu site, a Associação realiza assessoria às brinquedotecas, sejam de caráter público ou privado, comercial ou até mesmo hospitalares ou universitárias, tendo em vista a atuação crescente no âmbito dos cursos na área de educação. Também verificamos a preocupação recente da Associação, no que se refere às orientações sobre o funcionamento das brinquedotecas em meio à pandemia de COVID 19.

lúdicas que podem ser promovidos nas ludotecas, e dentre eles a autora destaca os seguintes:

- » Assimilação de valores.
- » Aquisição de comportamentos.
- » Desenvolvimento de diversas áreas de conhecimento.
- » Aprimoramento de habilidades.
- » Socialização.

Segundo Bernardes, “pesquisas atuais mostram a importância dos jogos tradicionais na educação e socialização da criança, pois brincando e jogando a criança estabelece vínculos sociais, ajusta-se ao grupo e aceita a participação de outras crianças com os mesmos direitos” (2006, p. 543). Por esses motivos, o projeto se preocupa em ser uma ferramenta para que essas crianças e jovens possam conhecer e aprender mais, não só sobre seus direitos (lazer, saúde, dignidade, moradia, educação e etc.) mas também sobre seus deveres, sobre o mundo e sobre si.

Analisaremos melhor esses benefícios ao identificar em nossa discussão se a “Ludoteca Contemplar no Bairro” contribuiu de alguma forma para sua promoção.

3. LAZER E CIDADANIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O lazer pode ser compreendido como uma prática promotora de saúde, bem-estar físico e mental, ao garantir um aproveitamento livre e criativo do tempo, possibilitando bem estar e qualidade de vida. Segundo Luís Octavio Camargo (1989) para uma prática de lazer é necessário que haja uma escolha pessoal, ou seja, devemos fazer aquilo que queremos. Se for algo imposto ou obrigado, deixa de ser considerado lazer. Por exemplo a escolha de ir ao cinema, à praia, de sair para pedalar, jogar cartas, etc., são atividades que podem ser classificados como hábitos de lazer, por serem ocupações que não nos foram impostas e que podem proporcionar descanso, divertimento, desenvolvimento pessoal e social, e prazer através da sua prática. Em realidade, devemos salientar que apesar do conceito de lazer envolver liberdade, desejo e satisfação, muitos indivíduos estão aquém de desfrutar momentos com estas características.

A Declaração dos Direitos Humanos, em seus trinta artigos, já estabelecia garantias mínimas para que possamos viver nossos direitos, dentre eles o do lazer. A Declaração, que foi publicada em 1945, já tinha a preocupação com o lazer dos indivíduos e proclama, no artigo XIV, o seguinte: “Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas”.

Esse princípio foi reiterado em 20 de novembro de 1990, quando a ONU

adotou a Convenção dos Direitos da Criança, cujo art. 31 estabelece: 1. Os Estados reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.

Nessa mesma direção, o Brasil, por meio do ECA preconiza no seu art. 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Para finalizar esse aporte legal, o parágrafo único do art. 16 do ECA, estabelece que “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: brincar, praticar esportes e divertir-se.”

O educador Paulo Freire (1987) nos traz uma definição fundamental em nossos estudos sobre o direito ao lazer, pois, segundo ele, ser cidadão significaria o indivíduo no gozo de seus direitos políticos e civis e cidadania estaria relacionada com a condição de cidadão. Desta forma o processo de formação de cidadãos envolve a compreensão de seus direitos, pois ninguém nasce sabendo de todos eles e é na estrutura da sociedade que vamos encontrar as regras desse jogo. Portanto, como afirmam Demo e Oliveira (1995, p.17-18) “do ponto de vista das políticas públicas, parece claro que a mais próxima da cidadania e dos direitos humanos é a educação (...)”, os autores continuam falando que a educação é uma conjunção fundamental para que as pessoas desenvolvam cidadania e competência humana.

Assim, entendemos que as crianças e adolescentes necessitam passar pelo processo de formação social mais adequado e prazeroso possível. Por isso a preocupação do projeto, e de nossa equipe extensionista, em levar o lazer como forma de cidadania a essa comunidade. E mais do que isso, valorizar o processo de formação social dessas crianças e adolescentes como cidadãos, a partir do acesso a possibilidades lúdicas que não estão no seu cotidiano e que colaboram para a construção do sujeito em sua subjetividade, identidade, e também, da própria cidadania.

Considerando que cidadania se refere à participação dos indivíduos na sociedade, torna-se evidente que, para o cidadão efetivar sua participação comunitária, é necessário que ele disponha de informações. Tais informações são aquelas que estão diretamente vinculadas aos problemas sociais que afetam o cidadão, os quais exigem um posicionamento quanto ao caminho de suas soluções. (Santos e Schnetzler, 2003, p. 47).

Além disso, o intuito do projeto é também fazer com que eles se sintam incluídos socialmente e vistos como pessoas. Nesse sentido, Bader Sawaia (1999) considera, em seu capítulo sobre o sofrimento ético-

político relacionado a exclusão e inclusão que, “Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome.” (Bader Sawaia, 1999, p. 98). Por isso, a autora segue trazendo a concepção de que o sujeito pode ser visto como alguém com desejos, temporalidade e afetividade através das relações que estabelece com a família, trabalho, lazer ou a sociedade, e que nem por isso deixar de estar relacionado também com poder, economia e direitos sociais.

Sabendo que o exercício da cidadania está ligado diretamente com o direito do cidadão usufruir dos equipamentos ou meios de lazer presentes em sua cidade é importante frisar que existem situações em que este público não tem acesso integral à cidade. Rechia (2015) diz que esse direito à cidade, além da moradia digna, envolve as possibilidades de desfrutar do lazer, esporte e cultura, ampliando esse conceito seria ter também serviços públicos de qualidade.

Considerando o direito ao lazer e à promoção da cidadania, outro aspecto que faz parte da filosofia da “Ludoteca Contemplar no Bairro” são as diretrizes da extensão universitária. Dessa forma, analisando o que diz respeito à extensão universitária no âmbito nacional, ressaltamos que há cinco diretrizes (Nogueira, 2000, apud Forproext, 2012) que devem delinear as ações na extensão universitária, são elas:

- » Interação Dialógica
- » Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade
- » Indissociabilidade no pilar Ensino-Pesquisa-Extensão
- » Impacto que irá causar na formação do estudante
- » Impacto e Transformação Social onde será implementada

O “Projeto Ludoteca Contemplar no Bairro” é uma ação universitária que se encaixa nas cinco diretrizes propostas, colaborando no dever da universidade de assegurar a promoção da cidadania na comunidade por meio da extensão.

4. METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta o relato de experiência sobre o “Projeto de Extensão Universitária Ludoteca Contemplar no Bairro” tem sua metodologia qualitativa, baseada no estudo de caso, com recorte temporal no período de 2018 a 2019.

A priori o estudo de caso vem se valendo como principal ferramenta de estudo, pois consiste em uma coleta e análise de informações sobre determinados indivíduos, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida. Consiste em uma pesquisa que tem sua própria característica de investigação de forma que possa

aprofundar os dados coletados onde busca a investigação e pesquisa do grupo de pessoas que atuam com frequência nas atividades propostas pelo projeto.

Segundo Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos.” Além deste autor, Gil (2010, p.37) afirma que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.”

A partir dos objetivos delimitados no Projeto, objeto de estudo, os procedimentos metodológicos foram os seguintes:

Objetivo específico 1: desenvolver atividades planejadas para ocupação do tempo livre para crianças, adolescentes e jovens.

» Procedimento: verificação da frequência de empréstimos realizados no período de agosto/2018 a junho/2019 e o perfil dos usuários atendidos no projeto, mediante pesquisa no livro de registro de empréstimos e cadastro para emissão de carteiras de sócio da Ludoteca.

Objetivo específico 2: Avaliar, planejar e criar novos conceitos de espaços de lazer comunitário.

» Procedimento: registro da quantidade e características dos espaços pesquisados pela equipe, mediante consulta de relatórios parciais da equipe extensionista de agosto de 2015 a junho de 2019.

Objetivo específico 3: Treinar Jovens Monitores para o Lazer e Cidadania

» Procedimento: verificação do diário de campo dos extensionistas (registro durante o ano de 2019) e dos instrumentos produzidos para a formação no período de agosto/2018 a junho/2019.

Para finalizar o estudo apresentamos ainda os resultados de uma pesquisa com os pais das crianças atendidas pelo Projeto, revelando os benefícios mais observáveis pelos familiares. A pesquisa foi realizada no período de 26 de setembro e 03 de outubro de 2019.

Para se discutir a opinião dos genitores das crianças atendidas no projeto, acerca dos benefícios trazidos pelos jogos e livros da Ludoteca, usou-se a entrevista semiestruturada, pois foi a forma mais adequada para a coleta de dados. O contato com os entrevistados ocorreu na forma de visita às residências das crianças participantes do projeto.

Foram entrevistadas nove famílias, de um total de cinquenta crianças do cadastro de participantes. O critério utilizado foi da seleção daqueles que mais assiduamente estavam presentes nos encontros

semanais, conseqüentemente as que mais pegavam livros e jogos emprestados do acervo.

Levando-se em conta que a entrevista pode representar desafios em função da interação humana entre entrevistador e respondente (Gray, 2012, p. 299), as questões foram divididas em quatro categorias, que continham perguntas objetivas e subjetivas, quais sejam:

- » Identificação do usuário e contexto familiar, ou seja, nome do responsável que foi entrevistado, nome dos filhos, idade dos filhos, e quantidade de pessoas que residem na mesma casa.
- » Opinião dos genitores acerca dos benefícios trazidos pela Ludoteca para as crianças.
- » Opinião dos genitores sobre mudanças percebidas nos filhos desde a entrada deles no projeto.
- » Opinião dos genitores sobre o projeto Ludoteca Contemplar no Bairro.

5. ESTUDO DE CASO

O “Projeto Ludoteca Contemplar no Bairro” foi cadastrado como ação de extensão junto à Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Piauí, caracterizando-se como projeto, de acordo com a Resolução N°085/18 (UFPI, 2018). O Projeto é coordenado por um docente que orienta estudantes universitários bolsistas e voluntários, cuja seleção é realizada conforme as normas do Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PIBEX. Desde a sua execução foram mais de 30 estudantes orientados, dos cursos de Turismo, Psicologia e Medicina.

Apesar de cadastrado com a Denominação da Ludoteca em 2019, as atividades do projeto iniciaram no ano de 2015, com um objetivo diferente do atual e com o título “Contemplar no Bairro”. Foi iniciado a partir da pesquisa realizada sobre o empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I e II, financiado pelo Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Parnaíba/PI. Apesar da conclusão das unidades habitacionais na época, foi observada a ausência de espaços e equipamentos formais de lazer, além de outros essenciais para a cidadania, como escolas, postos de saúde e até mesmo paradas de ônibus.

Diante do exposto sentiu-se a necessidade de criar um projeto de extensão que trabalhasse de maneira efetiva nessa comunidade, com foco no lazer e nas crianças. O projeto de extensão constituiu-se de um grupo de professores e discentes extensionistas vinculados ao grupo de pesquisa Coletivo Nordeste de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR. O projeto visava analisar o lazer como necessidade humana, um direito social, mediante a execução de várias etapas de estudos, dentre elas a

identificação dos hábitos de lazer dos moradores do empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I.

A primeira etapa do projeto se configurou com a aproximação da comunidade num momento exploratório, objetivando a interação entre comunidade externa e interna à UFPI e no qual foram definidas as bases e diretrizes de atuação da equipe. No primeiro contato foi observado que o local apresentava indicadores sociais preocupantes, relacionados ao desemprego, violência doméstica, tráfico de drogas, dentre outras situações que fragilizam a autoestima da população.

Dessa forma, o projeto desenvolveu vínculo com o local e com as famílias, com a pretensão de iniciar o diagnóstico e planejamento das atividades de lazer urbano. Em reuniões posteriores foram escolhidos os dias de mobilização na área, foi impresso o mapa do bairro, para um conhecimento prévio do local e para o grupo ter uma base do número de casas que poderiam ser atingidas. Diante disso, foi utilizado o método da pesquisa-ação, no qual, foi fundamental para o diagnóstico da área para compreender, de forma coletiva, a problematização do lazer.

Assim, durante os anos de 2016 a 2017 foram realizadas atividades frequentes de recreação com crianças e jovens da comunidade, com frequência de quinze em quinze dias.

Em reunião de planejamento dos extensionistas, ao final de 2017, surgiu a ideia de dispor acesso a jogos educativos e livros infantis e juvenis para as crianças vinculadas ao projeto, pois as crianças não tinham acesso a esse material, com exceção do momento das visitas semanais do projeto, bem como não possuíam condições financeiras para comprá-los.²

Um dos fatos que marcam a narrativa da coordenadora do projeto sobre as reuniões e decisão do grupo em montar uma Ludoteca foi o momento em que uma das crianças atendidas pelo projeto reproduziu em casa um dos jogos que eram levados pela equipe, para realização da atividade quinzenal. A situação não passou em branco e evidenciou a necessidade de uma ação transformadora no projeto, pois ficou evidente que as atividades lúdicas tiveram efeito positivo no grupo e que eles desejavam mais do que dois encontros mensais.

A partir do ano de 2018 o projeto desenvolveu novas ações, criou uma espécie de clube, cadastrando as crianças, oferecendo empréstimos de livros e jogos para proporcionar lazer e diversão para crianças em suas residências. Barbosa (2010, p. 07) descreve que: “A ludicidade pode ocorrer em qualquer contexto educacional, mas existe também um lugar específico para a prática lúdica das crianças que é a brinquedoteca ou Ludoteca”. Neste caso a “Ludoteca Contemplar no Bairro” constituiu a porta aberta para esse universo lúdico. Seu lugar foi a rua e nela

² Jogos de tabuleiro como o Banco Imobiliário, que faz parte do acervo da Ludoteca, custam em média R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

consagrou as conexões para criação de um ambiente específico, no qual semanalmente os participantes se encontravam.

Os objetivos do projeto dividem-se em geral e específicos, sendo o geral: promover a vivência plena do indivíduo a partir do lazer como experiência completa e com sentido, colaborando na autoestima dos moradores do empreendimento habitacional Colina da Alvorada na cidade de Parnaíba e os específicos consistem em: a) Desenvolver atividades planejadas para ocupação do tempo livre para crianças, adolescentes e jovens; b) Avaliar, planejar e criar novos conceitos de espaços de lazer comunitário; e c) Treinar Jovens Monitores para o Lazer e a Cidadania.

A equipe da Ludoteca móvel desloca-se semanalmente ao bairro, nas sextas-feiras, e utiliza como ponto de apoio a fachada da Paróquia São João XXIII, onde é montada uma mesa de madeira para exposição dos jogos e livros a serem emprestados, para realizar um trabalho criativo onde são desenvolvidas habilidades que proporcionam a construção do conhecimento.

A estratégia na rua foi a forma encontrada de possibilitar o acesso a esses bens lúdicos e incentivar a cooperação, pois todos cuidavam e zelavam os jogos e livros para se manterem utilizados por outras crianças, dessa forma os empréstimos aconteciam semanalmente sendo gratuitos e para aqueles que eram cadastrados no “clube”. Os associados podiam brincar e jogar no local com a equipe de extensionistas e depois levar o jogo ou livro escolhido para casa, utilizando-o com seus pais, parentes e amigos, devolvendo após uma semana para que os demais colegas fizessem o mesmo.

Desse modo, o projeto se inovou e passou a ser conhecido como “Ludoteca Contemplar no Bairro”, visto que, ludoteca ou brinquedoteca como já vimos, é um espaço lúdico que tem como finalidade oferecer recursos que propiciam a interação do indivíduo com a sua imaginação e com seus pares através de jogos, brinquedos e livros interativos. Como nunca é demais acrescentar novos pontos de vista, Barbosa nos acrescenta que:

» A brinquedoteca é um espaço que proporciona às crianças atividades prazerosas, divertidas, mágicas, repleta de jogos, brinquedos e brincadeiras que possibilitam o desenvolvimento educacional e social das crianças por meio de atividades lúdicas. As crianças podem escolher o que querem fazer na brinquedoteca ou participar de propostas planejadas antecipadamente. O importante é estimular o ato de brincar. (Barbosa, 2010, p. 07)

A equipe de extensionistas do “Projeto Ludoteca Contemplar no Bairro” realiza o controle de empréstimo dos jogos e livros por meio da emissão de uma carteira de sócio da Ludoteca. Cada inscrito recebe uma carteirinha, que é motivo de muito orgulho para as crianças, pois se sentem participantes ativos do projeto. Além disso, faz parte desse

processo, de se sentir participante, as manifestações de sugestões que as crianças apresentam ao projeto no decorrer dos anos e que sempre são acolhidas pela equipe para enriquecer a programação e valorizar a colaboração dos beneficiados.

Aproximadamente 30 famílias da comunidade fazem parte das atividades do projeto, visto que foram definidos como público-alvo os jovens moradores deste empreendimento habitacional, sendo crianças, adolescentes e jovens que estão na faixa etária entre 05 anos e 16 anos. Até dezembro de 2019, havia um quantitativo de 50 crianças cadastradas, todas estudantes da rede pública. O projeto vem atuando de forma assídua no bairro durante esses longos cinco anos.

O acervo de jogos e livros é bem diversificado, os jogos incentivam as crianças a criarem habilidades como raciocínio lógico, criar estratégias, concentração e etc., já os livros possuem diversos gêneros como contos, fantasia, gibis e etc. Todo o material foi doado, tanto pela coordenadora do projeto como outros professores e universitários que se sensibilizaram com a proposta. O acervo do projeto foi aumentando no decorrer dos anos de 2018 até o ano de 2019, que contabilizou 193 livros infantis e histórias em quadrinhos – HQs e 57 jogos.

Além das atividades semanais de empréstimo, o projeto tem realizado atividades de formação dos jovens monitores de lazer, em busca da manutenção de atividades de lazer com caráter crítico e criativo, depositando na liderança jovem esse compromisso transformador de hábitos e de autodesenvolvimento.

Quanto à atividade de avaliação, planejamento e criação de espaços comunitários de lazer, a equipe realizou inicialmente a atividade de levantamento dos espaços com um pequeno diagnóstico da situação atual e pesquisa junto à comunidade para a avaliação dos usos atual e potencial de cada local. Foram identificados sete espaços, que são detalhados em um portfólio com fotos, localização, uso atual, uso previsto no âmbito legal e percepção da comunidade sobre as formas de ocupação.

O projeto recebeu apoios importantes, dentre eles o da Paróquia onde é realizada a ação e da Empresa Júnior de Turismo - ROTAS, que atua de forma pontual em alguns eventos da Ludoteca, criando laços entre as empresas da cidade de Parnaíba ao organizar doações e pequenos financiamentos.

Com a implantação do posto de saúde em 2018, também foi possível a atuação conjunta, pois o local se tornou ponto de montagem da Ludoteca e empréstimo dos jogos para crianças cadastradas, no turno da manhã. Vale ressaltar que esse período foi fundamental para ampliar o reconhecimento do projeto no bairro e aumentar o número de crianças usuárias da Ludoteca.

A associação de bairro também se mostrou receptiva, porém devido às questões administrativas não organizadas e constante mudança de líderes não foi possível uma parceria mais concreta.

O projeto está em andamento e se enquadra na área e linha de pesquisa ciências sociais e aplicadas, na temática de cultura e direitos humanos e justiça. De acordo com o relatório de 2019 contou com um quantitativo de 02 docentes vinculados à UFPI, 06 discentes da graduação (turismo e psicologia) voluntários e bolsistas, 02 integrantes da comunidade externa.

6. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

DESENVOLVER ATIVIDADES PLANEJADAS PARA OCUPAÇÃO DO TEMPO LIVRE PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

A Ludoteca Contemplar no Bairro é um espaço lúdico que tem como finalidade oferecer recursos que propiciam a interação do indivíduo com a sua imaginação e com seus pares através de jogos, brinquedos e livros interativos. A ideia surgiu, tendo em vista que as crianças, raramente, têm acesso a jogos educativos e livros bem como não possuem condições financeiras para comprá-los. Como forma de possibilitar o acesso a esses bens lúdicos e incentivar a cooperação, pois todos devem cuidar dos jogos e livros para se manterem utilizáveis, foi resolvido pela equipe que a partir do ano de 2018 seriam realizados empréstimos de jogos, para que as crianças que já participavam das ações quinzenais do Projeto, desde 2015, pudessem brincar e ler em suas casas com seus pais, parentes e amigos, devolvendo após uma semana.

O acervo de jogos e livros foi então ampliado e diversificado, introduzindo jogos que incentivam as crianças a criarem habilidades como raciocínio lógico, estratégia, concentração etc. Quanto aos livros, estes possuem diversos gêneros como contos, fantasia, gibis e cartilhas. Todo o material foi doado, tanto pela coordenadora do projeto como por outros professores e universitários que se sensibilizaram com a proposta.

Ao longo dos dois anos de execução, a equipe de extensionistas formada não só por alunos de Turismo, mas do curso de Psicologia e Medicina se deslocava semanalmente ao bairro, nas sextas-feiras, utilizando-se como ponto de apoio permanente a fachada da Paróquia local, durante a tarde. No ano de 2018, a Ludoteca utilizou também um espaço no jardim do Posto de Saúde do bairro, no turno da manhã.

Os estudantes sempre atuavam em duplas e realizavam a conferência do checklist com o material a ser transportado, dentre eles o acervo de jogos (57 unidades) e livros (193 unidades) a serem emprestados.

Houve uma evolução significativa do número de jogos em 2019 pois, de

acordo com o Relatório de Projeto de Extensão, apresentado em 2018 à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o acervo continha 28 jogos e 46 livros. Sumariamente, o mesmo relatório apresenta as atividades desenvolvidas pelo grupo para execução e funcionamento da Ludoteca Contemplar no Bairro, quais sejam:

- » Arrecadação e seleção de jogos e livros e solicitação de jogos aos fabricantes;
- » Recuperação de jogos danificados e catalogação de jogos e livros;
- » Cadastro dos usuários com impressão de carteirinhas, controle e monitoramento dos empréstimos e do acervo;
- » Contato com os parceiros para a execução do projeto;
- » Festa de encerramento do semestre com premiação para os usuários mais assíduos e responsáveis da Ludoteca;
- » Participação em eventos para divulgação do Projeto: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em Natal e Congresso Mundial de Lazer, em São Paulo.
- » Elaboração de projeto direcionado ao Juizado Especial para financiamento da Ludoteca;
- » Elaboração e aprovação do projeto no Programa “Brincando com Esporte” do Ministério do Esporte.

Nota-se que as cinco primeiras ações são constantes e se repetem em 2019 porque fazem parte da dinâmica de funcionamento do Projeto. As propostas de captação de recursos, entretanto, não foram contempladas por falta de documentação da empresa júnior, no caso do Juizado, e por corte nas verbas do Governo Federal, no caso do Ministério do Esporte, tendo em vista que o projeto ficou dentre os selecionados.

Em 2019 observamos que foi intensa a atividade de arrecadação de jogos, livros e HQs, impulsionada pela utilização das redes sociais para sensibilização de doadores e parceiros para o projeto. Os resultados se mostraram positivos com um crescimento acelerado e concentrado na doação de HQs, que se tornaram leitura preferencial dos beneficiários.

Em 2019 também foram planejadas e realizadas atividades com diferentes temas como leitura interativa, criação de brinquedos com material reciclável e oficina sobre o meio ambiente com as crianças do projeto e outras da comunidade que sempre têm acesso livre às atividades promovidas. Além disso, o grupo participou de eventos, como o Encontro Entrelaços e o “Salipinho” (que faz parte do evento “Salão do Livro de Parnaíba”) com oficinas específicas sobre lazer, ludicidade e confecção de jogos com material reciclável. No “Salipinho”, as crianças do projeto foram convidadas e a equipe distribuiu camisetas do projeto para levá-las a conhecer o evento do qual elas nunca tinham participado.

A criação de brinquedos com material reciclável, como registra o livro diário dos extensionistas, surgiu de uma proposta de uma das crianças participantes do projeto, que apresentou ao grupo uma ideia que gostaria

de executar na escola e que gostaria de compartilhar com o grupo. Quanto à prática cotidiana do projeto, a sistemática é de controle de empréstimo por meio da emissão de uma carteira de sócio da Ludoteca. Atualmente, estão registrados na ludoteca 50 usuários, porém deste total, 24 são frequentes e retiram em maior quantidade jogos e livros semanalmente, de acordo com o livro de registro de empréstimos. Do total deste público frequente, em 2019, a maioria está na faixa de dez anos de idade, 54,2% compreende o público masculino, que também é responsável pela maior retirada de livros (55% dos empréstimos). A diferença mínima entre o número de empréstimos de livros se repete no de jogos, pois é o mesmo percentual entre os dois gêneros (50% dos empréstimos para ambos).

Para melhor compreensão dos benefícios dos jogos utilizados a equipe elaborou um catálogo com fotos, identificando a proposta do jogo e as competências e habilidades desenvolvidas. A partir disso foi possível verificar que o jogo mais solicitado para empréstimo em 2019, denominado “jenga”, aprimora as competências relacionadas à interação social, observação e associação, além de desenvolver as habilidades ligadas ao raciocínio, física, concentração e percepção visual e espacial. O “jenga”, também chamado de “terremoto” compreende um jogo que utiliza 54 blocos de madeira, que devem ser empilhados em uma torre, cujos andares são compostos de três blocos adjacentes pelos seus lados mais longos, cada um dos 18 andares é perpendicular ao anterior. Uma vez que a torre tenha sido construída, o construtor deve iniciar o jogo. Os jogadores se revezam para remover blocos de uma torre, equilibrando-os em cima, criando uma estrutura cada vez maior e mais instável à medida que o jogo progride.

No âmbito da leitura, o que mais foi solicitado pelas crianças e adolescentes foram as histórias em quadrinhos, em especial a Turma da Mônica Jovem, que compreende uma publicação mensal brasileira dos Estúdios Mauricio de Sousa. Trata-se de uma releitura dos personagens da Turma da Mônica em versões adolescentes, em traços e linguagem que remetem aos mangás japoneses e histórias que buscam dialogar com o público pré-adolescente.

AVALIAR, PLANEJAR E CRIAR NOVOS CONCEITOS DE ESPAÇOS DE LAZER COMUNITÁRIO

Quanto à atividade de avaliação, planejamento e criação de espaços comunitários de lazer, a equipe realizou inicialmente a atividade de levantamento dos espaços com um pequeno diagnóstico da situação atual, mediante pesquisa junto à Prefeitura Municipal e comunidade, para

a avaliação dos usos atual e potencial de cada espaço na comunidade. Foram identificados seis espaços, que se encontram detalhados em um portfólio com fotos, localização, uso atual, uso previsto no âmbito legal e percepção da comunidade sobre as formas de ocupação.

Buscou-se mapear as áreas que poderiam ser destinadas ao lazer comunitário, identificando a percepção dos moradores em relação aos espaços de lazer do bairro e buscando saber seus desejos em função aos equipamentos de lazer, que os mesmos demandam possuir em sua comunidade. Os extensionistas do projeto mapearam sete espaços vazios na comunidade estudada, sendo eles um caracterizado como área livre, compreendendo um canteiro central que divide a avenida principal (área 07), dois como áreas institucionais (área 02 e 05), onde serão implantados equipamentos públicos no futuro e quatro áreas verdes (áreas 01, 03, 04 e 06), como pode ser visto na figura 01 abaixo.



Figura 1 | Área mapeada do bairro Colina do Alvorada I | Fonte: Adaptado de Google Maps, 2019.

Para analisar os usos praticados, foram aplicados 22 questionários semiestruturados com os moradores que residem próximo das áreas indicadas, permitindo analisar a percepção dos mesmos em relação às limitações e potencialidades acerca da gama de equipamentos de lazer que poderiam ter no bairro.

Cerca de 40% dos moradores entrevistados identificaram que as áreas eram utilizadas em sua maioria por jovens e adultos (cerca de 41% das respostas), enquanto 23% apontou a presença de crianças e outros 36% não observam o perfil com maior presença ou chegaram a indicar que as áreas não eram utilizadas por ninguém. Dos sete espaços que existem no bairro observou-se que três eram constantemente aproveitados, pois os próprios moradores elaboraram formas improvisadas de uso para

eles, como por exemplo campo de futebol. Os demais espaços não eram ocupados pois havia a presença de uma vegetação selvagem, lixos e uma má iluminação.

Ainda de acordo com esse levantamento feito, em relação ao gênero que mais faz uso desses espaços, constatou-se que 100% do público que frequenta esses locais é masculino, pois foi relatado que eles criaram campos de futebol com materiais de madeira na construção de traves, demarcação da área e limpeza do local. Isso mostra que o público feminino presente do bairro não se apropria dos espaços para nenhuma prática de lazer, mesmo que improvisada.

Outra problemática percebida nas entrevistas se dá na observação das respostas associadas à frequência aos lugares e equipamentos de lazer existentes na cidade de Parnaíba - PI, na qual 30% das respostas indicam que os moradores se deslocam para esses equipamentos, enquanto 70% não têm costume de sair do seu local habitual. Isso expõe a limitação dos moradores para chegar aos espaços de lazer da cidade, pois uma das causas relatadas por eles é a deficiência da mobilidade urbana no bairro e a insegurança constante nas ruas, principalmente nos horários da noite.

De acordo com a equipe de extensionistas o próximo passo será de planejamento, com os moradores, de propostas para equipamentos de lazer nos locais identificados como áreas verdes e sem uso definido pela Prefeitura.

TREINAR JOVENS MONITORES PARA O LAZER E CIDADANIA.

Ainda sem publicação, mas pronta para diagramação e impressão, a equipe do projeto elaborou uma Cartilha, com 39 páginas, que irá fazer parte do processo formativo de jovens monitores de lazer. A ação de formação tem como objetivo a manutenção de atividades de lazer com caráter crítico e criativo, depositando na liderança jovem esse compromisso transformador de hábitos e de autodesenvolvimento. Constitui uma atividade de efeito multiplicador pois visa treinar os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, como monitores para o lazer, ou seja, como referências dentro da comunidade em termos de produção e animação cultural.

Fundamental ressaltar também o fato de o projeto prever o treinamento dentro da realidade social do grupo, respeitando, nessa interação dialógica, seus saberes populares para que sejam multiplicadores e difusores de práticas lúdicas, esportivas e culturais. Dentre desta perspectiva vale registrar que nos diários de campo da equipe foi registrado o interesse das crianças na proposta como monitores de lazer, com destaque para a sugestão de uma das sócias da Ludoteca, com onze anos de

idade, que trouxe um projeto de oficina para criação de brinquedos a partir de material reciclado.

A partir de uma agenda de atividades mensal também foram realizadas ações que colaboram na formação dos sócios da ludoteca, pois visam a discussão de temas como educação ambiental, valorização da cultura, saúde e recreação. Em 2019 foram realizadas ações em abril, maio e junho. Assim como nos anos anteriores, o projeto sofre com a interrupção no período das férias universitárias, nos meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro. Em 2019, entretanto, foi realizado um esforço da equipe e mantido o empréstimo de jogos no período de julho.

BENEFÍCIOS DO PROJETO

Para a abordagem dos benefícios foi realizada uma pesquisa com os pais das crianças atendidas a partir de uma amostragem de nove famílias. As entrevistas revelaram que oito, das nove famílias tem a mãe ou pai como responsáveis, enquanto um tem a avó. Evidencia-se que deste total, seis famílias são chefiadas por mulheres. As nove famílias correspondem a um total de 16 crianças participantes do projeto. Conforme a pesquisa da empresa Asteca (2014) os dados confirmam a realidade local que se caracteriza por um número maior de mulheres chefes de família, média de cinco pessoas por residência e faixa etária predominante de filhos entre 04 e 13 anos entre crianças e adolescentes. Outro dado importante levantado foi que apenas em uma família os filhos possuíam livros infantis. A pergunta dizia respeito ao questionamento “Seu filho (os) possui algum jogo educativo ou livro infantil em casa? Se sim, quais ele mais utiliza?”. A resposta, de apenas uma família, foi de que possuíam o livro “O Sapateiro”.

As ludotecas em si são objetos transformadores do espaço em que são inseridas, trazendo uma perspectiva de mudanças para os seus participantes. No caso de crianças de baixa renda, o acesso a jogos e livros é limitado, e pela falta de boas condições financeiras a grande maioria não pode comprá-los; com isso, não sobram muitas alternativas para brincar ou ler em seu tempo ocioso, como afirma a maioria dos responsáveis, ao dizer que os filhos não possuem jogos ou livros em casa. A partir disso é possível entender o nível de importância de uma Ludoteca em comunidades de baixa renda.

Partindo dessa reflexão, nota-se que o contato frequente com a Ludoteca traz diversas mudanças em crianças e jovens, e elas são percebidas principalmente pelos pais por estes estarem durante um tempo maior ao lado dos filhos. Como mostram os nove relatos a seguir, que mostram as falas dos pais que notaram mudanças após a participação dos filhos no “Projeto Contemplar no Bairro”.

Quadro 1 - Depoimento dos pais sobre as mudanças

Depoimento dos pais sobre a questão: Você notou mudanças positivas em seu (s) filho (os) após a entrada dele (es) no projeto e ao longo do tempo? Se sim, quais?

“Sim, se tornou mais interessado pelos estudos”
(R.B, pai de S. B de 11 anos).

“Sim, se tornou uma criança com mais atitude”
(A.S, mãe de L.S de 10 anos).

“Brinca mais com os colegas, faz as atividades no CRAS e ajuda nas coisas em casa” (T.S, pai de J.C de 10 anos e N.C de 9 anos).

“Melhorou mais o comportamento” (E.L, pai de M.L de 13 anos).

“Ele gosta mais de brincar agora, e de ler os livros que vocês empresta e mesmo ele tendo essa dificuldade na fala, e eu acho que ler ajuda muito ele nisso (se referindo a C.A)”
(D.B, mãe de C.A de 11 anos e I.S de 4 anos).

“Se tornaram mais atenciosos”
(M.C, mãe de C.A 12 anos, V.A de 6 anos, G.A de 9 anos e R.A de 8 anos).

“Se tornaram mais responsáveis”
(M.A, mãe de V.B de 11 anos, M.B de 10 anos e J.B de 5 anos).

“Ele ajuda em casa, e vejo que ele gosta de ir pras atividades, teve um dia que ele trouxe uma muda e eu ajudei a plantar aqui no quintal” (L.M, avó de R.M).

“Não notei mudanças ainda, porque ela entrou não tem muito tempo” (G.S, mãe C.S de 10 anos).

Nas falas dos pais podemos perceber aquilo que Santos (1995, p. 14) expressa quanto ao estímulo à possibilidade de construção do seu próprio conhecimento. A equipe da Ludoteca como extensionistas, pesquisadores e observadores também notaram muitas diferenças nas crianças atendidas desde o início das atividades no bairro Colina do Alvorada. A timidez de alguns e até medo de se expressar eram características da maioria. Porém, ao longo do tempo, com a realização de atividades recreativas, rodas de conversas, brincadeiras e até mesmo o ato de jogar e ler com eles fez com que se sentissem mais à vontade para falar, partilhar suas opiniões, compartilhar suas vivências da escola, de casa e etc.

O trabalho realizado pelos extensionistas possui um papel importante dentro e fora da universidade. No caso do “projeto Ludoteca Contemplar

no Bairro”, as ações realizadas são o resultado de um planejamento semanal feito pela equipe, que busca, a cada nova fase, inserir diferentes formas criativas de levar o lazer até as crianças através do lúdico. Ou seja, estimular o raciocínio, o desenvolvimento, a autonomia, a aprendizagem e outras competências e habilidades durante as vivências. Estímulos estes que são captados pelos pais, como mostram as falas a seguir, onde relatam sobre o que os filhos comentam em casa sobre as atividades que fazem.

Quadro 2 - Depoimento dos pais sobre as atividades

Depoimento dos pais sobre a questão: Seu(s) filho (os) comenta(m) em casa sobre as atividades que realiza(m) no projeto? Se sim, o quê?

“Eles se desenvolvem melhor né, com a ajuda de vocês e dessas atividades na capela, ajuda eles a aprender e desenvolver mais a mente” (M.C, mãe de R.A 8 anos, G.A de 9 anos, V.A de 6 anos, e C.A de 12 anos). 32

“É bom né, porque as criança ocupa a mente e os momento que não tão fazendo nada, e vocês dão mais opção pra brincar e se divertir pra elas já que aqui no bairro não tem nada e isso faz falta pra eles” (E.L, pai de M.L de 13 anos).

“O trabalho de vocês incentiva as criança a brincar, deixa elas longe das droga, e dessa violência que tá grande. Porque em vez de ficarem na rua fazendo coisa errada, pode tá lá se ocupando e brincando” (R.B, pai de S.B de 11 anos).

“Apesar dela não comentar muito eu acho que ajuda na educação das crianças e na aprendizagem” (G.A mãe de C.S de 10 anos).

“Eles dizem que gostam, principalmente das brincadeiras. E acho que ajuda no desenvolvimento porque aqui no bairro não tem lazer pra eles” (M.S, mãe de V.B de 11 anos, M.B de 10 anos e R.B de 5 anos).

“Comentava em casa que gostava das brincadeiras então acho importante por conta dos jogos criativos de memória” (L.M, avó de R.M).

“Acho importante sim, pois existem pessoas carentes aqui, que necessitam disso e é uma novidade pra eles. Ele fala que gosta das atividades e isso faz descobrir coisas novas” (D.B mãe C.B de 11 anos e I.B de 4 anos).

“Ele comenta em casa sobre os jogos e as brincadeiras. Eu acho importante o trabalho de vocês porque é uma novidade para crianças e elas aprendem mais, ajuda a desenvolver a mente” (A.S mãe de L.S de 10 anos).

“Comigo não costumam comentar muito, pois passo mais o dia fora no trabalho. Mas esse trabalho de vocês é importante para ajudar no desenvolvimento deles e ocupa o tempo livre. Ficam afastadas das coisas ruins da rua, drogas, a violência” (T.S, pai de N.C e N.S).

Uma das observações feitas durante a entrevista com E.L, pai de M.L de 13 anos, foi o fato dele relatar que o filho é hiperativo e que inclusive já passou por consultas com um psicólogo. O mesmo contou que diariamente nota a inquietação do filho dentro de casa e que, muitas vezes, se vê impossibilitado de ajudá-lo pois a única forma de deixá-lo mais calmo e ocupado são as atividades que o filho gosta de fazer. Uma delas é a capoeira. Porém, com as dificuldades financeiras e contas para pagar, teve que tirá-lo das aulas. Também relata que o bairro onde mora é praticamente abandonado pelo poder municipal e que áreas que deveriam ser usadas pela população estão sem serventia alguma, e uma delas poderia ser uma quadra de esportes para seu filho e para todas as outras crianças que gostam de jogar futebol, tendo assim mais opções de lazer.

Durante a visita nas residências dos responsáveis, ao finalizar a entrevista, outro relato, desta vez de uma mãe, chamou atenção. A.S relatou que L.S, seu filho de 10 anos, ainda não sabe ler e que falta às aulas de catecismo na capela do bairro por achar que não vai conseguir aprender igual aos colegas. Relata também que ele se sente incapaz e que muitas vezes já perguntou para a mãe porque isso acontece.

Os dois casos mostram situações diferentes e justificam que Ludoteca é uma ferramenta de educação, e de socialização, capaz de fazer com que as crianças e jovens interajam entre si e vejam que todos os seres humanos possuem diferenças e que podem expressá-las assim como expressam suas habilidades, criatividade etc. É um campo de liberdade onde críticas, punições, medos e timidez dão lugar ao livre arbítrio, encorajamento, incentivo, novas ideias e tudo aquilo que facilite o processo de aprendizado.

Para que fosse possível confirmar que ao longo de mais de quatro anos de existência, o projeto Contemplar no Bairro possibilitou benefícios para crianças atendidas, os responsáveis relataram suas observações a respeito de quatro competências e habilidades cujos jogos têm potencial de desenvolver.

O primeiro questionamento foi para entender se foi possível desenvolver mais o cognitivo. A pergunta foi relacionada a como os jogos e livros foram úteis no processo de aprendizado durante o tempo que as crianças fizeram uso deles. O resultado é considerado satisfatório pois mostra que, de nove entrevistados, oito concordaram que a Ludoteca possibilitou esse desenvolvimento havendo apenas uma discordância.

O segundo questionamento foi referente à opinião dos pais sobre como a Ludoteca ajudou o filho a se tornar mais responsável. Essa pergunta está relacionada, principalmente, às regras de empréstimos. Cada criança deve cuidar e zelar pelo livro ou jogo que retira e entregar na data do encontro seguinte. Para isso, a equipe confeccionou um banner que fica

exposto, explicando a forma de funcionamento da Ludoteca e para os que ainda não sabem ler, o responsável no ato do empréstimo explica este regulamento. Sete entrevistados concordaram, um concordou plenamente, havendo apenas uma discordância. A responsabilidade de cuidar de algo que não é de propriedade da criança faz com que ela aprenda e adquira valores éticos e que pratique esse dever em outros ambientes, como a escola, local onde costuma estar em contato com outros colegas.

A terceira pergunta evidencia os resultados referentes à opinião acerca da melhora da leitura e da linguagem. Esta pergunta está relacionada, principalmente, aos livros do acervo da Ludoteca. De nove entrevistados, cinco concordaram que houve melhora, dois concordaram plenamente e dois discordaram. Como já citado antes, em relatos dos responsáveis, algumas crianças possuem dificuldades de leitura e fala. Todavia, a ação da equipe não interfere nesses casos, o que se tenta fazer é oferecer ajuda, como momentos de leitura que possibilitam descoberta de novas palavras e significados.

Os resultados relacionados a: como a Ludoteca ajudou as crianças a desenvolverem mais a criatividade, dizem respeito à quarta questão, na qual seis dos entrevistados concordaram, um concordou plenamente e dois discordaram. O processo criativo vem acompanhado de outros fatores, como a Ludoteca não tem um espaço físico e criativo, ou seja, é instalada na rua, acreditamos que a associação ao “faz-de-conta”, a dramatização que caracterizam as brinquedotecas e ludotecas seja um fator influenciador desta realidade.

Ao narrar as dificuldades no Projeto observamos que os extensionistas indicam o fato de não haver espaço apropriado para a realização das atividades, falta um local de apoio. Esperam que futuramente o bairro possa disponibilizar de equipamento de lazer como um centro para a juventude praticar esportes, atividades recreativas, leitura e etc., e assim melhorar o bem-estar e qualidade de vida da comunidade. Outra expectativa dos extensionistas é de que possam adquirir um trailer e assim levar o acervo organizado, bem como mobiliário confortável, mesmo que seja montado na hora para a recepção das crianças.

Os resultados referentes a opinião sobre como a Ludoteca ajudou as crianças a se tornarem mais empáticas, ou seja, se elas compreendem o sentimento do próximo, sejam eles os amigos da escola, professores, familiares, vizinhos, sejam as amigadas que fizeram no projeto, foi satisfatório. Oito respondentes concordaram e um concordou plenamente, não tendo havido nenhuma discordância. Durante os anos de execução das atividades na Ludoteca a equipe percebeu que algumas crianças às vezes desrespeitavam os colegas, em situações em que alguém pronunciava uma palavra errada, quando não acertava uma

pergunta do jogo em equipe, quando riam de colegas mais tímidos que não conseguiam se expressar. Então, para que houvesse mais respeito entre as crianças, chamava-se a atenção quando ocorria essas situações, de forma a mostrar que não era uma atitude certa, mas também através de atividades que tivessem sempre ao final uma lição de aprendizado, como nas leituras propostas em grupos.

A última questão sobre os benefícios do Projeto foi sobre a melhoria na socialização dos filhos. A pergunta está relacionada ao contato que as crianças passaram a ter com outras, propiciando novas amizades e novos convívios a partir dos encontros semanais, pois mesmo morando no mesmo bairro muitas não se conheciam, principalmente pela preocupação que os responsáveis têm de deixar os filhos brincarem no ambiente externo a suas residências, por relatarem o medo da violência na região. De nove entrevistados, sete concordaram, e dois concordaram plenamente, sem nenhuma discordância.

No âmbito geral, foi demonstrada a confiança que os genitores tem na equipe do projeto Ludoteca Contemplar no Bairro, algo que também foi relatado pelo pai de uma das crianças, que conta que considera arriscado o local onde mora e que apenas permite o filho comparecer aos encontros porque sabe que é de grande importância o trabalho realizado na comunidade, enxergando como uma boa iniciativa de proporcionar lazer e diversão para os jovens.

Nota-se que as questões ligadas ao cognitivo, a responsabilidade, a melhoria da leitura e linguagem, a criatividade, a empatia e a sociabilidade correspondem aos benefícios que Santos (1995, p. 14) aponta em sua análise, pois o ambiente criado em uma Ludoteca deve “estimular a criatividade, desenvolver a imaginação, a comunicação e a expressão, incentivar a brincadeira do faz-de-conta, a dramatização, a construção, a solução de problemas, a socialização e a vontade de inventar [...]”.

7. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do relato de experiência sobre o “Projeto de Extensão Universitária Ludoteca Contemplar no Bairro” é possível concluir que as ações vêm contribuindo para o alcance do objetivo do mesmo em promover a vivência plena do indivíduo a partir do lazer como experiência completa e com sentido, colaborando na autoestima dos moradores que vivem em situação próxima de vulnerabilidade social. A promoção do lazer se dá com o acesso aos jogos e livros proporcionados pela Ludoteca às crianças residentes no local, fato que vem contribuindo com a autoestima, proporcionando inclusive o protagonismo dos jovens, com exemplos positivos, tal como o da menina que apresentou projeto para incremento das ações da extensão.

O levantamento dessas áreas de lazer se mostrou de grande relevância por tratar de uma problemática que expõe locais que deveriam ser usados para oferecer o mínimo de bem-estar e lazer de várias famílias e estão simplesmente abandonados. É compreendido como um problema social que deve ser o quanto antes reparado, pois o lazer está assegurado na constituição federal como um direito social. Enfim, observou-se que o local possui espaços compatíveis para a implantação de equipamentos de lazer, seja por iniciativa do poder público ou da ação comunitária.

Considerando ainda que o projeto não está concluído, é importante destacar que a identificação e planejamento dos espaços de lazer envolverá outros públicos, jovens e adultos que num processo participativo poderão refletir sobre a importância dos espaços de lazer em seu bairro, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento e amenizando a situação de vulnerabilidade que é presente no Bairro e sua redondeza.

O objetivo de treinar jovens monitores de lazer vem sendo alcançado naturalmente, pelo engajamento das crianças e planejamento de atividades da equipe que fortalecem a cidadania, o direito ao lazer e temas associados que podem ser trabalhados de forma satisfatória no cotidiano de execução das ações.

Quanto aos benefícios identificados na pesquisa com os responsáveis, observamos que o projeto cumpriu adequadamente seu objetivo geral de promover a vivência plena do indivíduo a partir do lazer como experiência completa e com sentido, valorizando a participação dos moradores do empreendimento habitacional Colina da Alvorada na cidade de Parnaíba.

REFERÊNCIAS

- Asteca Projetos – Assessoria Técnica Administrativa (2014). Projeto Técnico Social – Conjunto Habitacional Colina da Alvorada I. Proposta de Trabalho Prefeitura Municipal de Parnaíba – Piauí – Parnaíba.
- Barbosa, A.P.M. (2010). Ludoteca: um espaço lúdico. 2010. 39fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina.
- Bernardes, E.L. (2006). Jogos e brincadeiras tradicionais: um passeio pela história. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. p. 542-549.
- Camargo, L.O.L. (1989). O que é Lazer. São Paulo: Brasiliense.
- Carneiro, M.A.B. (2003). Brinquedos e brincadeiras: formando ludoeducadores. São Paulo: Articulação/ Universidade Escola. Obtido de <http://www4.pucsp.br/educacao/brinquedoteca/downloads/brinquedoteca.pdf>
- Demo, P.; Oliveira, L.L.N.A. (1995). Cidadania e direitos humanos: sob o olhar das políticas públicas. Rio de Janeiro/RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (2017). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Dinnelo, R. (1997). El juego: ludotecas. Montevideo: Nuevos Horizontes.
- Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2021). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Forproext
- Freire, P. (1987). A alfabetização como elemento de formação da cidadania. Obra de Paulo Freire; Série Eventos.
- Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, C.L. (2004). Verbete Lúdico – Concepções. In: GOMES, Christianne. Luce (Org.). Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Gray, D. (2012). Pesquisa no Mundo Real. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, v. 2ª Edição.
- Huizinga, J. (2007). Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo; Perspectiva.
- Maluf, A.C.M. (2003). Brincar Prazer e Aprendizado. Petrópolis: Vozes.
- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. (2019). Relatório de Projeto de Extensão. Ludoteca Contemplar no Bairro. Período referencial: março a dezembro de 2019. Teresina: UFPI.
- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. (2019). Relatório de Projeto de Extensão. Contemplar no Bairro. Período referencial: março a dezembro de 2018. Teresina: UFPI.
- Rechia, S. (2015). Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. O Direito Social ao Lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, p. 45-60.
- Rolnik, R. (2012). Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. Revista Diplomatique Brasil, São Paulo/SP, 6 fev. 2012. Entrevista a Luis Basilio.
- Santos, S.M.P. (1995). O lúdico em diferentes contextos. Petrópolis: Vozes.
- Santos, W.L.P.; Schnetzler, R.P. (2003). Educação em química: compromisso com a cidadania. 3. ed. Porto Alegre: Unijui
- Sawaia, B.B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. Revista Psicologia & Sociedade, n. 26, p. 60-69. Obtido de <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a07v26nspe2.pdf>
- Ramalho, M.R.B; Silva, C.C.M. (2003). A Brinquedoteca. Revista ACB. v. 8, p. 26-34, 2003. Obtido de <https://revista.acbsc.org.br/racb/rt/printerFriendly/402/503>
- Universidade Federal do Piauí. (2018). Resolução N° 085/18, de 15 de Maio de 2018. Teresina – PI.
- Yin, R.K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. <http://www.brinquedoteca.org.br/>

PROJETO OLINDARTE – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REVELANDO A CULTURA E A ARTE DE VIVER EM OLINDA

Diomedes de Oliveira Neto

Sofia Araujo de Oliveira

Diógenes Meira Gabriel da Silva

1. INTRODUÇÃO

Olindarte é um projeto de extensão que foi vinculado ao bacharelado em Turismo da Faculdade de Comunicação, Tecnologia e Turismo de Olinda (FACOTTUR). Este projeto foi realizado em 2017 e teve o objetivo de aproximar os alunos do município de Olinda-PE dos bens culturais através de ações de educação patrimonial e, além disso, visou a apropriação e o uso sustentável do patrimônio cultural.

Olinda possui um rico patrimônio cultural, fato atestado pelos seus títulos, sendo estes: Patrimônio Cultural da Humanidade (concedido pela Unesco em 1982), 1ª Capital Brasileira da Cultura (concedido em 2005 pela ONG Capital Brasileira da Cultura), Monumento Nacional (Lei federal nº 6863, de 26 de novembro de 1980 - Lei Fernando Coelho) e Cidade Ecológica (Decreto municipal nº 023, de 29 de junho de 1982). Apesar do reconhecimento internacional, existem poucos esforços para a educação patrimonial no município. A falta de conhecimento dos bens culturais e, por consequência, sua desvalorização resulta em ações de vandalismo, depredações e desrespeito às tradições.

O rico patrimônio de Olinda é resultado da complexa história do município que é passada para seus “filhos”; contudo, por vezes, esses bens não são apropriados pelos moradores. Este fato ocorre por muitas vezes não existir um processo de conexão, vinculação dos bens com o contexto de determinados grupos de moradores. Neste sentido, cabe à academia a missão de educar e dar luz a essas conexões, trazer à superfície e à consciência que a cultura e teia de significados que os indivíduos estão inseridos possui uma origem e caminho trilhado por tantas outras pessoas.

É preciso considerar o Patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo

educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. (Florêncio, 2014)

Para que as gerações atuais e futuras possam usufruir de tal riqueza, é necessário que ocorra a preservação e difusão desses bens. Para tanto, é importante que a própria população local conheça seu patrimônio, entenda e se aproprie da sua importância para que possa também ser um agente de preservação. Neste sentido, as crianças e adolescentes são de extrema importância nesse processo, pois precisam ser educadas acerca da sua história e contexto cultural e podem atuar como agentes multiplicadores em seus meios sociais.

O turismólogo tem como umas das suas áreas de atuação, o âmbito cultural, através de museus, órgãos públicos, espaços culturais e demais atrativos turísticos. É de extrema importância para o profissional o conhecimento da dimensão cultural, pois ela está integrada direta ou indiretamente com diversas áreas/atividades do turismo. Este projeto contribui para a vivência por parte dos alunos do curso de turismo das temáticas apreendidas em sala de aula e para a ampliação do conhecimento acerca dos bens culturais olindenses. Além disso, eles desenvolvem competências importantes para a sua profissão como a comunicação, planejamento, organização e gestão de projetos.

O projeto Olindarte consiste na realização de oficinas de educação patrimonial em escolas públicas, ministradas pelos bacharelados em Turismo, sob coordenação da professora Sofia Oliveira, finalizando com uma visita técnica ao sítio histórico de Olinda. O projeto segue os princípios apontados pelo IPHAN que entende a educação patrimonial como

[...]Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Florêncio, 2014)

2. OLINDA: DE BURGO COLONIAL À CIDADE PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

A formação do que hoje conhecemos como o Sítio Histórico de Olinda remonta ainda ao século XVI, em tempos dos primeiros movimentos da colonização portuguesa na então capitania de Pernambuco. Por

meio de doação de terras delimitadas pela Coroa portuguesa a nobres interessados na colonização do território recém conquistado, a figura do fidalgo Duarte Coelho se destaca na ocupação em Pernambuco, sendo a área que hoje envolve o sítio histórico olindense escolhida para ser a sede da capitania a partir do ano de 1537.

O primeiro documento que faz referência a então vila de Olinda data de 1537¹, intitulado Foral de Olinda, de autoria do próprio Duarte Coelho. O texto delimita e institui oficialmente o território de Olinda como uma Vila da capitania, a conter todas as instituições jurídicas e administrativas necessárias para a constituição das vilas no Brasil colonial. Além disso, o documento já descreve a presença de alguns arruados e das localizações estratégicas do sítio tanto para o povoamento, a segurança territorial e a atividades econômicas, privilegiadas pela proximidade do mar e dos arrecifes a favorecerem a formação do futuro porto.

A importância político-administrativa conferida à Olinda já no século XVI possibilitou o crescimento da vila, pautada nos modelos de povoamento dos núcleos urbanos portugueses. Observa-se não apenas a preferência da povoação em sítios elevados para o favorecimento da segurança dos burgos (tal como então praticavam os portugueses instalados próximos à costa litorânea), como também a influência dos conjuntos arquitetônicos religiosos (igrejas, conventos e mosteiros) nas configurações urbanas destas povoações.²

Olinda se destaca por estes dois aspectos do povoamento colonial, tanto pela sua situação topográfica em sítios elevados, como pela presença massiva de igrejas, conventos e mosteiros de portes monumentais que contribuíram a desenhar os traçados de suas ruas, aglomerados, pátios e praças.

O local que hoje conhecemos como alto da Sé pode ser tomado como o núcleo primário da povoação, onde se instalara Duarte Coelho. A partir da igreja do São Salvador (hoje Catedral da Arquidiocese), partiu um arruado até a igreja da Misericórdia, seguindo-se até a área do Varadouro, já próximo às planícies da costa na parte baixa da cidade. O período entre 1537 e 1630 pode ser considerado como crucial para a formação dos principais arruados do burgo (que muito se beneficiará da economia da cana-de-açúcar), além da instalação das principais ordens religiosas³ Jesuítas (1551); Franciscanos (1585); Carmelitas (1580) e Beneditinos (1597).

A ocupação holandesa em Pernambuco entre 1630 a 1654 provoca um deslocamento do centro administrativo e econômico de Olinda para a

¹ Prefeitura Municipal de Olinda. Secretaria do Patrimônio e Cultura.(2000). Projeto Foral de Olinda. Relatório II. Olinda: Coordenação de Valéria Maria Agra Oliveira.

² Fridman, F. (2010). Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. FRIDMAN, F.; ABREU, M. Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 11-36.

³ Nascimento, E. M. V. D. (2008). Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade.

região do Porto do Recife. Saqueada e incendiada, a vila de Olinda perde sua importância política, econômica e cultural enquanto núcleo urbano, diante de novos interesses e planejamentos dos conquistadores batavos que ocupariam os entornos do povoado do Recife.⁴

Após 1654, com o retorno dos portugueses ao domínio da região, Olinda vai sendo reconstruída aos poucos. Restando do século anterior apenas o traçado de algumas ruas, muitos prédios religiosos e administrativos seriam completamente reformulados ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em 1676, diante das pressões de alguns produtores de açúcar e da Igreja Católica, Olinda conquistaria o título de cidade e sede do bispado. No entanto, o poder e a influência do Recife, impulsionados desde a época da ocupação holandesa, provocam gradativamente uma perda da importância política, econômica e cultural da cidade olindense no cenário pernambucano.⁵

Mesmo com a reconstrução da cidade, o prestígio social de Olinda, eclipsado pelo desenvolvimento contínuo do Recife, parece nunca mais ter sido reconquistado nos séculos posteriores. Tal fenômeno contribuiu para uma certa estagnação do núcleo urbano olindense e mesmo uma consequente preservação de suas edificações e arquiteturas do passado, que seriam poupadas das muitas transformações urbanas experienciadas nos grandes centros brasileiros ao longo dos séculos XIX e XX.

Este clima de estagnação, ou decadência político-econômica, foi percebido também por viajantes estrangeiros que visitaram Olinda já no século XIX. Em muitos dos relatos, observam-se interpretações de uma cidade pacata, distante das então desejadas rodas do progresso, da velocidade e das rápidas transformações sociais e urbanas vivenciadas nas capitais das províncias. Uma cidade descrita como uma paisagem pitoresca, por vezes quase em ruínas, como uma povoação meio fantasmagórica, que ostentava em muitas de suas arquiteturas monumentais as impressões de um possível passado social e economicamente glorioso.⁶

Alheio às transformações urbanísticas que modificaram muitas das paisagens urbanas de grandes cidades brasileiras ao longo do século XX, o núcleo olindense, com seus traçados e arruamentos ainda dos tempos coloniais, manteve-se quase que por acaso intacto. Sua preservação “acidental”, até o início do século XX, se daria mais como uma consequência de conjunturas político-econômicas, do que um interesse deliberado por uma preservação de monumentos e de um sítio considerado histórico.

⁴ É extensa a produção de documentos e de pesquisas historiográficas acerca da invasão holandesa na capitania de Pernambuco e da destruição da vila de Olinda pelos holandeses. Dentre os textos, destacamos os relatos do cronista português Diogo Lopes Santiago, então testemunha ocular do arrasamento de Olinda. In: Santiago, D. L. (1984). História da guerra de Pernambuco. Recife: Fundarpe.

⁵ Guerra, F. (1992). História de Pernambuco (Vol. 82). Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana.

⁶ Muitos desses relatos foram reunidos em pesquisa da historiadora Eliane Nascimento, in: Nascimento, E. M. V. D. (2008). Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade. Tese de Doutorado, UFBA/PPGH.

No entanto, essa ocasional preservação dos traçados do ainda burgo colonial, somado à manutenção das construções monumentais religiosas e administrativas desde os séculos XVII e XVIII, despertaria ainda na primeira metade do século XX, a atenção de intelectuais e instituições que então se formavam no Brasil, preocupados com a constituição de um patrimônio cultural nacional.

Ainda nas décadas de 1910 e 1920 as arquiteturas de tempos coloniais começam a ganhar uma importância e valorização por parte de alguns intelectuais pernambucanos e por instituições como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. A preocupação seria com a construção de uma identidade regional a partir de elementos da cultura que traduzissem um ideal de tradição.

Percebidos como testemunhos de um passado glorioso e de uma tradição eminentemente regional, edificações dos séculos XVI, XVII e XVIII, a exemplo do que se encontrava nas igrejas, prédios administrativos e algumas residências em Olinda, passaram a ser significadas como monumentos representativos de uma identidade pernambucana e que, portanto, deveriam ser preservados e transmitidos para a posteridade. São nessas mobilizações que se delineiam os primeiros sentidos de patrimônio e de preservação para o que seria posteriormente denominado de sítio histórico de Olinda.

Figuras como Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes e Mário Melo se posicionariam em defesa dessas pretensas arquiteturas coloniais ditas pernambucanas, ameaçadas de demolições e de transformações pelos sentidos de uma modernidade então crescente naquele início do século XX. Um caso emblemático seria o da remodelação da igreja da Sé de Olinda, que em 1911 perdera suas feições coloniais para uma arquitetura inspirada em referências medievais europeias. Diante deste acontecimento, Freyre e seus colegas não pouparam esforços em criticar o bispo pela aprovação de tamanho projeto.⁷

As críticas também se estendiam às constantes remodelações ocorridas em muitas das residências coloniais em cidades como Recife e Olinda, que perderam quase em sua totalidade as fachadas de séculos XVII e XVIII para formas de uma arquitetura que imitavam os estilos e prédios parisienses e vienenses do século XIX. Fora diante dessas críticas dos intelectuais contra os estrangeirismos crescentes na arquitetura e a busca de valorização por uma preservação da arquitetura colonial, que se instituiu no final da década de 1920, em Pernambuco, a Inspetoria Estadual dos Monumentos.

⁷ Cantarelli, R. (2012). Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS Unirio| MAST-vol, 5(2-2012), 149.

Para a preservação do sítio histórico olindense, a Inspetoria assumiu um papel importante em diversas ações, dentre elas a intervenção para salvaguardar a demolição do conjunto da Igreja e Convento do Carmo. Além disso, o intelectual Aníbal Fernandes, que atuava na direção da Inspetoria, mobilizou a realização de um inventário de bens culturais a serem preservados não apenas para um âmbito local, mas a serem considerados também como monumentos nacionais.⁸

Para o caso de Olinda foram elencados no inventário: a Igreja e Convento de Santa Tereza, Igreja e Mosteiro de São Bento, o Conjunto Franciscano, a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, o Conjunto Carmelita, o Seminário de Olinda, o Palácio Episcopal, a Igreja de Nossa Senhora do Monte, a Igreja do Amparo, a Igreja de São Sebastião, a Igreja do Bom Jesus do Bonfim, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Milagres, e as ruínas do antigo Senado.⁹ Percebemos aqui uma preocupação inicial em se preservar apenas alguns bens isolados, sem considerar o conjunto urbanístico de Olinda como um todo.

Com a criação de um órgão federal de preservação do patrimônio (o então SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1937, novos debates e posturas em torno do que seria patrimônio cultural e o que deveria ser ou não preservado começam a emergir no cenário brasileiro.

É importante destacar aqui que compreendemos patrimônio cultural mais como uma forma de prática social, do que como uma condição natural ou inerente aos bens e elementos de uma cultura. Neste sentido, os bens não surgem como patrimônios, mas tornam-se patrimônios a partir de determinadas práticas, operações, atribuições de valores e ações de seleção e exclusão conduzidas por agentes e instituições legitimados socialmente para tal. Assim, o patrimônio cultural não se apresentaria como algo intrínseco a um bem cultural, mas como “o estado peculiar resultante de alguns objetos submetidos a certos tipos de operações através de gestos, escritos, palavras, leis, trocas financeiras, etc.”¹⁰

Seria o caso, por exemplo, de serviços como o da Inspetoria dos Monumentos e do SPHAN, que assumindo uma proposta de construção de identidades regionais e nacionais, e amparados por uma legitimidade de saberes a partir de seus quadros de intelectuais, passam a determinar e inscrever aquilo que deveria ou não ser considerado como patrimônio cultural. Diante desse cenário, o então sítio histórico de Olinda irá sofrer

⁸ Ibid

⁹ Cantarelli (2012)

¹⁰ Heinich, N., Machado, D. F., & Sossai, F. C. (2018). A fabricação do patrimônio cultural. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, (32), 175-186.

ao longo das décadas do século XX, diferentes posicionamentos e políticas de preservação que acompanham também as transformações conceituais e operacionais do que se consideraria patrimônio cultural.

Para o caso do SPHAN, a partir da década de 1930 até a década de 1950¹¹, por exemplo, o sentido de patrimônio estaria circunscrito, sobretudo às arquiteturas coloniais, de porte monumental e considerando a preservação apenas de monumentos isolados, a partir do instrumento chamado de tombamento.¹² No contexto de Olinda, tal postura de preservação pelo SPHAN é observada na escolha e tombamento apenas de alguns bens arquitetônicos isolados (muitos deles já considerados previamente pela Inspetoria Estadual dos Monumentos): os conjuntos Carmelita, Franciscano e Beneditino, o Seminário Jesuíta de Olinda, as Igrejas de Nossa Senhora do Monte, Misericórdia e Santa Teresa, o Palácio Episcopal (hoje Museu de Arte Sacra) e duas residências que ainda apresentavam elementos da arquitetura colonial.

A década de 1960 é marcada internacionalmente por novas discussões e debates em torno do conceito e das posturas de preservação do patrimônio cultural. A famosa Carta de Veneza assinada por diversos países em 1964 consideraria a preservação do patrimônio sob uma ótica de conjunto, centrada não apenas no monumento isolado, mas na paisagem e nas relações entre os diversos bens culturais de um determinado espaço.

No contexto do órgão brasileiro de preservação (o SPHAN), nas décadas de 1960 e 1970, há uma mobilização de esforços não apenas de se ampliar a topografia dessa preservação (do monumento isolado para o conjunto urbano), mas também de inserir a lógica da preservação do patrimônio às políticas de desenvolvimento econômico, tendo como destaque a atividade do turismo.¹³

É diante deste novo cenário de perspectivas, que o sítio histórico de Olinda seria tombado pela esfera nacional em 1968 enquanto conjunto urbano, considerando todo o seu acervo arquitetônico e urbanístico dos diferentes séculos (do XVI ao século XX). Paralelo a isso, no ano de 1973 é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (o PCH), fruto de parcerias entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação e Cultura no sentido de realizar levantamentos de conjuntos urbanos a serem preservados enquanto patrimônio cultural

¹¹ Chuva, M. (2009) Os arquitetos da memória: a construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil (anos 1930 e 1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

¹² O tombamento no Brasil é percebido como um dos instrumentos jurídico-legal de preservação do patrimônio cultural. Sua proposta consiste basicamente em salvaguardar as estruturas e feições de um bem edificado, assegurando sua conservação e manutenção para gerações futuras. Ao ser tombado por intermédio de alguma instituição de patrimônio, o bem cultural passa a ser salvaguardado pela instituição, mas sem comprometer sua condição de propriedade (seja de ordem pública ou privada). O papel institucional se resume, dentre outras atribuições, a assegurar que a edificação não seja descaracterizada por reformas ou intervenções futuras, e que seus usos e significações sociais sejam preservados na medida do possível, junto à sociedade.

¹³ Azevedo, P. O. D. (2017). Patrimônio cultural e natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 35.

e estimulados a comporem futuros projetos para a atividade turística. Dentre as propostas prioritárias de ações previstas pelo PCH, ainda em 1973, o sítio histórico de Olinda é percebido como um monumento de grande potencial para inserção no mercado turístico.¹⁴ Ainda na esteira pela preservação do conjunto urbanístico olindense e pela sua viabilização em projetos de desenvolvimento econômico (alinhando a preservação a questões de habitação e do mercado turístico), somam-se as contribuições do órgão estadual de preservação, a Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) criada em 1973; além do Conselho Municipal de Preservação do Sítio Histórico de Olinda e o Fundo de Preservação dos Bens Culturais de Olinda (ambos instituídos em 1979). Também neste mesmo ano, em 1979, o polígono de tombamento do sítio de Olinda é ampliado, resultando numa área total de 10,4 km² (cerca de um quarto do território do município olindense).¹⁵ A década de 1980 também é marcada por uma série de intervenções e mobilizações em torno da preservação cultural do sítio histórico de Olinda. Entre 1981 e 1989 encabeçado pelo SPHAN/IPHAN, é viabilizado o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, tendo como projeto piloto o sítio olindense. A proposta era de uma preservação integrada do sítio, considerando todo seu conjunto urbano e com uma participação e diálogos diretos entre a instituição e a população residente da área.¹⁶

Também em 1981, a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC) inicia um processo frente à UNESCO para conferir ao sítio histórico de Olinda o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Para tanto, fora realizado pela Secretaria uma espécie de dossiê encaminhado à UNESCO, que julgaria no ano seguinte ser favorável à concessão do título. Assim, em 14 de novembro de 1982, Olinda conquistaria o título de Patrimônio da Humanidade.¹⁷

Aprovado por unanimidade pelos 21 países membros do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, o título de Patrimônio da Humanidade conquistado por Olinda (na esteira do reconhecimento já concedido a Ouro Preto no ano de 1980), possibilitaria a ampliação de parcerias e financiamentos para projetos de preservação, conservação e restauração dos acervos monumentais do sítio, além de uma injeção de autoestima na população olindense em perceber a sua cidade reconhecida como patrimônio cultural de destaque internacional.

¹⁴ Gusmão, F. M. B (2011). Empoderamento e preservação do patrimônio cultural: o caso do programa de recuperação e revitalização de Núcleos Históricos: Projeto Piloto Olinda/PE, 1981- 1989. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil

¹⁵ IPHAN (1979). Boletim SPHAN/Pró-Memória. n.2.

¹⁶ Bosi, V. (1986). Recuperação e revitalização da experiência de Olinda. Revista do patrimônio, (21), 134-145.

¹⁷ IPHAN (1982). Boletim SPHAN/Pró- Memória. n. 21

Ainda em 1980, Olinda já havia conquistado o título de Cidade Monumento Nacional. Em 1982, ganhara também o título de cidade ecológica, sendo considerada a segunda principal cidade do país a abarcar esta classificação.¹⁸ Títulos que destacam não apenas a presença dos monumentos isolados dos séculos XVI, XVII e XVIII existentes no sítio, mas considera também todo o conjunto da paisagem cultural e natural existente numa área composta por diversas camadas de tempo e de intervenções, desejos e anseios por parte de seus habitantes pernambucanos.

Para além de seus monumentos edificadas e casarios, o sítio histórico de Olinda consegue também reunir elementos que compõem uma chamada cultura imaterial: seriam formas de expressão, saberes e fazeres, celebrações e lugares de importante significação simbólica junto aos seus habitantes. Trata-se de bens culturais consagrados enquanto patrimônio cultural imaterial, uma categoria de patrimônio construída a partir da expansão de debates e conceituações acerca do que seria tomado como patrimônio, considerando-se não mais apenas os signos materiais das arquiteturas e conjuntos urbanos, mas sobretudo as formas de significação, experiência e apropriação simbólica de elementos intangíveis da cultura pela população.¹⁹

No caso do sítio histórico de Olinda, celebrações como o Carnaval podem ser apontadas como um significativo exemplo de bem cultural que fora valorado enquanto patrimônio imaterial pela sociedade. Ocorrendo todos os anos, a festividade consegue aglutinar uma multiplicidade de grupos, blocos e agremiações de formas de expressão, cujas muitas dessas manifestações já teriam sido registradas enquanto patrimônio imaterial nacional por intermédio da Lei de Registro do Patrimônio Imaterial;²⁰ a exemplo do Frevo (registrado em 2007), os Maracatus Nação e Rural (registrados em 2014), o Caboclinho (2016) e o Cavalo-marinho (2014).

É importante destacar, portanto, que a história das estratégias de preservação do sítio histórico de Olinda acompanha a própria história das transformações em torno dos discursos e práticas do patrimônio cultural no Brasil ao longo do século XX. Da valorização dos monumentos arquitetônicos ao reconhecimento da cultura imaterial, Olinda desponta como um exemplo emblemático a envolver conflitos, disputas e jogos de interesses entre sujeitos e instituições desejosos pela construção de um ideal de patrimônio cultural nacional (e conseqüentemente mundial).

Diante deste cenário de disputas entre diversos agentes e instituições

¹⁸ IPHAN (1982). Boletim SPHAN/Pró-Memória. n. 20.

¹⁹ Fonseca, M. C. L. (2003). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 28.

²⁰ Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 que "institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências".

em torno dos emblemas e discursos em prol da constituição de um patrimônio cultural, qual o lugar da população residente de Olinda? No que constitui e qual a importância da Educação Patrimonial nesse processo? Partindo da percepção de uma educação enquanto fenômeno crítico-reflexivo para uma formação cidadã democrática, os diálogos sobre patrimônio e preservação tecidos junto às suas populações residentes e usuárias devem se configurar apenas como meros exercícios de uma alfabetização cultural? (ou seja, partindo de discursos verticalizados como: “vamos preservar porque é importante?”), ou possibilitar debates e reflexões junto à sociedade no sentido de buscar uma compreensão mais ampla e complexa de como se construíram determinados discursos de patrimônio cultural?

Assim, o papel de uma Educação Patrimonial crítica é permitir a emergência de questionamentos como: “O que seria patrimônio cultural?”, “Quem define (ou definiu) o que seria tomado como patrimônio?” “Quais os interesses em jogo? (para quem e para que se definiu o que viria a ser patrimônio?). É apenas a partir de reflexões como estas que se faz possível pensar numa Educação Patrimonial crítica, cidadã, democrática, que considere as relações de poder envolvidas no jogo do complexo campo do patrimônio cultural.

Faz-se necessária uma Educação Patrimonial que esteja aberta a superar os discursos homogeneizantes e elitistas em prol de uma valorização da diversidade dos sujeitos, narrativas, memórias e elementos constituintes de uma cultura.²¹ É sob essas premissas que devemos configurar programas de Educação Patrimonial junto a públicos como o da população do sítio histórico de Olinda (ou mesmo aos incontáveis turistas e visitantes que usufruem da cidade anualmente).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do projeto consistiu na realização de quatro oficinas e uma visita técnica ao sítio histórico de Olinda-PE com adolescentes de escolas públicas do município. Este capítulo relata a experiência das oficinas e visita técnica ministradas numa turma do oitavo ano da Escola Estadual Pintor Manoel Bandeira, no primeiro semestre de 2017.

As oficinas foram desenvolvidas num período de noventa minutos, numa frequência quinzenal, através de dinâmicas e atividades lúdicas recreativas com os seguintes temas: cultura, cultura popular, arte, patrimônio cultural, instrumentos de preservação, história, memória e turismo.

²¹ Tolentino, Á. B. (2019). Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. Revista CPC, 14(27esp), 133-148.

A escolha das atividades recreativas foi de extrema importância como ferramenta lúdica para o aprendizado objetivando o aprender-brincando.

Assim, qualquer atividade dirigida e orientada visa a um resultado e possui finalidades pedagógicas, portanto, a ludicidade como recurso pedagógico tem objetivos educacionais a atingir. Nesta perspectiva, utilizado em sala de aula, o jogo torna-se então um meio para a realização dos objetivos educacionais, e ao educando, ao praticá-lo nesse contexto, deve ser garantida a ação livre, iniciada e mantida unicamente pelo prazer de jogar é atrelada aos objetivos educacionais sistematizados pelo educador. (RAU, 2011, p.31)

A brincadeira possibilita o relacionamento interpessoal e promove o intercâmbio cultural entre os seus integrantes (Brougère, 2008). Neste sentido, é possível a troca de experiências e realidades socioculturais e o aprendizado de forma coletiva. A ludicidade contribui para uma boa saúde mental, assim como o desenvolvimento pessoal, social e cultural (Santos, 2000).

Foram escolhidas brincadeiras sobretudo cooperativas onde os alunos passaram a brincar uns com os outros e não contra outros. Os jogos cooperativos visam à convivência, ou seja, uma vivência compartilhada, a consciência de cooperação, vivência coletiva e mudança de comportamento e, por último, a transcendência voltada para o diálogo (Baliulevicius, Macário, 2006).

4. OFICINAS

As oficinas foram elaboradas dentro de uma base teórica a ser estudada, sendo divididas em: a) eu e os outros onde, b) meu bairro, meus bens e c) bens de Olinda (dividida em dois encontros, um abordando bens imateriais e o outro, materiais). Abaixo, serão descritas as atividades das oficinas e visita técnica:

4.1 OFICINA 1 – EU E OS OUTROS

A primeira oficina teve como objetivo trabalhar os conceitos de cultura²² ²³, identidade²⁴, diversidade cultural, socialização, cooperação e empoderamento. Após a recepção dos alunos e apresentação do projeto, foi realizada a primeira atividade que consistiu em uma dinâmica de interação denominada “o nó”, os alunos formaram um círculo de mãos dadas, memorizavam os colegas do lado esquerdo e direito, mudavam de

²² Mello, G.L.(1987). Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas (6 ed). Petrópolis:Vozes.

²³ Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1984). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1, 997.

²⁴ Hall, S. A identidade cultural na pós-modernidade (3 ed). Rio de Janeiro: DP&A ,2000

posição e davam as mãos para os mesmos colegas. Após isto, deveriam desatar o “nó humano”, sem soltar as mãos e voltar à posição inicial. A dinâmica atendeu ao objetivo que era integrar os monitores com os alunos, mostrar o valor da cooperação e que a mesma seria de extrema importância em todas as oficinas e na própria vida deles.

A segunda dinâmica realizada foi “O Espelho” onde alguns alunos foram convidados a conhecer uma “personalidade famosa pernambucana” que estaria atrás de uma cortina e dizer ao restante da turma três qualidades desta pessoa, mas ao chegarem lá eles visualizavam um espelho. Todos ficaram surpresos em se perceber importantes e o restante da turma não desconfiou que as qualidades faladas se referiam aos colegas. Através destas reações foi possível discutir a importância que cada um tem na sociedade e fazê-los pensar sobre seus valores pessoais.

A terceira atividade aplicada foi a “Me Identifico”, que era voltada para entender um pouco das características de cada um dos alunos. Reunidos em círculo, vários objetos foram distribuídos no chão. Cada aluno foi incentivado a pegar um objeto que se identificasse e dizer o motivo por qual escolheu aquele objeto. Ao final da atividade foi ressaltado o conceito de identidade, dos diversos elementos que formam a identidade pessoal e comunitária. A diversidade de elementos apontados também foi utilizada para a discussão acerca do conceito de diversidade cultural. A quarta dinâmica abordou o conceito cultura, diversidade cultural e empoderamento. Dois bonecos feitos de papelão, representando um corpo de um homem e o de uma mulher foram colocados no centro da sala. O homem possuía um corpo tatuado e a mulher com cabelo com dreadlocks. Foram perguntadas aos alunos quais profissões essas pessoas poderiam ser ou até mesmo que estilo de vida esse tipo de pessoa teria. As primeiras respostas, como esperado, vieram relativas a profissões como Dj, tatuador, músicos, entre outras. Diante das respostas, os monitores cobriram os bonecos com jalecos, ternos, chapéu de cozinheiro estimulando o questionamento acerca dos estereótipos. O debate permitiu a ampliação da visão, mostrando que os “bonecos” poderiam ter diversas profissões. Esta visão foi reforçada com a apresentação de fotos de personalidades que não se enquadram nos estereótipos, sendo eles: o renomado chef de cozinha Henrique Fogaça que possui diversas tatuagens, a talentosa atriz pernambucana Fabiana Carla que é acima do peso considerado ideal, a juíza Luislinda Valois, primeira juíza negra do Brasil, e Maria das Dores Oliveira, primeira índia doutora do país. A oficina finalizou com uma ciranda, com objetivo recreativo e apresentação de um bem imaterial de Pernambuco.

4.2 OFICINA 2 – MEU BAIRRO, MEUS BENS

A primeira atividade desta oficina denominada “Meus Bens” teve como objetivo explicar os conceitos de bens e patrimônio. Os alunos foram estimulados a apresentar objetos pessoais que representassem algo importante para os mesmos e explicar o motivo. Os alunos demonstraram bastante animação com a atividade, de início um pouco de timidez, mas no decorrer da atividade desenvolveram bem e revelaram gostos e ações nunca ditas para ninguém. Um aluno que chamou atenção, pois revelou amar escrever poesias, mas se sentia envergonhado por causa de um possível preconceito dos amigos. Contudo, devido à dinâmica conseguiu revelar isso sem muito esforço e viu que não era algo para se envergonhar e sim, se orgulhar. Outros talentos e interesses foram revelados, como aptidão com instrumentos, as crenças espirituais e hobbies. Através desta atividade foi possível explicar a noção de valores que são dadas aos bens como o valor afetivo, financeiro, histórico e artístico.

Na segunda dinâmica, alguns alunos foram convidados para representar personagens da história²⁵ de Olinda. Um monitor relatava a história e os alunos interpretavam em um teatro mudo. Na atividade seguinte, os alunos foram separados em grupos e desafiados a criar - de forma lúdica - a história dos bairros de Olinda, que foi designado pelos monitores. Os bairros foram escolhidos de acordo com os bairros onde a maioria dos alunos moram com o objetivo de desenvolver o espírito de pertencimento e revelar a riqueza histórica dos locais. Observou-se que eles não conheciam a história dos bairros e não sabiam a importância que a cidade e o bairro têm para a sociedade, passando a ter uma nova visão sobre a localidade em que vivem.

A última dinâmica abordou a história do pintor Manoel Bandeira, que dá nome à escola. Foi realizada, de forma lúdica, uma atividade de adivinhação, envolvendo fotos de pinturas e gravuras do pintor retratando bens culturais de Olinda. Os alunos tiveram que adivinhar quais eram os bens culturais retratados. A história do pintor e dos atrativos foi apresentada aos alunos. A atividade contribuiu também para a coordenação da escola, pois estes não possuíam uma foto do pintor (apesar de pesquisas realizadas pelas professoras).

4.3 OFICINA 3 – OS BENS DE OLINDA (IMATERIAIS)

A terceira oficina contou com a participação de oito alunos da Universidade de Harvard que estavam em Pernambuco através do programa de verão desta instituição com objetivo de aprender português através da cultura.

²⁵ Le Goff, J.(1990). História e Memória. São Paulo: Editora da Unicamp.

Após a apresentação dos intercambistas, foi realizada uma brincadeira chamada “Casa – morador”²⁶. Foi um momento de descontração com objetivo de quebrar o gelo e integrar os intercambistas e os alunos, mas que se relacionou com a atividade posterior.

A segunda etapa da oficina consistiu na apresentação do conceito de patrimônio cultural, através de slides de fotos e debate. Foi realizada uma prática onde os alunos foram divididos em oito grupos, cada um com um intercambista. Os grupos receberam figuras diferentes de elementos culturais pernambucanos materiais e imateriais (igrejas, festas, frutas, danças, gastronomia, etc.) e foram incentivados a apresentar estes elementos para os estrangeiros e estes relatar se em seu país existia algum elemento semelhante. Após a conversa, os grupos apresentaram um resumo do que foi debatido para todos os participantes da oficina. O intercâmbio cultural foi bem positivo, sendo uma experiência única para muitos alunos.

A dinâmica seguinte consistiu, ainda, com a divisão em grupos, na apresentação de expressões linguísticas de outros estados brasileiros. Os participantes tinham que tentar adivinhar o significado, após a revelação do significado foi discutido se em Pernambuco existia uma expressão característica relativa àquela apresentada. Foi um momento enriquecedor, onde foi vivenciado de forma prática a noção de patrimônio imaterial e a diversidade cultural brasileira.

A última prática da oficina foi a “Frevoé” onde foi apresentada a história e características do frevo. Foram distribuídas sombrinhas e ensinados alguns passos de frevo. Após a dança, os participantes divididos em grupos receberam a proposta de ornamentar as sombrinhas com lantejoulas, cola colorida, glitter e fitas. Foi um momento de estímulo à criatividade e troca cultural, como pode se observar o caso de uma aluna que quis escrever a palavra “amor” em inglês na sombrinha. Por fim, ocorreu o lanche cultural servido com bolos pernambucanos cuja história foi apresentada e sucos de frutas regionais.

4.4 OFICINA 4 – OS BENS DE OLINDA (MATERIAIS)

A oficina iniciou com a apresentação do conceito de patrimônio cultural através de slides, fotos e vídeos, conectando o assunto com a realidade cultural de Olinda. Posteriormente, foram trabalhadas músicas de Alceu Valença, artista pernambucano que possui residência em Olinda e retrata o município em suas músicas. Os alunos foram estimulados a identificar nas músicas elementos culturais de Olinda como locais e manifestações culturais. Após a identificação, era debatido sobre o que foi destacado e

²⁶ Foi explicado rapidamente que as casas do sítio histórico de Olinda (casas coloniais) têm a característica de possuir duas águas, ou seja, telhados com duas inclinações.

sua importância. Muitos alunos relataram nunca terem ouvido as músicas, mas apontaram que gostaram das mesmas. Estes relatos mostraram que eles estão muito conectados com outros estilos de músicas, não tendo muito contato com músicas regionais, não por não gostarem, mas por não terem acesso. Desta forma, o projeto conseguiu contribuir para um despertar para esse cenário musical local.

Os alunos foram divididos em equipes e orientados a montarem jogos da memória gigantes onde eram formados bens culturais. Ao serem encontrados, os monitores relatavam sobre a história e importância deste bem.

4.5 VISITA TÉCNICA AO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Os alunos foram conduzidos até o sítio histórico de Olinda onde foi proposto uma gincana. Foram feitas atividades recreativas por meio das quais o grupo deveria descobrir qual o próximo ponto turístico a ser visitado. Ao descobrirem, deveriam procurar no mapa o local e se dirigirem ao ponto com o acompanhamento dos monitores.

A gincana iniciou na Praça do Carmo onde os alunos dispostos em fila participaram da brincadeira “Telefone sem Fio” onde um dos monitores iniciou com a palavra no ouvido de um aluno, sendo passada aluno por aluno e o último aluno da fileira devia falar em voz alta o local. O local foi acertado pelos alunos, mesmo com alguns ruídos de comunicação comuns nesta brincadeira e se dirigiram à próxima parada que foi o “Sobrado Mourisco”.

No Sobrado Mourisco, os monitores explicaram um pouco sobre as características arquitetônicas do mesmo. Iniciou-se a brincadeira em que seriam dadas dicas sobre a próxima parada, sendo estas: a) foi construído no século XVII, após a Restauração Pernambucana; b) de onde o País foi três vezes governado; c) apresenta assoalho em ipê, escadaria original em cedro e o piso em mosaico; d) atualmente, é a sede da Prefeitura Municipal de Olinda. A resposta seria “Palácio dos Governadores”, mas como não foi descoberta pelos alunos, eles tiveram que pagar uma “prenda” que foi dançar frevo (manifestação típica local do carnaval).

A terceira prova foi a pergunta do nome do vice-prefeito de Olinda, por estarem em frente à prefeitura, sendo respondida pelos alunos. Os alunos se dirigiram ao Museu do Mamulengo e, na ocasião, os monitores explanaram a importância desta manifestação cultural. Neste local, os alunos participaram de uma atividade onde tiveram que procurar palavras que estavam em placas de papelão escondidas; ao encontrarem, formaram o trecho da música “Me segura senão eu caio” do cantor Alceu Valença, onde ele canta: “Nos quatro cantos cheguei e todo mundo chegou. Descendo a ladeira, fazendo poeira, atijando o calor”. Alceu faz

uma alusão na música aos “quatro cantos”, local em Olinda que possui o encontro de quatro ruas onde no carnaval é um dos principais pontos de encontro de blocos e troças. Os alunos adivinharam o local “quatro cantos” e se dirigiram a ele.

A quarta prova, nos quatro cantos, referiu-se a uma pergunta: qual ano Duarte Coelho chegou em terras brasileiras, sendo respondido corretamente: 1535. Os alunos se dirigiram ao Museu Regional onde os monitores explanaram um pouco sobre o seu acervo. Neste local, foi perguntado aos alunos o nome de cinco igrejas do Sítio Histórico, sendo respondido pelos mesmos e eles se dirigiram ao próximo local que foi a Igreja do Amparo.

Na Igreja do Amparo foram dadas dicas sobre o próximo local, sendo estas: a) inicialmente uma pequena capela de taipa, erguida pelo donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, que via no alto da colina uma possibilidade de proteção contra os inimigos; b) foi levantada sob a invocação de Nosso Senhor Salvador do Mundo; c) No local encontra-se o túmulo do arcebispo emérito de Recife e Olinda, Dom Hélder Câmara. Os alunos adivinharam que o último local era Igreja de São Salvador do Mundo (Igreja da Sé). No alto da Sé foi dada uma explicação sobre o local e servido um lanche, encerrando as atividades da visita técnica.

Foi interessante observar que a maioria dos alunos, mesmo morando em Olinda nunca tinha visitado o Sítio Histórico e dos que já conheciam, não havia conhecimento sobre a riqueza cultural local, assim como sua história. Observou-se uma grande desconexão dos jovens com o patrimônio cultural.

5. DISCUSSÕES E RESULTADOS

As oficinas obtiveram seus objetivos alcançados, pois contribuíram para a divulgação da história e cultura pernambucana, tendo como foco Olinda. Os alunos mostraram-se motivados e participativos e ofereceram um retorno positivo. Observou-se também que as atividades conseguiram contribuir para a valorização pessoal dos mesmos ao abordar temáticas relativas a valores e características pessoais. O grupo possui alguns alunos que moram em casas de acolhimento, desta forma, as temáticas relativas à memória e identidade foram abordadas de forma a não expor possíveis dificuldades e conflitos internos. Alguns alunos que, inicialmente, estavam reclusos, foram abrindo-se ao longo das oficinas e interagindo com as atividades.

Outras questões puderam ser abordadas como a ideia de preservação do patrimônio escolar, ao ser trabalhado o conceito de patrimônio cultural, pois a escola possui pichações e depredações. O intercâmbio cultural com os alunos de Harvard contribuiu também para a elevação da autoestima

dos alunos, isto pode ser observado pelo comportamento dos mesmos e pelo maior número de alunos nesta oficina.

Observou-se também que em algumas atividades os alunos fizeram conexões com assuntos estudados nas disciplinas curriculares, sendo importante para o desenvolvimento crítico dos mesmos.

No tocante aos monitores do bacharelado em turismo, competências foram desenvolvidas como a comunicação, gestão das atividades e criatividade. Muitas soluções foram encontradas de forma criativa para dificuldades ao longo do projeto, como utilização de materiais caseiros e busca de apoios. O conhecimento adquirido pelos alunos por meio do projeto não só reverberou em outras disciplinas, como também elevou o espírito voluntário e social dos mesmos.

O impacto altamente positivo do projeto demonstra que as ações devem ser ampliadas e atingir um maior número de escolas e alunos. A transmissão de conceitos e elementos culturais conectados com a realidade dos jovens os faz perceber que suas vidas, seus bairros e cidade tem um valor maior do que imaginam. Os benefícios pessoais, acadêmicos e profissionais para alunos e monitores são percebidos demonstrando que a conexão faculdade/ sociedade deve ser ampliada através de projetos de extensão.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, P.O.de. (2017). Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. *Revista do Patrimônio*. n. 35.
- Baliulevicius, N. L. P., & Macário, N. M. (2006). Jogos cooperativos e valores humanos: perspectiva de transformação pelo lúdico. *Fitness & performance journal*, (1), 50-56.
- Bosi, V. (1986). Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda. *Revista do Patrimônio*. n. 21.
- Brougère, G. (2008) *Brinquedo e cultura*. 7 Ed. São Paulo: Cortez.
- Cantarelli, R. (2012). *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro.
- Chuva, M. (2009). *Os arquitetos da memória: a construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil (anos 1930 e 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Florêncio, S. R. et al. (2014). *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN.
- Fridman, F. (2010). Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: Abreu, M.; Fridman, F. *Cidades latino-americanas. Um debate sobre a formação dos núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Fonseca, M. C. L. (2009). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro. Lamparina 2a Ed. p. 59-79.
- Guerra, F. (1992). *História de Pernambuco*. Recife: Massangana.
- Gusmão, F. M. B. (2011). *Empoderamento e preservação do patrimônio cultural: o caso do programa de recuperação e revitalização de Núcleos Históricos: Projeto Piloto Olinda/PE, 1981- 1989*. Recife: UFPE. (Dissertação de Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste).
- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Heinich, N.; Machado, D.; Sossai, F. (2019). *A Fabricação do Patrimônio Cultural*. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 32, 10 jan.
- Hobsbawn, E. (1984). *Invenção da Tradição*. In: *Invenção das tradições*. Hobsbawn, E. & Ranger, T. (Orgs.). Tradução de Celina Cardin Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IPHAN. *Boletim SPHAN/Pró-Memória*. n.2. set./out. de 1979.
- _____. *Boletim SPHAN/Pró-Memória*. n. 20. set./ out. de 1982.
- _____. *Boletim SPHAN/Pró- Memória*. n. 21. nov./dez. de 1982.
- Le Goff, J. (1990) "Memória". *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 423-483.
- Nascimento, E. M. V. (2008). *Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica*. Salvador: UFBA/PPGH. Tese de doutorado
- Mello, G.L. (1987). *Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas*. 6 ed., Petrópolis, Vozes.
- Prefeitura Municipal De Olinda. (2000) *Secretaria do Patrimônio e Cultura. Projeto Foral de Olinda. Relatório II. Coordenação de Valéria Maria Agra Oliveira, Olinda*.
- Rau, M. C. T. D. (2011). *A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica*. Curitiba: ibpex, 20.
- Santiago, D. L. (2004). *História da guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE.
- Santos, S. M. P. D. (2000). *O lúdico na formação do educador*. In *O lúdico na formação do educador* (pp. 75-75).
- Tolentino, Átila B. (2009). *Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces*. *Revista CPC*, 14 (27esp). 133-148.

FEIRAS SOLIDÁRIAS NA PERSPECTIVA DO LAZER E DA QUALIDADE DE VIDA

*Simone Cristina Putrick
Maria Majaci Moura Silva*

1. INTRODUÇÃO

Preende-se apresentar os resultados parciais do projeto guarda-chuva intitulado “Laços de Cidadania no Litoral do Piauí” aprovado pelo edital do Programa de Extensão Universitária da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação – PROEXT, relacionadas com as Feiras Solidárias, envolvendo pescadores, pequenos comerciantes e artesãos e que objetiva divulgar todos os produtos oriundos do litoral piauiense, especificamente dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Estado do Piauí.

Com o intuito de construir referências para o desenvolvimento de estratégias organizacionais de apoio à pesca, beneficiamento e comercialização adequados, buscou-se compor uma rede com a colaboração solidária de empresas turísticas, comunidades de pescadores, setor público, organizações da sociedade civil e a Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr.

A promoção das Feiras Solidárias se consolidou como local de encontro dos amigos, fonte de renda para os envolvidos e, principalmente, como uma alternativa de lazer para as comunidades, tornando-se o evento prestigiado e esperado pelas comunidades locais.

O termo lazer vem do latim *licere*, que significa “ser permitido” (Camargo, 1998). Para os antigos gregos prevalecia o conceito de ócio, que era privilégio de indivíduos livres, no qual ocorria a dedicação ao cuidado com o corpo e ao estudo onde o conceito grego *scholé* deu origem à palavra escola (Morais, 1993).

O lazer é uma prerrogativa da sociedade industrial, em oposição ao tempo dedicado ao trabalho assalariado. O direito ao lazer foi conquistado por meio das lutas das classes trabalhadoras.

A partir deste entendimento, o lazer pode ser um elemento importante para a vida social na atualidade, sobretudo em uma sociedade tecnológica em que a cada dia se tornam mais complexas as necessidades sociais,

bem como os problemas inerentes a ela. Configura-se, portanto, a importância do lazer que pode estar relacionado com a qualidade de vida.

A qualidade de vida, de acordo com Minayo (2000, p. 8) “é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social, ambiental e também na própria estética existencial”.

O que nos levou à escolha do tema foi o valor cultural e lúdico da organização das feiras, eventos populares capazes de promover as relações interpessoais. A socialização do indivíduo, pode ser caracterizado como um dos aspectos do lazer coletivo. Praticado socialmente por meio de feiras, onde há preservação de rituais e manifestações cercados de subjetividade, mas necessárias à sociedade pós-moderna.

O evento, objeto de estudo, tem como objetivo fortalecer a relação direta das Associações e Sindicatos de pescadores, de artesãos, e dos pequenos comerciantes com os consumidores urbanos por meio da Feira Laços de Cidadania no Litoral do Piauí. A Feira faz parte do Projeto de Extensão Laços de Cidadania vinculado ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba desde 2014, tem como missão o comércio justo e solidário, valorizando a cultura alimentar das comunidades locais. Incentivar a produção e comercialização de produtos oriundos de cada município, melhorar o trabalho e a renda das comunidades participantes e finalmente promover feiras solidárias nos municípios do litoral do Piauí, com vistas a atrelar a relação do lazer à qualidade de vida dos envolvidos.

2. METODOLOGIA

O projeto se desenvolveu através da realização de feiras solidárias e oficinas de capacitação nas cidades da região litorânea do Estado do Piauí. Abrangeu os municípios de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia.

O município de Parnaíba é a segunda maior cidade do Estado do Piauí, contando com aproximadamente 145.705 habitantes, conforme dados da contagem populacional realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010. Neste mesmo ano foi traçado um perfil econômico dos 106 municípios brasileiros que mantiveram entre 2002 e 2007 uma taxa de crescimento econômico igual ou superior à nacional, de 4% ao ano. No caso de Parnaíba, a média anual de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) neste período foi de 6,5%, ficando 2,5% acima da média nacional. O município se estende por 435,6 km² e contava com 153 078 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 351,4 habitantes por km². Tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 54' 14" Sul, Longitude: 41° 46' 35" Oeste.

O segundo maior município é Luís Correia e é um dos mais visitados por turistas e banhistas ao longo de todo o ano, devido à sua localização no litoral do Piauí. Em períodos festivos, a cidade chega a receber um número de visitantes cinco vezes maior que o total de sua população. Isso acontece principalmente no réveillon e carnaval, festas de destaque regional. No estado do Piauí, é o município com maior extensão de litoral, cerca de 46 km, mais da metade da área litorânea de todo o estado, e contava com 30 311 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 28,3 habitantes por km² no território do município. Situa-se a 13 km ao Norte-Leste de Parnaíba, a maior cidade nos arredores. Situado a 13 metros de altitude Luís Correia tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 53' 47" Sul, Longitude: 41° 39' 33" Oeste. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010)

O município de Ilha Grande estende-se por 134,3 km² e contava com 9.426 habitantes. A densidade demográfica é de 70,2 habitantes por km² no território do município. Produz a melhor renda e os mais bonitos bordados da região. Situa a 6 km ao Norte-Oeste de Parnaíba. Situado a 11 metros de altitude, Ilha Grande tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 51' 57" Sul, Longitude: 41° 48' 42" Oeste (IBGE, 2010).

O menor município é Cajueiro da Praia, se estende por 271,7 km² e contava com 7 642 habitantes no último censo. É o município do peixe-boi, do cavalo marinho e dos hotéis e pousadas frequentadas por estrangeiros. A densidade demográfica é de 28,1 habitantes por km² no território do município. Situado a 7 metros de altitude, Cajueiro da Praia tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 56' 30" Sul, Longitude: 41° 21' 0" Oeste (IBGE, 2010).

O Programa se propõe a concluir a iniciativa desenvolvida pelos docentes e discentes dos cursos de Turismo e Psicologia, lotados na UFDPAr, em consolidar, fortalecer e promover a Rede Solidária entre pescadores artesanais, consumidores, empreendimentos turísticos, universidade e entidades envolvidas com a produção e a comercialização solidárias de pescado e da agricultura familiar do Litoral do Piauí, no Programa "Laços de Cidadania Litoral do Piauí".

Os estudantes dos cursos de Turismo e Engenharia de Pesca, realizam uma oferta de oficinas, com o objetivo de incrementar o processo de comercialização dos produtos naturais, preparando os nossos protagonistas no que se refere à embalagem dos produtos, às técnicas de venda, à análise e segmentação da demanda, elaboração de projetos e captação de recursos, cotação de preços, tradução de cardápio; capacitando mais de 400 (quatrocentas) pessoas.

As oficinas foram realizadas tanto na UFDPAr como nas instalações das associações e organizações participantes do projeto, uma semana antes de cada feira programada. Nota-se que a atividade dos estudantes tem

relação com o aprendizado no curso de Turismo, quanto às questões de marketing, língua estrangeira, economia solidária, educação ambiental e outras temáticas expressas na grade curricular do curso de Engenharia de Pesca.

Fundamental ressaltar também o fato de que o Programa promoveu treinamento dentro da realidade social do grupo, respeitando, nessa interação dialógica, seus saberes populares para que sejam multiplicadores e difusores de práticas e técnicas viáveis de captura, produção e comercialização sustentáveis.

Para que uma feira seja considerada atrativa, ela deve atrair as pessoas para visitar, interagir e consumir. Deve possuir diversidade artística e cultural, e ser um ambiente de descontração. Para Dumazedier (1979):

“A feira livre é um fenômeno social, econômico [...] Esses mercados periódicos são componentes do circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, e caracterizam-se pelo trabalho intensivo, pela troca através de crédito pessoal e do dinheiro líquido, pela pequena quantidade de mercadorias, pela pechincha e barganha dos preços dos produtos, e pela lógica da sobrevivência familiar ao invés da lógica da acumulação (Dumazedier, 1979 p.46)”.

De forma a promover a autoestima dos participantes do projeto, sejam produtores, pescadores, estudantes ou artesãos com o sucesso das atividades programadas e avaliadas, realizamos uma série de ações de divulgação, dentre as quais citamos organização e participações em eventos científicos, publicação de artigos acadêmicos, publicação de matérias jornalísticas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Para o autor francês Joffre Dumazedier (1979) ser permitido é o significado do termo lazer, que vem do latim “licere”. Lazer é apresentado na civilização romana como o oposto do trabalho. O autor apresenta o lazer como foco de vários estudos desenvolvidos nas sociedades socialistas e industriais. Para Dumazedier (1976, p.94):

(...) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Assim, para o autor, o lazer possui caráter liberatório, de livre escolha; caráter desinteressado, de satisfação; caráter pessoal, onde as expectativas superam as necessidades.

A definição de lazer para Gaelzer (1979, p. 54) "(...) como a harmonia entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo. É um estado mental ativo associado a uma situação de liberdade, de habilidade e de prazer".

No século XIX Dumazedier (1979) cita Karl Marx, que caracteriza o trabalho em si como a necessidade primeira do homem. Que a partir da assimilação coletiva da máquina irá garantir a conquista de um tempo livre, espaço do desenvolvimento humano, que acabará por humanizar o trabalho. E este tempo permitido fora do trabalho possibilitara a superação da atual oposição do trabalho e do lazer com vistas à realização total do homem. Marcellino (1990, p. 31), no Brasil propõe:

(...) o lazer é por mim entendido como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. É fundamental, como traço definidor, o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

O lazer na sociedade moderna tornou-se funcionalista e comercializado, sendo mais praticado individualmente do que como parte da vida comunitária grupal ou familiar. "(...) A sociedade industrial é uma sociedade de produção em massa e de consumo, e isto se evidencia nas condições e no conteúdo do lazer" (Parker, 1978. p.30).

Quando se fala em lazer de forma coletiva, e quando praticado socialmente por meios de eventos, onde há a preservação de manifestações com rituais ou símbolos necessários à sociedade pós-moderna cercada de subjetividades. Assim, Eventos são festividades sócio-recreativas-culturais promovidas pelo homem desde muito tempo.

Tais festividades podem ser formas de entretenimento, de recreação, de fortalecimento das raízes culturais e de outros tantos significados. Conseguem, ainda, nos tempos atuais, promover turismo interno e externo das localidades que os desenvolvem e ter como público: crianças, jovens, adultos e pessoas da terceira idade. Ademais, os eventos, quando planejados e pensados, são capazes de impulsionar o turismo em determinados municípios e/ou regiões. Contudo, os motivos, procedência, significados iniciais e desdobramentos dos eventos têm que ser definidos, pré-estabelecidos por seus organizadores.

Dentre as modalidades de eventos, destacam-se as feiras. E, mais especificamente, as feiras populares. Estas ocorrem em espaços abertos e são capazes de promover o lazer comunitário, porque não diferenciam classes sociais, impulsionam a economia local, apadrinham as relações interpessoais, e se consolidam com o tempo em patrimônio cultural.

4. HISTÓRICO DAS FEIRAS E MERCADOS

Os primeiros registros de feiras e mercados surgem na Antiguidade. Segundo Grohmann (2011), as cidades localizadas em posições estratégicas se tornaram mercados expressivos, suas mercadorias chegavam pela água ou por estradas.

Na Roma Antiga tem o Mercato di Traiano, no qual vendiam artesanato e cerâmica, além de produtos alimentares. As feiras e mercados tiveram seu auge na Idade Média.

Porém, feiras e mercados tiveram seu estopim e importância ligados à Idade Média. Segundo Zanini & Santos (2017), Stefamutti, (2020), houve diversas cidades europeias que nasceram nos locais em que ocorriam as feiras, sendo localizadas estrategicamente nos entroncamentos das principais rotas comerciais.

Para diferenciar mercados de feira no período medieval, percebe-se por mercado um lugar onde produtos eram negociados, seja por troca, seja por pagamento em dinheiro, independentemente de ser em uma praça, rua ou prédio. Eram locais que ajudavam as cidades a ter uma revitalização das economias, com abrangência local e pontual vinculada à atividade agrícola local (Grohmann, 2011). Ainda para o mesmo autor, as feiras estavam vinculadas às festividades religiosas, aos ciclos climáticos e à agricultura. Tinham duração de semanas e até de meses. Com produtos que muitas vezes abasteciam os mercados locais. Segundo o autor, as feiras têm mais opções de mercadorias, com um número maior de pessoas participando.

Conforme Grohmann (2011, p.174):

Nesse espaço, toda a sociedade da cidade se encontra e entra em contato com sujeitos oriundos de terras distantes, portadores de novas e, portanto, atraentes formas de ser e de se relacionar com os indivíduos, de conhecimentos técnicos nos mais variados campos de diferentes culturas, todos os elementos que nos espaços mercantis são mutuamente corrompidos, dando origem a uma renovação substancial da sociedade, economia e cultura.

Na atualidade, as imagens que nos vem à mente quando se fala de mercado ou feira, são aglomerados de barracas, com uma diversidade de produtos, com famílias circulando e vendedores buscando a atenção dos transeuntes. Pessoas que compram, conversam, circulam.

No Brasil, as feiras têm a seguinte definição (Ferreira, 2004, p.1313): “1. Lugar onde se comerciam gêneros alimentícios e outras mercadorias; [...] empório”. Para Houaiss & Villar (2001, p.1322) a expressão de feirinha: “1- feira pequena; 2- local de compra e venda de produtos, especiarias artesanais, diretamente do produtor, ou representante, ao consumidor”.

Para Mascarenhas & Dolzani (2008, p.75), a feira livre “[...] ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos”.

No Brasil, segundo Stefamutti, (p. 68, 2020):

Na contemporaneidade, surge um novo tipo de feira denominado, no Brasil, como feira do produtor, feira do produtor rural, feira do agricultor, feira da agricultura familiar, entre outros. Este tipo de feira, neste formato, nasceu nos Estados Unidos e depois se espalhou para outros lugares, com o nome de farmers’ market (mercado do agricultor).

De acordo com Mascarenhas & Dolzani (2008, p.75), a feira livre representa “ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos”.

A partir dos anos 2000, acompanhado por um novo consumidor, a feira passa a ser cult, com uma vinculação cultural que se sobressai ao abastecimento em si, com a manutenção da feira vinculada à preservação da rua como locais expressivos de sociabilidade (Mascarenhas & Dolzani, 2008): “[...] o imaginário da feira livre continua recontaminando cíclica e interminavelmente toda a cidade” (Junqueira & Peetz, 2015, p.144).

Nas feiras surgem novos e se mantêm velhos modos de distribuição, abastecimento e aquisição de produtos, que se transformam em uma constante luta pela sobrevivência e permanência. São formas de promover essa relação entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários. É o contínuo paradoxo entre tradição e inovação, lazer e trabalho, entre adequações e resistência, entre o ontem, o presente e o futuro na busca por produtos. (Stefanutti, 2020).

5. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Durante o primeiro semestre de 2016 foi organizada a Feira dentro da quinta edição do Congresso Nacional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba, que pôde contar com a participação de um número significativo de associações e grupos de artesanato para comercialização de seus produtos dentro da Universidade. Em 2017, realizou-se cinco feiras livres no estacionamento principal da UFDPAr, promovida pelo projeto em parceria com as associações e artesãos dos municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Cajueiro da Praia e Luís Correia, conforme mostra a figura nº 01, que representa um momento da feira no mês de dezembro de 2017.



Figura 01 | Feira na UFDPPar | Fonte: Simone Putrick.

Em decorrência do sucesso da Feira, no seu segundo ano de execução, o projeto aumentou a lista de associações e instituições locais que participam assiduamente das atividades, como o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Piauí (SEBRAE-PI), que patrocinou os panfletos para a divulgação da feira realizada em julho de 2018, conforme mostra a figura nº 02.



Figura 02 | Material de divulgação da Feira Laços da Cidadania | Fonte: SEBRAE(2018).

A Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parnaíba (ASSPEAPA), que colabora com o projeto fornecendo cadeiras e mesas quando solicitada; o Sindicato dos Pescadores de Parnaíba-

PI (SINDPESCA/PHB/PI), que fornece o freezer para armazenamento dos pescados ou produtos afins na comercialização das feiras livres; a presença da Associação dos Pescadores de Manjuba do Igarapu em todas as feiras, reuniões ou oficinas realizadas pelo projeto.

Neste mesmo ano de 2018, expandiu-se a área de atuação para que cada vez mais grupos pudessem ser beneficiados com feiras, oficinas e discussões, como a participação dos artesãos e agricultores familiares nas feiras livres, oficinas e no seminário do programa.

Segundo Silva, Barros & Putrick (2019, p. 157):

A proposta do evento é conhecer mais a fundo o trabalho da comunidade, aprendendo com eles, e ensinando técnicas que ajudarão na melhoria da qualidade de seu ofício e produtos. O objetivo é um intercâmbio de saberes, não é transformar o conhecimento tradicional em científico, mas auxiliar em formas de melhoria do que já é feito por eles, conhecendo e mostrando a importância de seus conhecimentos, em vista de sua preservação.

Ainda são encontradas dificuldades como o receio que a comunidade tem de adentrar os portões acadêmicos, existindo uma resistência por parte de algumas pessoas com relação à participação efetiva nas atividades, devido ao tempo e aos recursos empreendidos ao deixarem suas atividades de pesca ou artesanato para participarem de reuniões ou quaisquer outras demandas pedidas dentro do projeto.

Relacionar a qualidade de vida com o lazer, Gáspari et. al (2001), salienta como a prática do lazer e das atividades esportivas proporcionam elementos prazerosos para o indivíduo. Esses elementos podem contribuir para a melhoria da sua automotivação, bem como podem trazer maior satisfação pessoal e social, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Para Putrick, Silva & Carvalho (2020, p. 17):

As empresas e associações se ajustam a valores com vistas a promover o desenvolvimento embasado na economia criativa, solidária e cooperativismo, modelo de otimização em escala humana. Tem como principais atores do processo residentes e agentes, os quais, de forma engajada, dominam todo o processo de aprimoramento, pautados em relacionamentos interpessoais e institucionais. Tem o benefício da coletividade como objetivo da exploração do potencial territorial.

Mance (2003) defende que as redes são importantes como organizações de consumo fazendo um link com produção, serviços e comercialização destes dentro da rede.

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do modo capitalista: produtos finais, insumos,

serviços, etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários comprem bens e serviços de empreendimentos capitalistas; (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (Mance, 2003, p. 67).

Segundo Morais (1993) a qualidade de vida está associada à satisfação, à relação entre amigos e familiares, às atividades cognitivas, à produtividade e à saúde física. Esses elementos estão relacionados com os seis conteúdos do lazer expostos no tópico anterior. Isso nos leva a entender que quando o indivíduo procura ter bons hábitos, bons relacionamentos e fazer aquilo que lhe dá prazer, este indivíduo terá mais condições de obter uma boa qualidade de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar o trabalho da equipe que atuou na organização dos eventos, com destaque para a organização das feiras solidárias, os parceiros e estudantes, a experiência profissional foi considerada única. No âmbito acadêmico, as feiras proporcionam uma atmosfera onde foi possível desenvolver as atividades aliando teoria e prática. Analogamente, para a comunidade, as feiras se constituíram como atividades primordiais para que o diálogo entre os setores acontecesse, foi possível expor suas necessidades e adquirir conhecimentos. Diante dos dados apresentados percebeu-se claramente que a Universidade precisa aproximar-se das comunidades, que se sente excluída e não possui organização para buscar recursos. Porém, a proposta do Programa até o momento está dentro das expectativas.

Foi consolidada a Rede para que o produto da região seja comercializado local e regionalmente, passando a aumentar a produção e a renda familiar, aquecer a economia, fomentando o turismo local e regional. A proposta busca atuar de forma associada com atividades de pesquisa-ação participativa, assessoramento organizacional participativo e ensino focado na capacitação em gestão social compartilhada. Concomitantemente, pretende articular e auxiliar na qualificação às diversas instâncias e às redes de gestão das políticas públicas para contribuir com o desenvolvimento sustentável do Piauí, aliando o turismo e o lazer com vistas à qualidade de vida de todos os envolvidos no projeto.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2007). Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo. Brasília.
- Camargo, L. O. de L. (1998). Educação para o Lazer. São Paulo: Ed. Moderna.
- Dumazedier, J. (1976). Lazer e cultura popular- Debates, São Paulo: Perspectiva.
- _____, J. (1973). Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- _____, J. (1979). Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Ferreira, A. B. de H. (2004). Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3 ed. Curitiba: Positivo.
- Gaelzer, L. (1979). Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina.
- Gáspari, J. C.; Schwartz, G. M. (2001). Adolescência, Esporte e Qualidade de Vida. Revista Motriz. V.7, N 2. dez. p. 107-113. Maringá.
- Grohmann, A. (2011). Fiere e mercatinell'Europaoccidentale. Milano: Bruno Mondadori.
- Houaiss, A.; Villar, M. de S. (2001). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da língua portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010.
- Junqueira, A. H.; Peetz, M. da S. (2015). 100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo. São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte.
- Marcellino, N. C. (1990). Lazer e educação, Campinas: Papyrus.
- _____, N. C. (2006). Estudo do lazer: uma introdução. Campinas: Ed. Autores Associados.
- _____, N. C. (2000). O lazer na atualidade brasileira: perspectivas na formação/atuação profissional. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 125-133.
- _____, N. C. (1998). Lazer e Educação. 4. ed. Campinas: Papyrus.
- _____, N. C. (1995). Lazer e Humanização. 2. ed. Campinas: Papyrus.
- Mascarenhas, G.; Dolzani, M. C. S. (2008). Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. In: Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v.2, n.4, p. 72-87, agosto.
- Minayo, M. C. de S.; Hartz, Z. M. de A.; Buss, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde: Um debate necessário. Rev. Ciência e Saúde Coletiva. V. 5, N.1. Rio de Janeiro.
- Morais, V. (1993). O Sentido da Vida: Trabalho, Lazer, e Ganância nas Sociedades Humanas. São Paulo-SP: Ed. Ibrasa.
- Mance, E. A. (2003). "Redes de colaboração solidária". In: A outra economia. Editora Veraz. Porto Alegre.
- Nahas, M. V. (2001). Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativa. 2º ed. Londrina-PR. Ed. Midiograf.
- Putrick, S. C. Silva, V. B. B.; Carvalho, R. de C. (2020). Experiência De Enfrentamento Ao Covid-19 Em Uma Feira De Economia Solidária. Rev. Turismo. & Cidades, São Luís, v.2, edição especial, p. 11- 28, set.
- Rodrigues, A.B. (2003). Patrimônio, Território y Emprendedorismo: Pilares Del Desarrollo del Turismo em Base Local. In: Aportes y Tranferências, Año 7, vol. II. Universidad Nacional de Mar del Plata. Mar del Plata, Argentina. pp. 11-30.
- Senaes. (2007). Secretaria Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília.
- Silva, V. B., Barros, A. C. dos S., & Putrick, S. C. (2019). Laços de Cidadania: Formação de redes solidárias e preservação de saberes tradicionais no litoral Piauiense. Mares: Revista De Geografia E Etnociências.
- Stefanutti. P. (2020). Das Feiras Às Culturas Alimentares (No Plural) da Tríplice Fronteira. Tese de doutorado em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Centro de Educação e Letras.
- Zanini, M. C. C.; Santos, M. de O. (2017). Introdução: breves observações sobre feiras, mercados e campesinatos. In: Zanini, Maria Catarina Chitolina; Santos, Miriam de Oliveira (Org.). Feiras, feirinhas e feirões: a "economia dos centavos" em foco. São Leopoldo: Editora Oikos. p. 7-10.

LUDICIDADE, VOLUNTARIADO E RECICLAGEM COMO FORMAS DE SUPERAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Ana Laís Silva Farias

Roberta Larissa da Silva Carvalho Amorim

Yonara da Silva Ferreira

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Bramante (1998), “o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade”. Pensando nessa perspectiva o núcleo de pesquisa Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR, foi criado em 2015 e cadastrou o seu primeiro projeto de extensão, com o intuito de promover a ludicidade nos bairros periféricos do município de Parnaíba/PI.

O Projeto “Ludoteca Contemplar no Bairro”, inicialmente executado no Empreendimento Habitacional Minha Casa, Minha Vida, no Residencial Colina do Alvorada (I e II) inserido no Bairro João XXIII, teve como foco principal as crianças da comunidade, para as quais foram ofertadas atividades recreativas acompanhadas de empréstimo de brinquedos e HQ’s, com a finalidade de proporcionar o lazer para este público, que vive em situação próxima de vulnerabilidade social.

Com a pandemia do COVID-19, a partir do mês de março de 2020, o maior desafio do projeto foi a adequação das atividades desenvolvidas nas comunidades, uma vez que de forma presencial, a vivência entre os beneficiados e os voluntários gerava uma relação de respeito e afeto, agora com obstáculos em função da manutenção da saúde pública. Desta

forma, as ações começaram a ser feitas de forma remota, partindo da criação de brinquedos recicláveis e do recebimento das HQ's doadas pela população parnaibana. A montagem deste acervo foi, então, entregue às crianças de várias comunidades selecionadas pela extensão, respeitando todas as medidas de segurança implantadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

2. ANTECEDENTES

A extensão universitária com foco no lazer comunitário vem gerando oportunidades para que os acadêmicos dos cursos de Turismo, Pedagogia e Psicologia desenvolvam um processo de construção do conhecimento de forma dinâmica e interativa. A metodologia de trabalho utilizada no projeto específico “Ludoteca Contemplar no Bairro” é bastante abrangente e envolve a formação de grupo de estudos sobre lazer e desenvolvimento humano e lazer e políticas públicas; o debate em reuniões programadas sobre a execução do projeto; o treinamento e realização das atividades da Ludoteca junto ao público beneficiário; o registro em diário das atividades executadas durante a presença dos extensionistas em campo; a elaboração de relatórios e a apresentação dos resultados em Seminário de Extensão Universitária.

Segundo Friedmann (1992, p.30) “[...] utilizam-se dois nomes para designar este espaço do brincar. Brinquedoteca (vem da palavra ‘brinquedo’): espaço voltado para brinquedos e brincadeiras. Ludoteca (vem de ludus): é utilizada nos países de língua latina, com o mesmo significado.”

A Ludoteca Contemplar no Bairro atua desde 2015 com oficinas, jogos e atividades recreativas para crianças, adolescentes e jovens, mostrando que o lazer é um direito de todos e que independe da classe social. Vale ressaltar que “o lazer, como expressão e exercício da liberdade, é um direito de todo ser humano. Um direito reconhecido como direito cívico, o que lhe confere um novo peso específico nas aspirações sociais.” (Cabeza, 2000). Ainda deve-se destacar que trabalhar o lúdico tem uma grande importância e de acordo com Barbosa (2010, p.8).

É primordial resgatar o lúdico em cada criança. A principal função da brinquedoteca/ludoteca é valorizar o lúdico e respeitar as necessidades da criança. Além de resgatar o direito à infância, a brinquedoteca tenta estimular a criatividade e a espontaneidade da criança tão ameaçada muitas vezes pela tecnologia educacional de massa.

As atividades lúdicas desenvolvidas pela Ludoteca Contemplar no Bairro são fundamentais para o desenvolvimento psicomotor, além de promover a vivência em grupo. Os empréstimos de livros, HQ's e jogos exigem uma certa responsabilidade e cuidado, acrescentando práticas de

boa conduta por parte dos beneficiados. De acordo com Costa & Neto (2016, p.360)

o lúdico e a criança estão completamente ligados, portanto, não se pode falar em ludicidade sem se referir à infância, assim como constata-se que o lúdico está presente na vida da criança em diferentes contextos e lugares. A ludicidade pode ocorrer em qualquer ambiente educacional e também fora dele, porém, é importante lembrar-se da existência de lugares que objetivam a prática lúdica na criança, como as brinquedotecas ou as ludotecas.

As crianças têm acesso ao acervo lúdico através da execução do projeto Ludoteca Contemplar no Bairro, no empreendimento habitacional Colina do Alvorada, pois no local são realizados empréstimos semanais de jogos, livros e HQ's, além de um dia de lazer semestral em que os voluntários realizam atividades recreativas e fazem leituras sendo mediadores.

Costa & Neto (2016, p.366) afirmam que

com a presença de um mediador da leitura a criança em formação perceberá que, a compreensão da leitura é o princípio básico para ser um leitor e não uma consequência dela, sendo esse entendimento um dos fatores mais relevantes para o incentivo à leitura.

A ludicidade proporciona desempenho positivo na saúde mental e tem papel fundamental para o desenvolvimento da criança, Barbosa (2010, p.17) afirma que "a partir das brincadeiras e das experiências lúdicas a criança vai se conhecendo e descobrindo o que gosta e o que lhe faz bem, isso é muito importante na formação da personalidade, e do caráter."

Com resultados satisfatórios e objetivos alcançados, o projeto foi estudado e as conclusões apresentadas em artigos e comunicações em eventos, comprovando, inclusive na visão dos pais e dos extensionistas, os benefícios da Ludoteca para a formação humana dos participantes.

3. A RUPTURA A PARTIR DA PANDEMIA

No ano de 2020, ao lidar com o cenário pandêmico, a preocupação primordial foi o cuidado com a saúde e respeito à vida dos voluntários e beneficiados do projeto Ludoteca do Contemplar. Pensando de maneira inovadora decidiu-se trabalhar remotamente a extensão universitária e de forma organizada repensar a atuação da Ludoteca nas comunidades; sendo assim, houve uma modificação na execução do projeto e para evitar aglomerações e possível contágio do vírus, a solução pensada junto ao voluntariado foi o desenvolvimento de uma produção de jogos individuais e coletivos feito com materiais reciclados para doação às crianças residentes em comunidades selecionadas.

Para tal, foi preciso haver uma nova seleção de voluntários para auxiliar na produção de jogos e no marketing digital das redes sociais do Contemplar. O processo de seleção dos voluntários se deu em junho de 2020, com um questionário sobre as habilidades e disponibilidade dos mesmos, consecutivamente os voluntários aptos foram convocados para a realização e atuação do projeto. O voluntariado na extensão universitária é cada vez mais essencial, uma vez que

O trabalho voluntário é caracterizado como uma atividade não remunerada, em que o indivíduo dedica seu tempo, trabalho e talento a projetos de cunho cívico, cultural, educacional, científico, recreativo ou de assistência social. Sendo assim, o voluntário é um agente de transformação que atua em benefício da comunidade. (Oliveira & Pinto, 2010, p.2).

Após o ingresso dos novos voluntários do projeto, o primeiro passo se deu através da campanha de arrecadação de materiais recicláveis para a produção dos jogos, onde foi lançada virtualmente no dia 3 de julho com a publicação do cartaz oficial da “Campanha de Arrecadação de Materiais Recicláveis” na rede social Instagram. Os materiais arrecadados eram em sua maioria plástico, papelão e isopor, o material de decoração dos jogos eram doados pela coordenadora e os parceiros do projeto. Em 12 de Agosto, Dia Internacional da Juventude houve o lançamento do cartaz da “Campanha de Arrecadação de Jogos e HQ’s” onde o objetivo era aumentar o acervo da Ludoteca, pensando em breve, para o retorno da atuação presencial. Em ambas as campanhas foi disponibilizado o telefone de contato da coordenadora do projeto e a mesma marcava um dia para receber as doações e entregava um certificado de colaborador do projeto para cada doador.



Figura 01 | Cartaz divulgado na rede social do projeto para arrecadação de materiais recicláveis. | Fonte: Arquivo Pessoal – CONTEMPLAR.



Figura 02 | Cartaz divulgado na rede social do projeto para arrecadação de jogos e HQ's. | Fonte: Arquivo Pessoal – CONTEMPLAR

Com o material reciclável coletado foram produzidos dezenas de jogos, separados por categorias de jogos individuais e coletivos e anexados a cada um o manual de instruções. Tanto a voluntária como a coordenadora do projeto utilizaram da criatividade e da consulta a sites com tutoriais para a confecção de jogos caseiros. Todos os jogos foram embalados individualmente e higienizados, além de serem entregues com folheto explicativo contendo as regras e sugestões para os jogos, com linguagem simples e direta para facilitar o entendimento das crianças e de seus responsáveis.



Figura 03 | Jogos produzidos prontos para distribuição | Fonte: Arquivo Pessoal - CONTEMPLAR

Para a ação final da Ludoteca, ou seja, a entrega dos jogos confeccionados com material reciclado, foram selecionados bairros da cidade de Parnaíba-PI que possuíam conjuntos habitacionais do programa governamental “Minha Casa, Minha Vida”. Tal iniciativa dava prosseguimento à lógica de seleção do primeiro local de atuação da Ludoteca, também designado como empreendimento habitacional deste Programa Federal.

Ao entrar em contato com o líder comunitário local, este era responsável por fazer a distribuição para as famílias residentes na comunidade, geralmente com a colaboração da coordenadora.

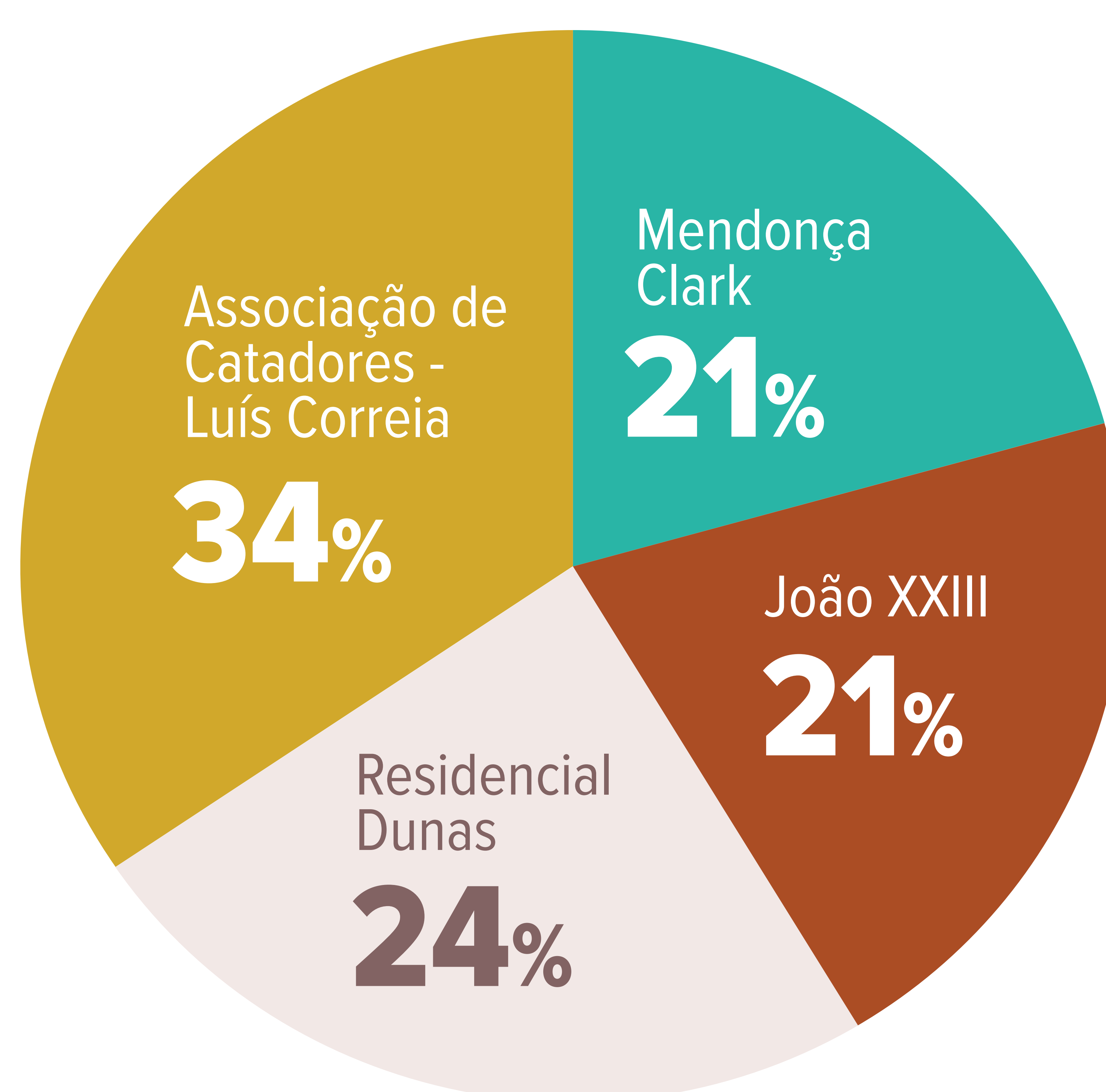
Foram três empreendimentos habitacionais MCMV atendidos na cidade de Parnaíba e uma Associação, na cidade de Luís Correia, quais sejam:

- » Mendonça Clark – Bairro localizado no centro da cidade de Parnaíba, possui de acordo com o censo do IBGE (2010), um total de 2.593 residentes, ofertando uma infraestrutura de 763 domicílios. Sendo a população composta de 28.5% de jovens e 7.4% de idosos. Em 2009, o bairro foi contemplado com a implementação do programa governamental “Minha casa, minha vida”.
- » João XXIII – Bairro localizado na zona leste da cidade de Parnaíba, possui de acordo com o censo do IBGE (2010), um total de 7.180 residentes, ofertando uma infraestrutura de 2.120 domicílios. Sendo a população composta de 31.8% de jovens e 4.8% de idosos.
- » Residencial Dunas – Empreendimento habitacional localizado na zona sul no bairro Dirceu Arcoverde, possui de acordo com o censo do IBGE (2010), um total de 7.125 residentes. Sendo a população composta de 24.3% de jovens e 5.9% de idosos. Somente em 2016 o Residencial Dunas foi implementado na cidade de Parnaíba. Portanto, os dados não estão específicos sobre o residencial.
- » Associação de Catadores de Luís Correia – Associação foi criada com o intuito de ajudar os residentes do lixão e arredores a conseguir selecionar os materiais para a reciclagem ou para venda das peças e conseguir renda.

O gráfico a seguir, demonstra a porcentagem da distribuição dos jogos, nos espaços selecionados:

Gráfico 1

DISTRIBUIÇÃO DE JOGOS POR COMUNIDADE



Fonte: elaborado pelas autoras

O contato com a comunidade é importante, pois é onde os apoiadores e voluntários do projeto fazem parte da resistência em meio a realidade enfrentada pelos moradores destes locais e a Ludoteca tem possibilitado vivências que sempre farão parte da memória das crianças, adolescentes e jovens que tiveram a oportunidade de conhecer e praticar atividades lúdicas através das ações desenvolvidas. A perseverança do projeto foi e continua sendo fundamental em um período de isolamento social onde as escolas estavam fechadas e poder levar os jogos até os residentes das comunidades foi um ato de humanidade e empatia para com o próximo, levando uma mensagem de esperança através de um ato simbólico.



Figura 04 | Distribuição dos jogos nas comunidades | Fonte: Arquivo Pessoal – CONTEMPLAR



Figura 05 | Beneficiados dos bairros selecionados | Fonte: Arquivo Pessoal – CONTEMPLAR

Pensando na retomada das atividades do projeto, houve ainda a arrecadação de Jogos, HQ's e livros visando ao aumento do acervo da Ludoteca. Entretanto, a fim de não colocar em risco a saúde dos beneficiários, os materiais ainda não foram compartilhados na forma de empréstimo, mantendo-se atualmente o processo de arrecadação e catalogação para o futuro.

4. A SUPERAÇÃO E SUAS DIFICULDADES

O CONTEMPLAR no ano de 2020 mudou a condução na atuação do projeto de extensão Ludoteca Contemplar no Bairro e trabalhou produzindo jogos com os materiais recicláveis que foram doados por colaboradores e integrantes da equipe, sendo esses materiais garrafa pet, papelão, tampinhas de garrafas e isopor, além de outros materiais para a composição estética dos jogos como E.V.A., cola de isopor, glitter, papel cartão e papel A4.

É nítido que nos tempos de isolamento social ou distanciamento, o lazer foi uma das atividades mais impactadas gerando aflições que foram sentidas com maior evidência no universo infantil, cuja brincadeira com os amigos, na rua, na praça, em lugares públicos e abertos para a exploração do imaginário se fechou dentro das casas. A criança de baixa renda sofreu mais ainda, pois ao contrário daquelas com opções disponíveis de brinquedos, jogos e ferramentas eletrônicas, não tem praticamente nada.

Como abordou a reportagem de Mariana Fabrício (2020):

Com espaços restritos para se movimentar, contato apenas por meio virtual com a família, distância dos colegas, afastamento da escola e saudade dos avós, as crianças precisam de um estímulo extra para manter o desenvolvimento saudável. As mudanças de hábitos impostas nos últimos sete meses afetaram a socialização, a compreensão de mundo e até o modo de brincar. (FABRICIO, 2020)

Outra forma de superação promovida pelo Projeto foi a reciclagem como estratégia de cidadania. A reciclagem fez o projeto ter um novo olhar e possibilitar o lazer através das atividades lúdicas com os jogos distribuídos em comunidades de Parnaíba-PI. O Contemplar buscou conscientizar os cidadãos que estavam em isolamento sobre a importância da reciclagem. Como relata Machado (2014), a reciclagem:

[...] é baseada no reaproveitamento dos materiais que compõem os resíduos. A técnica da reciclagem consiste em transformar estes materiais, por meio da alteração de suas características físico-químicas, em novos produtos, o que a diferencia da reutilização. Os fatores que incentivam a reciclagem de materiais decorrem da necessidade de poupar e preservar os recursos naturais e da possibilidade de minimizar resíduos, o que reduz o volume a ser transportado, tratado e disposto. (Machado, 2014)

Tendo em vista que o consumo aumentou devido às pessoas estarem em suas casas isoladas por tempo indeterminado, foi totalmente viável que trabalhassem a separação e doação dos materiais recicláveis para órgãos e projetos que pudessem transformá-los em algo benéfico e útil para as demais pessoas, pois

“[...] a reciclagem ou reutilização é o resultado de uma série de atividades pelas quais materiais que se tornariam descartáveis são desviados, coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de novos produtos, trazendo-os de volta ao ciclo produtivo, dessa forma a reutilização é uma das formas mais viáveis para minimização dos problemas provenientes do lixo, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável.” (Lopes & Nunes, 2010, p.88)

Apesar da expectativa em relação ao número de doações dos materiais ter sido alta, houve poucas doações e ao todo 95 jogos foram produzidos e distribuídos num período de seis meses.

Entretanto, o que melhor caracteriza a superação e o enfretamento das dificuldades pelo Projeto no período da pandemia foi a colaboração e atuação dos extensionistas.

A voluntária Roberta Amorim responsável pela produção dos jogos, afirma que “participar de um projeto tão importante para comunidades carentes foi de extrema gratificação, pois me proporcionou reflexões sobre outras realidades, maior conhecimento sobre as problemáticas das áreas periféricas da cidade de Parnaíba e satisfação por saber que ajudei crianças, adolescentes e jovens no seu tempo livre durante a pandemia. Além disso, o uso de materiais recicláveis me fez buscar conhecimento para a preservação do meio ambiente e incentivar a criatividade para a criação dos jogos.”

Roberta complementa sua fala e ressalta que “enquanto a produção dos jogos fiz a seleção dos melhores materiais e a melhor manutenção para não ocorrer acidentes com as crianças. Ademais, busquei a ajuda de familiares e amigos para arrecadação dos bens utilizados na produção, produzi um vídeo mostrando o funcionamento dos jogos e criei os folhetos explicativos.”

As interações e trocas de relatos feitas com os moradores das comunidades formam laços para projetos futuros e para a constância dos que já ocorreram. Tendo assim, uma continuidade da propagação de conhecimento, desenvolvido através do lazer, do incentivo à leitura e de um olhar mais afável para essas comunidades, as experiências adquiridas ao longo das ações executadas pelo grupo Contemplar serviram de base para moldar novas políticas públicas de lazer nessas comunidades, visando a melhoria dos espaços públicos de lazer oferecidos para os moradores, além de ser fundamental para o contato entre universidade e comunidade, uma vez que

“A elaboração criativa proporciona trocas afetivas e uma convivência alegre e descontraída, que permite às crianças, ao trabalharem suas fantasias, estabelecerem vínculos com o meio-ambiente no qual estão inseridas e conseguirem ingressar e participar da vida cultural, viabilizando a emergência do sujeito social.” (Righetti, 1998)

Os desafios na condução da Ludoteca durante a pandemia foram principalmente relacionados à falta do contato presencial dos novos voluntários com as comunidades de atuação, pois os extensionistas que atuaram antes da pandemia puderam sentir a experiência de uma perspectiva diferente. A falta de colaboração dos moradores da cidade no intuito de impulsionar a arrecadação das doações de material reciclável ou de jogos e HQ's causou um certo desânimo na equipe, mas que logo pôde ser contornado pela iniciativa de poucos, que doaram muito.

O empenho da equipe fez grande diferença para promover e alcançar os objetivos principais do plano de trabalho, principalmente por terem sido poucos os candidatos que se disponibilizaram a ingressar como voluntários, fato que independentemente da quantidade, trouxe um progresso que gerou reconhecimento e satisfação, inclusive com uma premiação no Seminário de Extensão Universitária, promovido pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr, em janeiro de 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão Ludoteca Contemplar no Bairro, no ano de 2020, passou por inúmeros desafios em sua atuação, porém, conseguiu atingir seu propósito, levando atividades lúdicas para crianças, adolescentes e jovens em comunidades periféricas da cidade de Parnaíba-PI e municípios próximos. O trabalho do voluntariado teve grande importância para que em meio a pandemia ainda assim se fizesse a extensão universitária com um outro olhar e uma forma diferente de enfrentar a nova realidade. As doações de materiais recicláveis, jogos, livros e HQ's recebidas foram fundamentais para a continuidade do projeto, sendo assim, não incentivou somente o lazer, mas também o desenvolvimento sustentável e a importância da luta pelos direitos dos mais vulneráveis socialmente. O grande aprendizado dos voluntários diante das ações realizadas foi a empatia pelo próximo, pois a realização das ações, de fato tiveram um impacto positivo para as comunidades contempladas. A superação dos obstáculos e a criatividade foram fundamentais no processo de inovação na extensão universitária durante o isolamento social. A atuação da Ludoteca no ano de 2020 proporcionou uma reflexão sobre enxergar através de outras perspectivas e contornar problemas que poderiam findar o projeto pela falta de verba e pouca participação da comunidade

parnaibana nas doações para a Ludoteca. Os voluntários, por outro lado, se mostraram participativos e presentes em reuniões, eventos online e cursos diversos, e esses foram meios de promover o projeto e valorizá-lo, conscientizando inúmeras pessoas sobre a importância e a evolução do trabalho desempenhado.

Em um futuro próximo busca-se consolidar parcerias que possam corroborar positivamente em objetivos maiores, almejando doações e ações com mais frequência e abrangendo um número maior de comunidades.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, A. P. M. (2010). Ludoteca: Um espaço lúdico [Master's thesis, Universidade Estadual de Londrina, Londrina]. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). 39 p. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2010%20ANA%20PAULO%20MONTOLEZI.pdf> . Acesso em: 18 fev. 2021
- Bramante, A. C. (1998). Lazer: Concepções e Significados. Licere. Disponível em: <http://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1552> . Acesso em: 18 fev. 2021
- Cabeza, Manuel Cuenca. Ocio Humanista: Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. 16. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000. 308 p. ISBN 84-7485-689-2. Disponível em: <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/ocio/ocio16.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021
- Costa, A. C. C., & Neto, J. A. S. (2016, July). Brinquedotecas e Ludotecas: Ambientes para a mediação a leitura no Paraná. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 21(2), 359-380. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1160> . Acesso em: 18 fev. 2021
- Friedmann, Adriana. A evolução do brincar. In: Friedmann, Adriana et al. O direito de brincar. São Paulo: Scritta, ABRINQ, 1992. p. 23-31. Disponível em: <http://plataformapesquisas.acasatombada.com.br/omeka/files/original/9760ee7322cec35b4fca4a5867164d48.pdf> . Acesso em: 11 fev. 2021
- Fabício, M. (2020, October 12). Pandemia do novo coronavírus ressignificou a infância e criou novos desafios. Diário de Pernambuco. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/10/pandemia-donovo-coronavirus-ressignificou-a-infancia-e-criou-novos-de.html> . Acesso em: 11 fev. 2021
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). IBGE Cidades. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama> . Acesso em: 11 fev. 2021
- Lopes, F. M., & Nunes, A. N. (2010). Reutilização de Materiais Recicláveis para incentivo à educação ambiental e auxílio ao ensino didático de ciências em um Colégio Estadual de Anápolis – GO. (15th ed.). Revista de Educação. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/educ/article/view/1868/1773> . Acesso em: 18 fev. 2021.
- Machado, N. F. A. (2014). Quantificação dos resíduos sólidos gerados no refeitório de uma empresa frigorífica na cidade de Alta Floresta – MT. Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Alta Floresta, 3, 10. Disponível em: <http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/162/pdf> . Acesso em: 20 fev. 2021
- Oliveira, L. D. S. d., & Pinto, S. R. d. R. (2010). A importância do trabalho voluntário no desenvolvimento de competência do estudante [Doctoral dissertation, XVII Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio]. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/adm/ADM-Lidiane%20Duarte%20Silva%20de%20Oliveira.pdf . Acesso em: 11 fev. 2021
- Righetti, Amélia Maria L (1996). A atividade criativa como introdutora da criança na experiência cultural. In: Vieira Zanella, Andréa, & Titon, Andréia Piana (2005). Análise da produção científica sobre criatividade em programas brasileiros de pós-graduação em psicologia (1994 - 2001). Psicologia em Estudo, 10(2), 305-316 p. ISSN: 1413-7372. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122083018> . Acesso em: 18 fev. 2021

PARTE

2

RELATOS DE
PESQUISA



“MINHA CASA, MINHA VIDA...MEU LAZER”: REFLEXÃO SOBRE O LAZER EM UM EMPREENDIMENTO HABITACIONAL POPULAR URBANO 1¹

*Shaiane Vargas da Silveira
Maria dos Remédios Andrade Pereira*

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Pesquisa “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer” foi desenvolvido no período de 2016 a 2017, vinculado às iniciativas do Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR. O Projeto objetivou analisar o lazer como necessidade humana e direito social, mediante a execução de várias etapas de estudo, dentre elas a identificação dos hábitos de lazer dos moradores do empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I, na cidade de Parnaíba/Piauí. O Residencial Colina da Alvorada I constitui um empreendimento habitacional construído com recurso do “Programa Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV, que foi uma iniciativa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi criado em 2009 com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal, na época, de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais). Para o período de 2009 a 2011 o Programa tinha como meta oferecer 1 milhão de casas, porém, de acordo com o Observatório de Metrôpoles², realizou 100% dos contratos de construção destes imóveis, mas entregou apenas

¹ Artigo atualizado mas originalmente publicado na Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 121-139, jan./abr. 2017.

² Ver: Observatório das Metrôpoles < http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1695:desafios-para-a-politica-habitacional-2o-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida&catid=43:noticias&Itemid=114&lang=pt#> Acesso em ago. 2017

23% do total até junho de 2011. Para a segunda fase do Programa, correspondente até 2014, o número de unidades habitacionais subiu para 2 milhões e o custo da construção também evoluiu, passando de R\$ 42.000,00 para R\$55.000,00 cada.

No ano de 2016 o Governo Federal confirmou uma nova etapa do programa “Minha Casa Minha Vida III”, com o objetivo de facilitar para uma faixa maior de brasileiros a aquisição do imóvel próprio, ampliando o valor máximo do imóvel financiado.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Parnaíba foram construídas, até 2017, por meio do Programa MCMV, cerca de 2.000 (duas mil) unidades habitacionais nas áreas residenciais denominadas de Porto das Barcas e Colina da Alvorada I e II, nos bairros Planalto e João XXIII, todos considerados bairros de grande risco social em virtude do índice expressivo de homicídios, assaltos e tráfico de drogas noticiados pelos meios de comunicação.

A área de estudo do Projeto de Pesquisa “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer” compreendeu um desses novos espaços habitacionais na cidade de Parnaíba, denominado Residencial Colina da Alvorada I. O residencial é um empreendimento do tipo loteamento, composto de 494 casas térreas, dispondo da seguinte estrutura: dois quartos, sala, circulação, cozinha e banheiro. A infraestrutura é composta de rede de água, rede elétrica, iluminação pública e pavimentação das ruas em paralelepípedo e de um deficiente transporte coletivo.

No âmbito geral, avaliado criticamente por Cardoso (2013), o Programa MCMV apresenta alguns problemas estruturais que necessitam de revisão imediata, tendo em vista que já se encontra em sua terceira fase de execução. São três problemas principais ressaltados pelo autor, quais sejam: (i) a localização dos imóveis, em áreas isoladas, distantes e que acabam gerando valorização da terra e conseqüentemente a especulação imobiliária; (ii) o projeto arquitetônico sem adaptação regional, com má qualidade nas construções e com modelo condominial inadequado ao poder aquisitivo e renda dos proprietários; (iii) o dimensionamento dos projetos, com conjuntos muito grandes, sem integração com a cidade e com insuficiência de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos. No município de Parnaíba a problemática não é diferente, evidenciando os itens apontados por Cardoso (2013) e indicando a necessidade emergente de acompanhamento dos resultados para a correção dos erros.

Como aponta Rolnik (2012), a proposta do Programa MCMV está focada principalmente no direito ao bem de consumo reduzido à casa. Apesar disso, convém evidenciar que os princípios em que o Programa se constitui são mais amplos, porém pouco concretizados na realidade. Um exemplo claro está na carta de adesão dos municípios ao Programa, onde cada

municipalidade se compromete com “a execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos” através da instalação ou ampliação dos equipamentos e serviços de educação, saúde, transporte e lazer dos novos espaços habitacionais. Via de regra tal compromisso não está sendo cumprido e, pelo contrário, os conjuntos habitacionais estão cada vez mais distantes dos centros urbanos e desassistidos de serviços, equipamentos e infraestruturas que atendam às necessidades dos futuros moradores.

O foco do estudo, que se desenvolveu na área, centrou-se na temática do lazer, sob a ótica que promove Silveira (2015), ao destacar que “é preciso analisar a essencialidade do lazer como direito que permite ao indivíduo liberdade de expressão e satisfação de suas necessidades imateriais” (Silveira, 2015, p.17).

Visto que a maior parte do contingente populacional das grandes cidades brasileiras vive em situação de desigualdade, percebe-se a importância de políticas públicas, como garantia de que essas pessoas irão ter acesso a direitos como transporte, habitação, saneamento básico, segurança, conforto ambiental, enfim, todos os elementos que compõem o bem-estar de uma cidade, inclusive o elemento lazer, que independe de traços e operações exclusivamente materiais.

A luta por reforma urbana extrapola a ideia de direito à moradia como um direito a uma mercadoria de consumo, colocada à disposição no mercado, porque inclui a concepção de um novo projeto de sociedade, muito bem descrito na entrevista de Raquel Rolnik à revista *Le Monde Diplomatique Brasil*: “O direito à moradia não é o de ter quatro paredes e um teto em cima da cabeça, mas sim uma porta de entrada para uma qualidade de vida decente, uma forma de acesso a outros direitos como educação, saúde, meio ambiente saudável, trabalho... Ou seja, não é o direito a possuir um bem”. (Rolnik, 2012)

Compreende-se desta forma que o direito à moradia inclui a satisfação das necessidades humanas e vai além de “quatro paredes” contemplando também o espaço de vivência social e ambiental, o espaço do lazer. Sendo assim, é imprescindível enxergar o lazer, não somente como uma política de atividades culturais e equipamentos esportivos, mas também como expressão da garantia de qualidade de vida e satisfação das necessidades humanas no contexto dos espaços habitacionais. Com referência a Damatta (1991), tanto a casa como a rua são espaços onde nos realizamos como seres humanos, sendo a casa, restrita mais ao ambiente familiar e a rua ao público, coletivo e diverso. Em oposição ao tempo de trabalho, que se desenvolve quando estamos fora de casa, o tempo livre está presente em ambos espaços, em ambas dimensões. Trata-se de um tempo de liberdade para realizar aquilo que nos faz sentir bem. Nessa perspectiva o direito à moradia que expande as quatro paredes

de uma habitação, abriga também o direito ao lazer, compreendendo o entorno da casa como ambiente propício à implementação de políticas públicas que garantam o uso adequado do tempo livre de acordo com os benefícios proporcionados pelo lazer.

Refletindo ao nível das teses para humanização da viagem de Krippendorf (1989) os benefícios de um lazer humanizado, ou mais, de um cotidiano humanizado, permitem que as viagens voltem a ter aquele perfume de aventura rara e excitante, ao invés de um meio de fuga do dia-a-dia ou momentos de descanso e retomada dos ânimos. Vale ressaltar que o autor faz o seguinte alerta:

A liberdade de não viajar e descansar em casa é sobretudo um apanágio daqueles que estão bem instalados e vivem num ambiente privilegiado. Se desejamos realmente exigir que todos renunciem de vez em quando a uma viagem, deveríamos, antes, modificar e melhorar as condições gerais da existência. (Krippendorf, 1989, p. 217)

A partir deste alerta surge a indagação das condições da população de baixa renda para o alcance de lazer humanizado, onde a viagem se torna aventura rara e excitante, e sobre essa liberdade de não viajar e ficar em casa, quando a própria casa não oferece meios construtivos de satisfação das necessidades de “ser, ter, estar e fazer”, que constituem a nossa própria identidade.

A pesquisa em desenvolvimento, que se divulga neste artigo, está dividida em três etapas, quais sejam: 1. Caracterização da comunidade e seus hábitos de lazer; 2. Aplicação da Matriz de necessidades de Max-Neef para verificação das formas de satisfação das necessidades existenciais (ser, ter, estar e fazer) e, por último, 3. Proposição de um sistema de indicadores para a formulação e avaliação de políticas públicas de lazer para populações vulneráveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como direito social, o lazer é considerado uma dessas prestações sociais que o Estado está obrigado a atender, representando um bem social indispensável cujo avanço abre as potencialidades dos indivíduos em busca de uma vida com qualidade.

Ainda que o direito ao lazer esteja constitucionalmente legitimado no Brasil, no senso comum o fenômeno ainda é depreciado e pejorativo, tal qual rotulam os provérbios populares antigos, principalmente em países que ainda não alcançaram uma cobertura de bem-estar social satisfatória para sua população. Neste caso, em que o Brasil se mostra como exemplo, a realidade cotidiana se expressa pela busca individual dos direitos mínimos de sobrevivência e pela oferta do Estado de serviços

e infraestrutura básica que atendam a maioria de uma população carente, com poucas expectativas para o lazer.

Ainda assim, diante de um quadro que parece desfavorável, consideramos relevante o estudo deste tema, pois é na qualidade do uso do tempo livre que são fundadas as bases do desenvolvimento humano, perpassando diversas etapas de nossa própria existência e várias gerações da nossa sociedade. Ademais, as estatísticas globais demonstram que, mesmo nos países em desenvolvimento, houve diminuição das horas de trabalho, aumento significativo do tempo livre e expansão da expectativa de vida, fatores que têm impacto na economia, na educação, na política, na cultura e na subjetividade dos indivíduos. Soma-se ainda o fato de que mesmo nas condições mais adversas sempre existe um espaço para a brincadeira, a festa, o jogo (Cascardo, 2004) e tantas outras manifestações de lazer que fazem parte da “casa e da rua” da população brasileira (Damata, 1991).

Diante deste quadro, ressignificar o lazer exige uma mudança qualitativa que equipare os valores hedonistas (bem-estar, felicidade, prazer e diversão) com os atributos de uma experiência pessoal consciente, capaz de garantir benefícios individuais e coletivos, os quais caracterizam as políticas públicas de lazer como resposta à demanda coletiva das classes sem disposição para o consumo, mas abertas ao que Cuenca Cabeza (2000) define como um modo de ser e perceber, um estado mental ou ainda um âmbito da experiência humana.

Nos apropriamos das teorias do ócio humanista, em desenvolvimento no Instituto de Estudios de Ocio, da Universidad de Deusto/País Basco/Espanha, para afirmar que a vivência plena do indivíduo se produz quando aceitamos o lazer como experiência completa e com sentido, ou seja, quando existe um processo com início, meio e fim.

La vivencia de ocio gana significación, importancia y calidad en la medida que se separa del mero «pasatiempo» y se incardina en nuestras vidas rompiendo las barreras del tiempo objetivo. La experiencia de ocio se enriquece al fijar su realidad en presente, procesual y significativamente, con el pasado y el futuro que le corresponde. El tiempo que precede a la realización de una actividad de ocio no tiene que ser necesariamente «tiempo libre», ni tampoco su tiempo posterior. La vivencia de una experiencia de ocio se inicia, o puede iniciarse, mucho antes de la realización de la actividad en sí misma. (Cuenca, 2000, p. 22)

A partir desta pauta, que justifica a pesquisa realizada, aprofundou-se o estudo na revisão bibliográfica da obra do autor chileno, Prêmio Nobel Alternativo de Economia (Right Livelihood Award) em 1983, Manfred Max-Neef, lançando como desafio ampliar a reflexão do lazer como necessidade humana e sua incorporação nas políticas públicas para o segmento.

Perversamente, a lógica do capital está presente em quase todas as instâncias de nossas vidas e no que tange ao lazer a realidade não seria diferente, pois a “indústria do entretenimento” investe crescentemente numa concepção de lazer baseada no consumo, que Pellegrin (2006, p. 108) caracteriza como “um campo vasto de investimento e exploração de negócios lucrativos, uma vez que é possível trabalhar a partir dessa demanda de ‘felicidade’ pelo consumo” sob a exploração de uma oferta diversificada de viagens, espetáculos, esportes, compras, tecnologia, etc. É uma realidade que, segundo Baumann (2001) expressa o abandono da economia produtivista por uma economia consumista, que mais tarde o autor vai identificar como a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida, caracterizando a mudança de paradigmas, com o abandono da centralidade no trabalho em direção à valorização do consumo que caracteriza a modernidade privada, regulada e compulsiva. Por outro lado, no encaminhamento político, dentre as declarações, cartas, convenções, recomendações, comunicações ou outros documentos que configuram uma agenda pública internacional, o protocolo internacional que se destaca é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ainda se apresenta atual na luta pelos direitos ao repouso e lazer, à proteção da infância, ao padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem-estar, à participação livre na vida cultural e artística da comunidade e à liberdade. Partindo do enfoque do espaço como instância social, torna-se importante citar a “Carta Mundial pelo Direito à Cidade” pois define este direito como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado que inclui a concepção de um novo projeto de sociedade. O direito à moradia inclui a satisfação das necessidades humanas e vai além de “quatro paredes” contemplando o espaço de vivência social e ambiental, ou seja, o espaço do lazer. Sendo assim é imprescindível enxergar o lazer para além de uma política de atividades culturais e equipamentos esportivos, mas sim como expressão da garantia de qualidade de vida e satisfação das necessidades humanas no contexto dos espaços habitacionais.

Analisando por outros focos, é preciso lembrar que o terceiro artigo da “Carta da Filadélfia” proclama solenemente que a Organização Internacional do Trabalho tem a obrigação de auxiliar as Nações do Mundo na execução de programas que visem, dentre outros aspectos listados, obter um nível adequado de alimentação, de alojamento, de recreação e de cultura aos trabalhadores, princípios que foram incorporados no Brasil pela legislação trabalhista e na atuação de organismos fundadores do serviço de assistência aos trabalhadores da indústria e comércio.

A “Carta Internacional de Educação para o Lazer”, subscrita pela World Leisure Organization - WLO, considera que o lazer seja:

Uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual. O lazer promove a saúde e o bem-estar geral oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem atividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses e preferências. (World Leisure Organization, 1993, p. 1).

Compreender o lazer como uma necessidade básica e coletiva permite, portanto, visualizar o alcance de suas políticas públicas no enfrentamento do mercado, do consumo e da alienação e como resposta à problemática social, uma vez que o lazer, além de constar como direito constitucional, está registrado no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, no Estatuto da Igualdade e Diversidade e no Estatuto das Cidades. Consagra a abordagem conceitual do estudo a escolha do sistema de necessidades de Max-Neef (1998), com foco no uso da matriz de necessidades e sua adaptação como instrumento de pesquisa nas atividades de investigação do Projeto. No aspecto específico do lazer, o quadro elaborado pelo autor, que foi reelaborado graficamente, apresenta a necessidade do lazer (necessidade axiológica) e suas formas de satisfação, de acordo com as necessidades existenciais.



Figura 01 | Matriz de Necessidades e “satisfatores” relacionados ao Ócio
 Fonte: Adaptado de MAX-NEEF, M. A. Desarrollo a escala humana. Barcelona: Publicaciones Icaria, 1998.

A partir da visualização do lazer no sistema de necessidades de Max-Neef é possível observar o potencial para o desenvolvimento de novas abordagens sobre políticas públicas. Comumente as atuais políticas enfatizam indicadores centrados em atividades, gastos, receita, empregos ou espaços de lazer – que são insuficientes e tendem a ignorar os critérios centrados na pessoa (por exemplo, satisfação com as experiências de lazer). Na vanguarda, se observa que pesquisas internacionais já vêm enfatizando que é possível realizar a relação entre qualidade de vida mensurando um conjunto de indicadores objetivos e subjetivos, que incluem a observação dos níveis de satisfação e seus benefícios. (Clark et al., 1990; Lloyd & Auld, 2002; Brajsa – Zganec; Merrkas; Šverko, 2011) Em busca da humanização do cotidiano, é possível citar as seguintes premissas, que fundamentam um conceito ressignificado de lazer, elaborados a partir da visão de diferentes autores:

- » Experiência pessoal não obrigatória, livre e permitida ou que permite, seja o descanso, o desfrute, o desenvolvimento humano, enfim, tudo que não for guiado por metas ou utilidade. (Cuenca Cabeza, 2000, 2011).
- » Necessidade humana que tem fim em si mesmo e tem relação com o estado físico, emocional, intelectual e espiritual da pessoa. (Cuenca Cabeza, 2000).
- » Fenômeno individual e social, de autoafirmação e identificação do indivíduo e seu coletivo. (Huizinga, 1972; Iso-Ahola, 1980; Neulinger, 1974).
- » Satisfação que se garante pela motivação e exercício da liberdade percebida, em contraposição ao exercício da liberdade determinada. Supõe a liberdade “para” ao invés da liberdade “de”. (Csikszentmihalyi, 2010; Dumazedier, 1980; Fromm, 1974).
- » Experiência de caráter processual que faz parte de nossas vidas por meio de um diálogo temporal entre passado, presente e futuro, conformando uma vivência completa para além de atividades objetivamente consideradas, como o mero passatempo ou a recreação compensatória. (Cuenca Amigo, 2009).

Todos os elementos indicados acima representam atributos de uma experiência de lazer positiva que, adotando o conceito de flow, do psicólogo Csikszentmihalyi (2010), designa uma experiência valiosa, ou que se converte no maduro e completo ócio humanista, de Cuenca (2000).

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na etapa de identificação dos hábitos de lazer dos moradores do empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I, teve sua abordagem teórica centrada na perspectiva do lazer como necessidade humana e direito social, conforme descrito anteriormente. A partir dessa abordagem foi selecionado o sistema de coleta de dados, mediante o planejamento e elaboração do instrumento de pesquisa, a determinação da amostra populacional e a definição do método de análise mais adequado. Detalha-se a seguir cada um dos passos executados, a partir do enfoque conceitual delineador do estudo, já apresentado.

Na etapa de coleta de dados foi adotado o método survey, de pesquisa quali-quantitativa aplicado às ciências sociais, para identificação do elenco de hábitos de lazer da população residente na área de estudo. Para Mello (2013), “é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro”.

Foram realizadas visitas aos órgãos públicos municipais diretamente ligados à questão urbana e habitacional da Prefeitura Municipal de Parnaíba para então elaborar uma caracterização do empreendimento habitacional. Além dos órgãos públicos, foi realizada visita à empresa de consultoria Asteca, que desenvolve trabalhos na área e fez o levantamento do total de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias beneficiárias das unidades habitacionais do Residencial Colina da Alvorada I.

Indicado o universo populacional da área de estudo, foi definido um percentual de 25% como amostra da pesquisa, tendo em vista que esta escolha proporcionaria uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 90%, considerados adequados para nosso estudo. Considerando a taxa de resposta foram confeccionados 150 questionários, cobrindo, assim, uma amostra de 30% das famílias.

A coleta de dados, por meio do questionário semiestruturado, foi feita no mês de julho de 2016 junto ao público-alvo escolhido para realização da pesquisa. Utilizou-se a técnica de Amostragem por Conglomerados, dividindo o número de casas entrevistadas por quarteirões da área de estudo. O critério estabelecido para a participação na pesquisa foi residir na casa e ter acima de 15 anos. Contendo 19 questões, seis abertas e 13 fechadas, o questionário foi aplicado com uma duração estimada de cerca de 10 minutos.

Como os participantes da pesquisa não são identificados e para não haver riscos à sua integridade como entrevistado, foram adotadas as instruções da resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, que possibilita a dispensa de registro ou avaliação pelo

sistema dos comitês de ética em pesquisa, para pesquisa de opinião pública com participantes não identificados (BRASIL, 2016).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Residencial Colina da Alvorada I está localizado na zona leste do município de Parnaíba/PI, conta com um total de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) residências compostas por estrutura padrão de dois quartos, sala, circulação, cozinha e banheiro. O local se encontra praticamente todo habitado, e a infraestrutura está composta de rede de água, rede elétrica, iluminação pública e pavimentação das ruas em paralelepípedo e de um deficiente sistema de transporte coletivo. Faltam espaços de lazer, como praças e quadras de esportes e os moradores improvisam lugares para a prática de jogos, como futebol, em um terreno próximo ao posto de saúde. Há ruelas e terrenos invadidos, que possivelmente são áreas reservadas para equipamentos públicos.

Quanto à segurança observa-se a falta de manutenção em postes de rede elétrica e até mesmo a falta dos mesmos, deixando os moradores inseguros. No entorno do empreendimento existem duas unidades básicas de saúde, que se localizam no conjunto João XXIII, e no Conjunto Raul Bacelar, distantes aproximadamente 1.600 metros do empreendimento. Além das estruturas comentadas, na época do estudo não se encontrava instalada nenhuma escola pública e a Unidade Básica de Saúde da Família – UBSF apesar de construída, possuía apenas uma enfermeira.

A análise dos 141 (cento e quarenta e um) questionários respondidos, revela que a maioria dos respondentes se declarou como chefe da família (52,5%), seguido de filhos (19,1%) e cônjuge (14,9%). Entraram nestas declarações, com baixo percentual, outras situações como avô e outros parentes. Sendo assim, observou-se que a faixa etária predominante foi de 25 a 39 anos de idade (41,8%), seguido de 40 a 54 anos de idade (23,4%). Os grupos de solteiros e casados ficaram próximos, com 38,3% e 32,6% dos respondentes respectivamente. No perfil dos entrevistados também se destaca que a maioria dos respondentes se declarou parda (68,8%) e do sexo feminino (70,2%). A questão da escolaridade é bem diversa, porém a maioria tem o ensino fundamental incompleto (31,9%). No aspecto dos hábitos de lazer foram apresentados questionamentos sobre a frequência da realização das atividades de lazer; o significado de lazer; os espaços de maior frequência nas atividades de lazer; a avaliação do respondente sobre os espaços de lazer de seu bairro; a importância do lazer e sua relação com a qualidade de vida; e por fim quais dificuldades o entrevistado identifica para a plena satisfação do seu lazer.

Sobre a frequência da realização das atividades de lazer, observou-se que é preocupante o percentual de pessoas que afirma não realizar nenhuma atividade de lazer (25,5%), num percentual que supera as realizações quinzenais (7,8%) e mensais (24,8%).

Daqueles que declararam realizar atividades semanais (29,8%), o principal hábito de lazer de segunda-feira a sexta-feira foi assistir televisão, (20% dos entrevistados). Uma pequena porcentagem indicou a igreja como uma fonte de lazer semanal. Quanto às atividades de lazer quinzenais, a opção pela praia foi de 45% das pessoas, ficando em segundo lugar as visitas a parentes e casa de amigos.

No questionamento sobre o significado do tempo livre foram identificadas três diferentes perspectivas como opções de resposta ao tema. Os resultados demonstraram que a maioria da população entrevistada indicou o tempo livre como: quando não estou trabalhando (48%), quando desenvolvo a criatividade em algo prazeroso (32%) e quando estou livre das obrigações sociais (19%).

Quanto aos espaços de maior frequência nas atividades de lazer a própria residência foi o lugar onde os moradores realizam suas atividades de lazer com predominância (41,1%), ficando outros bairros em segundo lugar, 36,2% e a rua em terceiro, com 12,1%.

A avaliação do respondente sobre os espaços de lazer de seu bairro revelou que 90% dos entrevistados respondeu que o bairro não possui nenhum espaço de lazer. Ainda no aspecto da avaliação, o questionário apresentou uma escala de valores para o entrevistado classificar os espaços livres públicos de seu bairro. Nesta questão 56,7% da amostra indicou a opção péssimo, 24,8% ruim, 1% ótimo e 9% bom.

Diante da possibilidade de reconhecer a visão de futuro dos moradores, um dos questionamentos foi a sugestão por equipamentos de lazer necessários ao Residencial Colina da Alvorada I. Assim, 85% dos entrevistados sugeriu uma praça para que as crianças possam brincar à vontade, 70% indicou uma quadra poliesportiva, 30% sugeriu um parque e 15% indicou uma academia pública.

Na questão sobre a importância do lazer e sua relação com a qualidade de vida foi verificado que para a maioria ampla dos entrevistados o lazer é importante na sua vida (89,4%). Ainda assim foi registrado o percentual de 7,8% de pessoas que declaram que o lazer não é importante em sua vida. Identificada essa importância, numa escala de valores os entrevistados apontaram a intensidade (pequena, média ou grande) da relação entre qualidade de vida x lazer para eles. As respostas foram 29%, 50% e 62% respectivamente.

Ao final do questionário os entrevistados foram indagados sobre as questões que dificultam o seu lazer e o fator financeiro foi apresentado como empecilho por 33,3% das respostas. O trabalho foi apontado em 23,4% e a falta de transporte em terceiro, com 15,6%.

5. CONCLUSÃO

Diante dos resultados apresentados as conclusões se apresentam para um recorte populacional que, de certa forma, é capaz de ser evidente não apenas no Residencial Colina da Alvorada I mas em vários outros empreendimentos habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil.

A situação que se coloca em evidência é que a maioria das moradias apresenta a mulher como chefe de família e que, apesar da valorização e importância que dão ao lazer, percebendo a sua relação com a qualidade de vida, não conseguem usufruir de seus benefícios, tendo em vista que 29% declaram realizar alguma atividade de lazer semanalmente, porém um percentual muito próximo, de 25,5%, nada realiza. Tal resultado, quando associado aos indicadores de desigualdade³ de gênero, retratam a realidade da mulher brasileira, que embora tenha maior expectativa de vida e escolaridade do que os homens ainda detêm uma renda per capita 66,2% inferior à do sexo masculino.

No conjunto de dificuldades observadas na pesquisa ficou claro que o ambiente residencial em que vivem os entrevistados não dispõe de espaços, equipamentos e atividades de lazer e por isso tem como avaliação os indicadores péssimo e ruim. Numa realidade onde o lazer no espaço de vivência cotidiana, que é a casa, não apresenta meios de satisfação dessa necessidade, muitos acabam procurando em áreas externas (espaços e equipamentos de lazer em outros bairros) essa satisfação, porém ainda enfrentam dificuldades pela falta de dinheiro, tempo (que é consumido pelo trabalho) e transporte.

A reflexão inicial uma das teses para a humanização das viagens, de Jost Krippendorf, centrada na ideia de viajar com menos frequência, ficando em casa de vez em quando para reativar a aventura das viagens é uma proposta que está longe da realidade estudada, já que para a população de baixa renda não é a liberdade que lhe permite a escolha de viajar ou não, e ainda, de aproveitar o lazer em seu ambiente residencial.

“Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer” título deste texto, constitui um novo apelo, em complemento ao próprio nome do Programa Federal MCMV, pois insere o direito ao lazer para humanização do cotidiano, beneficiando vários fatores da vida em sociedade, inclusive das viagens. Como visto no Residencial Colina da Alvorada I, os espaços habitacionais de baixa renda não atendem com plena satisfação e prazer os moradores, principalmente quando o aspecto em análise é o lazer. Bem próximo dessa realidade observam-se outras pesquisas com o mesmo perfil, como o exemplo da percepção dos moradores de quatro empreendimentos habitacionais localizados no Estado do Pará:

³ Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2015.

De modo geral, quando questionados sobre variáveis referentes à inserção urbana – acessibilidade a equipamentos sociais (posto de saúde, posto de polícia, escola), comércio, trabalho e lazer –, a percepção dos moradores foi de piora nestes itens (...). (AMORE; SHIMBO & RUFINO, 2015, p. 384)

As informações da Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União reforçam a constatação apresentada, com o objetivo de avaliar a política e as obras de habitação social do Programa MCMV. Tal documento expressa que em alguns dos empreendimentos avaliados “os entrevistados reclamavam da ausência de espaços para a prática de esportes coletivos e da deterioração dos espaços construídos” (Tribunal de Contas da União, 2016). O relatório registra ainda que a ausência de áreas de lazer e esportivas para ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes contribui para a marginalização dos mesmos, o que nos alerta para novas perspectivas de avaliação de políticas públicas.

Em geral, as políticas públicas de lazer enfatizam indicadores centrados em atividades, gastos, receita, empregos ou espaços de lazer – que são insuficientes e tendem a ignorar os critérios centrados na pessoa (por exemplo, satisfação com as experiências de lazer). Por isso há de se enfatizar que o lazer é “uma dimensão da cultura, constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo” (Gomes, 2003, p. 297).

Como dimensão cultural também devemos compreender o lazer a partir de suas determinações sócio-históricas que, nas palavras de Silveira (2015, p. 22) podem ser assim manifestadas:

Como um fenômeno ressignificado na era moderna, o lazer foi apropriado como um exemplo concreto da tensão entre trabalho e capital, perpassando por relações de hegemonia poderosas e duradouras, que expressam determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo modo de produção.

É por isso que a conclusão da primeira etapa do Projeto de Pesquisa “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer”, que caracterizou a comunidade do Residencial Colina da Alvorada I e seus hábitos de lazer, indicou a necessidade de aprofundamento do estudo em outros empreendimentos habitacionais para então chegar à identificação e comparação das relações de hegemonia expressas nas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais que os rodeiam.

A pesquisa de caracterização dos hábitos de lazer dos moradores Residencial Colina da Alvorada I demonstrou a importância do lar na satisfação do lazer, lembrando que, de acordo com a palavras de Rolnik

(2012), o lar não se restringe apenas a quatro paredes pois insere todo o entorno como porta de entrada que dá acesso a outros direitos e qualidade de vida.

O compromisso do Estado com o lazer está historicamente situado na conversão de interesses, contextos e teorias, que ressignificaram o conceito de lazer ao longo da história da humanidade. No cenário atual o processo de ressignificação do lazer tem como principal característica a ruptura com o capital, que vem se apresentando como uma tarefa difícil, mas cuja origem remonta outras transformações exigidas socialmente e que tendem a compreender o lazer, com todas as suas contradições, como fim em si mesmo.

Em políticas públicas, se analisada a crise do welfare state, fica evidente que uma das estratégias mais defendidas foi a privatização dos programas de bem-estar social, por duas razões distintas: a primeira de diminuir o gasto público e estimular a independência e a segunda de responder às demandas individualistas e diferenciadas da sociedade “pós-industrial”. (Esping-Andersen, 1995)

Sem a ressignificação de sentido, as políticas públicas de lazer, assim como as políticas universais de caráter não seletivo, tendem a se aproximar do cenário da crise do welfare state, pelas razões já apresentadas, e que podemos exemplificar no debate do prolongamento da expectativa de vida da população, visto como um problema para muitos gestores públicos. Na visão de um ministro japonês tal “problema” se resolve com a seguinte atitude: “Deixe as pessoas idosas se ‘apressar e morrer’”. No Dossiê Envelhecimento, publicado pela revista *Le Monde Diplomatique*, esse e outros depoimentos chocantes são revelados pelo escritor Jérôme Pellissier que lembra, nas palavras de Arendt, que a persistência em conceber o mundo em termos utilitários irá produzir uma massa de pessoas que poderão se tornar supérfluas” (Pellissier, 2013, s.n.)

É curiosa também a declaração, no mesmo Dossiê, do editorialista da revista *Le Quotidien du Médécin*: “Se fôssemos extremamente cínicos, diríamos que chega um momento em que, do ponto de vista da despesa pública, seria melhor que morressem aquelas pessoas que querem ficar ociosas”. Tal declaração apresenta uma dupla falta de conhecimento, revertida num preconceito sobre a pessoa idosa e sobre o ócio, que sabemos tem sua negação desde a Idade Média.

Urge a necessidade de uma conversão ideológica que considere a emancipação do lazer, numa mesma lógica de ruptura com o capital pois enquanto o próprio espaço de habitação não oferecer meios construtivos de satisfação das necessidades de “ser, ter, estar e fazer”, que constituem a nossa própria identidade, certamente haverá um distanciamento do ideal humanista de lazer e viagens para as populações de baixa renda.

REFERÊNCIAS

- Amore, C. S.; Shimbo, L. Z.; Rufino, M. B. C. (orgs). (2015). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editores.
- Brajsa-Zganec, A., Merkas, M., Sverço, I. (2011). Quality of Life and Leisure Activities: How do Leisure Activities Contribute to Subjective Well-Being? *Social Indicators Research*, v. 102, n. 1, p. 81-91.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: Acesso em: 21 out 2017.
- Cardoso, A. (Org.). (2013). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital.
- Cascudo, L. C. (2004). *Civilização e Cultura*. São Paulo/SP: Global Editora.
- Clark, S.M. et al. (1990). Time use and leisure: Subjective and objective aspects. *Social Indicators Research*, v. 23, n. 4, p. 337-352, December.
- Csikszentmihalyi, M. (2010). Leisure and Socialization. In: Rojek, C. (Org.). *Leisure studies*. Los Angeles/EUA: Sage, p. 315-323.
- Cuenca Amigo, J. C. (2009). Tiempo ejemplar: El ocio y los mundos vivenciales. In: Cuenca, .C.; Gutiérrez, E.A.. *El tiempo del ocio: transformaciones y riesgos en la sociedade apressurada*. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, p. 57-73.
- Cuenca, M. C. (2000). *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto.
- _____. (2011). Valores que dimanam del ocio humanista. cambio, choque e innovación. Documentos de Estudios de Ocio. In: Ortuzar, A.M. y Cuenca Amigo, J. (Org.). *Los valores del ocio: Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto*, n. 43, p. 17-48.
- Damatta, R. (1991). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan.
- Dumazedier, J. (1980). *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo/SP: Perspectiva: Sesc.
- Esping-Andersen, G. (1995). O futuro do welfare state na nova ordem mundial. *RBCS – Lua Nova*, São Paulo/SP, n. 35, p. 73-111.
- Fórum Social Mundial (V). (2015). Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- Fromm, E. (1974). *Medo à liberdade*. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores.
- Gomes, C. L. (2003). *Significados de Recreação e Lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.
- Huizinga, J. (1972). *Homo Ludens*. Madrid/Espanha: Alianza Editorial.
- Iso-Ahola, Seppo E. (1980). *Social psychological perspectives on leisure and recreation*. Dubuque/EUA: W. C. Brown.
- Krippendorf, J. (1989). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Civilização Brasileira.
- Lloyd, K.M. & Auld, C.J. (2002). The Role of Leisure in Determining Quality of Life: Issues of Content and Measurement. *Social Indicators Research*, v. 57, n. 1, p. 43-71, January.
- Max-Need, M. (1998). *Desarrollo a escala humana*. Barcelona: Publicaciones Icaria.
- Mello, C. (Org.). (2013). *Métodos quantitativos: pesquisa, levantamento ou survey*. Disponível em:<http://www.carlosmello.unifei.edu.br/Disciplinas/Mestrado/PCM10/SlidesMestrado/Metodologia_Pesquisa_2012-Slide_Aula_9_Mestrado.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.
- Monteagudo, M. J. (2004). Los beneficios del ocio, ¿qué son y para qué sirven? *Adoz. Revista de Estudios de Ocio*. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 28, p. 63-72.

- Neulinger, J. (1974). *The Psychology of Leisure*. Chicago/EUA: Charles Thomas.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- Organização Internacional do Trabalho. (2015). Declaração da Filadélfia. Disponível em <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- Pellegrin, A. L. (2006). Corpo e Sociedade: articulações críticas e resistências política. In: Padilha, Valquiria. (Org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo/SP: Cortez, p. 104-125.
- Pellissier, J. (2013). Com que idade nos tornamos velhos? Dossiê Envelhecimento. *Revista Diplomatique Brasil*. Junho.
- Prefeitura Municipal de Parnaíba. (2017). Disponível em: <http://parnaiba.pi.gov.br/phb/>. Acesso em: 20 jan 2017.
- Rolnik, R. (2012). Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. *Revista Diplomatique Brasil*, São Paulo/SP, 6 fev. Entrevista a Luis Basilino.
- Silveira, S. V. (2015). Da “Política de Instante” à “Política para o Instante”: uma crítica de Políticas Públicas de Lazer. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA.
- Tribunal de Contas da União. (2016). Relatório de Auditoria. Acórdão 2456/2016. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/*/KEY%3AACORDAOCOMPLETO-2012910/DTRELEVANCIA%20desc/false/1> Acesso em: ago. 2017.
- World Leisure Organization. *International Charter for Leisure Education*. Cedar Fall/ EUA: WLO, 1993.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER PARA IDOSOS EM TERESINA/PI: UM MERGULHO NA PERCEPÇÃO DOS IDOSOS ATENDIDOS

*Patrícia Cristina Carvalho Freitas
Shaiane Vargas da Silveira*

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa ora relatada teve como objetivo analisar a percepção dos idosos atendidos pelo Programa “Atividade Física e Qualidade de Vida na Terceira Idade”, enquanto política pública de lazer direcionada a esse estrato etário e desenvolvida pelo Município de Teresina/PI. Essa análise foi feita a partir dos discursos dos idosos atendidos acerca de suas experiências e vivências com o Programa e dos fundamentos teóricos das visões crítica e funcionalista do lazer.

A preocupação central foi compreender as raízes históricas e epistemológicas presentes quando do nascedouro dessa política e a identidade (ou não) com a visão dos idosos atendidos, na condição de destinatários dessa ação pública. Tal preocupação derivou da necessidade de se conhecer de forma aprofundada os efeitos ou resultados de uma determinada política pública, na esteira dos estudiosos do ciclo das políticas públicas – Finkler e Dell’Aglío (2013) e Costa & Castanhar (2003), entre outros, os quais afirmam que as políticas públicas reclamam análises e avaliações a fim de que se obtenham dados para aquilatar os benefícios (ou não) daquela iniciativa pública e, então, embasar decisões governamentais.

O aprofundamento na percepção dos destinatários dessa política pública exigiu que se conhecesse o perfil dos idosos atendidos, o contexto social e econômico no qual se encontravam inseridos e como tais elementos influenciaram na visão por eles construída acerca do Programa. Assim, a pesquisa buscou, em primeiro lugar, identificar o perfil dos idosos atendidos pelo Programa; em segundo lugar, apreender os fatores eleitos pelos stakeholders quando da formulação e implementação

dessa atuação governamental; e, por fim, analisar os discursos dos idosos atendidos acerca do Programa para cotejá-los com os fundamentos teóricos das visões crítica e funcionalista do lazer.

Para tanto, se traçou o perfil do idoso atendido por meio de elementos como gênero, idade, nível de instrução e de renda, participação no Programa desde o início das atividades, entre outros aspectos que permitiram reflexões à luz da literatura existente sobre a temática. Ao lado desse perfil traçado, foram realizadas entrevistas com os idosos participantes do Programa que permitiram a análise dos seus discursos sobre as experiências vivenciadas, de modo a buscar uma identidade (ou não) com o que foi gestado pelos stakeholders para essa política, a partir das visões funcionalista e crítica do lazer.

Até então, as pesquisas envolvendo as necessidades dessa parcela da população se concentraram principalmente em ações públicas de saúde e assistência social que permitam o aumento da sobrevivência desses idosos (Alvarenga et al, 2011; Camarano, 2010; Fernandes, 2012) ou, ainda, nas políticas públicas relacionadas ao esporte, prática de atividade física, efeitos do sedentarismo (Zaitune et al, 2007). Logo, vislumbrou-se uma lacuna epistemológica no estudo do lazer enquanto necessidade da população idosa, haja vista a importância de se conhecer os benefícios advindos de ações públicas nessa seara, bem como as limitações e contornos dos tímidos programas atuais a fim de propor melhorias e adequações.

Essa constatação deriva do reconhecimento de que a tendência de envelhecimento da população mundial implica desafios para o Poder Público, na medida em que é preciso revisar os serviços institucionais nos mais variados setores, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou políticos (Nascimento, 2015). A visibilidade dessa parcela populacional, seja pelo seu contingente, seja pela sua posição atual de reivindicação de seus direitos, induz a necessidade de o Poder Público reavaliar os gastos públicos e a necessidade de implementação de políticas públicas específicas para esse estrato social (Nascimento, 2015).

Neste relato, são apresentadas as bases teóricas da pesquisa, sobretudo quanto ao lazer como necessidade humana e seu papel representativo de instância de resistência para o segmento etário dos idosos; o perfil dos participantes dessa política pública desenvolvida pelo Município de Teresina/PI, suas percepções quanto às atividades ali desenvolvidas e, por fim, a discussão das experiências e vivências relatadas com as correntes funcionalista e crítica do lazer.

2. LAZER: NECESSIDADE HUMANA E ELEMENTO DE RESISTÊNCIA.

BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO LAZER NO BRASIL

Os estudos sobre o lazer no Brasil foram influenciados, durante muito tempo, pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier (1976), para quem o lazer era visto como um mero conjunto de ocupações, de atividades em si, às quais o indivíduo se entregava de livre e espontânea vontade após livre das obrigações profissionais, familiares e sociais, e com interesses bem definidos: descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal. Logo, o conceito de lazer que influenciou sobremaneira os estudos nacionais acerca da temática se relaciona às características de libertário (liberação das obrigações profissionais), desinteressado (não vinculação a um fim específico), hedonístico (busca do prazer) e pessoal (o lazer como resposta às necessidades do indivíduo) (SILVA et al., 2008). Portanto, o lazer não era visto como um fim em si mesmo, mas apenas como instrumento para se alcançar o descanso, divertimento e/ou desenvolvimento pessoal.

Com o passar do tempo e o interesse de outros estudiosos acerca do assunto, há um redimensionamento da compreensão do lazer, sob o prisma da cultura. Gomes (2008) se considera uma pesquisadora que defende essa ampliação do olhar sobre o lazer como algo fundamental para o avanço dos estudos sobre o fenômeno e que há uma tendência na atualidade brasileira em compreender o lazer como uma dimensão da cultura. Surge, pois, estudos que se concentram em uma visão humanista ou crítica do lazer.

Para a visão humanista, o lazer é uma criação humana que dialoga com as outras esferas da vida (GOMES, 2008). O lazer deve ser pensado no campo das práticas humanas, como fenômeno dotado de sentido e significados vivenciados pelos diferentes sujeitos nos mais variados contextos sociais, a partir de suas construções subjetivas e objetivas (Gomes; Faria, 2005). Sob essa perspectiva humanista, o lazer pode ser entendido da seguinte forma:

(...) uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo. (Gomes, 2004, p. 125)

Verifica-se quatro elementos sobre os quais o conceito acima se estrutura: tempo, espaço/lugar, manifestações culturais e atitude. O tempo, que seria o momento presente e não os períodos institucionalizados de lazer (férias, feriados, finais de semana, aposentadoria); o espaço/lugar como aquele conquistado pelo sujeito, independente do espaço

físico; as manifestações culturais que respeitam a práticas e os valores subjetivos de quem os vivencia; e a atitude que está relacionada com a ludicidade (Gomes, 2004).

Para Cuenca (2019), o lazer possui também uma função social, na medida em que aprimora as relações entre as pessoas, além de outras funções econômicas, psicológicas ou inovadoras. O lazer não pode ser entendido como fenômeno isolado, estático, dissociado da dinamicidade da sociedade. Mas, antes, “ele se manifesta em diferentes contextos de acordo com os sentidos e significados produzidos e reproduzidos por meio de relações dialéticas dos sujeitos nas suas relações com o mundo” (Gomes, 2008, p. 11).

Sobre essas relações dialéticas observáveis no âmbito das políticas públicas Silveira (2015, p. 23) escreve que existem fortes barreiras a serem derrubadas, pois:

As ações do Estado Brasileiro levam em conta o lazer como instrumento para o qual se desenvolvem propostas instantâneas que reforçam a relação de hegemonia, que subordina o lazer às indústrias esportiva, cultural e de entretenimento, que se limitam à mercantilização do esporte, à espetacularização, à construção de espaços lúdicos sem proposta significativa e à massificação das experiências.

O LAZER COMO NECESSIDADE HUMANA E ELEMENTO DE RESISTÊNCIA DOS IDOSOS

Ao lado dos vieses humanista e funcionalista do lazer, o estudo também permitiu a análise da participação dos idosos teresinenses no Programa como uma necessidade humana e como elemento de resistência frente ao contexto capitalista em que se encontram inseridos.

O lazer como necessidade humana dos idosos implica em uma participação ativa do Poder Público na consecução de atividades que permitam o exercício desse direito social. Ao analisar as atividades de lazer praticadas pelas pessoas idosas, Dumazedier (1999) conclui que existem cinco grandes categorias, conforme o critério de necessidade de realização do corpo e do espírito dos indivíduos: lazeres físicos, lazeres artísticos, lazeres práticos, lazeres intelectuais e lazeres sociais.

Cuenca (2019) afirma que no momento de vida da velhice – por ele denominado de quarta era a partir da leitura semiótica do quadro “The Four Ages of Man” (1629) de Valentin de Boulogne – há um tempo livre crescente que pode ou não ser utilizado em atividades de lazer e é preciso discutir os significados do lazer nesse estágio da vida. Para o autor, o lazer nessa fase da vida continua a ter as mesmas funções que possui em qualquer época da vida, com o benefício adicional de melhoria, prevenção e ou manutenção da saúde.

Ademais, a participação dos idosos nas atividades propostas pelo Programa representa um elemento de resistência ao discurso hegemônico da sociedade capitalista. Para o modelo capitalista, em um cenário de valorização excessiva do trabalho, prima-se pela valorização de jovens adultos em contraposição aos idosos, que, por essa lógica, estariam alijados do mercado de trabalho e, portanto, inservíveis a esse modelo de produção. Logo, a participação desses idosos em atividades prazerosas, que lhes tragam satisfação, representam uma microrresistência ao discurso capitalista hegemônico. A simplicidade da definição do lazer mostra que é possível direcionar a vida para outras possibilidades, que não aquelas enraizadas pelo discurso capitalista. Assim, a definição de lazer como “momento com a família”, “passeio na praia” e “ver os parentes distantes”, presentes nas entrevistas realizadas, denota um sentimento de bem-estar e felicidade, de satisfação, que independe dessa ótica de produção e consumo. É, antes de tudo, uma mensagem de “autonomia, uma aceitação de si mesmo, o que estabelece uma conexão com a sensação psicológica de vitalidade” (Cuenca, 2016, p. 21).

Como exercício dessa microrresistência, os discursos mostram que os idosos, subvertendo a lógica capitalista, querem esse momento prazeroso, já que o trabalho, que antes ocupava posição vital nas ocupações cotidianas, não mais existe ante o advento da aposentadoria. Assim, o lazer funcionaria como estratégia de resistência às realidades adversas, social ou pessoal, à frustração, ao consumo sem sentido, induzidos pela velhice, para conferir novos significados à vida (Cuenca, 2019). Para Cuenca (2019), o lazer dos aposentados deve ser um Ócio Valioso Recreativo y um Ócio Valioso Re-creativo. O lazer recreativo valioso é entendido como um livramento dos problemas da vida cotidiana, a realização de algo que dê satisfação e alegria, ao passo que o lazer recriador valioso seria o desejo de recriar algo, dar valor à vida. Sob esses dois aspectos se definiriam as especificidades das atividades de lazer para os idosos.

O lazer recreativo valioso é concebido, portanto, como as experiências em que a satisfação é mais importante que a diversão e que o envolvimento se mostra presente. É, ainda, uma área de resistência já que é onde o idoso encontra novos significados de vida que motivam seu desenvolvimento humano. É importante perceber, quanto ao aspecto da resistência, que o idoso já experimentou duas importantes transições no curso de sua vida: a) da educação para o emprego; b) do emprego para a aposentadoria. A terceira transição, que se revela na velhice, da aposentadoria – tempo livre se apresenta envolta de dúvidas e questionamentos, pois não se tem modelos definidos, e exige a combinação entre a distração/diversão (lazer recreativo) e o desenvolvimento pessoal, na busca de melhoria e prevenção da saúde (lazer recriador). (Cuenca, 2019)

DESENHO DA PESQUISA

O estudo foi desenhado em duas etapas. A primeira consistente na aplicação de questionário a 116 participantes do Programa “Atividade Física e Qualidade de Vida na Terceira Idade”, contemplando informações para traçar o perfil dos idosos atendidos, enquanto a segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas para conhecer a percepção dos idosos atendidos acerca dessa política pública de lazer desenvolvida pelo Município de Teresina/PI.

As entrevistas da segunda etapa foram aplicadas por telefone, devido às limitações próprias do momento pandêmico atual, com horário previamente agendado e com a utilização do aplicativo TapeACallPro, que permitiu a gravação da conversa e a posterior transcrição. Foram estruturadas de forma aberta, com 7 questões livres, se caracterizando como do tipo não diretivas, onde se oportunizou ao idoso liberdade para expor suas ideias e percepções acerca dos assuntos indagados, contando com as seguintes questões norteadoras:

1. Quais os motivos pelos quais você se matriculou no Programa Natação e Hidroginástica na Terceira Idade? O que você buscava?
2. Quais os principais ganhos de sua participação neste Programa?
3. Como o Programa tem ajudado na sua vida? Por quê?
4. Você pratica alguma outra atividade física? Qual? Por quê?
5. O que é um momento de lazer para você?
6. Você considera sua participação no Programa Natação e Hidroginástica na Terceira Idade como um momento de lazer? Por quê?
7. O que mais você espera do Programa com a retomada das aulas pós-pandemia Covid-19?

Após a transcrição do conteúdo das entrevistas, os discursos obtidos foram trabalhados segundo a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), baseada numa operação, ou conjunto de operações, que busca representar o conteúdo de um documento, por intermédio de procedimentos de transformação para permitir ao observador extrair o máximo de informação (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). Para Bardin (2009), o pesquisador disporá de um documento primário (informação bruta) e, por meio da aplicação da técnica proposta, obterá um documento secundário, que se constitui em representação do primeiro e, a partir do qual, serão extraídas as informações necessárias para sua pesquisa. Com base nisso, o conteúdo das entrevistas (dados brutos) foi trabalhado a fim de que se evidenciassem indicadores que permitissem inferir sobre outra realidade que não a da entrevista (mensagem).

Os achados foram trabalhados com a adoção da análise categorial de Bardin (2009). A adoção da análise categorial se justifica por sua “servibilidade” para responder o problema e os objetivos que a pesquisa se propôs, tendo em vista que se revela como melhor alternativa para estudo de percepções, opiniões, impressões por meio de dados qualitativos. Segundo Bardin (2009), esse tipo de análise consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente.

As categorias estabelecidas se revelaram de duas espécies: a) categorias decorrentes dos próprios objetivos da pesquisa, aqui chamadas de categorias iniciais; e b) categorias empíricas, as quais emergiram dos próprios dados das entrevistas e até então desconhecidas pela pesquisadora quando da formulação dos objetivos iniciais. Assim, a partir dos objetivos propostos, tem-se as seguintes categorias iniciais: “A – Benefícios do Programa”, “B- Experiências de lazer” e “C – Gratuidade”, às quais foi acrescida a categoria empírica “D – Medo da situação atual”, que se revelou muito presente nas falas das entrevistadas.

A partir dos fragmentos de discursos, unidades de significado e categorias foram realizadas análises, de acordo com os referencias teóricos que embasaram este estudo, e dentro da ótica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2009). A análise categorial permitiu identificar, nos discursos dos entrevistados, se a percepção desses idosos está mais direcionada a uma visão funcionalista (meros ganhos físicos, de combate a patologias, de saúde etc.) ou humanista do lazer (amizades, envolvimento, desenvolvimento pessoal etc.).

Ao lado disso, e como forma de enriquecer o estudo, se utilizou software Iramuteq para análises dos conteúdos das entrevistas, sobretudo pela representação gráfica da nuvem de palavras, a qual possibilita a organização sistemática do vocabulário constante no material coletado por meio do agrupamento e organização do conteúdo das entrevistas, conforme a frequência dos vocábulos ali encontrados. A representação gráfica em nuvem de palavras é de grande utilidade para a identificação rápida e fácil das palavras-chaves constantes no corpus desta pesquisa, ou seja, presente nas entrevistas realizadas, e permite, a partir da análise dessa frequência lexical, inferências acerca da percepção dos idosos atendidos pelo Programa.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA “ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE”

O Programa “Atividade Física e Qualidade de Vida na Terceira Idade” foi implementado por meio do Termo de Fomento nº 002/2018,

celebrado entre a Prefeitura Municipal de Teresina/PI, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e a Federação Piauiense de Desportos Aquáticos.

O objeto do Programa contempla a implantação e execução do projeto de atividade física e qualidade de vida na terceira idade através da modalidade hidroginástica, promovida pela Federação Piauiense de Desportos Aquáticos (F.P.D.A), visando atender 240 (duzentos e quarenta) idosos do Município de Teresina/PI. Atualmente, as aulas do Programa são desenvolvidas em duas turmas, duas vezes por semana, sendo uma das turmas de 7h às 8h e outra das 8h às 9h. Na primeira turma, estão matriculados 91 (noventa e um) alunos, ao passo que a segunda turma conta com 66 (sessenta e seis alunos), o que totaliza 157 (cento e cinquenta e sete) idosos atendidos por essa política pública.

Os fundamentos para a implantação do Programa se alicerçam nos benefícios das atividades propostas para um envelhecimento saudável, do ponto de vista biológico e mecânico, entre os quais: acréscimo anatomo-fisiológico; melhora das capacidades físicas e aspecto sócio-afetivo e se encontram descritos no Plano de Trabalho, item 3 – Justificativa, nos seguintes termos:

A prática da hidroginástica proporciona ao idoso uma melhora (sic) na qualidade de vida, devido aos vários benefícios que ela oferece, tais como:

1. Acréscimo anatomo-fisiológico: há um aumento de amplitude articular, força muscular, densidade óssea, consumo máximo de oxigênio ($VO_{2\text{máx}}$), tolerância à glicose e da sensibilidade à insulina, um risco de problemas articulares, uma diminuição da frequência cardíaca, basal, pressão articular e tensões do dia-a-dia, um relaxamento muscular, uma desintoxicação das vias respiratórias, um controle do peso corporal, uma melhora circular periférica, funções orgânicas e dos sistemas cardiovascular e cardiorrespiratório.
2. Melhora das capacidades físicas: aumento da coordenação, da agilidade, da sinestesia, da percepção, do esquema corporal, da velocidade de ação reação, melhora do equilíbrio, da direcionalidade.
3. Aspecto socioafetivo. Acréscimo da autoestima, autoconfiança, independência nas atividades diárias, reintegração, sociabilização, bem-estar físico e mental, diminuição da ansiedade e da depressão, tornam-se valorizados, mais participativos e ativos de programas de lazer e com mais vontade de viver. (Plano de Trabalho, p. 5).

O LOCAL DA PESQUISA

O Município de Teresina é a capital do Estado do Piauí, situado na Região Nordeste do Brasil. Com área territorial de 1.391,293 km², é a única

capital nordestina que não se localiza em área litorânea. Teresina é a cidade mais populosa do estado, contando com 868.075 habitantes, o que representa densidade demográfica de 584,94 hab/km² (IBGE, 2018). Possui forte ligação com o município maranhense de Timon, haja vista a conurbação entre ambas, com quem integra, inclusive, a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, a segunda RIDE mais populosa do Brasil. No aspecto econômico, Teresina destaca-se no setor terciário, de prestação de serviços, instituições de ensino, serviços médicos.

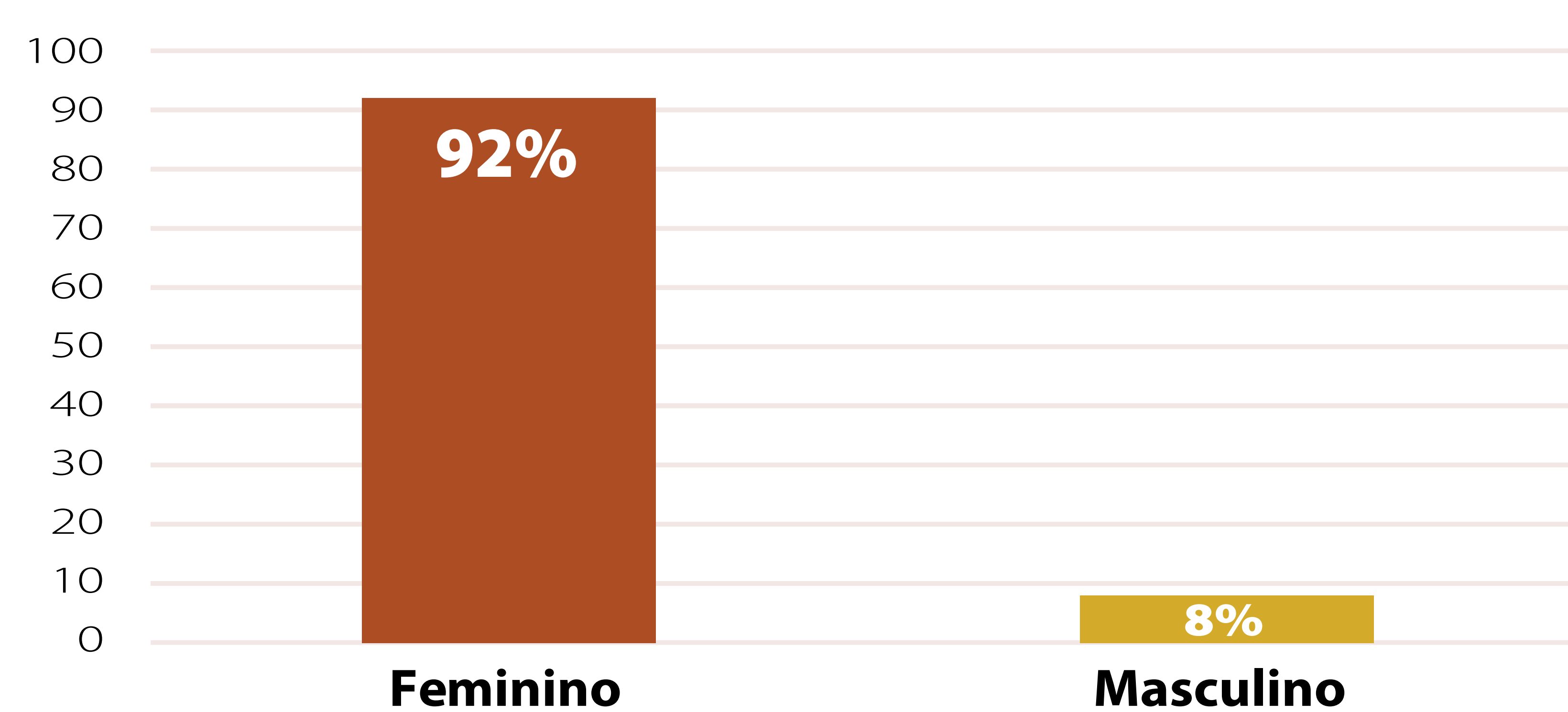
PERFIL DOS IDOSOS ATENDIDOS

a. Gênero e estado civil

A feminização da velhice constada na população brasileira¹ é refletida nos dados encontrados no Programa estudado: 92% dos alunos são do gênero feminino e apenas 8% são do gênero masculino, como apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1

GÊNERO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA (%)

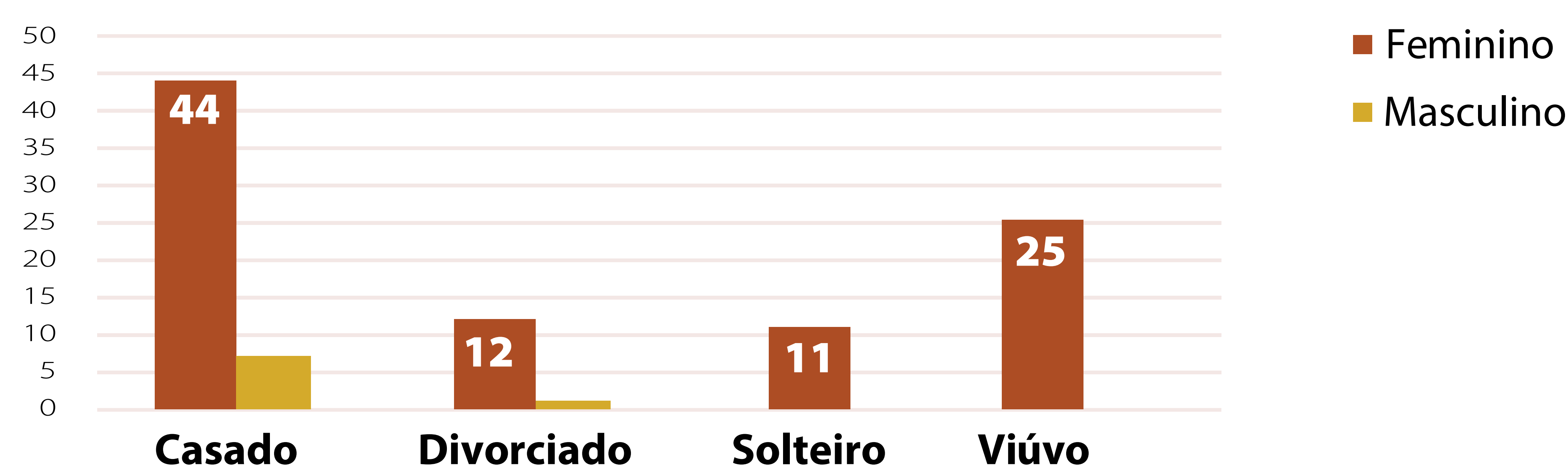


Fonte: Dados coletados pelas autoras por meio de questionário

O estado civil dos idosos atendidos pelo Programa revela que, entre as mulheres, a presença de companheiro(a) é verificada em 44%, ou seja, de 10 mulheres atendidas pelo Programa, apenas 4 delas possuem essa figura do companheiro(a). O desaparecimento da figura do companheiro(a) por ocasião da viuvez também é bem presente nos idosos atendidos pelo Programa, onde 25% dos alunos já enfrentaram a separação física causada pela morte, como mostrado no gráfico 2.

Gráfico 2

ESTADO CIVIL DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA POR GÊNERO (%)



Fonte: Dados coletados pelas autoras por meio de questionário

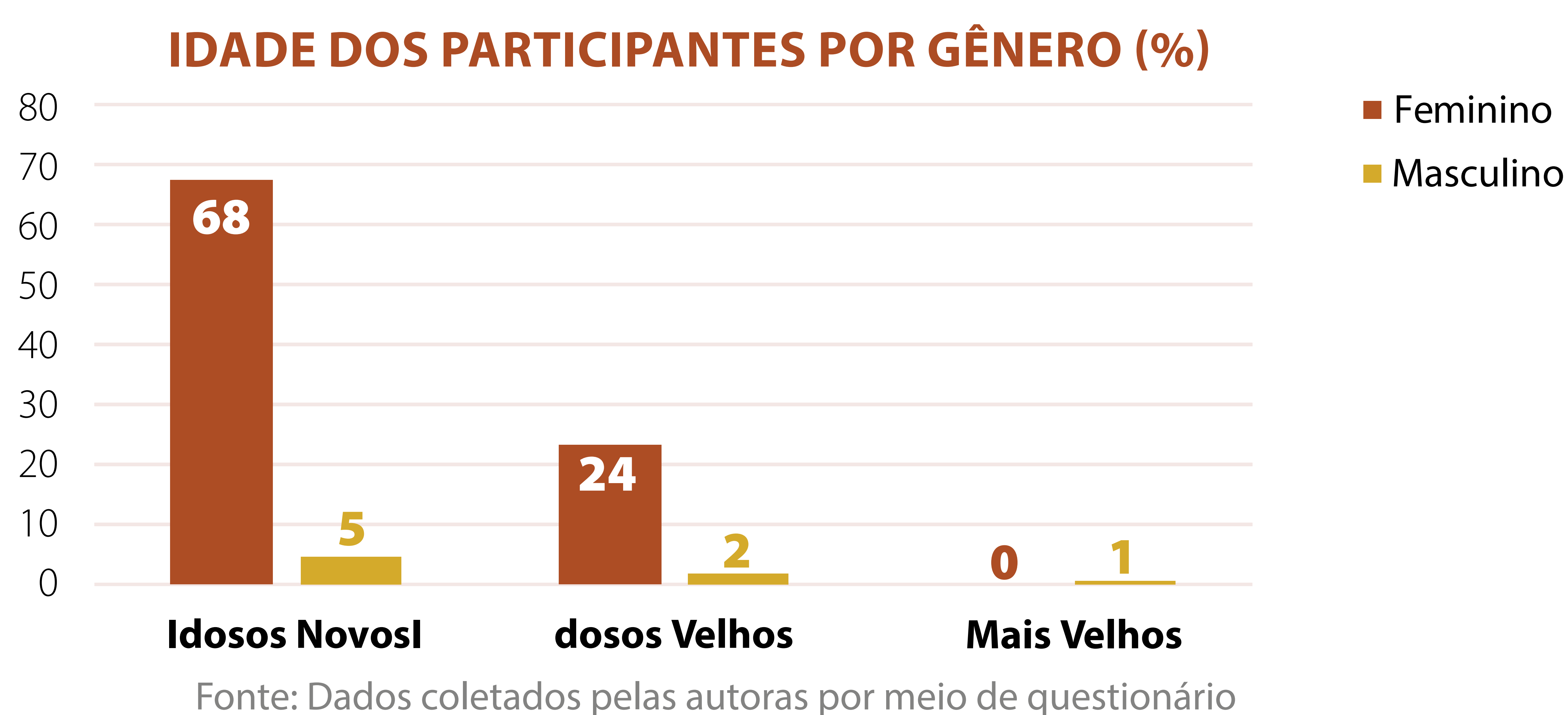
¹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2020), 7,97% da população idosa pertence ao gênero feminino e 6,29% ao gênero masculino. Ademais, a expectativa média de vida das mulheres brasileiras era de 79,9 anos em 2018, ao passo que a dos homens era de 72,8 anos. Há, pois, uma incontestável superioridade no contingente populacional de mulheres idosas no Brasil.

b. Idade dos idosos atendidos

A análise da faixa etária dos idosos participantes do Programa se revelou importante porque permitiu identificar se o declínio das condições de saúde verificado em razão da senilidade impactava ou mesmo impossibilitava a participação dos idosos nas atividades de lazer desenvolvidas dentro dessa política pública de lazer. Ao lado disso, o conhecimento acerca do perfil etário possibilitaria eventuais intervenções ou melhorias no Programa que contribuíssem para que os estratos etários – cuja participação é diminuída – sejam incorporados. O objetivo é conferir-lhes ganhos de bem-estar e de qualidade de vida, mormente se considerarmos que a população mundial e brasileira se torna cada vez mais longeva.

Assim, utilizando da classificação dos idosos quanto à faixa etária proposta por Schneider et al (2008), os dados coletados foram classificados em três níveis: idosos jovens, aqueles de 65 a 74 anos; idosos velhos, de 75 a 85 anos e idosos mais velhos, aqueles acima de 85 anos. Nesse ponto, é oportuno esclarecer que no Brasil os indivíduos com mais de 60 anos são considerados idosos, pelo critério cronológico. Logo, os participantes do programa com faixa etária de 60 a 65 anos foram incorporados ao grupo idosos jovens, na classificação proposta por Schneider et. al. (2008).

Gráfico 3



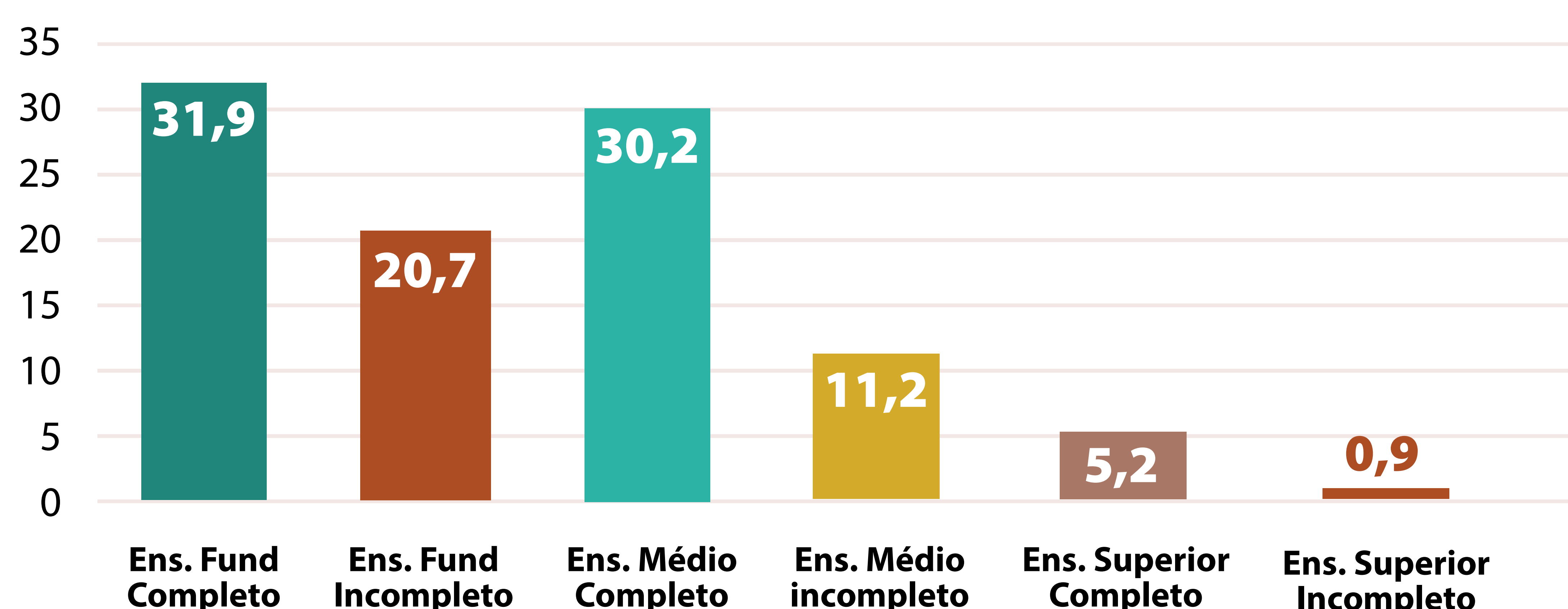
c. Escolaridade e renda

Esses dois aspectos foram tratados conjuntamente na pesquisa, pois estão estreitamente relacionados, o que permitiu algumas conclusões sobre o aspecto socioeconômico dos idosos atendidos pelo Programa. Para tanto, a escolaridade foi estratificada em 6 níveis: ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo. A renda foi escalonada em 4 parâmetros: até 1 salário mínimo, de 1 a 3 salários mínimos, 3 a 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos; por fim, acerca da aposentadoria, somente foi indagado se o idoso percebia (ou não) o benefício previdenciário de aposentadoria.

Os dados coletados indicaram que a população atendida pelo Programa é marcada pelo baixo nível socioeconômico. Na trilha do que é comum na região Nordeste do Brasil e no Estado do Piauí, o nível de escolaridade dos idosos atendidos é baixo, sendo que apenas 5,2% apresentam ensino superior completo.

Gráfico 4

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA (%)

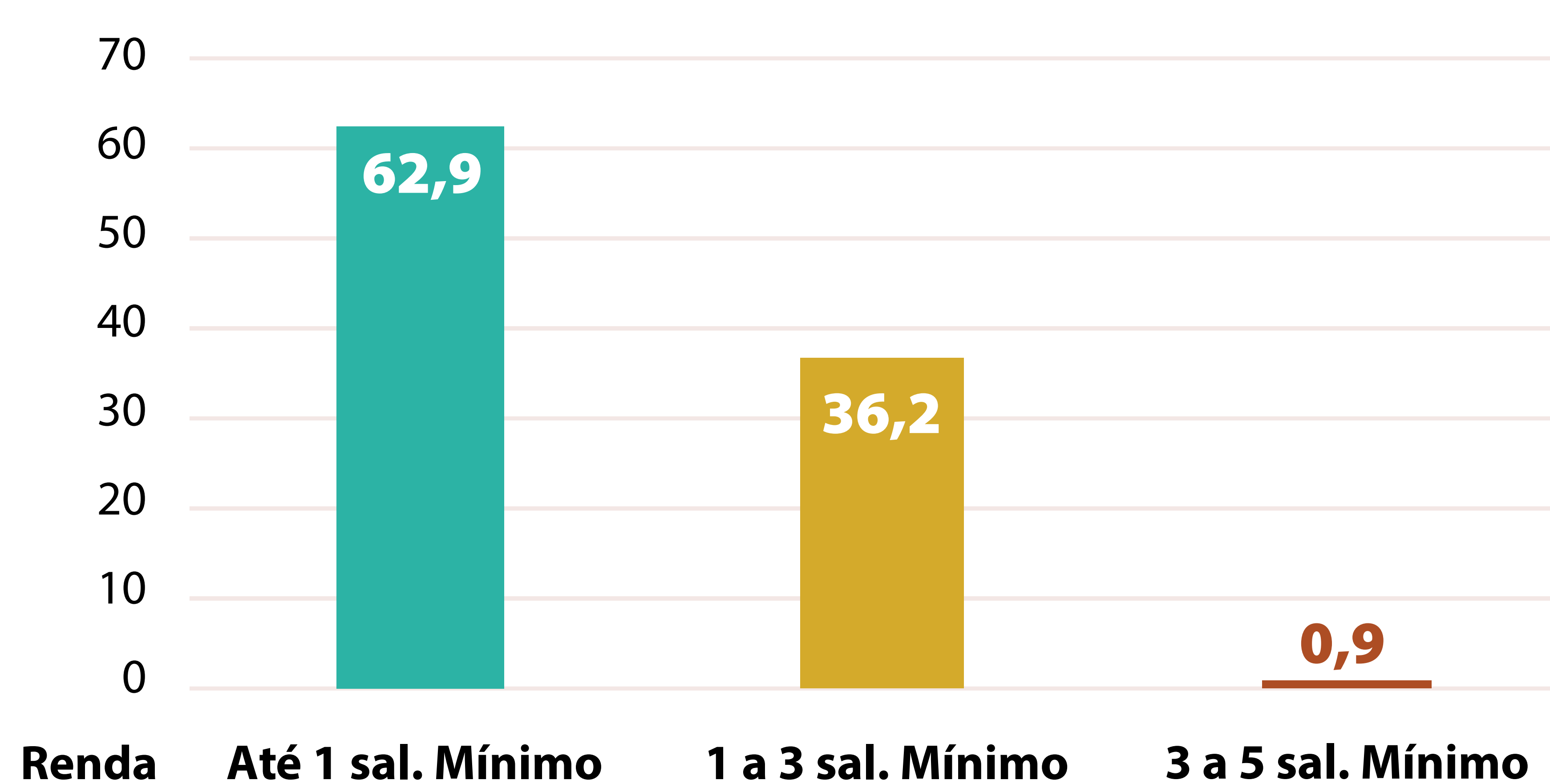


Fonte: Dados coletados pelas autoras por meio de questionário

A renda encontrada se situou, em sua maioria, no primeiro patamar de até 1 salário-mínimo (62,9%), acompanhado de 36,2 % com renda de 1 a 3 salários-mínimos e apenas 0,9% com renda situada entre 3 a 5 salários mínimos. Nesse aspecto, não foi possível concluir se o idoso atendido pertenceria, tecnicamente, a uma família de baixa renda, pois segundo a definição da Lei nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é considerada “família de baixa renda aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal de até três salários-mínimos” (BRASIL, 2007), e os dados coletados não contemplaram a composição familiar que permitisse tal análise.

Gráfico 5

RENDA DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA POR SALÁRIO (%)



Fonte: Dados coletados pelas autoras por meio de questionário

Os dados de perfil coletados indicaram que o público-alvo do Programa são aqueles idosos que apresentam uma maior vulnerabilidade social, que não dispõem de recursos financeiros para custear uma atividade semelhante na iniciativa privada – razão pela qual muitos deles têm

no Programa a única atividade desenvolvida. Assim, o Estado, dentro de uma ótica promotora do bem-estar coletivo, auferir ganhos com o aprimoramento e expansão dessas atividades, tendo em vista os efeitos reflexos dessa atuação na qualidade de vida, no bem-estar físico e mental e consequente na diminuição de gastos com assistência à saúde. Sobre isso, denotando a diminuição de gastos com políticas públicas de saúde decorrentes das ações públicas de lazer, o trabalho realizado com o Programa Vida Ativa, desenvolvido no Município de Goiânia e relatado no XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais:

O que podemos perceber de forma ainda empírica, por meio de relatos tanto da comunidade inscrita e acompanhada no programa, como de suas famílias, são melhoras qualitativas no comportamento e benefícios nas dimensões: psicológica, social e física. Conseguimos perceber uma melhor percepção na autoestima, mudanças de estilo de vida, alimentação mais saudável e maior disposição para a prática sistemática de exercícios físicos. Há maior interesse pelas atividades de convivência, como festas familiares, passeios com os (as) filhos (as) e netos (as). Notamos a construção de novos vínculos afetivos: amizades criadas dentro do grupo, e aprendizagem de novas tecnologias para a utilização e participação em redes sociais, o que promove e estimula novos vínculos. Observamos a retomada do interesse pela convivência na comunidade religiosa a qual pertencem, diminuição da tristeza e melhora na qualidade de sono. Todos esses dados são levantados por meio de informações obtidas em relatos nas Rodas de Conversa, atividade sistemática do núcleo, e se confirmam nos encontros com os familiares. Estas mudanças reforçam os ganhos expressivos com melhoras significativas na saúde global relacionada às doenças crônicas/degenerativas e incapacidades relacionadas ao envelhecimento, como: diminuição nos índices glicêmicos, manutenção de capacidade funcional, diminuição ou melhora na intensidade das crises labirínticas, estabilização ou menor perda de massa muscular, melhora nos níveis de força e capacidade coordenativa, melhora na flexibilidade e mobilidade articular, manutenção e menor perda da capacidade de equilíbrio. Especialmente para idosos, a prática de exercício físico bem orientada e realizada regularmente pode ter benefícios que impactam positivamente a qualidade de vida. (Gomes, 2018, p. 128-129)

A agenda pública governamental e os gestores devem aprimorar a percepção de que o ciclo da vida é um processo multifatorial e que as políticas públicas nas diferentes áreas precisam se articular como alternativa para diminuição dos gastos financeiros, sociais e familiares causados pelo envelhecimento populacional. A efetivação dos direitos sociais dos idosos perpassa por políticas públicas que garantam liberdade individual de saúde e gozo, com idosos mais ativos e com melhor

qualidade de vida no envelhecer. Essa posição de envelhecimento ativo gera, inclusive, reflexos positivos no olhar da sociedade sobre o ser idoso e, por conseguinte, no tão necessário respeito a essa categoria etária (Gomes, 2018).

Mergulho na percepção dos idosos atendidos

O objeto desta pesquisa indicou a relevância de um momento de escuta com os idosos atendidos pelo Programa, a fim de conhecer as experiências, vivências, relações, ganhos, limitações, obstáculos, enfim, a maior gama de interações deles com o Programa. Esse mergulho nessas percepções buscava responder à pergunta de pesquisa: a concepção desses alunos acerca do Programa, dentro de uma perspectiva de lazer. Assim, envolto no emaranhado de falas e comunicações obtidas e, imbuído desse propósito de tratamento do material obtido, foram estabelecidas as categorias, à luz da análise categorial proposta por Laurence Bardin. Segundo Bardin (2009), esse tipo de análise consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente. Logo, a partir dos discursos das entrevistadas, foram estabelecidas as categorias iniciais: “A – Benefícios do Programa”, “B – Experiências de lazer” e “C – Gratuidade”; as quais foram acrescidas de uma categoria empírica: “D – Medo da situação atual”. Os excertos dos discursos, as unidades de significados e as respectivas categorias estão dispostos no quadro abaixo:

Quadro 1 - Análise categorial das entrevistas

Fragmentos dos discursos	Unidades de significado	Categorias
Porque o que importa pra gente, porque você sabe que a terceira idade a gente tem mais é que se cuidar, tem que ter mais esse cuidado, de qualquer maneira a gente tem que fazer alguma coisa, porque a pessoa já tem a idade que tem e se é sedentário pior será.		
Eu tenho artrose, artrite, bico de papagaio, é... esse negócio de hérnia de disco, então essas coisas de osso ele é um benefício muito bom, então eu me sinto bem quando eu faço aula.	Bem-estar físico e psicológico	A. Benefícios do Programa
Assim porque a gente é deprê também, você sabe a idade ajuda, a gente chegando lá para conversar já melhora tudo, melhora, ow se melhora.		
Bom, o primeiro motivo foi por conta do meu problema de saúde né, que o médico indicou que eu teria que fazer alguma atividade física.		

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas entrevistas realizadas.

Quadro 1 - Análise categorial das entrevistas

Fragmentos dos discursos	Unidades de significado	Categorias
Eu gosto muito da hidroginástica por conta do meu problema de saúde, artrose, artrite que eu tenho.	Bem-estar físico e psicológico	
Bom... o principal é que eu melhorei muito assim, nas articulações, né, porque eu tinha problema também de artrose, eu tenho problema neurológico também nas mãos, no punho, no joelho e aí melhorou muito nas articulações.		
Eu busquei saúde, né?! Por causa das dores, que eu vinha sentindo dores, é..., nas pernas, né, e a atividade é muito boa dentro da água		
Olha os benefícios que eu vejo, tanto eu como minhas colegas, porque tem umas lá que chegavam se arrastando, hoje em dia já caminham melhor.		
eu chego lá eu faço a festa eu brinco, eu danço, caço conversa com as meninas, brinco com as meninas, então a gente faz muita amizade, coleguinha, aí se conhece mais pessoas, conversa, joga conversa fora (...)	Momento de Interação	A. Benefícios do Programa
Ave Maria, a gente faz amizade, é como uma sala de aula de bons amigos que a gente fica, a gente fica, fica ali uma hora, mas é como se fosse um dia todo, porque a gente sorri, a gente se diverte demais, demais mesmo, é muito bom, gratificante, tanto para meu problema de saúde, como psicologicamente, né, porque a gente sai do estresse, a gente vai sorrir, vai gargalhar, vai dançar, e a professora também colabora, é animada. A gente bate um papo, uma fala da outra, do problema da outra, a gente vai passando uma pra outra, a gente vai se alegrando, é uma família.		
Deixa eu te falar o que a gente arranja de amizade, muito bom as coleguinhas, a gente tipo umas meninas da adolescência, só tem "cricriça", a gente brinca que só tem "cricriças", eu sou a sapeca da piscina, quando eu não vou ficam sentindo falta de mim, que eu agito mesmo porque é tão bom (...)	Afetividade	
Ajudou nas tristezas, que a gente perde, tem um grupo assim já de fim de carreira, tem uns assim que a gente chega e diz: o meu Deus, cadê? Não, faleceu. Aí a gente se sente triste. Como agora, a minha melhor amiga de lá, que era armaria, eu perdi nessa epidemia. E além da saudade das amigas, das colegas...		
A gente procura, porque na família a gente tem tantos problemas do dia-a-dia, aí quando chega lá já é uma diversão, porque lá você encontra alegria		

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas entrevistas realizadas.

Quadro 1 - Análise categorial das entrevistas

Fragmentos dos discursos	Unidades de significado	Categorias
<p>Ah... momento de lazer na minha vida, hoje, pra idade que eu estou é pra mim, é um final de semana arrodado de filhos, de minhas irmãs, sorrindo, gasguitando, pra mim é o melhor momento de lazer. É um passeiozinho pra um lugar longe assim, rever os parentes como eu gosto. Meu lazer é isso, eu adoro.</p> <p>Aí quando a gente quer fazer um lazer, a gente procura, programa uma excursãozinha, que é pra ir a um balneário, ir a Parnaíba.</p>	Momentos em família/ fuga do cotidiano	B – Experiências de lazer
(...) porque lazer é pra gente estar lá fora, conversando, passeando, saindo de casa, pra mim já é um lazer ali. Porque eu gosto também de piscina, gosto de viajar, gosto de me divertir, eu gosto de uma praia, tudo isso pra mim é lazer. Essas coisas...		
<p>Considero, como eu lhe falei, considero, porque a gente se encontra com os amigos, a gente faz amizade, a gente se encontra, a gente gasguita, a gente dança dentro da piscina, tem gente que gosta de se expor mais e vai dançar lá fora.</p> <p>Bom, o lazer pra mim não é só o divertimento, como eu te falei. Pra mim não é só o divertimento, é descontrair com as colegas, com os amigos. Pra mim, é isso.</p>	Diversão, divertimento	
<p>E também a facilidade de lá também, a facilidade que a gente não paga, aí já ajuda muito a gente porque a gente não tem condição de tá pagando cara, a aula cara e muito bom pra saúde da gente, a professora maravilhosa e os motivos são esses: vida saudável.</p> <p>Por que às vezes a gente, a gente é uma aposentada, não tem um dinheiro suficiente pra fazer outros tipos, tipo pagando, tudo é caro, você sabe, atividade e tudo é caro. Eu faço academia aqui é pagando, mas não é muito caro, mas outras tipos de coisas boas, eu sei, tudo isso são boas, mas são muito caras, a gente é porque não tem condição de ficar pagando, por isso que lá é uma coisa...</p> <p>é uma facilidade pra nós, nós não podemos perder, porque além de ser bom, é de graça pra nós, nós não podemos perder, temos que dar valor.</p> <p>É sim porque hoje em dia você faz nesses outros clubes que pede para saber quanto é a hidroginástica: é R\$ 120,00, é R\$ 130,00, e do jeito que tá as condições hoje em dia, a gente não tá dando pra tirar esse dinheirinho do bolso</p> <p>Por isso que é gratuito e a gente faz de tudo pra que não acabe, sendo o secretário está nos visitando, e aí a gente reza e pede pra que nunca acabe o projeto</p>	Dificuldade financeira	C - Gratuidade

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas entrevistas realizadas.

Quadro 1 - Análise categorial das entrevistas

Fragmentos dos discursos	Unidades de significado	Categorias
<p>Porque o pessoal tão com medo e tudo, mas eu tô indo com Deus em primeiro lugar pra nos defender (...) Em primeiro lugar, porque eu não vou sozinha. Eu vou com Deus e tenho muita fé, eu me apego com Ele pra Ele nos defender, não só a mim, mas a todos nós. Mas a gente leva duas máscaras, a professora pediu, álcool-gel na minha bolsa pra gente ficar passando, enfim, a gente se cuida, mas com fé em Deus não vai acontecer nada de ruim, nada de errado.</p> <p>Deixa eu te dizer, eu já tive o Covid, a doença réia. Mulher deu um problema seríssimo, eu fui no médico e tudo. Mas Deus é tão maravilhoso que deu bem certinho, acredita.</p> <p>Ajudou nas tristezas, que a gente perde, tem um grupo assim já de fim de carreira, tem uns assim que a gente chega e diz: o meu Deus, cadê? Não, faleceu. Aí a gente se sente triste. Como agora, a minha melhor amiga de lá, que era armaria, eu perdi nessa epidemia.</p> <p>Muita gente tem medo, mas a gente se previne, todo mundo na piscina é de máscara, a gente usa o álcool-gel, a professora limpa as escadas, e todo dia ela passa isso pra gente</p>	<p>Superação da pandemia</p>	<p>D – Medo da situação atual</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas entrevistas realizadas.

Os fragmentos dos discursos revelaram a identificação ou, pelo menos, o reconhecimento de uma aproximação das atividades desenvolvidas pelo Programa com as experiências de lazer. Contudo, não se percebe, ao longo das entrevistas, que os idosos reconheçam essas atividades como integrantes de uma política pública de lazer voltada a esse estrato etário. Em outros termos, os idosos não revelam essa percepção macro de que aquelas atividades do Programa integrariam uma ação governamental que busca determinados benefícios, dentro de um espectro de política pública de lazer para idosos. Seja pelo baixo nível de instrução formal, seja pelas próprias dificuldades financeiras em que se encontram cotidianamente imersos, os idosos visualizam o Programa como uma benesse estatal, o que é facilmente escancarado pela recorrente preocupação com a extinção do Programa ou mesmo pela ênfase em que as atividades permaneçam gratuitas. Assim, na análise dos discursos colhidos não se observou nos idosos uma compreensão completa que permita voz ativa na discussão e direcionamento das políticas públicas direcionadas ao seu grupo etário.

A perspectiva das entrevistas indicou que o lazer não é um fim em si mesmo, mas apresenta uma incontestante relação com outras esferas da vida pessoal e social. Essa perspectiva vai ao encontro da corrente humanista do lazer, na medida em que entende o lazer como uma

uma criação humana que dialoga com as outras esferas da vida (Gomes, 2008). Assim, inserido numa relação dialética com as necessidades físicas de aplacar as eventuais dores ou queixas decorrentes das alterações fisiológicas da velhice, o Programa “Atividade Física e Qualidade de Vida na Terceira Idade” representaria uma dimensão da cultura constituída pela vivência com os outros participantes, num cenário de interação social, apoio mútuo, estabelecimento de laços afetivos e, até mesmo, desenvolvimento pessoal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se desvendar a percepção dos idosos atendidos pelo Programa “Atividade física e Qualidade de vida na Terceira Idade”, por meio da exploração dessa política pública de lazer desenvolvida pelo Município de Teresina/PI. A análise das entrevistas aplicadas permitiu a obtenção de unidades de significado e de categorias, à luz da abordagem metodológica da Análise de Conteúdo, com uso das classificações de Laurence Bardin (2009), aliada ao uso do software Iramuteq. A trilha metodológica eleita permitiu que os sujeitos de pesquisa apresentassem livremente suas vivências, experiências e percepções; cabendo ao pesquisador, com suporte no referencial teórico selecionado, preparar o “corpus” da pesquisa para as análises servíveis, aquelas que possibilitem responder à pergunta de pesquisa e aos objetivos traçados. Acerca do referencial teórico que suportou as análises realizadas, destacam-se o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1999), Christianne Luce Gomes (2008) e Manuel Cuenca (2019).

A análise dos resultados indicou que os idosos atendidos compreendem o Programa “Atividade Física e Qualidade de vida na Terceira Idade” como uma representação de lazer e perfilham uma visão mais humanista da prática – ainda que mobilizados inicialmente pela perspectiva instrumental da busca da saúde física –, na medida em que relatam experiências de convívio, interação, laços de amizade, desenvolvimento pessoal, ou seja, vivência e prazeres que excedem a mera prática da atividade física e os eventuais ganhos motores ou associados aos exercícios ali ministrados. Os achados das entrevistas indicaram que os idosos compreendem o Programa estudado como uma vivência de lazer relacionada a outras esferas da vida pessoal e social, onde a liberdade de expressão, o desenvolvimento pessoal, as aspirações dos participantes são consideradas, inclusive pela figura que atua como mediadora, a professora.

Logo, os idosos atendidos pelo Programa “Atividade Física e Qualidade de vida na Terceira Idade” percebem essa política pública de lazer com um viés mais humanista, na esteira dos estudos de Christianne Luce Gomes

(2008) e Manuel Cuenca (2019). É oportuno registrar que essa percepção não é antagônica àquela funcionalista, uma vez que elas se comportam de maneira complementar e não se encontram de forma estanque, exclusiva, em uma determinada ação pública. Os resultados indicam, pois, uma preponderância na percepção da política como humanista ou crítica, nunca uma dicotomia ou exclusividade. Antes de tudo, as correntes funcionalista e humanista do lazer devem ser entendidas numa visão dialética, cujo constante diálogo enriquece o estudo do tema.

Assim, esses achados de pesquisa podem contribuir para que os gestores públicos municipais direcionem essa política pública de lazer, operando as reformulações e/ou intervenções necessárias – entre as quais se destaca a manutenção do caráter gratuito, o qual é reforçado nas falas das entrevistadas e no perfil socioeconômico encontrado – de modo a garantir essa experiência aos idosos do Município de Teresina/PI.

Por fim, é preciso registrar que os idosos atendidos pelo Programa “Atividade Física e Qualidade de Vida na Terceira Idade” já revelaram certa consciência das noções de envelhecimento ativo, busca da saúde, de qualidade de vida, ou seja, de conceitos tão propalados nas modernas visões do envelhecimento. Contudo, ainda não se portam como sujeitos políticos, com voz ativa e altiva na arena decisória. Essa carência no comportamento político desses idosos atendidos pelo Programa deve-se, em parte, à ausência de compreensão daquelas atividades como integrantes de uma atuação mais ampla, macro, de uma política pública de lazer para idosos. Visualizam-na como uma mera benesse ou liberalidade estatal, quando, é certo, deveriam encará-lo como tímida atuação pública na esfera das políticas públicas de lazer voltadas para esse estrato etário.

Assim, a ampliação de políticas públicas de lazer se faz premente, dado que os idosos não podem ser vistos apenas a partir da idade ou de aspectos econômicos. O lazer tem outras funções que não apenas a sua utilização para manutenção da saúde. É um elemento complexo e multidimensional. E a percepção dos idosos participantes, nesse caso, se faz muito importante para que se possa compreender todas essas dimensões e a observação pelo poder público para a oferta de mais programas do tipo.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, M. R. M. et al. (2011). Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família. *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2603-2611, mai. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500030&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. São Paulo. Edição 70.
- Brasil. Lei nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Altera a Lei Orgânica da Previdência Social no tocante à contribuição do trabalhador autônomo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6135.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2020.
- Camarano, A. A.; Kanso, S. (2010). As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 232-235, jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- Costa, F. L.; Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, *Revista de Administração Pública*, 37 (5), set./out. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509/5093>>. Acesso em 25 de out. 2020.
- Cuenca, M. (2019). El ocio como resistência: sentido del ocio al envejecer. In: Baptista, Maria Manuel; Pereira, Maria Joana Alves; De Almeida, Alexandre Rodolfo Alves (Orgs). *Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos*. Coimbra. Grácio Editor.
- Cuenca, M. (2016). Ócio autotélico. In: Martins, J. C. O. (Org). *Dossiê: Ócio, Lazer E Tempo Livre*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação. (2), 1-28.
- Dumazedier. (1976). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1999). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- Fernandes, M. T. O.; Soares, S. M. (2012). O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1494-1502. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000600029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- Finkler, L.; Dell'agio, D. (2013). Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais. *Barbarói: Sana Cruz do Sul*, nº 38, jan-jun. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100008>. Acesso em: 26 de out. 2020.
- Gomes, C. L. (Org.). (2004). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Gomes, C. L. (2008). *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. 2.ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gomes, C. L. (2008). *Lazer e descanso*. Seminário Lazer em debate, 9, São Paulo. Anais, São Paulo: USP p.1-15, 2008. Disponível em: <<http://www.uspleste.usp.br/eventos/lazer-debate/anais-christianne.pdf.pdf>>. Acesso em 10/07/2020
- Gomes, A. M. R.; Faria, E. L. (2005). *Lazer e diversidade cultural*. Brasília: SESI/DN.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Censo demográfico 2018: projeções da população – Brasil e unidades da federação*. Rio de Janeiro-RJ.
- Nascimento, C. E. M. (2015). *No compasso da Terceira Idade: Idosas no PTIA produzindo sentidos para a velhice*. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Piauí.
- Schneider, R. H.; Irigaray, T. Q. (2008). *O envelhecimento na atualidade*:

aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, Dec. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

Silva, L. R. F. (2008). Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 155-168.

Silveira, S. V. (2015). Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica das políticas públicas de lazer no Brasil. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA.

Zaitune, M. P. A. et al. (2007). Fatores associados ao sedentarismo no lazer em idosos de Campinas – SP. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1329-1338.

DA SEMIÓTICA DE LOTMAN AO LAZER DOS JOVENS

Maria Joana Alves Pereira (Alves Pereira. M.J.)

1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

A semiótica é o estudo de signos, dotados de significado e com sentido para o ser humano, abrangendo tanto as linguagens verbais como as linguagens não verbais. Pretende-se, através da semiótica, perceber como o ser humano interpreta o que existe à sua volta, através dos signos que lhe estão disponíveis.

[...] procura descrever e classificar todos os signos admissíveis e propõe-se a analisar e descrever, fundamentalmente, a representação dos objetos, dos processos e dos fenómenos, por intermédio de classes organizadas e categorias (Silva, 2013, p. 14).

Saussure (2006), faz uma abordagem semiótica da cultura a partir de dois conceitos - a linguagem e a língua: “a língua, assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é” (Saussure, 2006, p. 23). Estes conceitos são corroborados por Roman Jakobson, um dos herdeiros de Saussure, utilizando apenas nomenclaturas diferentes – mensagem e código:



(Jakobson, 1960, p. 353).

Pelo exposto, podemos perceber a forte ligação que os estudos semióticos têm com a comunicação, pelo que nos interessará começar pelo estudo do signo – palavra.

A palavra é constituinte de uma língua, contendo, portanto, signos com significado que normalmente e tradicionalmente são o veículo mais rápido para um signo que propõe um determinado significado. A palavra é, assim, constituída por um conjunto de letras (grafia) ou sons (fonia)

de uma língua e traz consigo uma ideia que deve ser associada a esse conjunto de letras e sons.

Contudo, isso não será suficiente para se trabalhar a comunicação, pois uma palavra fora do seu contexto permite uma ou mais interpretações, dependendo da perspectiva de cada sujeito. Então, para se dar a semiótica, é preciso haver uma interpretação daquilo a que vários autores, como por exemplo Lacan, chamam de “significante”, que é tudo o que está em volta do sujeito, aquilo que acontece ao redor do indivíduo e que o vai fazer ouvir determinadas palavras com um determinado sentido:

Por “significante”, Lacan quer dizer algo diferente do conceito em Saussure. O significante lacaniano assemelha-se ao signo saussuriano. A combinação de som e conceito que adquirem significado em relação a outros sons e conceitos – por outras palavras, discurso articulado - é o que Lacan pretende com significante. Por significado, o autor refere-se aos efeitos cumulativos causados pelos significantes que são reprimidos no inconsciente, mas depois aparecem como temas de identidade fixos do ser de uma pessoa. (...)

(...) Lacan reformulou o conceito de signo de Saussure, no qual, significado (conceito) é superior ao significante (som ou forma) na determinação do sentido. Lacan igualou o significado com o inconsciente e o significante com a linguagem articulada. Mas, ao tornar o inconsciente no sistema de sentido superior, acima e além do sentido linguístico, Lacan inverteu a ordem de Saussure (Ragland-Sullivan, 1982, p. 8).

Compreendemos, desta forma, que a semiótica é constituída por uma dupla face. A face semiológica (relativa ao significante) e a epistemológica (referente ao significado das palavras), sendo que a questão principal da semiótica será a relação entre o significado e o significante.

Assim, ao pensarmos na linguagem verbal, tendo a língua como código, os signos linguísticos são os responsáveis pela representação das ideias, sendo esses signos as próprias palavras que, por meio da fala ou da escrita, associamos a determinadas ideias. Podemos afirmar “que a função da palavra é representar partes do pensamento humano e que o ato de a verbalizar faz dela uma unidade da linguagem humana”. (Alves Pereira, 2014, p.183)

Partindo destes pressupostos sobre o signo palavra/linguagem, pretendemos explicar a semiótica de Iuri Lotman e uma das suas grandes conquistas de investigação que é a criação do conceito de Semiosfera. Após a teorização desta criação de Lotman, irá ser por nós criada a semiosfera jovem, partindo de todos os conteúdos e pressupostos sugeridos pelo autor.

Para Iuri Lotman, o interessante não era o estudo do signo de forma isolada, mas perceber qual a sua relação com o processo de semiose.

Lotman vai inspirar-se, sobretudo, nas teorias de Peirce e de Saussure, em que, para Peirce, um signo “é aquilo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém” (Peirce, 2005, p. 46), enquanto que Saussure acrescenta que um signo “une um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 2006, p. 80), criando assim a sua própria visão de semiótica. Para Peirce, a base de análise seria o sinal isolado e todos os fenômenos seguintes seriam considerados como uma sequência de sinais, enquanto para Saussure, isso expressaria a tendência de considerar o ato comunicacional de forma isolada. Em Saussure, a base seria, então, o ato de falar, a troca de mensagens entre o emissor e o destinatário, que seriam o elemento primário e o modelo de todo o ato semiótico. No entanto, Lotman, apesar de ter em conta as teorias de Peirce e Saussure, vai mais além, pois afirma que o todo é mais do que a mera soma das partes:

Como se sabe, na obra de Saussure, a atenção principal fora concentrada no problema de separação entre a língua e a fala, *langue* e *parole*. Os estruturalistas continuaram essa tradição ao colocarem no centro dos seus estudos, a língua, o signo, as oposições binárias, etc. Na semiótica da cultura de Lotman esses conceitos também eram importantes, porém o grande diferencial da sua metodologia é a posição central do texto (Vólkova Américo, 2012, pp. 113-114).

Constatamos pois, que qualquer uma das concepções supra-mencionadas, entre a semiótica anglo-saxônica e a semiologia baseada em Saussure, francófona, estava ligada ao elemento mínimo que é o signo, cujas características surgiriam novamente aos níveis mais complexos de significado.

Estas duas escolas semióticas, tinham como suporte, o texto e o tratamento deste, portanto, o processo de junção das palavras. Para Lotman, contudo, o texto é algo como um fragmento da cultura, que transporta no seu interior o “DNA da cultura” à qual ele pertence. Podemos afirmar que, de alguma forma, o texto funciona como uma memória cultural e que, através dele, podemos fazer a reconstrução de toda uma cultura.

Para a autora Julia Kristeva (1994), Lotman teria a ideia de que “o texto é como um ‘modelo de cultura reduzida’, não é um fenômeno filológico” (Kristeva, 1994, p.376). Pode concluir-se que, um dispositivo feito das palavras, de grafias e sinais pretos num suporte branco, não é um dispositivo estático, mas faz parte de um movimento complexo e interativo que cria o significado: a semiótica.

Ainda nesta linha de raciocínio, o texto é gerado não unicamente pelos jogos de elementos internos da linguística, ou seja, dentro de uma estrutura fechada, mas também pelos movimentos e documentos culturais. Indicando que, e numa visão mais na linha de Lotman, o

significado - o sentido -, também contribui para a percepção dos movimentos culturais descritos num documento. Ou seja, o texto não é auto-suficiente enquanto compêndio de palavras, mas demonstra também, em certa medida, aquilo que é importante e que está fora do espectro linguístico, pois o texto passa também a ser um documento cultural, no sentido em que aponta um determinado contexto cultural. Para o autor, o importante seria não estudar estes sistemas de uma forma abstrata, mas enquadrá-los no tempo e no espaço em que surgem os sujeitos da comunicação, trata-se, portanto, de um sistema dinâmico e sempre em mutação.

Lotman via assim a possibilidade de estudar a “cultura” como informação, algo que ajudaria a perceber o fenômeno, sendo que,

a compreensão da cultura como informação determina alguns métodos de pesquisa. Ela permite examinar tanto etapas isoladas da cultura como todo o conjunto de factos histórico-culturais na qualidade de uma espécie de texto aberto, e aplicar em seu estudo métodos gerais da semiótica e da linguística estrutural (Lotman, 1979, p.32).

Para tal, Lotman é influenciado claramente por conceitos de Saussure, nomeadamente sobre a sincronia e a diacronia, onde a sincronia diz respeito a etapas isoladas da cultura e a diacronia a um conjunto de factos histórico-culturais, nas palavras de Saussure,

preferimos falar de Linguística sincrónica e de Linguística diacrónica. É sincrónico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrónico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução (Saussure, 2006, p. 96).

No entanto, Lotman contraria Saussure e sugere, também, o estudo diacrónico no estudo de elementos extratextuais. Para Iuri Lotman,

nenhum código, por mais hierarquicamente complexo que tenha sido construído, pode decifrar, de modo adequado, tudo o que foi realmente dado no nível da fala do texto cultural. Deste modo, o código da época não é a cifra única, mas a predominante (Lotman, 1979, p.35).

Lotman define, assim, dois tipos de sistemas para a criação da sua definição de Semiótica cultural, concluindo que há um sistema primário e um secundário. O primário será sempre o sistema da língua natural, enquanto que os sistemas secundários são aqueles que têm como consequência o aspecto do âmbito cultura, como são exemplo, a religião, as artes, as ciências, o folclore, etc... Conclui-se, pois, que Lotman acreditava que a consciência humana é similar à linguística e que portanto, “todos os aspectos dos modelos sobrepostos à consciência (...) podem ser definidos como sistemas modelizadores secundários” (Lotman, 1976, p.37).

Para este autor era fundamental a modelização de sistemas, preconizada, igualmente, por outros autores. Existem dois modelos de sistemas e dois tipos de sistemas de modelagem, o primeiro dos quais, a língua. O sistema de modelagem primária é a base de tudo, assumindo a linguagem, a palavra, como a fundação do sistema semiótico cultural.

A título de exemplo, falaremos de territórios. Um qualquer território em que haja atividade humana, tem certos gêneros discursivos que lhe são típicos, que são específicos no aspecto discursivo e que poderão ser de difícil apreensão por parte de um receptor, e que, sem o seu contexto cultural, pode criar ruído na comunicação.

No processo de modelização, tendo como referência que para Lotman, a linguagem/palavra assume sempre o papel de sistema primário, podemos dar exemplos de sistemas secundários como são a arte, a religião, o jornalismo científico, a política e muitos outros que necessitam de ser agrupados. Indicamos, pois, as dimensões da vida social de cada um desses territórios da atividade humana, com os seus próprios sistemas de modelagem e uma série de gêneros discursivos.

No que toca às artes, como a música, a escultura e a pintura, facilmente percebemos que há tipos discursivos diferentes. O mesmo se pode aplicar à ciência, que usa um determinado tipo discursivo para transmitir conhecimento. Na escrita facilmente verificamos modelos distintos, por exemplo, entre a escrita de uma tese de doutoramento e a escrita de um romance, as estruturas de pensamento e o modelo de escrita são quase opostos.

Sob a denominação de “sistemas modelizantes secundários” consideram-se aqueles sistemas semióticos com a ajuda dos quais são construídos modelos do mundo ou de seus fragmentos. Esses sistemas são secundários em relação à língua natural primária, sobre a qual eles são construídos, diretamente (sistema supra-linguístico da literatura) ou na qualidade de formas a ela paralelas (música e pintura) (Machado, 2003, p. 125).

Umberto Eco descreve, no contexto da tipologia das culturas de Lotman, o processo de modelização:

O ponto de partida é dado pelo conceito informacional de código, correlato à noção lotmaniana de texto. O código é um sistema de modelização do mundo, sistema de modelização primário, é a linguagem, secundários os outros sistemas culturais, da mitologia à arte. Enquanto modeliza o mundo, o sistema já tem uma precisa natureza correlacional própria (ECO, 1991, p. 287).

Posto isto, identifica-se o objeto de estudo da semiótica da cultura, ao qual Lotman dá o nome de semiosfera: “desenvolve um conceito inovador para trabalhar a cultura como um sistema de sistemas: a semiosfera” (Kirchof, 2010, p.64).

Neste termo, o prefixo semio, prevê uma inflexão comunicacional através da semiose dos processos de produção de sentido e das interações entre os sistemas modelizantes primário e secundário. Conclui-se que a semiosfera acopla um sem número de “formações semióticas que produzem diferentes tipos e níveis de organização dos processos de produção de sentido” (Machado, 2020, p.2).

Lotman pretende uma analogia com a noção de biosfera de Vladimir Vernadsky (1997), onde se compreende o mundo da natureza de forma não organizada. Além disso, faz um contraponto à noção de noosfera, pois o que está em estudo não é de caráter eminentemente material.

O conceito de biosfera para Vernadsky, serviu essencialmente para designar uma espécie de vida cinematográfica, envolvendo um planeta não unitário mas que se comporta como um grande organismo vivo, onde se conseguem perceber os limites individuais das várias criaturas existentes e dos distintos seres vivos, integrados numa teia de interdependências, típicas de todos os ecossistemas.

A analogia entre semiosfera e biosfera, torna-se num grande desafio para Lotman, que pretende transferir, tanto as qualidades, como as propriedades, da biosfera para a semiosfera da Cultura:

A semiótica da cultura é definida como uma “ciência sobre a correlação funcional dos diferentes sistemas sígnicos”. Nas décadas seguintes [a partir de 1980] a semiótica da cultura tornou-se método essencial e o objeto dos estudos de Iuri Lotman que criou o termo “semiosfera” para definir o espaço em que existem todos os sistemas sígnicos, as linguagens (ou textos) culturais (Vólkova Américo, 2012, p. 83).

O autor pretende, ao estudar variadíssimos sinais, encontrar uma forma de organizar o conhecimento no campo da semiótica, tornando-a na porta de entrada para a cultura. A premissa de Lotman, era a de que os sinais apresentados pelos textos e sistemas de modelagem, teriam comportamentos semelhantes aos encontrados nos organismos vivos da biosfera, tendo assim começado a movimentar e a instalar um número de correias de transmissão da esfera cultural, fazendo os ajustes e correções relevantes para que não se tratasse de uma mera tradução do conhecimento da biologia à semiótica.

A semiosfera é, portanto, um espaço de significado, que reúne todos os sinais culturais bem como os sinais da linguagem – as palavras. Importa realçar que existe uma ordem no setor secundário de modelização - Lotman indica hierarquias dentro de um ecossistema, salientando a importância desse factor, pois a semiosfera e a semiótica não existem no espaço exterior, onde não é possível dar-se o processo de semiose. Apenas no interior da semiosfera se podem dar os processos de comunicação e o desenvolvimento de novas informações.

Se, pela analogia com a biosfera (V.I. Vernádski) destacarmos a semiosfera, se tornará óbvio que esse espaço não é a soma de linguagens isoladas, mas a condição da sua existência e funcionamento que, de certo modo, as precede e se encontra em constante interação com eles (Lotman, 2019, p. 650).

Nesse âmbito, Lotman focou-se no estudo da teoria de informação, especialmente através da proposta desenvolvida por Max Weber, nas utilizações que a teoria de informação poderia ter. Concluindo que, para se darem processos de comunicação no interior da semiosfera e se desenvolverem novas informações, não basta fazer única e exclusivamente uma transferência, pois numa transferência de informação já existente nunca se produzem mutações. Dentro de uma semiosfera só com o processo de transferência, estaríamos sempre num estado estagnado.

Pode dizer-se então, que a produção da informação é fundamental para a revitalização da semiosfera, além de que, onde há dinamização da semiosfera há mais produção de nova informação formando, segundo Yuri Lotman, uma difícil construção 'arquitetónica'. Não se pode então assumir que o universo é só um texto sem os seus próprios significantes. Com isto, introduzimos outra das características da semiosfera de Lotman - o isomorfismo. O isomorfismo caracteriza-se pela existência de fatores de forma igual ou idêntica. Deve existir, portanto, um elo entre as partes da semiosfera. No entanto, no caso de não haver isomorfismo, para que as partes ou subestruturas se intercomuniquem, têm de apresentar elementos semelhantes e dissemelhantes, mas cada uma delas tem de ser isomorfa em relação a um terceiro elemento da hierarquia vertical existente nas estruturas hierarquizadas, já anteriormente referidas.

Destacamos também que a existência destas estruturas hierárquicas verticais pode gerar um aumento quantitativo das mensagens - o sistema pode converter o objeto cultural num grande número deles. "Observamos o isomorfismo surpreendente entre a cultura - mecanismo da consciência coletiva - e a consciência individual" (Vólkova Américo, 2012, p. 209).

Nesta procura de definição de semiosfera, notamos já algumas nuances que nos levam a crer que se trata de um mecanismo específico para trabalhar a cultura. Aliás, ao longo da explanação da sua teoria, Lotman faz uma alternância entre cultura e semiosfera, como noções intercambiáveis. No entanto, pelo facto da semiosfera conter o prefixo semio, o autor enfatiza o seu aspecto semiótico, rescindindo totalmente com a noção de biosfera de Vernaszki. Como exposto anteriormente, há a existência de organismos vivos com características orgânicas que serviram de base a esta teoria, contudo, não devemos esquecer que, sempre que falamos de semiosfera, cremos que algo se está a passar dentro da esfera da cultura.

Para Lotman, todas as semiosferas têm uma certa homogeneidade, o que permite que qualquer sujeito tenha a sua individualidade e que esta individualidade seja passível de constante subjetividade.

No sentido em que existem processos de mutação, individualização e subjetivação, Yuri Lotman afirma, ainda, que uma semiosfera deve ser de caráter delimitado através da presença de fronteiras. São essas fronteiras que separam a semiosfera do não semiótico e do alosemiótico. Essas fronteiras não dizem necessariamente respeito a um território, pois são, sobretudo, de caráter abstrato, portanto, semiótico:

os textos alosemióticos parecem tão absurdos e sem sentido para quem se encontra dentro de sistemas consolidados, ou seja, dentro de sistemas cujos discursos se encontram mais próximos do interior da semiosfera. Desde que a realidade é sempre realidade-para-si, os textos alosemióticos estão fora daquilo que se constitui realidade (Rocha & Terra, 2018 pp. 137-138).

A criação de uma semiosfera não alude um mapeamento, não só pela característica abstrata da semiosfera, mas, também, pelo fato do mapeamento cultural ser criado por indivíduos numa determinada situação/espço, como é exemplo o mapeamento cultural de uma cidade. Pelo contrário, a semiosfera é criada por um indivíduo externo, não participativo, mas que detém dados suficientes para determinar a sua criação.

No que toca à criação da semiosfera de um trabalho científico, por exemplo, terá de ser feita a partir da análise e interpretação de dados recolhidos junto do objeto cultural da semiosfera em questão. Portanto, as referidas fronteiras vão separar aquilo ou aqueles que têm caráter semiótico do que não o tem. Ou seja, dentro da semiosfera, há uma separação entre o que tem natureza semiótica isomórfica do que, apesar de poder conter caráter semiótico, é de natureza desconhecida.

É no seguimento destas proposições que Lotman introduz o conceito do alosemiótico, como sendo os elementos que podem ser ignorados a partir da perspetiva da semiosfera.

Clarificando a noção de fronteira, deduz-se que será sempre um espaço que delimita, aquilo a que podemos chamar de forma corrente, uma borda. Lotman afirma que é neste lugar – na fronteira – que se produzem as interações de um mecanismo bilíngue, e onde se convertem mensagens externas, de código desconhecido, para linguagem corrente da semiosfera, bem como se processa o inverso. Como explica o autor,

a fronteira do espaço semiótico é uma posição funcional e estrutural muito importante, que determina a essência do seu mecanismo semiótico. A fronteira é um mecanismo bilingual que traduz as mensagens externas para a linguagem interna da semiosfera e vice-versa. Dessa forma, apenas com a sua ajuda, a semiosfera pode

entrar em contacto com o espaço não semiótico e extrassemiótico (Lotman, 1992, p.14).

Para Lotman, este mecanismo de interpretação bilíngue é essencial tanto para a entrada quanto para a saída de informação na e da semiosfera. Desse modo, a fronteira é uma área que de alguma forma pertence ao interior, mas também ao exterior, da semiosfera.

Fazendo uma analogia entre Lotman e Hall, podemos afirmar que este mecanismo bilíngue corresponde a um mecanismo de codificação e descodificação, objeto trabalhado por Hall no seu texto notório, “encoding and decoding”, no qual conceptualiza: “a codificação construirá alguns dos limites e parâmetros dentro dos quais se operam as descodificações” (Hall, 1980, p. 135).

Nesse caso, as áreas demarcadas de separação, ou fronteiras, estimulam o crescimento da semiótica cultural, sendo áreas de alguma instabilidade e de conflito, pois há sempre um centro e uma periferia e nem tudo o que é periferia é necessariamente inócuo. Para Lotman, é aqui que se dá o espaço de produtividade, é precisamente nestes espaços de interação dos códigos externos com os códigos internos, que são produzidas a inspiração e a criatividade. Compreende-se que este processo só se dá como consequência de algum tipo de ameaça em direção ao interior da semiosfera e que, apesar de poder ter algum tipo de produção criativa, pode ter caráter ofensivo. Clarifique-se, no entanto, que, aquilo a que se pode chamar de “margem” ou “marginalidade” não está trabalhado neste conceito de semiosfera cultural.

Como já referido anteriormente, o caráter homogêneo da semiosfera, indica que há algo que nos permite reconhecê-la com a sua própria individualidade. Apesar disso, Lotman introduz uma outra característica que denomina de irregularidade.

Uma das afirmações de Lotman é que a posição do observador, criador da semiosfera, está dependente do limite de uma determinada cultura. Ou seja, de dentro da semiosfera algo pode ser entendido como semiótico, podendo ser, contudo, totalmente alheio à semiosfera, enquanto que um observador de outra posição, de fora da semiosfera, por exemplo, pode ter uma percepção diferente. Voltando, de novo, ao “encoding and decoding” de Hall, com a codificação e descodificação de mensagens dependente de quem e do “local” onde estão a ser emitidas e recebidas.

Irregularidades (...) diversas interferências linguísticas que resultam no facto de que a maioria das linguagens que efetivamente funcionam (e não os seus modelos e metadescrições) são uma mistura de linguagens e podem ser desmembradas em dois ou mais componentes semióticos (linguagens) (Vólkova Américo, 2012, p. 209).

Ou seja, um observador criador da semiosfera, ao contrário daqueles que dela fazem parte, não pode segregar, discriminar ou cortar as manifestações periféricas populares, identificando, por isso, uma irregularidade semiótica devida a diferentes tipos de processos semióticos contidos numa semiosfera.

Além disso, dentro de uma semiosfera existem estruturas nucleares que são quem consegue ter potencial para gerar um determinado discurso que descreve o que há na periferia. Assim, a periferia seria então uma área amorfa, pois não tomou, ainda, nenhuma forma.

Ademais, a estrutura nuclear tem a capacidade de descrever o que acontece ao nível periférico, além da capacidade de se autodescrever, havendo, neste processo, uma função hegemônica que se trata de uma irregularidade semiótica. Intrinsecamente, as estruturas nucleares contém a potencialidade de estabelecer um mapa de todos os subgrupos existentes, incluindo a capacidade de caracterizar, a partir da sua perspectiva, uma periferia amorfa. Por sua vez, a periferia amorfa ditada pelas estruturas nucleares, não detém autoridade para fazer uma auto-descrição, que lhes permita elencar as suas virtudes.

A irregularidade trasmonta um papel interessante, sendo interno às semiosferas, especialmente nas semiosferas complexas, ao permitir engendrar alguma regularidade, com processos dinâmicos ou formas de produção de novas informações, dentro da própria semiosfera. Sendo a partir desta irregularidade, assimetrias, diferenças internas, nos desequilíbrios, nos poderes e nos contrapoderes que se dá, precisamente, a criação do novo. -

Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (Foucault, 2010, p. 30).

Apesar disto, Lotman lembra que nem todas as semiosferas têm o mesmo ritmo de desenvolvimento, nomeadamente em setores da cultura como o património arquitetónico, onde a reformulação de símbolos é pouco existente e, não havendo grandes estudos à cerca deste tipo de semiosfera.

Quanto ao conceito de periferia, pode-se caracterizá-la como um lugar calmo mas ao mesmo tempo, instável e até mesmo eletrizante, no sentido da existência latente da necessidade de criar o novo, por forma a igualar ou aproximar-se dos núcleos estruturantes. No que toca aos núcleos centrais, denotamos uma espécie de quietude, de códigos

pouco flexíveis que vão permitir uma interação resistente com a periferia. Por outro lado, é referida uma dificuldade de comunicação na periferia, muito provavelmente pelos códigos utilizados serem mais flexíveis, o que pressupõe um maior dinamismo, dando-se o que se pode chamar de resistência.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, fizemos uma revisão extensa da bibliografia, tendo como conceito central o estudo da Semiosfera de Lotman (1996).

A teoria de Lotman, desenvolvida sobretudo dentro da área da cultura e dos textos, ajudar-nos-á a compreender o sistema organizacional dos jovens dos séc. XXI onde se verificam vários subsistemas que co-existem com a sua individualidade, mas que, ao mesmo tempo, se inter-cruzam numa realidade mais vasta. Percebemos que alguns destes subsistemas dentro da semiosfera, são, inclusivamente, elementos interdependentes e que as ações ali realizadas fazem submergir uma semiosfera de características peculiares, diríamos até, exclusivas.

Enquanto sistema, a semiosfera Jovem é heterogênea, pois dispõe de dinamismo nos seus processos, possui um núcleo central, núcleos periféricos, e conta com fronteiras que podem acionar ou obstruir a troca de informações externas e internas.

Assim, e para melhor compreender a Semiosfera Jovem, faremos uso de certas características próprias do sistema de Lotman, a semiosfera cultural. Analisaremos a semiosfera para melhor entendermos a sua própria estrutura. A interação entre alguns subsistemas da semiosfera Jovem, faz emergir e permuta uma infinidade de informação.

Faremos uma breve introdução aos estudos que temos desenvolvido junto da comunidade Jovem¹ e, conseqüentemente, utilizaremos outras pesquisas e outros autores. Trabalharemos com autores diversos, de áreas diferentes, relacionados a cada subsistema encontrado na semiosfera por nós desenvolvida aquando o nosso Estágio Doutoral. Participamos no projeto “Unpop”, como investigadora e, também, como coordenadora e utilizámos para o estudo desenvolvido, o método da observação participante que, entre outros pressupostos, é descrito por Licia Valladares da seguinte maneira:

Uma observação participante não se faz sem um “Doc”, intermediário que “abre as portas” e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade. Com o tempo, de informante-chave, passa a colaborador da pesquisa: é com ele que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que

¹ No âmbito das nossas pesquisas e por termos trabalhado com jovens entre os 14 e os 20 anos, assumimos que, sempre que usarmos a palavra jovem, estaremos a referir-nos ao intervalo de idades supracitado.

permanecerão ao longo da investigação. Pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de “assistente informal” (Valladares, 2005, p.154).

Uma das etapas concretizadas foi a organização de vários workshops. Todo o processo realizado nos workshops, visava a resposta aos cerca de 200 inquéritos obtidos.

Durante os workshops houve a participação ativa dos jovens. Obtivemos apoio em todas as ações, tanto da parte dos professores, quanto dos diretores das escolas, como do MDM² e da CPCJ³,

Os Inquéritos foram distribuídos em todas as sessões e à posteriori analisados segundo as premissas do método de análise de conteúdo proposto por Bardin:

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é a de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos (Bardin, 1997, p.199).

Alguns pequenos trechos dessas observações, serão apresentados neste artigo para complementar e ilustrar a ideia desta semiosfera específica – Semiosfera Jovem. Contudo, fazemos ressalva ao fato de não incluirmos muitos dados específicos do estudo porque os mesmo já se encontram publicados e em livre acesso online nomeadamente em: <https://cutt.ly/fxedFBZ> e em <https://cutt.ly/BxedTRL> com os títulos, Ócio jovem e o consumo de videoclipes pop – um estudo exploratório e Ócio e Juventude- consumo de videoclipes musicais em contexto de conexão digital.

Portanto, foram sempre utilizadas metodologias adequadas ao projeto e à evolução da tese de doutoramento.

Por último, não sentimos grandes dificuldades na obtenção dos dados, os jovens foram bastante colaborativos, mas tivemos algumas limitações no que toca à análise de conteúdo pois foi necessário recorrer ao software SPSS, dado que a amostra é bastante significativa.

3. A SEMIOSFERA JOVEM

Na semiosfera Jovem, os subsistemas interceptam-se entre si, sendo dimensionados pela comunicação cultural realizada entre os jovens, que aconteceu após a análise dos dados advindos da aplicação dos métodos descritos na metodologia.

² Movimento Democrático de Mulheres

³ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Encontramos nos dados referências importantes para que, com base na teoria de Lotman, pudéssemos encontrar um núcleo central denominado por nós como – Ócio Jovem.

O ócio/lazer dos jovens é também uma das nossas preocupações neste estudo mais alargado pois também através dos dados recolhidos quisemos perceber quais as experiências de ócio dos Jovens bem como perceber em primeiro plano se a visualização de videoclipes era considerada, pelos sujeitos, uma atividade de ócio.

A música permite momentos de ócio, e a tecnologia constitui o meio adequado para essa fruição, tendencialmente num contexto sem interferências da realidade exterior. O videoclipe tem função de relevo no preenchimento dessa necessidade insaciável (Alves Pereira & Baptista, 2018, p.160).

Para a elaboração da nossa semiosfera, partimos então do subsistema - Música e videoclipes (ver fig.2) – para depois criarmos as restantes componentes da semiosfera. A premissa, como foi explicado anteriormente, era a de perceber se a visualização de videoclipes constituía um momento de ócio, tendo em conta que segundo Csikszentmihalyi et al (2001),

o ócio criativo tem vindo a ser considerado como um antídoto aos modos de vida alienados da contemporaneidade, admitindo-se que, através do “mundo das ideias”, o ócio permite à mente desligar-se temporariamente da realidade tal como a contemplamos, para que emergjam novas possibilidades que serão posteriormente transformadas em realidade (Csikszentmihalyi et al, 2001, p. 26).

Como é evidente, o subsistema, música e videoclipes, está dentro de outro sistema que é o das Indústrias Culturais, que são parte influente na existência e veiculação do videoclipe. Consideramos importante registrá-lo na nossa semiosfera, devido à forte influência que as Indústrias Culturais podem ter nas interseções comunicacionais realizadas entre os Jovens:

A Indústria Cultural pretendia focar a atenção da massa humana num só ato artístico, fomentando padrões comerciais de fácil reprodução. Tudo passaria a ser mercadoria comercializável, criando nesse mesmo processo novos tipos de necessidade nos sujeitos (Alves Pereira & Baptista, 2019, p.128).

Encontramos ainda uma outra subcategoria que tem a ver com o sistema digital. Ao longo do nosso estudo empírico e do nosso estudo teórico, percebemos várias atividades realizadas pelos Jovens que se encontram dentro deste espectro, ou seja, atividades que têm a ver com comunicação digital, nomeadamente, o jogar online, o conversar online,

o ouvir música, o ver filmes, entre outros e, na grande maioria das vezes, com acesso através do telemóvel.

A aplicação mais usada por todos os jovens, o youtube, ficou, sem sombra de dúvidas, corroborada tanto nos dados recolhidos, como nos estudos científicos analisados. Verificamos esta informação, não só na análise da nossa amostra, mas também num artigo da BBC News que conclui que,

o YouTube é usado todos os dias por quase metade de todas as crianças entre os 5 e os 16 anos de idade, na maioria das vezes através de um telemóvel ou tablet, para assistir a videoclipes, ouvir música e usar material relacionado com jogos (Coughlan, 2016, p. 3).

Como elemento hegemônico e mais afastado do núcleo central da nossa semiosfera, encontramos o sistema educativo que engloba o espaço escolar e outras atividades que pressupõem a existência de professores. Estes deram também lugar a outra categoria inserida como subsistema da semiosfera Jovem, como podemos verificar na figura que se segue.

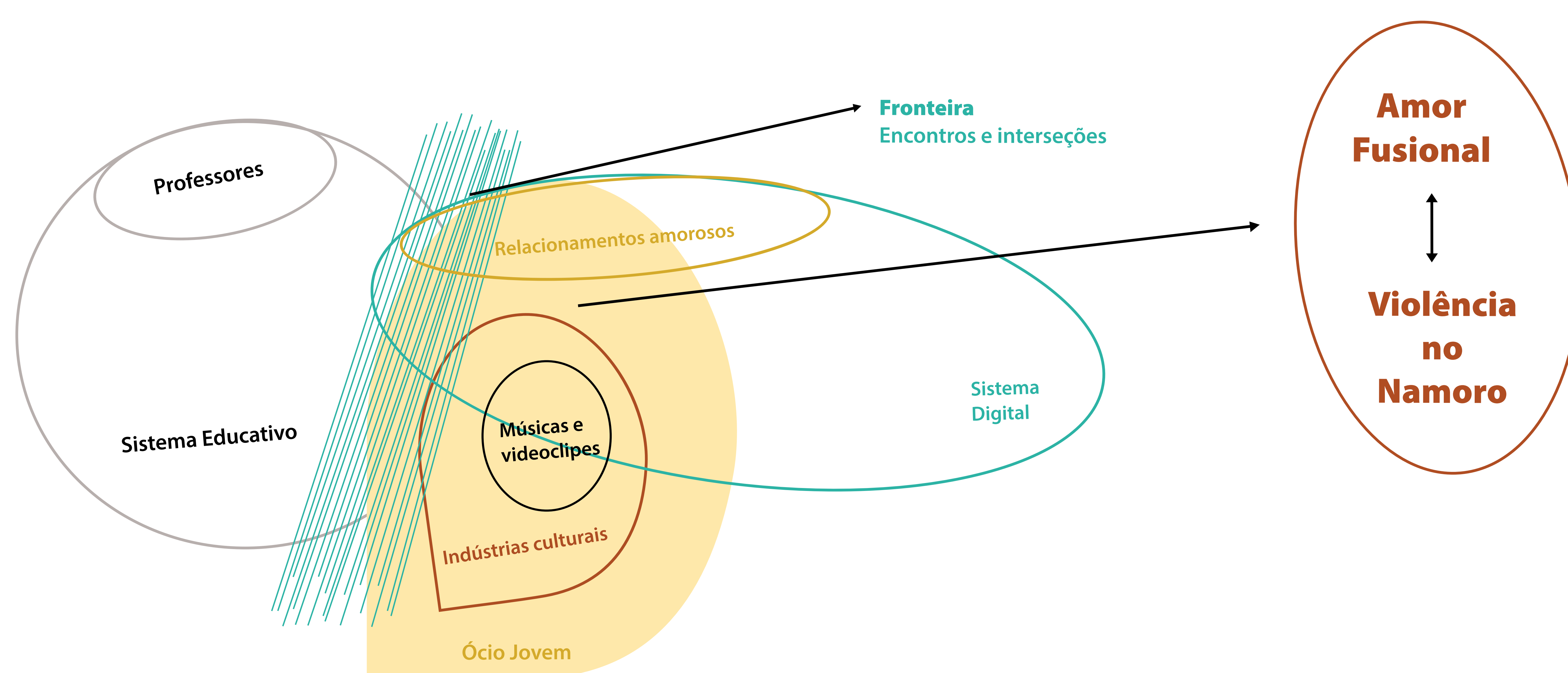


Figura 01 | Semiosfera Jovem

Por último, resolvemos incluir um subsistema denominado – Relacionamentos amorosos –, por nos ter sido revelado na análise dos dados, que os Jovens também gastam o seu tempo a namorar. Concluímos também que, por força das novas tecnologias, a comunicação feita dentro da categoria dos relacionamentos amorosos, se dá também por via digital, daí esta categoria estar colocada “por cima” do subsistema digital na representação da semiosfera, tendo interseções com outros subsistemas.

Estamos então, perante uma semiosfera criada na sua totalidade a partir das premissas de Lotman (1996), desde logo por ser uma semiosfera delimitada, com vários subsistemas, com um núcleo central e ainda com fronteiras, lugar onde se dão os encontros e as interseções, lugar onde se dá o novo, a criação.

Denotamos ainda, que existe uma homogeneidade nesta semiosfera, uma vez que se trata de lugares abstratos e físicos, perpassados pela cultura dos Jovens da nossa pesquisa, mas também pela categoria da juventude a nível geral, já que partimos em termos teóricos de alguns estudos feitos à escala global.

Esta semiosfera também apresenta características dinâmicas, pois contém movimentos ativos que podem ser inclusivamente contraditórios, mas que fazem gerar dinamismo e uma maneira própria de comunicação. Segundo Baptista (2008), “Lotman vê a cultura como algo ativo, dinâmico e internamente contraditório” (Baptista, 2008, p.12). Visualizamos também uma estrutura hierárquica, desde logo com a introdução de categorias que têm poder sobre os Jovens, nomeadamente com a existência do subsistema das Indústrias Culturais, do sistema digital e ainda com a inclusão do sistema educativo. Todos estes subsistemas ora mencionados, podem ser descritos como subsistemas de poder e hegemonia, isto é, aqueles que são imperativos para a existência desta semiosfera, pois, no fundo,

o poder não se torna nunca abstrato, nem é discutido abstraindo-se uma específica totalidade social: ao contrário, a sua noção de poder não é nunca oculta nem irresistível ou em última instância unidirecional. O conflito social de fundo é aquele pela hegemonia (SAID, 2000, p. 520).

Analisando a imagem da nossa semiosfera e, tendo como outro propósito do nosso estudo mais extenso, saber por que existe cada vez mais violência no namoro, encontramos, na semiosfera jovem, um determinado ponto em que se nota uma quebra na interseção dos subsistemas, onde se dá, portanto uma “brecha” ou, segundo Certeau, ‘táticas’, “que são determinadas pela ausência de poder” (Certeau, 2008, p.95), ou seja, o equivalente à designação de fronteira em Lotman (1996). Aqui denotamos a possibilidade de um grande número de troca de mensagens, algo que pode gerar ruído na comunicação, causando, assim, uma das características da teoria da semiosfera cultural de Lotman (1996), a irregularidade estrutural.

No fundo, na nossa pesquisa mais alargada, pretendemos perceber como são codificadas e decodificadas (Hall, 1980), as mensagens veiculadas nos videoclipes por nós trabalhados nos workshops e no inquérito advindo destes e, de que forma é que estas mensagens podem ou não influenciar os Jovens a criar relacionamentos amorosos de violência ou não violência. De notar que, durante as nossas iniciativas, utilizámos sempre o método de observação participante e que, segundo Valladares (2005), o papel do investigador pode, em certa medida, coexistir como terceiro elemento no ato da comunicação sendo este, na verdade, um “assistente informal” (Valladares, 2005, p.154).

Cremos, assim, que é neste ponto específico da semiosfera Jovem, que se dá aquilo a que Lacan (2009) nomeia como Amor Fusional. Lacan - um dos autores mais estudados na nossa pesquisa -, através da psicanálise, vai entender por relação, aquela que é proporcional, correspondida, recíproca e que está em harmonia. Ora, se na nossa semiosfera, encontramos um ponto onde há violência no namoro, podemos afirmar que se tratam de relações de poder e que, segundo Caldas (2008),

estamos a falar de relações amorosas onde os “parceiros [...] jamais se encontrarão na forma mítica de amor fusional e complementar no qual suas significações operem como equivalentes” (Caldas, 2008, p. 383).

Estamos também cientes que, pela existência deste último aspecto como parte da semiosfera Jovem e, por estarmos perante uma “falha” do sistema semiótico, se podem criar novas estruturas de resistência, uma etapa dimensional que será interessante desenvolver e estudar futuramente.

4. CONCLUSÕES

Ao longo do nosso estudo, tornou-se claro para nós, que a semiosfera jovem não se trata de uma ferramenta real, pré-existente. Esta é sobretudo abstrata, criada por um observador/investigador com base nos dados empíricos e teóricos adquiridos.

Embora a estrutura da semiosfera possa ser complexa, entendemos que os conceitos decifrados por Iuri Lotman (1996) estão devidamente aplicados à realidade por nós encontrada. Estamos em crer que esta poderá ser uma excelente ferramenta para melhor desenvolvimento das questões por nós levantadas no início da pesquisa mais alargada.

As nossas pesquisas resultaram, assim, numa semiosfera particular, embora esta também possa ser aplicada à escala global, enquanto representação do Jovem do séc. XXI. Trata-se portanto, de um organismo único, que engloba todas as premissas para a existência da semiosfera cultural, segundo Lotman. Há claramente uma base nuclear com poder dominante, há delimitação e, por isso mesmo, existem preceitos que só aos Jovens dizem respeito.

Em suma, a teoria de Lotman pode ser bastante interessante como ferramenta de trabalho de investigação, sobretudo por aclarar os significantes variados (Lacan, 1997) que existem na esfera cultural das organizações (ou sujeitos), pois é através destes significantes culturais, que são dadas as subjetivações do indivíduo.

Para nos ajudar a perceber melhor, citamos Alves Pereira e Baptista (2018), que nos dizem,

que os videoclipes favorecem o isolamento dos jovens que os consomem, sendo por isso fatores facilitadores do isolamento social e, até, do consumo de álcool (Smith; Foxcroft, 2009). Não surpreende, pois, que esta forma individualizada de fruição do ócio influencie de modo determinante a construção da identidade dos jovens, especificamente no âmbito dos seus processos e modos de subjetivação (Alves Pereira, 2014) (Alves Pereira & Baptista, 2018, p. 160).

Assim, este artigo, não se trata de um estudo exploratório, mas sim de parte de uma investigação mais alargada, elaborada a partir das teorias abordadas nos Estudos Culturais.

REFERÊNCIAS

- Alves Pereira, M. J. (2014). A “Rehab” da Palavra. *Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo - As crises, As Fases e as Ruturas*, 182–193.
- Alves Pereira, M. J., & Baptista, M. M. (2018). Ócio e juventude: consumo de videocliques musicais em contexto de conexão digital. Em C. Gutierrez & F. Chaves (Eds.), *Ócio e Cidade - O Papel do Ócio na Transformação das Cidades* (1.a ed., pp. 159–186). Rio Grande do Sul, Brasil: Editora Unisinos.
- Baptista, M. M. (2012). Comunicação Intercultural e Lusofonia—a perspectiva da semiótica da cultura. *Anuário internacional de comunicação lusófona*, 11.
- Baptista, M. M., Alves Pereira, M. J., & Alexandre Almeida. (2019). *Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos* (1.a ed.). Coimbra, Portugal: Grácio Editor. Obtido de <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/26096/1/ocio-e-resistencias-ebook.pdf>
- Caldas, H. (2008). Saber fazer com a não relação. *A sexualidade na aurora do século XXI*, 375–385.
- Certeau, M. De. (2008). *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. (Ephraim Ferreira Alves, Trad.) (15.a ed., Vol. 1). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Deleuze, G. (1990). ¿ Qué es un dispositivo. *Michel foucault, filósofo*, 155–163.
- Eco, U. (1991). *Semiótica e Filosofia da Linguagem*.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.
- Hall, S. (1980). *Encoding and Decoding. Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies*, 1972-79.
- Jakobson, R. (1960). *Closing statement on linguistic and poetics*. Em *Style in language*. Cambridge: MA: MIT Press.
- Kirchof, E. R. (2010). Yuri Lotman e semiótica da cultura. *Revista Práxis*, 2, 63–72.
- Kristeva, J. (1994). On Yury Lotman. *PMLA/Publications of the Modern Language Association of America*, 109(3).
- Lacan, J. (2009). *O seminário 18: de um discurso que não fosse semblante*.
- Lotman, I. (1976). *Teoria - a estrutura do texto artístico*.
- Lotman, I. (1979). Sobre o problema da tipologia da cultura. *Semiótica Russa*, 31–41.
- Lotman, I. (1996). *La Semiosfera – Semiótica de la Cultura y del Texto*. (Desiderio Navarro, Trad.) (Ediciones). Valencia: Frónesis.
- Lotman, I. (2019). Culture as a subject and its own object. Em *Iuri Lotman-Culture, Memory and History* (pp. 83–93). Springer.
- Machado, I. (2003). *Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura*. Ateliê Editorial.
- Machado, R. de J. (2020). *Semiótica da Cultura*.
- Peirce. (2005). De elementos de Lógica: a divisão dos signos. Em *Semiótica 2* (pp. 45–61). São Paulo: Perspectiva.
- Ragland-Sullivan, E. (1982). Jacques Lacan: feminism and the problem of gender identity. *SubStance*, 11(3), 6–20. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/3684310>
- Rocha, A. S., & Terra, K. R. C. (2018). Teologia e semiótica russa: implicações da semiótica da cultura para o discurso teológico. *TEOLITERARIA-Revista de Literaturas e Teologias*, 8(16).
- Said, E. (2003). História, literatura e geografia. Em Pedro Soares (Trad.), *Reflexões sobre o exílio e outros ensaio* (pp. 209–228). São Paulo: Companhia das Letras.
- Saussure, F. (2008). *Curso de linguística geral*. (cehelini, Paes, & Blikstein,

Trads.) (27.a ed.). Cultrix.

Silva, C. R. (2013). Signos peirceanos e registros de representação semiótica: qual semiótica para a matemática e seu ensino?

Sobre a Semiosfera. (1992). Artigos Sobre semiótica da cultura, 11–24.

Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista brasileira de ciências sociais*, 22(63), 153–155.

Vernadsky, V. (1997). *La biosfera*. Fundación Argentaria Madrid.

Vólkova Américo, E. (2012). *Alguns aspectos da semiótica da cultura de Lúri Lotman*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

PANORAMA DA PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM PERIÓDICOS DE TURISMO NO BRASIL¹

*Leonardo Farias da Silva
Shaiane Vargas da Silveira
Solano de Souza Braga*

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta o panorama da produção sobre lazer em periódicos de turismo no Brasil no período de 2008 a 2018, especificamente no que concerne às produções acadêmicas acerca da pesquisa em Políticas Públicas de Lazer - PPL. A pesquisa se concentra em criar um mapeamento de redes de pesquisadores, definindo os maiores centros de pesquisa da área estudada sobre PPL no Brasil. Além disso, realiza um levantamento bibliográfico que destaca os autores mais citados nessas produções. Por meio desse esquema, pretende despertar indagações a respeito da pesquisa sobre PPL em turismo, compreender em qual viés esses estudos estão sendo direcionadas, promovendo assim uma base de dados que poderá ser analisada, como premissa para pesquisas futuras do campo do conhecimento em PPL.

As políticas públicas são ações ou programas desenvolvidos pelo Estado para garantir direitos que estão na Constituição Federal e em outras leis. Souza (2006, p. 26) afirma que “A formulação de políticas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Ou seja, são medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população.

Em 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela União, estados, municípios e Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático com

¹ Artigo originalmente apresentado no XVII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, em 2020.

a promulgação da constituição federal do Brasil, no qual possui como principais fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político (BRASIL, 1988). Destaca ainda no capítulo II, em que é tratado sobre os direitos sociais “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (Brasil, 1988, p. 18).

Diante disso, o objetivo das PPL é compreender o lazer como uma demanda social de primeira necessidade, pois é necessário visualizar o lazer como um direito social, que deve ser prioridade por parte do Estado com o propósito de garantir o bem-estar das populações. Os estudos a respeito das PPL, de certa forma, abordam discussões com relação à explicitação e compreensão de política, de público e de lazer (CRUZ, 2000). Ao se referir às políticas públicas, Stigger (1998, p. 84), as delimita como “[...] de um determinado tipo de intervenção (...) que necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas”.

Este trabalho justifica-se a partir de estudos realizados no Núcleo de Pesquisa Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer - CONTEMPLAR, acerca do tema “produção sobre políticas públicas de lazer em turismo”. O núcleo se propõe a aprofundar o debate contemporâneo sobre as temáticas do lazer, ócio, tempo livre e entretenimento, enriquecendo o debate crítico e plural a partir dos estudos sobre bem-estar e experiências de ócio, políticas públicas, movimentos sociais, territórios, espaços, inovação e criatividade em lazer. Por participar ativamente no núcleo de pesquisa, sentiu-se a necessidade de trabalhar essa temática. Diante disso, percebeu-se que as produções científicas que abordam as PPL, sobretudo em turismo no âmbito nacional, ainda são primárias e, por essa razão, objetivou-se realizar o mapeamento dessas produções. A pesquisa, desdobramento de um TCC sobre o tema apresentado em 2019, foi apresentada, em 2020 no XVII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR com a publicação de um resumo pelos autores com o título “Panorama da produção sobre políticas públicas de lazer em periódicos de turismo no Brasil”, trabalho que originou o presente artigo.

Observou-se, desse modo, que os estudos referentes à temática abordada são relevantes e devem ser discutidos em benefício do campo do conhecimento. Os estudos bibliométricos são pertinentes para avaliação da produção acadêmica em um dado período. Foi estabelecido como problema de pesquisa a seguinte questão: O que a comunidade científica produziu sobre o tema PPL nos últimos anos e quais autores

estão sendo citados em suas referências bibliográficas? Diante do questionamento, identificar quais temáticas estão sendo produzidas. A hipótese consiste em que houve aumento da produção científica, tendo em vista a importância do tema PPL no cenário nacional ao longo dos anos. No quadro 01, seguem os objetivos geral e específicos da pesquisa.

Quadro 1 - Objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Objetivos	
Objetivo Geral	Apresentar um panorama da produção sobre PPL em periódicos de turismo e sua evolução no Brasil, entre os anos de 2008 e 2018.
Objetivos específicos	Verificar a produção acadêmica sobre o tema, identificando autores e vínculo institucional.
	Identificar os municípios com mais pesquisas em PPL.
	Verificar quais são os autores mais citados nas produções.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DO LAZER

Com uma complexidade desde sua etimologia, o termo “lazer” representa sentidos distintos na sua raiz latina, como: *licere* (lazer), *schole* (escola), *otiu* (ócio), entre outros. Na Espanha, a palavra lazer inexistente, normalmente é versada por “ócio” ou “tempo livre” (Bramante, 1998). Ainda segundo Bramante (1998, p. 11), “o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado”. Já o sociólogo francês Dumazedier (1974, p. 34) caracterizou lazer como quais atividades que a pessoa faça por espontânea vontade, “(...) seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.

O lazer completo é definido como uma atividade de caráter liberatório, ou seja, de livre escolha, de forma desinteressada, sem fins lucrativos, que tem um caráter hedonístico, de satisfação (Dumazedier, 1974). Seguindo a mesma interpretação, Gaelzer (1979, p. 54), define o lazer “[...] como a harmonia entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo. É um estado mental ativo associado a uma situação de

liberdade, de habilidade e de prazer”, ou seja, o indivíduo busca por prazer imediato, evitando tudo que possa ser desagradável. O lazer como fenômeno moderno exerce consequências diversas, pois interfere no trabalho, na família e na cultura, sendo produto da “civilização” urbano-industrial (Dumazedier, 1999). Mas, conforme Cuenca (2000) e De Grazia (1966) o lazer existe desde a antiguidade greco-romana. Reis, Cavichioli e Starepravo (2009, p. 64) relatam que “entre os teóricos do lazer, do ponto de vista conceitual e interpretativo, a discussão sobre quando surgiu o lazer é ainda uma questão polêmica”.

Em 1952, é fundada a Organização Mundial de Lazer (World Leisure Organization – WLO)², como uma associação mundial não-governamental que busca descobrir e fomentar condições que permitam melhores experiências no lazer, visando ao desenvolvimento humano e bem-estar social. As primeiras investigações sistematizadas no cenário internacional sobre o lazer tiveram origem na segunda metade do século XX (Gomes e Melo, 2003). Em 1970 é criada a Organização Mundial do Turismo (OMT), uma agência especializada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um fórum global de discussão de políticas para o turismo (Matos, 2007). Nesse momento, o lazer era compreendido simplesmente como um tempo disponível depois das ocupações. Apesar da fundação da WLO na década de 1950, foi apenas na década de 1970 que se passou a ter uma abordagem mais complexa sobre a compreensão do lazer, entendido como tempo/espço que oportunizava uma multiplicidade de experiências que não fossem voltadas ao trabalho.

No Brasil, as preocupações com o lazer começaram, mesmo de forma discreta, desde o século XX (Melo, 2001). Era tema dos discursos de engenheiros e sanitaristas, profissionais responsáveis pelas reformas urbanas daquele período. A partir desse momento, surgem necessidades de estudar “o problema do lazer” na primeira década do século XX. O autor Dumazedier (1974; 1975) foi o pioneiro no Brasil a debater sobre o lazer, cujo pensamento foi o mais pertinente, tornando-se um influenciador no país nas décadas de 1970 a 1980 (Camargo; Valdívia; Oliveira, 2013). A partir de então, começaram a se configurar estudos no contexto brasileiro. Para Marcellino (1990, p. 31) “[...] o lazer é por mim entendido como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível.” O autor também reforça como característica fundamental o caráter “desinteressado” dessa vivência. “Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (op. cit.).

² World Leisure Organization (WLO), disponível no em: <https://www.worldleisure.org/>.

A cultura do lazer é compreendida de forma social e justifica-se nas diferentes realizações de projetos de lazer, de acordo com a cultura de um povo, de uma comunidade local, de uma situação singular e memorizável (Menoia, 2000). Considerando que o campo de estudo do lazer é de suma importância para vários teóricos e para a sociedade, o tema começou a ser objeto de estudo em diversos eventos acadêmicos. Gomes e Melo (2003, p. 28) ressaltam essa importância descrevendo os impactos do “Seminário sobre o lazer: perspectiva para uma cidade que trabalha”, que ocorreu em 1969 na cidade de São Paulo, promovido pela Secretaria do Bem-estar Social e o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP). Segundo os mesmos autores, “A repercussão obtida na ocasião foi repetida em diversos eventos sobre o lazer realizados nos anos seguintes”.

Ainda sobre os eventos científicos, Sant’ Anna (1994) apud Gomes; Melo (2003, p. 23) descrevem que “em novembro de 1974 ocorreu, em Curitiba, o primeiro Seminário Nacional do Lazer, e em 1975 o primeiro Encontro Nacional de Lazer, no Rio de Janeiro”. Percebe-se que o lazer começou ocupar espaço de relevância no campo acadêmico internacional, onde mais tarde tornou-se um amplo campo de estudos, pesquisas e aplicações (Bramante, 1998).

2.2. A PESQUISA EM LAZER

Quando se fala a respeito das produções acadêmicas com relação aos estudos do lazer (leisure/ócio), elas foram ampliadas em apenas alguns países no final do século XX. Porém, em muitos outros países os estudos sobre essa temática ainda são primários, sobretudo os situados no Caribe (Gomes, 2018, p. 55). De acordo com Gomes e Melo (2003, p. 28) a década de 1970 foi fundamental para a organização dos estudos sobre o lazer como um campo científico “Foi a partir da década de 1970 que o lazer passou a ser visualizado como uma área capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas, projetos e ações multidisciplinares, coletivos e institucionais.” Na década 1970, esse campo de estudo começou a ser investigado por meio de pesquisas fundamentadas e trabalhos sistematizados por diferentes pesquisadores. Peixoto (2007, p. 573) lista importantes autores da década de 1990 como Antônio Carlos Bramante, Márcia Ferreira Chaves, Márcia de Franceschi Neto, Ademir Gebara, Heloisa Turini Bruhns, Luiz Wilson Pina, Denise Santana, Ricardo Antunes, Tereza L. França, Victor Andrade de Melo, Giuliano Gomes de Assis Pimentel, Valquiria Padilha, Christianne Luce Gomes, Hélder Ferreira Isayama e uma série de outros autores [...].

Notam-se diversos estudiosos que atuam no campo da recreação e lazer, desenvolvendo dissertações e teses, produções do conhecimento

ou políticas públicas. Ressaltam-se eventos que promovem maiores discursos a respeito da temática estudada, como o Congresso Mundial de Lazer, sendo uma das ações da WLO, com a primeira edição no ano de 1988 em Lake Louise, Alberta, no Canadá, com a temática “Tempo Livre, Cultura e Sociedade” (Quadro 02). A última edição do evento ocorreu no Brasil em 2018, abordando a temática das “Principais barreiras – físicas, socioeconômicas e simbólicas”, que ainda estão presentes na sociedade e, de certa forma, são entraves no cotidiano das pessoas, sobretudo interferindo no lazer.

Quadro 2 - Congressos mundiais de lazer.

Edições	Data	Localização	Tema
I	16 - 22/05/1988	Lake Louise, Alberta/ Canadá	Tempo Livre, Cultura e Sociedade
II	16 - 19/07/1991	Sydney, Austrália	Lazer e Turismo: Mudança Socioambiental
III	05 - 10/12/1993	Jaipur, Índia	Lazer, Turismo e Meio Ambiente: Questão de Desenvolvimento
IV	15 - 19/07/1996	Cardiff, País de Gales, Reino Unido	Tempo livre e qualidade de vida para o século XXI
V	16 - 30/10/1998	São Paulo, Brasil	Lazer em uma sociedade globalizada: inclusão ou exclusão?
VI	03 - 07/07/2000	Bilbao, Espanha	Lazer e desenvolvimento humano
VII	21 - 25/10/2002	Kuala Lumpur, Malásia	Malásia Forças globais e respostas locais: Lazer – Cultura – Esporte – Turismo
VIII	12 - 17/09/2004	Brisbane/ Austrália	Questões de Lazer
IX	05 - 09/10/2006	Hangzhou, República Popular da China	Lazer... Integral ao desenvolvimento social, capital e econômico
X	06 - 10/10/2008	Quebec, Canadá	Lazer e desenvolvimento comunitário
XI	28 de ago. - 02/09/2010	Chuncheon, Coreia do Sul	Lazer e Identidade
XI	30 de set. - 03/10/2012	Rimini, Itália	Lazer e Transformação

Fonte: World Leisure Journal (2013, USA), adaptado por Silva (2019).

Quadro 2 - Congressos mundiais de lazer.

Edições	Data	Localização	Tema
XIII	06 - 12/09/2014	Mobile, Alabama, EUA	Lazer: Aprimorando a condição humana
XIV	Jun./jul. de 2016	Durban, África do Sul	Lazer: Desafios, escolhas e consequências
XV	28 de ago. – 01/09/2018	São Paulo/Brasil	Principais barreiras – físicas, socioeconômicas e simbólicas

Fonte: World Leisure Journal (2013, USA), adaptado por Silva (2019).

Após o primeiro congresso no Brasil (V edição), no estado de São Paulo, em 1998, realizado no SESC Vila Mariana, o número de grupos de estudos cresceu exponencialmente e até 2018 contava com mais de 90 em diversas sedes do SESC no Brasil. Após a XV edição no Brasil, o SESC abriu 18 novos centros dedicados à cultura, esportes e lazer no estado de São Paulo³. Esses eventos foram realizados em parceria com a Organização Mundial de Lazer. A WLO tem como elenco as prioridades: a) Fomentar a pesquisa e a investigação; b) Defender a importância do lazer; c) Programar e desenvolver políticas específicas. De acordo com essas três linhas de ação prioritárias são efetivadas por meio de programas e serviços oferecidos pela organização como, por exemplo: o Congresso Mundial de Lazer, as diversas conferências regionais e eventos diversos como fóruns, feiras, exposições e festivais; os centros de excelência acadêmica, a publicação do "World Leisure Journal"; o "Prêmio Mundial de Inovação em Lazer"; a participação no Conselho da ONU e a afiliação de membros de várias partes do mundo e de diversas áreas de interesse, incluindo turismo, parques e serviços de recreação, as artes e cultura, esporte, centros de fitness e exercício, parques temáticos e de entretenimento; instituições de educação; organizações sem fins lucrativos, agências governamentais além de empresas e corporações (Silveira, 2015).

Dessa forma, pode-se observar a magnitude e a importância da pesquisa em lazer, pois um dos objetivos é alcançar o bem-estar da sociedade por completo. Por meio dos diversos eventos científicos voltados para essa área é possível discutir pesquisas com problemáticas e sugerir soluções, as quais, cheguem aos órgãos responsáveis, gerando um retorno imediato ou a longo prazo para a sociedade. Apesar de não serem objeto de nosso estudo, a difusão de conhecimento proporcionada pela realização de eventos científicos na área do lazer pode ser um bom indício sobre a evolução do interesse nas políticas públicas, evidenciando assim um tema de estudo a ser futuramente explorado.

³ Jul./ago.'18 WL NEWS Edição Especial. 2018 World Leisure Congress. São Paulo: visões e perspectivas.

2.3. DIVULGAÇÃO DA PESQUISA EM TURISMO E LAZER

A disseminação da ciência para a sociedade, segundo o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq (2019) é algo que já vem de séculos passados, atendendo ao longo dos anos às mais diversas razões e propósitos. No Brasil, essa disseminação de conhecimento para a sociedade manifesta-se em paralelo com a criação das primeiras instituições científicas no começo do século XIX, sendo elas o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808), o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Museu Paulista (1895). Estas instituições são lugares possíveis de diálogos entre passado, presente e futuro, onde preservam histórias, manifestações culturais de uma região, país ou de determinado povo.

Com o avanço da tecnologia no século XXI, a divulgação da ciência transcorre esses meios e instrumentos de divulgação citados acima. A partir do advento da Internet, surgiram novas formas virtuais de divulgação da produção científica e, com isso, a popularização desses estudos realizados por pesquisadores para a sociedade em geral. Dessa maneira, um dos canais com credibilidade para a divulgação do conhecimento são os eventos científicos e periódicos indexados nas plataformas via internet, sejam eles nacionais ou internacionais. Werneck, (2000) apud Camargo; Valdívia; Oliveira, (2013, p.04) apontam para um crescimento no número de pesquisas e pesquisadores na área do lazer. Para esses autores “o embate teórico sobre o lazer nem sempre é explicitado por meio de publicações, com análises criteriosas sobre a produção dos autores da área”.

Em face da importância desses estudos e da pesquisa em turismo e lazer, de acordo com Gonçalves, Braga e Gomes (2018), em análise da produção e da veiculação de conhecimentos sobre o lazer em artigos publicados nos dois primeiros periódicos científicos brasileiros de turismo, que foram qualificados pelo sistema de classificação de periódicos Qualis/CAPES no Brasil, foi constatado que no período de 1990-2017 a revista Turismo em Análise, qualificada como B1 nas áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (classificação de periódicos quadriênio 2013-2016), publicou 577 artigos em 67 números. Desse total, apenas 26 artigos (4,5%) contemplam discussões sobre o lazer. As temáticas mais abordadas foram espaços de lazer (38,4%), práticas de lazer (11,5%) e políticas de lazer (11,5%).

Já a revista Turismo – Visão e Ação (1998-2018), qualificada como B1 pelo Qualis/CAPES, a qual teve sua primeira publicação em 1998, publicou 423 artigos distribuídos em 57 números. Desse total, somente 16 artigos (3,8%) abordam a temática do lazer. Os temas mais recorrentes tratam de espaços de lazer (31,2%) e práticas de lazer (25%). Pode-se observar que na pesquisa dos autores acima, o lazer é um tema discutido em

ambos os periódicos analisados, porém de maneira escassa, com 8,3% de publicações totais na soma de 1.000 artigos das duas revistas.

Atualmente, no Brasil, diversos grupos de pesquisa investigam a área de PPL. Até o momento, 29 grupos de pesquisa estão cadastrados no CNPq sob essa perspectiva (Souza; Silveira, 2019). Segundo as definições do CNPq, um grupo de pesquisa pode ser configurado como um grupo de pesquisadores organizados de forma hierárquica “cujo fundamento organizador da hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; em que há envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa; no qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos”⁴. Sendo assim, os grupos de pesquisas são espaços de aprendizagem onde se cria a oportunidade da convivência, de trabalhar junto, desenvolver junto e de produzir junto. Realizando-se pesquisas que podem transformar a vida das pessoas. É papel social da Universidade, e de suma importância, dar um retorno para a comunidade local.

3. METODOLOGIA

Quanto à natureza do trabalho, é uma pesquisa básica, que tem como objetivo gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência. Em relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, em que Marconi e Lakatos (2003) destacam: “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...]”. Desse modo, os materiais servirão para identificar e realizar o panorama acerca das publicações sobre PPL.

A pesquisa tem como foco principal uma abordagem quantitativa, pois utiliza técnicas estatísticas, efetuando-se o panorama e o levantamento de dados das produções científicas, além de uma breve análise dos resumos das obras. A metodologia é uma ferramenta muito importante nos estudos científicos, pois é por intermédio desse método que os dados necessários são colhidos e assim os objetivos e os resultados da problemática de uma pesquisa são alcançados. Segundo Gil (2007, p. 17), a pesquisa é definida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

⁴ Para uma melhor compreensão acessar o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq, disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/divulgacao-cientifica-sobre>>.

Também se classifica como pesquisa bibliométrica que consiste em analisar a produção científica ou técnica por meio de dados quantitativos e estatísticos (Silva; Hayashi; Hayashi, 2011), ou seja, serve como medição dos índices de produção e propagação do conhecimento científico. De acordo com Chueke e Amatucci (2015, 01), os estudos bibliométricos colaboram na sistematização das pesquisas realizadas em um determinado campo de saber e endereçam “problemas a serem investigados em pesquisas futuras”, pois apoia-se sobre a premissa de que o conhecimento científico é cumulativo e cooperativo, ou seja, é desenvolvido de forma gradual. Chueke e Amatucci (2015) afirmam que, quando se realizam estudos bibliométricos, é necessário e esperado que os autores atendam às orientações que regem esse estudo (Quadro 03).

Quadro 3 - Leis que regem os estudos bibliométricos.

Leis	Medida	Critério	Objetivo Principal
Lei de Bradford	Grau de atração do periódico	Reputação do periódico	Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema em específico
Lei de Zipf	Frequência de palavras-chave	Lista ordenada de temas	Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento
Lei de Lotka	Produtividade autor	Tamanho – frequência	Levantar o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento

Fonte: Chueke e Amatucci (2015), adaptado por Silva (2019).

Portanto, seguindo as leis que regem os estudos bibliométricos, foi escolhida como base de dados a plataforma Latindex, que é o Sistema Regional de Informação On-line para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. É um produto da cooperação de uma rede de instituições que funcionam de maneira coordenada para coletar e disseminar informações sobre publicações científicas seriadas produzidas na Ibero-América. Surgiu em 1995, na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e, a partir de 1997, tornou-se uma cooperação regional (Latindex, 2019).

A plataforma inclui periódicos de pesquisa científica, ciência e cultura técnico- profissional. Além disso, oferece informações sobre revistas de conteúdo ibero-americano publicadas em qualquer parte do mundo. A base de dados ainda fornece informações específicas sobre os periódicos disponíveis on-line, estejam eles registrados no diretório ou classificados no catálogo. Seguindo esse contexto, a pesquisa dividiu-se em etapas. Inicialmente, buscou-se a fundamentação teórica e, conseqüentemente, o embasamento para a produção da presente pesquisa. Logo foram

buscadas por meio de filtros as revistas vigentes em idioma português na Latindex, na área de estudos das Ciências Sociais com subtópico Turismo (Momento 1).

Após esse processo, com a indicação das revistas vigentes na Latindex a partir do subtópico Turismo, utilizou-se o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para uma filtragem mais específica dos periódicos da área de turismo, considerando-se o critério da classificação na Plataforma Sucupira igual ou superior a B3 (A1, A2, B1, B2 e B3), com frequências de publicação quadrienais e trienais no período de 2008 a 2018 (Momento 2). Posteriormente a essa etapa, foram selecionadas as produções que continham títulos, resumos e palavras-chaves que abordassem Política Pública, Políticas Públicas de Lazer, Lazer (Momento 3).

Os dados resultantes dos procedimentos utilizados foram organizados em quadros, mapas e tabelas. As informações coletadas no objeto de estudo a respeito das produções científicas sobre PPL em turismo foram organizadas para o levantamento quantitativo em temática abordada. Foi usada a tabulação eletrônica que, segundo Gil (2007), reduz o tempo de maneira acessível e, facilita a organização e análise estatisticamente. No Quadro 04, pode-se observar o procedimento detalhado da pesquisa e seu resultado.

Quadro 4 - Procedimentos da pesquisa.

Procedimentos	Produto
Por meio da pesquisa bibliográfica e documental foi levantado o embasamento teórico sobre a temática estudada e analisadas as produções nos periódicos selecionados na Latindex, identificados os artigos com abordagem sobre PPL.	Seleção dos artigos aptos para a pesquisa.
Análise das 23 produções selecionadas.	Após o processo da análise dos artigos, foram encontradas as cidades mais citadas nos artigos analisados.
Análise das referências bibliográficas das 23 produções selecionadas.	Acoplamento bibliográfico, criando a rede de pesquisadores.

Fonte: Silva, 2019.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - ANÁLISE DA COLETA NA BASE DE DADOS LATINDEX

Em busca no Latindex, com filtro por assunto, as produções concentraram-se na área de estudos das Ciências Sociais, com subtópico de busca “Turismo”, resultando em 217 revistas que abordam essa área na plataforma. Diante disso, foi feita a busca por revistas brasileiras vigentes, que abordam assuntos na área de estudo do turismo, totalizando 77 revistas selecionadas, sendo 8 delas inativas, resultando em 69 periódicos ativos (Quadro 05).

Quadro 5 - Periódicos extraídos do Portal LATINDEX.

	Periódico	Editorial	Situação	Ano de Início
1	Anais Brasileiros de Estudos Turísticos	Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo	Vigente	2011
2	Anais do ... Congresso Brasileiro de Docência e Pesquisa em Turismo	Faculdade Cenecista Presidente Kennedy	Inativa	2002
3	Anais do Seminário Internacional de Turismo	ND	Vigente	2005
4	Applied Tourism	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	Vigente	2016
5	Caderno 4 Campos	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Vigente	2017
6	Arquitextos (São Paulo. Online)	Romano Guerra Editora	Vigente	2000
7	Arquivos Brasileiros de Alimentação	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Vigente	2015
8	Barbaquá	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Vigente	2017
9	Boletim Técnico do Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)	Vigente	1974
10	Boletim Técnico do Senac (Online)	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)	Vigente	1974
11	Caderno de Administração (Maringá. Online)	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Vigente	2005

Fonte: Elaboração própria, baseado em Latindex (2019). ND significa que o editorial da revista não estava disponível.

Quadro 5 - Periódicos extraídos do Portal LATINDEX.

	Periódico	Editorial	Situação	Ano de Início
12	Caderno Virtual de Turismo	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia	Vigente	2001
13	Ciência e Sustentabilidade (Online)	Universidade Federal do Cariri – UFCA	Vigente	2015
14	Conexão Acadêmica	Universidade Iguazu (UNIG)	Vigente	2010
15	Cultur: Revista de Cultura e Turismo	Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Mestrado em Cultura e Turismo	Vigente	2007
16	Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania (Online)	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Vigente	2017
17	Geoamazônia (Online)	Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia	Vigente	2013
18	Gestão & Planejamento (Online)	Universidade Salvador, Programa de Pós-Graduação em Administração	Vigente	1999
19	Humanidades (Montes Claros)	Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE)	Vigente	2014
20	International Journal of Professional Business Review	ND	Vigente	2016
21	Itinerarium	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de Museologia, Departamento de Turismo e Patrimônio	Vigente	2008
22	Latin American Journal of Business Management	Universidade de Taubaté	Vigente	2010
23	Licere (online)	Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Estudos de Lazer e Recreação, Programa Multidisciplinar de Mestrado em Lazer	Vigente	2007

Fonte: Elaboração própria, baseado em Latindex (2019). ND significa que o editorial da revista não estava disponível.

Quadro 5 - Periódicos extraídos do Portal LATINDEX.

	Periódico	Editorial	Situação	Ano de Início
24	Marketing & Tourism Review (Online)	Universidade Federal de Minas Gerais	Vigente	2016
25	Nature and Conservation	Escola Superior de Sustentabilidade	Vigente	2012
26	Novos Cadernos NAEA	Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)	Vigente	1998
27	Patrimônio: Lazer & Turismo	Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Gestão de Negócios	Vigente	2004
28	Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas	Sociedade Brasileira de Espeleologia	Vigente	2008
29	Podium: Sport, Leisure and Tourism Review	Universidade Nove de Julho	Vigente	2012
30	Política & Trabalho (Online)	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Vigente	1985
31	Portal do Turismo	Faculdades Integradas de Coxim	Vigente	2000
32	ReCAT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)	Vigente	2013
33	Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Vigente	2008
34	Research, Society and Development (Online)	Universidade Federal de Itajubá, Grupo de Pesquisa Metodologias em Ensino e Aprendizagem em Ciências	Vigente	2016
35	Retratos de Assentamentos	Universidade de Araraquara (UNIARA)	Vigente	2004
36	RETUR. Revista eletrônica de turismo	Faculdade Cenecista Presidente Kennedy	Vigente	2002
37	Reuna (Impresso)	Centro Universitário UMA	Inativa	1996
38	Reuna (Online)	Centro Universitário UMA	Vigente	1996

Fonte: Elaboração própria, baseado em Latindex (2019). ND significa que o editorial da revista não estava disponível.

Quadro 5 - Periódicos extraídos do Portal LATINDEX.

	Periódico	Editorial	Situação	Ano de Início
39	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	Universidade do Grande Rio	Vigente	2006
40	Revista Borges	Faculdade Borges de Mendonça	Vigente	2010
41	Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Turismo	Faculdade Central de Cristalina	Vigente	2008
42	Revista Brasileira de Ecoturismo	Sociedade Brasileira de Ecoturismo	Vigente	2008
43	Revista Brasileira de Estudos do Lazer	Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL)	Vigente	2014
44	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)	Vigente	2007
45	Revista Brasileira Multidisciplinar	Universidade de Araraquara (UNIARA)	Vigente	2016
46	Revista Cenário (Online)	Universidade de Brasília (UnB)	Vigente	2013
47	Revista Conbrad	Congresso Brasileiro de Administração (CONBRAD)	Vigente	2016
48	Revista de Administração e Comércio Exterior	Faculdade João Paulo II	Vigente	2015
49	Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis	Cátedra Ozires Silva	Vigente	2016
50	Revista de Estudos Sociais	Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Economia	Vigente	1999
51	Revista de Tecnologia Aplicada	Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP)	Vigente	2012
52	Revista de Turismo Contemporâneo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Vigente	2013

Fonte: Elaboração própria, baseado em Latindex (2019). ND significa que o editorial da revista não estava disponível.

Quadro 5 - Periódicos extraídos do Portal LATINDEX.

	Periódico	Editorial	Situação	Ano de Início
53	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará	Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)	Vigente	2014
54	Revista Eletrônica de Administração e Turismo	Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Administração e Turismo	Vigente	2012
55	Revista Episteme Transversalis	Centro Universitário Geraldo Di Biase (acrônimo UGB)	Vigente	2010
56	Revista Espaço e Tempo Midiáticos	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Vigente	2016
57	Revista Geosertões	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Vigente	2016
58	Revista Gerenciais	Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE)	Inativa	2002
59	Revista Iberoamericana de Turismo	Universidade Federal de Alagoas, Escola de Engenharia de Pesca e Turismo Senador Freitas Cavalcanti	Vigente	2011
60	Revista Interdisciplinar de Gestão Social (Online)	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Vigente	2012
61	Revista Latino-Americana de Turismologia	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Vigente	2015
62	Revista Museologia & Interdisciplinaridade	Universidade de Brasília (UnB)	Vigente	2012
63	Revista Nordestina de Ecoturismo	Escola Superior de Sustentabilidade	Inativa	2008
64	Revista NUPEM (Impresso)	Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento	Inativa	2009
65	Revista Pensar Geografia	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Vigente	2017
66	Revista São Luis Orione (Online)	Faculdade Católica Dom Orione (FACDO)	Vigente	2014

Fonte: Elaboração própria, baseado em Latindex (2019). ND significa que o editorial da revista não estava disponível.

Quadro 5 - Periódicos extraídos do Portal LATINDEX.

	Periódico	Editorial	Situação	Ano de Início
67	Revista Tocantinense de Geografia	Universidade Federal do Tocantins	Vigente	2012
68	Revista Turismo em Análise	Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Vigente	2008
69	Revista Turismo (Mossoró. Online)	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho	Vigente	2012
70	Rosa dos Ventos	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Vigente	2009
71	Somanlu (Online)	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Vigente	2000
72	South American Development Society Journal (Online)	South American Development Society Journal	Vigente	2015
73	Turismo em Análise	Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Inativa	1990
74	Turismo e Sociedade	Universidade Federal do Paraná, Departamento de Turismo	Vigente	2008
75	Turismo: Visão e Ação (Impresso)	Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria	Inativa	1998
76	Turismo: Visão e Ação (Online)	Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Administração e Turismo	Vigente	1998
77	UNOPAR Científica. Ciências Jurídicas e Empresariais	Universidade Norte do Paraná	Inativa	2000

Fonte: Elaboração própria, baseado em Latindex (2019). ND significa que o editorial da revista não estava disponível.

É observado o levantamento dos periódicos que estão indexados na plataforma, sua nacionalidade, entidade responsável, ano de início e a situação da revista como vigente ou inativa. Constatou-se ainda que ocorreu a abertura de muitas revistas entre as duas primeiras décadas dos anos 2000 (Quadro 05). Esse levantamento foi a primeira etapa da pesquisa, que resultou na alimentação da planilha no Excel com os dados do Latindex.

4.2. ANÁLISE DE COLETA DE DADOS NA PLATAFORMA SUCUPIRA

Após esse processo, verificaram-se os periódicos indexados na Capes e classificados pelo sistema WebQualis, considerando-se o critério da classificação na Plataforma Sucupira acima de B3 (A1, A2, B1, B2 e B3) na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. O levantamento a partir do filtro do qualis nessas revistas abrangeu um total de 19 periódicos. No período de 10 anos, essas 19 revistas publicaram 4.155 artigos, identificando-se 184 produções científicas, que abordaram políticas públicas em diversos segmentos da sociedade (Quadro 06).

Quadro 6 - Descrição dos periódicos analisados no sistema WebQualis Capes acima de B3.

Periódicos	Entidade responsável	Qualis	Classificação quadriênio (2013-2016) ou Triênio (2010-2012)	No. de Artigos que foram analisados que abordam Políticas Públicas
Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET)	Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo – MG	B3	Quadriênio	12
Caderno de Administração (Maringá. Online)	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	B3	Quadriênio	7
Caderno Virtual de Turismo (CVT)	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia	B1	Quadriênio	19

Fonte: Elaboração própria, baseada na plataforma Sucupira e website das revistas (2019).

Quadro 6 - Descrição dos periódicos analisados no sistema WebQualis Capes acima de B3.

Periódicos	Entidade responsável	Qualis	Classificação quadriênio (2013-2016) ou Triênio (2010-2012)	No. de Artigos que foram analisados que abordam Políticas Públicas
Cultur: Revista de Cultura e Turismo	Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Mestrado em Cultura e Turismo	B3	Triênio	10
Gestão & Planejamento (Online)	Universidade Salvador, Programa de Pós-Graduação em Administração	B2	Quadriênio	5
Novos Cadernos NAEA	Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)	B3	Quadriênio	11
Podium: Sport, Leisure and Tourism Review (PSLTR)	Universidade Nove de Julho	B3	Quadriênio	4
Reuna (UMA)	Centro Universitário UNA	B3	Quadriênio	4
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo (RAOIT)	Universidade do Grande Rio	B2	Quadriênio/ Triênio	10
Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)	Sociedade Brasileira de Ecoturismo	B2/ B3	Quadriênio/ Triênio	11
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)	A2/ B1	Quadriênio/ Triênio	12
Revista de Estudos Sociais	Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Economia	B3	Quadriênio	4
Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)	Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP)	B3	Quadriênio/ Triênio	0

Fonte: Elaboração própria, baseada na plataforma Sucupira e website das revistas (2019).

Quadro 6 - Descrição dos periódicos analisados no sistema WebQualis Capes acima de B3.

Periódicos	Entidade responsável	Qualis	Classificação quadriênio (2013-2016) ou Triênio (2010-2012)	No. de Artigos que foram analisados que abordam Políticas Públicas
Revista de Turismo Contemporâneo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	B3	Quadriênio	6
Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR)	Universidade Federal de Alagoas, Escola de Engenharia de Pesca e Turismo Senador Freitas Cavalcanti	B3	Quadriênio	8
Revista Turismo em Análise (RTA)	Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo	B1/ B2	Quadriênio/ Triênio	14
Rosa dos Ventos (UCS)	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	B2/ B3	Quadriênio/ Triênio	10
Revista Turismo e Sociedade (RTS)	Universidade Federal do Paraná, Departamento de Turismo	B3	Quadriênio/ Triênio	9
Revista Turismo: Visão e Ação (RTVA)	Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-graduação em Administração e Turismo	B1/ B2	Quadriênio	28
Total de artigos analisados:				184

Fonte: Elaboração própria, baseada na plataforma Sucupira e website das revistas (2019).

Nota-se ainda que o periódico que obteve mais publicações sobre políticas públicas entre os anos de 2008 e 2018 foi a revista Turismo Visão e Ação, com 28 produções científicas. Em seguida, vem o periódico Caderno Virtual de Turismo, com 19 produções e, posteriormente, a Revista Turismo em Análise, com 14 artigos publicados. Em contraponto, o periódico com menos publicação foi a Revista de Tecnologia Aplicada, que não teve publicações sobre a temática políticas públicas. Com 4 publicações, destacam-se as revistas Podium: Sport, Leisure and Tourism Review, Reúna e a Revista de Estudos Sociais, periódicos estes avaliados pelo sistema Qualis. Santos, Panosso Netto e Wang (2017, p. 65), afirmam que o sistema Qualis “tem como objetivo a classificação

dos periódicos científicos para fins de avaliação dos programas de pós-graduação. Portanto, a utilização desse instrumento para a seleção dos periódicos a serem analisados constitui um critério de aproximação à produção científica mais expressiva”. Percebe-se a importância de estudos que são analisados por meio do sistema brasileiro Qualis. Ressalta-se que as produções consideradas para este estudo foram apenas os trabalhos publicados na forma de artigos científicos.

4.3. INFORMAÇÕES BIBLIOMÉTRICAS

Entre esses 19 periódicos analisados na etapa anterior, apenas 12 tiveram pelo menos 1 publicação sobre a temática pesquisada (PPL) no recorte temporal desta pesquisa. Após a análise dos títulos, resumos e palavras-chaves (política pública; políticas públicas de lazer e lazer), foi realizado o levantamento dos artigos sobre PPL, resultando na indicação de 24 produções que abordaram a temática nas diferentes regiões do Brasil (Quadro 07).

Quadro 07 - Descrição dos artigos analisados sobre PPL.

Periódicos	Artigos	Ano de publicação	Autores
Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET)	Explorando as Percepções dos Gestores Públicos de Além Paraíba (MG): o lazer na ótica da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.	2012	Ane Caroline Lopes; Romilda Aparecida Lopes.
	O Turismo e a Renda dos Idosos: a experiência brasileira com o Programa “Viaja Mais Melhor Idade”	2014	Fabiola Cristina Costa de Carvalho; Cássia Carolina Borges da Silva.
Caderno Virtual de Turismo (CVT)	Turismo, políticas públicas e cidadania	2008	Bernado Laaszary Cheibub.
	Política de ordenamento do espaço para o turismo e segregação social na praia de Jacumã (PB)	2013	Adjane Araújo Machado; Maristela Oliveira Andrade.
Podium: Sport, Leisure and Tourism Review (PSLTR)	Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer.	2015	Alan Queiroz da Costa; Corine Martins Sampaio.
	Criando Espaços de Lazer: As Lutas Políticas pela Ressignificação da Avenida Paulista	2017	Antônio Fagner da Silva Bastos; Sérgio Carvalho Benício de Mello.
	Vantagens organizacionais da gestão da informação e do conhecimento em um sistema público: O caso rede CEDES/ME	2012	Giselle Helena Tavares; Gisele Maria Schwartz; Juliana de Paula Figueiredo; Marcelo Fadori Soares Palhares.

Fonte: Elaboração própria, baseado na plataforma Sucupira (2019) e nos sites dos periódicos.

Quadro 07 - Descrição dos artigos analisados sobre PPL.

Periódicos	Artigos	Ano de publicação	Autores
Reúna (UMA)	Turismo e Inclusão Social: A realidade da Região de Blumenau, SC	2009	Talita Sheila Salini; Marialva Tomio Dreher.
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo (RAOIT)	O Turismo como Agente de Transformações Socioespaciais no Território da Pampulha: de 1940 aos dias atuais.	2010	Lúcia Capanema Álvares; Altamiro Sérgio Mol Bessa.
	Serviços de Lazer Turístico e Inclusão Social: Restrições ao Consumo para Pessoas com Deficiência Motora	2010	José Luis Felício Carvalho; Marina Faria.
	Políticas cicloinclusivas no planejamento do turismo no Brasil: um estudo sobre as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014	2018	Juliana DeCastro; Luiz Saldanha; Lorena Freitas; Ronaldo Balassiano.
Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)	Oferta de Parques Urbanos e Naturais em Sorocaba (SP): alavanca para políticas de uso público.	2018	Kleber Vinícius Barros Kachinsk; Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos; Eliana Cardoso Leite.
	Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e de turismo aliadas à cidadania.	2013	Mariana Inocência Oliveira Melo; Karina e Silva Dias.
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)	Espaços de Reserva do Capital na Orla Oeste de Fortaleza (Ceará, Brasil): Demandas para Lazer e Turismo	2011	Luzia Neide Coriolano; Karlos Markes Parente.
Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR)	Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade	2016	Sidnei Raimundo; Antonio Carlos Sarti
Revista Turismo em Análise (RTA)	O Produto Turístico All Inclusive na Ilha de Tenerife, Espanha: características, problematizações e desafios	2016	Christianne Luce Gomes; Joyce Kimarce do Carmo Pereira.
Rosa dos Ventos (UCS)	Políticas Públicas de Turismo e Lazer do Órgão Oficial de Turismo na Cidade de São Paulo-SP.	2018	Ana Cristina Fernandes Clemente; Edmur Antônio Stoppa.
	Turismo e Lazer: [Des]Encontros nas Propostas Eleitorais da Coligação 'A Força do Povo' (PT, PCdoB, PRB). Reflexões sobre a Campanha de 2006	2016	Eriberto do Nascimento Sousa; Luiz Gonzaga Godoi Trigo.
	Gestão Ambiental em Espaços de Lazer e Turismo: As Praias Urbanas da Amazônia Brasileira	2015	Eugênia Rosa Cabral; Juliana Santiago Dias; Sérgio Castro Gomes.

Fonte: Elaboração própria, baseado na plataforma Sucupira (2019) e nos sites dos periódicos.

Quadro 07 - Descrição dos artigos analisados sobre PPL.

Periódicos	Artigos	Ano de publicação	Autores
Revista Turismo e Sociedade (RTS)	Políticas públicas de promoção do turismo: uma análise acerca dos parques urbanos de Goiânia (Goiás/GO, Brasil)	2013	Carolina Ferreira da Costa Streglio; Ivanilton José de Oliveira.
Revista Turismo: Visão e Ação (RTVA)	A acessibilidade de idosos e as Unidades de Conservação: Reflexões rumo à democratização dos espaços públicos de lazer.	2016	Fabiane Imenes Luiz; Juliana Carolina Teixeira.
	Globalização, Turismo e Lazer na Região Metropolitana de Natal/RN	2012	Maria Aparecida Fontes da Fonseca; Renata Mayara Moreira de Lima
	Planejamento e gestão pública: Reflexões sobre o desenvolvimento turístico de novo Hamburgo a partir da investigação do perfil do visitante	2008	Mary Sandra Guerra ASHTON; Roslaine Kovalczuk de Oliveira Garcia.

Fonte: Elaboração própria, baseado na plataforma Sucupira (2019) e nos sites dos periódicos.

Nota-se que os trabalhos sobre PPL na base de dados selecionada não correspondem a um por cento⁵ dos trabalhos publicados nesse período de 10 anos, avaliados pela CAPES, visto que se referem a 0,82% das produções analisadas (Quadro 08):

Quadro 08 - Produção acadêmica sobre PPL nos periódicos analisados entre 2008 – 2018.

Periódico	Artigos Publicados	Trabalhos sobre PPL	(%) percentual em relação ao total de artigos publicados na revista
Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET)	139	2	1,43%
Caderno Virtual de Turismo (CVT)	320	2	0,62%

Fonte: Adaptado de Lopes, Tinôco e Souza (2011), baseado na plataforma Sucupira (2019) e nos sites dos periódicos.

⁵ De um total de 2.799 artigos publicados pelos periódicos referentes do quadro (08) no período selecionado.

Quadro 08 - Produção acadêmica sobre PPL nos periódicos analisados entre 2008 – 2018.

Periódico	Artigos Publicados	Trabalhos sobre PPL	(%) percentual em relação ao total de artigos publicados na revista
Podium: Sport, Leisure and Tourism Review (PSLTR)	133	3	2,25%
Revista Reuna – (UMA)	223	1	0,44%
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo (RAOIT)	152	3	1,97%
Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)	339	2	0,58%
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)	239	1	0,41%
Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR)	157	1	0,63%
Revista Turismo em Análise (RTA)	322	1	0,31%
Revista Rosa dos Ventos (UCS)	273	3	1,09%
Revista Turismo e Sociedade (RTS)	234	1	0,42%
Revista Turismo Visão e Ação (RTVA)	268	3	1,11%
TOTAL	2.799	23	0,82%

Fonte: Adaptado de Lopes, Tinôco e Souza (2011), baseado na plataforma Sucupira (2019) e nos sites dos periódicos.

Ainda no Quadro 08, quando analisado o quantitativo de artigos por periódico, verifica-se entre as 12 revistas que não se pode conferir um periódico de referência ao tema de investigação. Entretanto, vale destacar os periódicos que mais publicaram sobre o tema: a revistas Podium: Sport, Leisure and Tourism Review (3), Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo (3), Rosa dos Ventos (3) e Turismo: Visão e Ação (3). Entre essas revistas, a temática não corresponde a 2,5% dos artigos publicados.

4.4. ANÁLISE DOS ARTIGOS

Foram identificadas nessa pesquisa, as cidades: São Paulo, Sorocaba/SP (4), Jacumã/PB (1), Blumenau/SC (1), Belo Horizonte e Além Paraíba/MG (2), Recife/PE (1), Fortaleza/CE (1), Ilha de Mosqueiro/

PA (1), Goiás/GO (1), Campo Mourão/PR (1), Novo Hamburgo/RS (1) e Natal/RN (1), (Figura 01).

Hot cities em publicações sobre políticas públicas de lazer

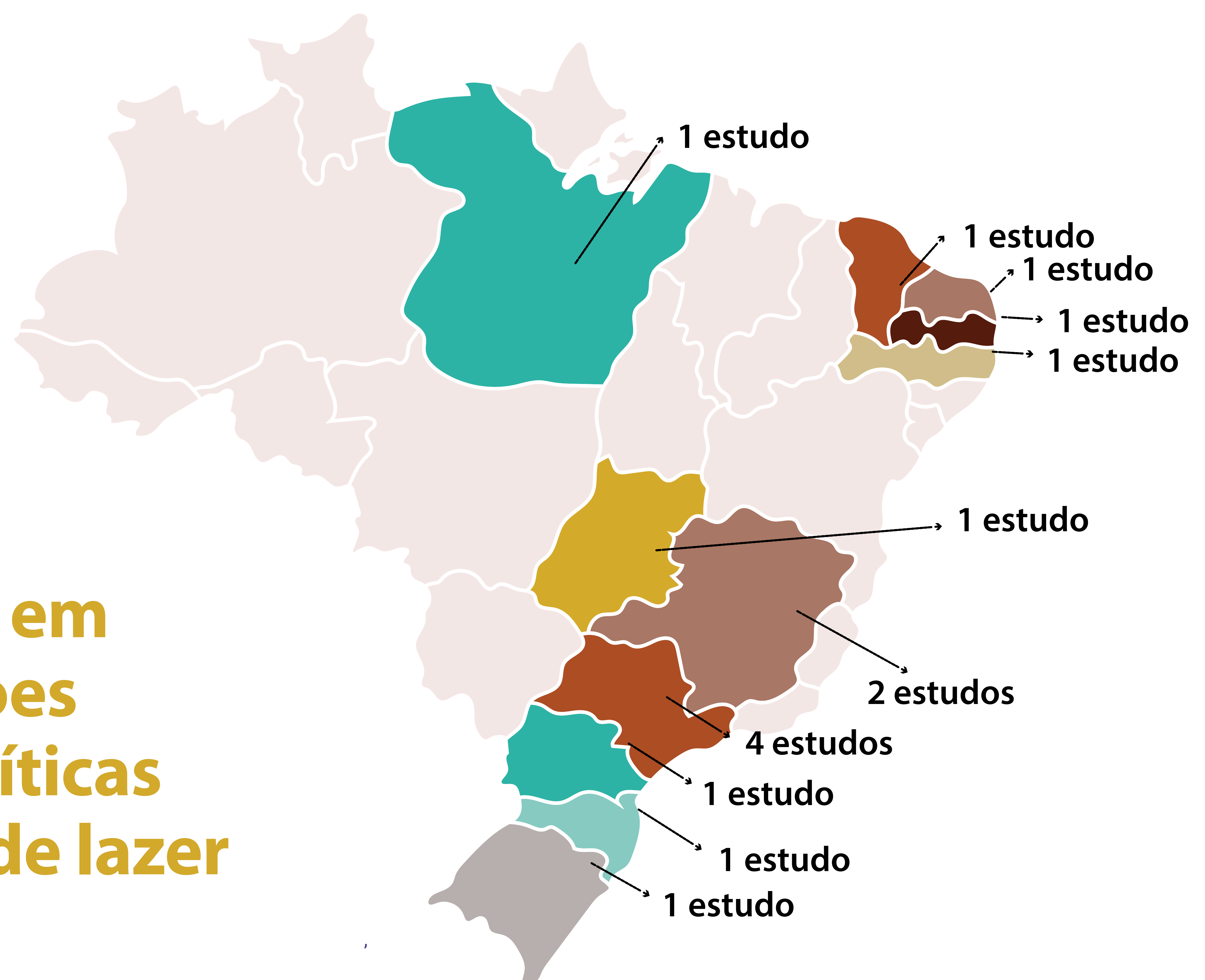


Figura 01 | Cidades mais citadas nos artigos analisados sobre PPL | Fonte: Elaboração própria, 2019.

Como se pode observar no mapa, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, foram os estados brasileiros que obtiveram mais estudos sobre PPL. No estado de São Paulo, os estudos focaram na capital São Paulo (3) e na cidade de Sorocaba (1); no estado de Minas Gerais, dois estudos, um na região administrativa de Pampulha (1), na capital Belo Horizonte, e o outro na cidade Além Paraíba (1). Na cidade de São Paulo é onde se concentra um número significativo de pesquisadores e estudiosos dessa pesquisa. Observa-se que os autores não se repetem com muita frequência, ou seja, não foram identificados autores de referência com 17 mais citados.

Foi realizado o acoplamento bibliográfico nas 23 produções selecionadas, cuja técnica é um método fundamental na realização do mapeamento da produção científica, evidenciando a ocorrência de autores citados nesses estudos, porém não foram identificadas obras/pesquisadores de referência. Tais dados mostram que os estudos nessa área das PPL ainda são tímidos, o que demonstra a importância de estar estudando essa vertente, visto que é de relativa importância para a sociedade. De acordo com Santos, Panosso Netto e Wang (2017, p. 62), “a análise da produção científica de um país, seja ela relativa a todas as áreas ou especificamente de uma área de pesquisa, é fundamental para indicar os rumos que a ciência está seguindo, seus desdobramentos, evitar possíveis equívocos e corrigir rotas”. O estudo analisou todas as referências bibliográficas feitas pelos artigos publicados, que abordaram sobre PPL, destacando-se os autores mais citados nessas pesquisas.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada para conclusão do presente estudo comprovou que é pequena a produção científica sobre PPL nos periódicos especializados em turismo da Latindex no Brasil. Apesar disso, houve um crescimento exponencial, tendo em vista que se utilizarmos como referência as revistas analisadas por Gonçalves, Braga, Gomes, (2018) sobre o período de 1990-2017, só em 2018, passamos de um para quatro artigos publicados nas duas principais revistas de turismo brasileiras.

Alguns dos elementos que apontam essa direção é a quantidade de publicações sobre a temática estudada em relação ao número total por essas revistas publicadas e o número de grupos de pesquisa, que se encontram localizados em vários estados brasileiros. Apesar desse resultado não ser expressivo, identificaram-se, por meio das 23 produções, as cidades mais citadas nos estudos sobre PPL, estão localizadas nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Ao utilizar o método do acoplamento bibliométrico, foi possível identificar os autores mais citados nessas obras e 17 referências são utilizadas com certa frequência por esses estudos das PPL.

Nota-se que, com o crescente número de eventos científicos e congressos mundiais na área do lazer no decorrer dos anos, as produções acerca das PPL ainda são insuficientes. O lazer no turismo é um campo de estudo vasto que tem ainda um caminho a percorrer, sobretudo devido à importância quando abordado sobre as políticas públicas nessa área e o seu reflexo no desenvolvimento do bem-estar coletivo. Diante disso compreende-se que o estudo das PPL é de suma importância para a sociedade e para os profissionais do lazer como um todo. Na Constituição Federal Brasileira, é transparente o direito ao exercício social do lazer, seja através das férias anuais, do repouso semanal remunerado ou do incentivo da promoção social da atividade em questão, principalmente no contexto brasileiro em uma sociedade cada vez mais desigual e globalizada.

REFERÊNCIAS

- Barreto, M; Burgos, R; Frenkel, D. (2003). Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais. Campinas: Papyrus Editora, 128 p.
- Bramante, A. C. (1998). Lazer: Concepções e Significados. Revista Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudo do Lazer. v. 1, n.1, p. 9- 17.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.
- Brasil, Ministério do Esporte. (2017). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em 14/05/19.
- Camargo, L.O.L; Valdívia, A.V; Oliveira, D. S. (2013). Cenário da produção científica na área de lazer no Brasil. Abet, Juiz De Fora, V.3 N.1, P.1 -9 jul./dez.
- Cuenca, M. (2000). El ocio humanista. Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto/Adoz.
- Chueke, G. V.; Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? Uma introdução ao fórum. Internext, v. 10, n. 2, p. 1-5.
- Cruz; L; M. (2000). Políticas Públicas de Lazer. Revista Linhas. V.1, n. 1.
- De Grazia, S. (1966). Tiempo, trabajo e ocio. Madrid: Tecnos.
- Dumazedier, J. (1974). Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1975). Questionamento teórico do lazer. São Paulo: Sesc.
- _____. (1999). Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva: SESC.
- Ferrari, M. A. C. (1997). Lazer e Ocupação do Tempo Livre na Terceira Idade In: Neto, M. P. (Org.) Gerontologia. São Paulo: Atheneu.
- Gaelzer, L. (1979). Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina.
- Gil, A.C. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, C. L. (2011). Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudo do Lazer.
- Gomes, C. L. (2018). Estudos sobre a temática do lazer na américa latina: um panorama. Revista do centro de pesquisa e formação: Perspectivas contemporâneas sobre ócio, lazer e tempo livre.
- Gomes, C. L; Melo, V. A. (2003). Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. Movimento Revista de educação física da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003.
- Gonçalves, M. F; Braga, S. S; Gomes, C. L. (2018). Produção/Veiculação de conhecimentos sobre lazer em periódicos do turismo. XV Congresso Mundial de Lazer. São Paulo.
- Isayama, H.F; Sousa, A.P.T. (2006). Lazer e educação física: análise dos grupos de pesquisa em lazer cadastrados na plataforma Lattes do CNPQ. Buenos Aires: Revista Digital, Ano 11, nº 99.
- Latindex – Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Disponível em: <<https://www.latindex.org/latindex/inicio>> Acesso em 15 de abr. de 2019.
- Lobato, F. M. (2001). Descentralização das políticas públicas de turismo: a municipalização do turismo no Maranhão. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Lopes, A. O. B; Tinôco, D. S; Souza, L. M. (2011). Avaliação de Políticas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. Revista Turismo em Análise, v. 22 n. 3, pp. 614-631.
- Marcellimo, N.C. (1990). Lazer e educação, Campinas: Papyrus.
- Marconi, M; Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 19-292.
- Matos, S.R. (2007). Rumo a um Turismo Apropriado para os Países em Desenvolvimento. In: Xavier, A. I; Rodrigues, A. L; Oliveira, F; Oliveira, G; Coelho, I; Coutinho, I; Matos, S. A. Organização das Nações Unidas. Humana Global – Associação para a Promoção

- dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento. Coimbra/ Portugal.
- Melo, V.A. (2001). Cidade Sportiva. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Menoia, T. R. M. (2000). Lazer: história, conceitos e definições. Campinas.
- Organização das Nações Unidas - ONU. (2019). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>> Acesso em 05 de abr. de 2019.
- Peixoto, E. (2007). Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – Alguns apontamentos. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 561-586, maio/ago.
- Reis, L.; Cavichioli, F. R.; Starepravo, F. A. (2009). A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 30, n. 3, p. 63-78, mai.
- Santos, G.E.O.; Panosso Netto, A.; Wang, X. (2017). Análise de citações de periódicos científicos de turismo no Brasil: subsídios para a estimação de indicadores de impacto. Revista brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 11(1), pp. 61-88, jan./abr.
- Santos, S. R. (2008). Políticas públicas e suas contribuições para o desenvolvimento turístico do Maranhão. Itinerários, 3, 95-104.
- Silveira, S.V. (2018). Lazer e Políticas Públicas: agendas, declarações, recomendações e outros marcos importantes. Curitiba: Prisma, 102 p.
- Silveira, S.V. (2015). Da “Política de Instante” à “Política do Instante”: Uma crítica de políticas públicas no Brasil. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Silva, M. R.; Hayashi, C.R.M.; Hayashi M.C.P.I. (2011). Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. In CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 2, n. 1, p. 110- 129.
- Souza, C. (2004). Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo em Perspectiva, 18(2), 27-41.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez.
- Souza, S. L; Silveira, S. V. (2019). A ocorrência de Estudos sobre Indicadores de Lazer. In: Seminários Integrados da UFPI/ SIUFPI/ XXVIII Seminário de Iniciação Científica, 2019, Parnaíba/PI. Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Reis Velloso.
- Stigger, M.P. (1998). Políticas Sociais em Lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”. In: Motrivivência. Ano X no 1, Florianópolis: UFSC.
- World Leisure Journal: History of the World Leisure Organization: a 50-year perspective and analysis. (2013). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4299127/mod_resource/content/0/Artigo_Edington_WLJ%282013%29.pdf>. Acesso em 15/05/19.
- Uvinha, R.R.. (org.). (2018). Lazer no Brasil: grupos de pesquisas e associações temáticas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

GRUPOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA REGIÃO NORDESTE/BRASIL

Shaiane Vargas da Silveira

José Augusto do Nascimento Gomes Junior

Alysson Victor Monção Bezerra

Yonara da Silva Ferreira

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os anos 70 ampliaram o interesse nos estudos e na profissionalização do lazer, organizando um campo profissional e acadêmico que se inicia mais centralizado na questão do esporte e no âmbito da educação, mas que logo apresenta contribuição de outras áreas como comunicação, história, cultura, turismo, sociologia, urbanismo e psicologia.

Com isso, evoluiu também um tratamento de massa para o lazer, com a produção de estatísticas sobre a quantidade de tempo livre, sua distribuição e o seu uso, que passam a dominar o interesse dos pesquisadores e também dos publicitários. Além desse contexto de expansão é observável que de instrumento educativo, o lazer passa a ser tratado como mercadoria ou tempo-espço potencial de consumo. É introduzido assim o valor de troca em sobreposição ao valor de uso. Como demonstra De Grazia (1969, p. 197):

El individuo parece ser libre: puede obtener información, votar a quien quiera, comprar lo que quiera. Pero también parece golpeado por la publicidad. Le vemos tan deslumbrado por las luces titilantes y los brillantes colores como a um rustico. Cuanto más gasta para ahorrar tiempo y para comprar una categoria, más tiene que trabajar para ganar el dinero que le permita ahorrar tiempo.

Assinalando aquilo que era evidente quando foi publicada a sua obra clássica *Tiempo, Trabajo y Ocio*, no contexto norte-americano, De Grazia

(1969) registra a preocupação com os rumos do lazer, revelando a dura contradição entre o que podemos designar de liberdade percebida e liberdade determinada. Relembrando o que dizia Debord (1994) sobre o “humanismo da mercadoria” é possível associar esse comportamento à condição imposta para introdução das classes subalternas ao “maravilhoso mundo do consumo”.

Logicamente essa perspectiva coloca dúvidas sobre a reivindicação de um direito e necessidade cuja população não sabe se deve ser satisfeita pelo Estado ou pelo mercado. No Brasil, essa dúvida se processou de forma particular, pois foram se incorporando modelos próprios da ação do Estado sobre o lazer.

Assim, como resposta a duas percepções diferentes, o lazer se desenvolve como necessidade individual de expressão subjetiva e como necessidade coletiva de expressão objetiva e funcional. A primeira tendência é absorvida pelo consumo. A segunda tendência vai constar na pauta dos direitos sociais, advinda da luta dos trabalhadores, mas incorporada na fala dos movimentos estudantil, cultural e urbano. Além desses movimentos é importante a voz dos primeiros defensores do lazer no âmbito da academia, pois introduziram perspectivas inovadoras que serviram ao contexto da educação e do serviço público.

Observamos, assim, a democratização do fenômeno, que ao ser tratado como direito social, na composição da Constituição Brasileira de 1988, se constitui como lazer cidadão, que atende uma sociedade com mais tempo livre e diferentes necessidades de bem-estar social. Com a Constituição de 1988, o lazer passa a integrar o grupo de direitos sociais, conquistando espaço reivindicado por vozes ativas na Assembleia Nacional Constituinte.

Instalada em 1987, a Assembleia abriu prazo para recebimento de sugestões de temas que a população brasileira desejou na nova Constituição. Foram mais de 12.000 sugestões recebidas e deste total, 725 foram relacionadas ao lazer. Conforme relata Silveira (2015) os congressistas apresentaram 23 propostas que, somadas às apresentadas pela população, abrangeram a reivindicação das seguintes prioridades:

- » Sinalizar como sujeitos prioritários do lazer: trabalhadores, idosos, crianças e estudantes.
- » Assegurar, aos trabalhadores e família, remuneração que atenda às necessidades básicas, incluindo o lazer;
- » Estabelecer que toda família tenha o direito de conseguir condições estáveis e dignas de lazer.
- » Garantir, às pessoas idosas, o direito ao lazer.
- » Certificar que as crianças de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos de idade tenham direito à moradia, alimentação, segurança e lazer.
- » Proporcionar educação, profissionalização, esporte e lazer para os

menores carentes, e abandonados até a idade de 18 (dezoito) anos.

- » Criar normas dispendo sobre o direito dos deficientes mentais ao trabalho, ao lazer, etc.

Num texto simples e resumido, as propostas encaminhadas à Assembleia foram acolhidas no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, que abrange os direitos sociais, incluindo o lazer, que será novamente citado na seção do “Desporto”, naquilo que se refere ao incentivo do lazer como forma de promoção social.

Apesar do avanço constitucional, da reabertura democrática do País até o realinhamento completo das esferas pública e privada e da relação Estado-sociedade no pós-ditadura, a temática do lazer não avançou muito como política pública. Marcellino (1996) lembra as palavras de Magnani ao demonstrar que a “ressonância social” do lazer é diferente da dos chamados “temas sérios” devido a uma série de preconceitos que se verificam no setor público e também no meio acadêmico.

Superando essas barreiras a temática do lazer tem se apresentado como significativa das políticas públicas e avança, a partir dos anos 2000, com a implantação do Ministério do Esporte que, de acordo com a Política Nacional do Esporte, tem o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (Ministério do Esporte, 2005).

O Ministério do Esporte foi criado em 2003, composto pelos seguintes órgãos: Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Há de se observar nesse contexto que, no início do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, o princípio organizador que se estabelece nas políticas públicas é o de enfrentamento da pobreza, centralizado na estratégia da transferência de renda articulada com ações complementares de programas estruturantes nas áreas de educação, saúde e trabalho. Denominamos assim, como “Estado Social Liberal”, evidenciando com maior especificidade a ascensão das camadas mais pobres da população brasileira.

Mais alinhadas à perspectiva apresentada, as mudanças futuras no Ministério situaram o lazer na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, que foi o órgão responsável pela implantação de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social. À SNELIS competia:

- » Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte.
- » Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e

controle de programas, projetos e ações.

- » Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social.
- » Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos;
- » Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação.
- » Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer.
- » Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer.
- » Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer.
- » Planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas.
- » Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.

Podemos dizer que o período de 2003 a 2015 se consagrou uma importante conquista no campo institucional do lazer, em âmbito federal, sobretudo pela atuação da SNEELIS, tendo em vista que se materializou, como desde os anos 40 não se via, uma entidade própria para a condução da problemática do lazer na estrutura executiva nacional, mesmo que estivesse vinculada ao Esporte.

De acordo com Silveira (2015, p. 191), outro exemplo desse avanço dos modelos institucionais é que das 27 unidades federativas brasileiras, 14 capitais e o Distrito Federal passaram a incorporar no quadro executivo alguma secretaria com competência na área do lazer.

Diante da expansão das intervenções no lazer pelo poder público, nos seus diversos níveis, o interesse dos acadêmicos, em especial daqueles que se dedicam à pesquisa sobre Políticas Públicas de Lazer - PPL também cresceu. Amaral (2018, p. 48) reforça nossa visão ao comentar que “do começo dos anos 2000 para cá, houve um grande desenvolvimento da pesquisa sobre o tema das políticas públicas de lazer no Brasil”. Assim, o planejamento, o investimento, as ações, os atores e os resultados se tornaram objeto de estudo e a avaliação virou pauta importante para garantir o aprimoramento das políticas públicas.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise de políticas públicas supõe a determinação e a escolha de métodos, sistemáticas ou referências que variam em função

do objetivo das políticas e dos avaliadores. Wildavsky (1979 apud Dagnino, 2002) afirma que a análise de política representa um campo cujas fronteiras (internas e externas) de investigação não obedecem a limites rígidos, sendo estabelecidas de acordo com a natureza do problema a ser analisado.

Para compressão do problema analisado é preciso ainda conhecer o ciclo de uma política pública. De acordo com Resende (2014, p. 13)

Uma questão importante é como os objetivos de uma política pública são definidos e as avaliações realizadas. O ciclo de uma política pública é normalmente dividido em cinco etapas: i) análise (agenda-setting); ii) formulação (design); iii) escolha (tomada de decisão); iv) implementação; e v) avaliação de resultados.

A última etapa do ciclo, que compreende a avaliação, está inserida no processo de análise como a etapa que envolve o que Costa e Castanhar (2003) descrevem como o momento de:

[...] escolha de um conjunto de critérios e o uso de um elenco de indicadores (ou outras formas de mensuração) consistentes com os critérios escolhidos e que permitam efetuar um julgamento continuado e eficaz acerca do desempenho de um programa ou conjunto de programas, mediante o confronto com os padrões de desempenho anteriormente estabelecidos (2003, p. 975)

Tal escolha está intrinsecamente relacionada ao contexto existente dentro do programa proposto pelo governo, visto que envolvem todos os fatores determinantes para uma efetiva implementação e mensuração dos resultados propostos.

Ala-Harja; Helgason (2000) ao citar as várias definições para avaliação de programas demonstram que algumas características comuns existem, e a principal é que todas as avaliações de programa constituem análises sistemáticas e de aspectos importantes de um programa e de seu valor, de modo a fornecer conclusões confiáveis e utilizáveis

Neste caso, a avaliação de Políticas Públicas de Lazer - PPL, assim como qualquer análise setorial, pressupõe o conhecimento desses aspectos para que seja possível definir padrões de referência e julgar seu desempenho.

O julgamento, entretanto, irá partir da pergunta inicial que decorre dos objetivos da avaliação. Como esclarece Vieira-da-Silva (2018) “quem formula a pergunta” é o fator determinante para compreensão do objetivo da avaliação.

Como a avaliação compreende a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e desempenho da política pública são examinados, com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (Secchi, 2010), o uso de

indicadores sociais compreende recurso metodológico, empiricamente referido, capaz de informar algo sobre um aspecto da realidade social e sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma, com as seguintes propriedades, de acordo com Januzzi (2002):

- » ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta;
- » ser sensível a políticas públicas implementadas;
- » ser específico a efeitos de programas setoriais;
- » ser inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas;
- » ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis;
- » ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos;
- » gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Diante destas complexas propriedades, o desafio na definição de indicadores, especialmente os sociais, é descrito por Januzzi pela falta de uma teoria específica para este fim:

De uma perspectiva aplicada, dadas as características do sistema de produção de estatísticas públicas no Brasil, é muito raro dispor de indicadores sociais que gozem plenamente de todas estas propriedades, cabendo ao analista avaliar os trade-offs do uso das diferentes medidas que podem ser construídas. A seleção de indicadores é uma tarefa delicada, pois não existe uma teoria formal que permita orientá-la com estrita objetividade. Em tese, fundamentalmente, é preciso garantir que existe, de fato, uma relação recíproca entre indicando (conceito) e os indicadores propostos. (Januzzi, 2002, p. 8)

A relação entre o indicando e os indicadores propostos revela diferentes áreas temáticas da realidade social, o que permite evidenciar um campo específico para indicadores da área do lazer.

O lazer compreende um fenômeno que acompanha tendências e, conforme Uvinha (2019), duas das tendências possíveis nas experiências de lazer da sociedade contemporânea são “a atenção ao lazer como direito fundamental para o exercício da cidadania” e o “fortalecimento das políticas de fomento ao lazer, em especial as públicas”. Partindo deste ponto, a perspectiva teórica que configura este estudo é de que o Estado tem participação protagonista neste processo e, a partir disso, a avaliação das políticas públicas, nas esferas Municipal e Estadual, e eventualmente Federal, se torna pré-requisito para compreender e fortalecer essas tendências.

No âmbito social um dos impactos mais relevantes na análise das políticas públicas é o de fornecer um referencial teórico sistematizado para que os gestores municipais possam formular e implementar PPL, resignificando, quando necessário, a abordagem sobre o lazer e as

funções da cidade. Essa nova abordagem sobre o lazer ainda encontra maior relevância frente aos desafios do aguardado momento da pós-pandemia, tendo em vista o impacto provocado em termos de hábitos de lazer, tempo livre e gestão de espaços públicos de lazer.

É evidente que as PPL terão que se ajustar às novas necessidades coletivas, demandando estudos e o compartilhamento de soluções para manutenção da qualidade de vida nas cidades e para potencializar o que a Declaração dos Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garantem, ao apontar o direito ao lazer. Incorporar o lazer no âmbito das políticas públicas e seus processos avaliativos compreende dar atenção a um tema que mundialmente amplia seu reconhecimento, mediante compromissos legitimados na agenda pública internacional (Silveira, 2018).

Como afirmam Ala-Harja e Hegalson (2000) a avaliação de programa deve ser vista como um mecanismo de melhoria de tomada de decisão a fim de fomentar o sistema de informações dos governantes, que podem ser utilizadas para fundamentar decisões, prestar contas e melhorar a concepção e implementação de um programa.

Ciente da importância dessa análise é preciso levantar e analisar os indicadores de políticas públicas de lazer para a proposição de um sistema inovador de avaliação, sem perder de vista que “a validade de um indicador corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a “substituir” ou “operacionalizar” (Januzzi, 2001, p. 26).

INDICADORES E SUA APLICAÇÃO

Formam a base teórica do estudo a compreensão de que existem diferentes perspectivas de avaliação bem como indicadores, que constituem categorias analíticas próprias das metodologias de avaliação de políticas públicas. Sendo assim, a delimitação conceitual envolve a perspectiva ou dimensão da avaliação (financeira, de processos internos, do cidadão-sociedade, do aprendizado-crescimento) e os indicadores, a partir da classificação básica (objetivo e subjetivo), da natureza ou ente indicado (insumo, processo ou produto) e da tipologia (execução, atores pertinentes ao problema, contexto, problema e resultados).

Item essencial na caracterização das avaliações e seus indicadores é o da perspectiva ou dimensão (financeira, do cidadão/sociedade, dos processos internos e da aprendizagem/crescimento), cuja referência foi a metodologia BSC (Balanced Scorecard), utilizada no Manual de Indicadores de Desempenho, do Ministério Público do Estado de São Paulo (2017).

Ao adaptar as perspectivas que evidenciam estratégias à finalidade das avaliações observa-se que Processos Internos consiste em identificar e mapear os processos essenciais para a realização dos objetivos. A perspectiva Financeira opera no sentido de “demonstrar as disponibilidades orçamentárias e financeiras frente às necessidades de custeio e de investimentos institucionais, auxiliando a priorizar projetos e iniciativas sob a ótica de finanças bem como a busca por recursos”. A perspectiva do Cidadão-Sociedade se fundamenta na utilização de indicadores de satisfação e resultados e levando em consideração o prazo, a qualidade, o custo e o desempenho dos serviços prestados. Por último, na dimensão da Aprendizagem/crescimento o foco é identificar e mapear os processos essenciais para a realização dos objetivos e os processos que agregam valores aos produtos e serviços.

Quanto à classificação básica dos indicadores, os indicadores objetivos ou quantitativos são aqueles que “se referem a ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir de estatísticas públicas disponíveis” e subjetivos ou qualitativos “correspondem a medidas construídas a partir da avaliação de indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade” (Januzzi, 2001). Cabe observar que a comparação entre indicadores objetivos e subjetivos, que versem sobre um mesmo objeto, pode conduzir a diferentes resultados, apontando tendências diferentes, que não invalidam um ao outro, mas que podem ser trabalhados em conjunto.

Em geral se atribui um uso mais frequente dos indicadores objetivos/quantitativos pois apresentam valor estatístico que mede a situação e o comportamento de uma variável em um momento determinado, refletindo mudanças e variações do tema em questão. A maioria desses indicadores são medidos em porcentagens, taxas de variação, médias, índices ou coeficientes. (Quiñones, 2015)

A classificação segundo a natureza ou o ente indicado permite diferenciar os indicadores a partir de sua origem, que pode ser baseada no recurso (indicador-insumo), na realidade empírica (indicador-produto) ou no processo (indicador-processo).

Os indicadores-insumo representam aqueles que de acordo com Januzzi (2001), retratam medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros, materiais; enfim, aquilo que é tipicamente necessário para a alocação de recursos que viabilizam uma política pública. Ainda na abordagem de Januzzi (2001), os indicadores-processo, também denominados indicadores-fluxo, são considerados intermediários pois representam o esforço que fica entre os insumos necessários e os resultados esperados. Tanto processo como insumo, podem ser considerados ainda como indicadores de esforço. Para finalizar essa classificação, os indicadores-produto, na conceituação de Januzzi

(2001) revelam a realidade social e os resultados das políticas públicas de forma efetiva.

Seguindo o pensamento de Bellen (2004):

Uma variável é uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema. A variável não é o próprio atributo ou atributo real, mas uma representação, imagem ou abstração deste. O quão próximo essa variável se aproxima do atributo próprio ou reflete o atributo ou a realidade, e qual o seu significado ou qual a sua significância e relevância para a tomada de decisão, é consequência da habilidade do investigador e das limitações e propósitos da investigação.

Ao ponderar sobre a avaliação a partir dessa narrativa de Bellen (2004) é possível utilizar a categorização de tipos de indicadores utilizada por Garcia (1989, p. 35) pois o autor expõe que os indicadores compreendem diferentes tipos. Consequentemente, na visão deste estudo, tais indicadores serão expressos em variáveis, que correspondem aos atributos que podem versar sobre a Execução das políticas públicas, sobre os Atores pertinentes ao problema, sobre os efeitos da política pública no Contexto de implementação, sobre o Problema ou sobre os Resultados. Pode-se observar que tais tipologias serão representadas nas variáveis, fornecendo uma aproximação maior com o aspecto da realidade social avaliado.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada por meio da utilização de uma abordagem quali-quantitativa e possui natureza bibliográfica e de levantamento documental. A sistemática do trabalho compreendeu a execução dos seguintes procedimentos metodológicos: a verificação dos grupos de pesquisa com a linha de pesquisa em políticas públicas de lazer (i); a identificação dos pesquisadores da linha de pesquisa (ii); o levantamento da produção acadêmica desses pesquisadores referente à avaliação de políticas públicas (iii) e, por fim, a caracterização dos indicadores utilizados nessas avaliações (iv).

Inicialmente, para a verificação dos grupos de pesquisa e seus pesquisadores, a base de dados selecionada para o estudo compreendeu o Diretório dos Grupos de Pesquisa - DGP/CNPq, cuja consulta de informações ocorreu durante o período de março de 2020. Para esta busca utilizou-se como termo descritor políticas públicas lazer para, então, identificar grupos de pesquisa associados a estes termos.

A partir deste ponto foi feita a organização e sistematização dos dados coletados, através da tabulação das informações dos grupos que possuíam essa linha de pesquisa (PPL) discriminada oficialmente. Após essa identificação, os dados coletados no DGP/CNPq serviram para

caracterizar os grupos a partir das seguintes informações: nome do grupo, identificação oficial, confirmação da linha de pesquisa em PPL e nome de seus pesquisadores, instituição de origem, unidade federativa, tempo de atuação, e-mail, site e número de pesquisadores. Todas as informações foram sistematizadas em planilha Excel e a partir dela extraídos gráficos e tabelas para análise e posterior caracterização dos grupos de pesquisa no Brasil e no Nordeste.

A segunda e a terceira fase foram de seleção e tabulação das produções científicas relacionadas à avaliação de PPL dos pesquisadores (vinculados à linha de pesquisa PPL) dos grupos situados na Região Nordeste. Com base nas planilhas de dados foram identificados os pesquisadores e a partir daí consultado o currículo lattes de cada um para então proceder a seleção e leitura dos artigos. O critério de inclusão foi a admissão de artigos e capítulos de livros com acesso online, registrados no currículo lattes do pesquisador e publicados no período de 2015 a 2019. Foi incluído aqui um total de 40 artigos. Após a inclusão da produção bibliográfica foi realizado o exame dos artigos, considerando como critério de seleção o uso de metodologia para avaliação de planos, programas ou projetos governamentais na obra publicada. Por não conterem uma avaliação direta de PPL foram excluídas 18 publicações e selecionado um total de 22 artigos e capítulos de livros.

Os artigos e capítulos selecionados, ao fim, proporcionaram a conclusão da quarta fase, de identificação dos indicadores mais utilizados nas avaliações de PPL por grupos de pesquisa certificados pelo CNPq na Região Nordeste, no período de 2015 a 2019.

O processo de identificação partiu da perspectiva da avaliação (financeira, cidadão/sociedade, processos internos e aprendizagem/conhecimento) e de uma classificação dos indicadores a partir da natureza da avaliação (processo, produto e insumo), do tipo básico (objetivo ou subjetivo) e da tipologia do indicador (de execução, sobre atores, sobre o contexto, sobre o problema ou sobre o resultado).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Utilizando-se do termo descritivo “políticas públicas lazer” em linha de pesquisa ou palavra-chave na linha de pesquisa foram identificados, em 2020, 47 grupos de pesquisa no DGP/CNPq, incluídos apenas os certificados pela instituição vinculada e com linha descrita como políticas públicas de lazer.¹

Vale ressaltar que o Diretório pesquisado apresenta uma dinâmica constante, pois os grupos podem ser excluídos e apresentarem problemas

¹ Como parâmetro de comparação verifica-se que a pesquisa de Amaral (2018) identificou, no ano de 2018, 46 grupos de pesquisa cujo termo “políticas públicas de lazer” aparece em seu escopo. A autora enumera ainda, que deste total, apenas 11 grupos apresentam uma produção constante sobre o tema.

de atualização, o que dificulta a sua localização e confiança nos dados. Em pesquisas anteriores, por exemplo, foram identificados 32 grupos de pesquisa, cuja pesquisa foi restrita à ocorrência do termo exato na linha de pesquisa (Sousa; Silveira, 2018).

Do total de grupos identificados, 19 estão localizados na região Nordeste e estão assim denominados e distribuídos:

Quadro 01 - Grupos de Pesquisa com linha de pesquisa em políticas públicas de lazer no Nordeste (2020)

NOME DO GRUPO	Linha(s) de Pesquisa em PPL	Área Predominante	Instituição de Origem
SCENARIOS - CENTRO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E ESPORTES ADAPTADOS DO ESTADO DE SERGIPE	Análises de cenário referentes às Políticas Públicas na Educação Física, no Esporte, lazer _ Análises de cenário referentes às Políticas Públicas na Educação Física, no Esporte e Lazer para pessoas com deficiência adquirida e congênita	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Sergipe
GRUPO DE PESQUISA EM LAZER, ESPORTE E SOCIEDADE - GPLES	Gestão e Políticas Públicas de Lazer e Esporte	Ciências Sociais Aplicadas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN
NPGDEL-NÚCLEO DE PESQUISA EM GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER	Gestão e políticas públicas em desporto e lazer	Ciências da Saúde	Instituto Federal do Ceará - Reitoria
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER - GEPEFEL	História, Epistemologia, Políticas Públicas, Esporte E Lazer - Lehpel	Ciências da Saúde	Universidade Católica do Salvador
HCEL - HISTÓRIA DA CULTURA CORPORAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E SOCIEDADE	História, memória, diversidade da cultura corporal e políticas públicas de Educação, Esporte e Lazer	Ciências Humanas	Universidade Federal da Bahia
EDUCAÇÃO FÍSICA, SOCIEDADE E SAÚDE	Políticas Públicas	Ciências da Saúde	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
GRUPO MEL - MÍDIA/MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E LAZER	Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer	Ciências Humanas	Universidade Federal da Bahia
FECOM / FORMAÇÃO DO EDUCADOR, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA	Políticas Públicas de Educação, Juventude e Esporte e Lazer	Ciências Humanas	Universidade do Estado da Bahia
GEPECCS- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CORPO, CULTURA E SOCIEDADE	Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.	Ciências da Saúde	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Fonte: DGP/CNPq

Quadro 01 - Grupos de Pesquisa com linha de pesquisa em políticas públicas de lazer no Nordeste (2020)

NOME DO GRUPO	Linha(s) de Pesquisa em PPL	Área Predominante	Instituição de Origem
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER DO ESTADO DA PARAÍBA - CEDES/PB	Políticas Públicas de Esporte e de Lazer	Ciências da Saúde	Universidade Estadual da Paraíba
“CORPORHIS”: CORPO, HISTÓRIA E CULTURA	Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Ciências da Saúde	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
GRUPO DE PESQUISA EM ESPORTE E GESTÃO - GEQUIP ESEF/UPE	Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Ciências da Saúde	Universidade de Pernambuco
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS DE SAÚDE, ESPORTE E LAZER (GEPSEL)	Políticas públicas e formação profissional para a saúde, esporte e lazer.	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Pernambuco
GEFEL - GRUPO DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER	Políticas Públicas e Gestão em Educação Física, Esporte e Lazer	Ciências da Saúde	Universidade do Estado da Bahia
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER - GEPEFEL	Políticas Públicas E Gestão Em Esporte E Lazer	Ciências Humanas	Universidade do Estado da Bahia
GRUPO DE ESTUDOS E EXTENSÃO EM ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA (GEEAMA)	Políticas públicas em esporte e lazer para pessoas com deficiência de Alagoas	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Alagoas
CONTEMPLAR - COLETIVO NORDESTINO DE ATENÇÃO AO TEMPO LIVRE E LAZER	Políticas públicas e movimentos sociais em lazer	Ciências Sociais Aplicadas	Universidade Federal do Piauí
GEPPEF GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA	Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Maranhão
VALENTE - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS	Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Ciências Humanas	Instituto Federal do Maranhão

Fonte: DGP/CNPq

A Região Nordeste possuía o maior número de grupos de pesquisa com a linha voltada para políticas públicas, com um total de 19 grupos; a Região Sudeste foi a segunda maior, com 14 grupos; e a menor quantidade de grupo na região Sul, com apenas quatro grupos envolvidos diretamente com essa linha de pesquisa.

Tabela 01 - Região Geográfica

Região Geográfica	Distribuição por Grupos de Pesquisa
Nordeste	19
Sudeste	14
Norte	06
Centro-oeste	04
Sul	04
Total	47

Fonte: elaboração própria

Quanto à distribuição na região Nordeste, o Estado da Bahia concentrou o maior número de grupos de pesquisa, com representação em todos os tipos de instituições. Referente aos tipos de instituição de ensino que desenvolvem pesquisa na linha de políticas públicas no Nordeste, as universidades estaduais tiveram o maior número, vinculadas a oito grupos. As universidades federais representaram seis grupos, enquanto os institutos federais possuíam quatro.

Tabela 02 - Grupos de Pesquisa da região NE, por tipo de instituição

Tipo de Instituição	Distribuição por Grupos de Pesquisa
Federal (universidade)	06
Universidade estadual	08
Federal (instituto)	04
Instituição particular	01
Total	19

Fonte: elaboração própria

Verificou-se que nove grupos detinham de um a cinco pesquisadores, cinco grupos detinham de seis a dez e outros cinco mais de 10 integrantes. Ao todo, calcula-se que o conjunto de grupos de pesquisa do Nordeste conta com 85 pesquisadores, só na linha de pesquisa PPL. A informação é relevante para acompanhar a evolução dos grupos de pesquisa dedicados à linha PPL, bem como o crescimento de sua produção, trabalho colaborativo e redes de difusão do conhecimento.

Tabela 03 - Grupos de Pesquisa da região NE, por número de Pesquisadores

Número de pesquisadores	Distribuição por Grupos de Pesquisa
De 01 a 05	09
De 06 a 10	05
Mais de 10	05
Total	19

Fonte: elaboração própria

Em relação ao tempo de atuação dos grupos, observou-se que dez grupos apresentaram tempo de atuação superior a 10 anos de formação,

demonstrando uma atuação consolidada nos estudos do lazer, em especial na área de esportes e saúde.

Tabela 04 - Grupos de Pesquisa da região NE, por tempo de atuação

Tempo de Atuação	Distribuição por Grupos de Pesquisa
Até 02 anos	01
Entre 03 e 05 anos	06
Entre 06 e 10 anos	02
Mais de 10 anos	10
Total	19

Fonte: elaboração própria

Conforme foi descrito nas palavras de Amaral (2018) sobre a publicação de grupos de pesquisa, há uma concentração de publicações constantes em poucos grupos e quando direcionamos um olhar específico para a região Nordeste foi registrado que dentre os 19 grupos que o estudo identificou, dez deles apresentaram publicações que continham alguma metodologia de avaliação de PPL, no período de 2015 a 2019. De um total de 40 produções analisadas, 22 produções apresentaram uma avaliação concreta sobre Políticas Públicas, com utilização de indicador(es) em sua análise.

Como a avaliação compreende a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (Secchi, 2010), observou-se um maior interesse dos autores nos estudos da gestão Estadual (10 artigos) e Municipal (nove artigos). Tal escala de análise permite um maior grau de acompanhamento da realidade, em especial por estudarem seus Estados e Municípios. Já as esferas Federal e Internacional foram contempladas em três artigos examinados.

As perspectivas de avaliação mais utilizadas foram de Processos Internos e Aprendizado/conhecimento, o que evidencia uma tendência na avaliação de políticas públicas com maior preocupação no âmbito da implementação, do desenho do projeto, da política e dos processos em si. São temas que Draibe (2001) dialogou com a academia e que ganham ainda mais relevância quando nos deparamos com os problemas da implementação.

Como sustenta Draibe (2001, p. 26):

As políticas e os programas também têm, em contrapartida, carne e osso, melhor, têm corpo e alma. São decididas e elaboradas por pessoas, são dirigidas às pessoas e ao seu habitat, são gerenciadas e implementadas por pessoas e, quando isso ocorre, são avaliadas também por pessoas.

A observação da autora propõe uma reflexão fundamental sobre as tendências de avaliação, pois os processos internos permitem a

exploração destas questões e dos obstáculos da implementação, promovendo aprendizado e um permanente ciclo de vida para projetos, programas e planos governamentais.

Os demais enfoques de avaliação também estavam presentes nas publicações, porém, verificando a ordem de ocorrência, a maior quantidade de artigos versa sobre a perspectiva dos processos internos, seguido da aprendizagem/crescimento, da financeira e por fim da perspectiva no cidadão/sociedade (Tabela 6).

Os dados coletados por meio da análise das publicações relacionadas à avaliação de PPL revelam que a maior parte dos artigos utiliza indicadores descritivos, que de acordo com Januzzi (2001) são aqueles que descrevem características e aspectos da realidade empírica e que não são fortemente dotados de significados valorativos, como são os atributos dos indicadores normativos.

Outra característica da produção analisada é que os indicadores subjetivos superaram os objetivos. Em números absolutos, portanto, 14 artigos trazem indicadores subjetivos e oito trazem indicadores objetivos, sendo que estes se distribuem em diferentes tipos, classificados segundo a natureza do ente indicado.

A classificação segundo o ente indicado permite diferenciar os indicadores a partir de sua origem, que pode ser baseada no recurso (indicador-insumo), na realidade empírica (indicador-produto) ou no processo (indicador-processo). As publicações dos pesquisadores em PPL no Nordeste, como se observa na tabela 5, estão concentradas majoritariamente em indicadores de natureza insumos, demonstrando que houve necessidade de análise crítica sobre os recursos que viabilizam as PPL no período analisado, em especial os recursos humanos e financeiros.

Tabela 05 - Indicadores, segundo a natureza do ente indicado e o tipo básico

Natureza	Tipo		Total
	Objetivo	Subjetivo	
Processo	3	3	6
Produto	1	5	6
Insumo	4	6	10
	8	14	22

Fonte: elaboração própria

Lembrando que a perspectiva de avaliação dos Processos Internos consiste na abordagem daqueles indicadores utilizados para identificar e mapear os processos essenciais para a realização dos objetivos é natural que o cruzamento de dados revele a maioria associada a indicadores-

insumo. Os estudos com perspectiva Financeira também foram, em sua maioria, de natureza indicadores-insumo (tabela 6).

Tabela 06 - Indicadores, segundo a perspectiva de avaliação

Natureza do Indicador	Tipo				Total
	Financeira	Cidadão/sociedade	Processos internos	Aprendizado/crescimento	
Processo	1	1	1	3	6
Produto	0	3	0	3	6
Insumo	4	0	6	0	10
	5	4	7	6	22

Fonte: elaboração própria

Quanto à tipologia, que permitiu referência sobre às possíveis variáveis, foram identificados indicadores sobre a Execução, Atores e Contexto. Em primeiro lugar foi verificado com maior frequência a presença de indicadores sobre a Execução das políticas públicas, totalizando 16 publicações com este foco. Os indicadores relacionados aos Atores pertinentes ao problema e aos efeitos da política pública e ao Contexto de implementação, apareceram em segundo plano, num total de quatro publicações.

Nota-se que os indicadores que versam sobre a Execução estão mais associados às perspectivas dos Processos Internos e de Aprendizado/conhecimento, revelando, assim, a atenção acadêmica ao que vai além de resultados e processos da política pública; ou seja, seu impacto no contexto e no desenvolvimento de novos desenhos e propostas de planejamento.

Tabela 07 - Tipos de Indicadores observados

Perspectiva da Avaliação	Tipos de Indicadores			Total
	Atores pertinentes ao problema	Execução	Contexto	
Financeira	0	5	0	5
Cidadão-sociedade	3	0	1	4
Processos internos	1	6	0	7
Aprendizado - crescimento	1	5	0	6
	5	16	1	22

Fonte: elaboração própria

Na tipologia dos indicadores, Garcia (1989, p. 35) expõe que além desses tipos, os indicadores também podem ser expressos por variáveis relacionadas ao problema e aos resultados, porém nenhum indicador com essa especificidade foi encontrado nas publicações analisadas. Nos achados da pesquisa foram identificados sete temas de avaliação

mais frequentes, que podem ou não, compor categorias de variáveis quantitativas ou qualitativas válidas para um Sistema de Indicadores para PPL. Foram eles:

- » estrutura institucional e legal dos órgãos gestores do lazer
- » execução orçamentária destinada ao lazer
- » nível de gestão participativa
- » desenho da política
- » satisfação dos usuários
- » disponibilidade de informação
- » cálculo das diferenças nas diferenças

Na perspectiva dos Processos Internos o tema mais frequente foi Estrutura institucional e legal dos órgãos gestores do lazer que também se consolida como o mais observável em todas as publicações analisadas. Na perspectiva Financeira o tema identificado foi Execução orçamentária destinada ao lazer, enquanto o Desenho da política e a Disponibilidade de informação, tiveram maior ocorrência na perspectiva do Aprendizado/crescimento.

O Nível de gestão participativa, a Satisfação dos usuários e o Cálculo das diferenças nas diferenças se fez mais presente nas avaliações com a perspectiva no Cidadão/sociedade

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados levantados e analisados, conclui-se que 47 grupos de pesquisa direcionam atividades na linha de pesquisa “políticas públicas de lazer”. Destes, 19 grupos estão situados na Região Nordeste, que possui, no Brasil, o maior número de grupos nesta linha.

No âmbito da região Nordeste foi verificado que oito grupos adeptos à linha de pesquisa supramencionada estão vinculados a universidades estaduais, enquanto as universidades federais possuem cinco grupos e os institutos federais, três grupos, representando a maioria em instituições de ensino de âmbito federal.

Os grupos são relativamente pequenos, pois em sua maioria são compostos por até cinco membros, no entanto é curioso registrar grupos com a presença de um único pesquisador na linha de pesquisa sobre PPL. Em relação ao tempo de atuação dos grupos observou-se que a maior parte deles atua a mais de dez anos, sendo o Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, o principal exemplo, com mais de vinte anos de atuação.

Quanto à produção e publicação científica foi constatado um número pequeno de publicações a respeito de PPL mas, em contrapartida, é

preciso observar que o recorte temporal da pesquisa não incluiu o período de maior frequência das publicações de estudos sobre PPL, que ocorreu durante o funcionamento da Rede CEDES - uma iniciativa do governo federal que compreendeu uma rede de pesquisadores de todas as unidades federativas e o Distrito Federal. Prosseguindo a investigação sobre o tema, portanto, será desejável a ampliação do recorte temporal da pesquisa, das fontes e/ou dos tipos de produções levantadas para fornecer maior profundidade na descrição dos indicadores utilizados em avaliações de PPL no Nordeste. Não se descarta a hipótese de currículos lattes desatualizados, fator que pode comprometer parcialmente os resultados alcançados.

Dentre os achados da pesquisa sobre os indicadores mais utilizados na produção dos pesquisadores vinculados aos grupos de pesquisa da Região Nordeste, foram destaques as seguintes conclusões:

- » A perspectiva dos Processos Internos foi a mais utilizada, expressando a preocupação com a implementação das PPL.
- » A perspectiva Financeira também foi considerada de forma significativa, atestando a importância de análise dos insumos fornecidos a partir da questão orçamentária.
- » Os trabalhos apresentam maior tendência para avaliações a partir de indicadores subjetivos.
- » Os indicadores de maior repercussão foram os de natureza insumo, que demonstram as disponibilidades de recursos para execução das PPL.
- » Os indicadores expressos por variáveis relacionadas à Execução foram os mais utilizados, atestando o interesse na avaliação do processo de implementação das políticas.

Para manter viva e revitalizada a política pública é preciso informação. Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando, com isso, melhorar o processo de comunicação, agregando e quantificando informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente (Bellen, 2004).

Sobre o benefício dos indicadores, Vieira-da-Silva (2014) esclarece que estes são razões ou proporções entre variáveis ou critérios e, por sua vez, os padrões são medidas quantitativas ou características qualitativas daquilo que é considerado adequado, de boa qualidade. A autora diz ainda que “os padrões são históricos, e por vezes definidos não em razão do que é desejável, mas ao que é possível” (Vieira-da-Silva, 2014, p. 46).

Com esta reflexão fica evidente que os resultados do estudo apresentado tem validade histórica e permitirão o aprimoramento da avaliação das PPL tanto pelo reconhecimento daquilo que a academia já vem produzindo, como pela identificação daquelas lacunas que foram identificadas e merecem preenchimento.

Assim, estudos futuros poderão contemplar temas que possibilitem o aprofundamento no campo das políticas públicas de lazer, uma vez que,

apesar das incertezas do amanhã, a convicção sobre o papel do lazer na sociedade continuará evidente e cada vez mais fundamentado no bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- Ala-Harja, M.; Helgason, S. (2000). Em direção às melhores práticas de avaliação. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez.
- Amaral, S.C.F. (2018). Panorama da pesquisa em políticas públicas de lazer no Brasil. Revista Do Centro De Pesquisa E Formação, v. 1, p. 45-55.
- Bellen, H. M. (2004). Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação. Cadernos EBAPE - Volume II – Número 1 – Março.
- Cohen, E.; Franco, R. (2004). Avaliação de Projetos Sociais. 6 ed. São Paulo, Brasil: Vozes.
- Costa, F. L.; Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 37 (5), set./out.
- Dagnino, R. et al. (2002). Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação. Taubaté/SP: Editora Cabral Universitária.
- Debord, G. (1994). A Sociedade do Espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro/RJ: Contraponto.
- Gray, D.E. (2012). Pesquisa no Mundo Real. Porto Alegre, Brasil: Penso.
- Jannuzi, P. M. (2001). Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas, Brasil: Alínea.
- Lazarsfeld, P. (1985). De los conceptos a los índices empíricos. In: Boudon, R. & Lazarsfeld P. (eds.). Metodología de las ciencias sociales – Conceptos e índices. Barcelona, Espanha: Ed. Laia, p. 35-46
- Marcellino, N.C.(1996). Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das prefeituras. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.
- Quiñones, E. O. (2015). Políticas públicas: Métodos conceptuales y métodos de evaluación (Spanish Edition). Huancayo, Peru: Universidad Continental. Fondo Editorial. Edição Kindle.
- Resende, G. M. (2014). Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais. Rio de Janeiro, Brasil: Ipea.
- Secchi, L. (2010). Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo, Brasil: Cengage Learning.
- Silveira, S. V. (2015). Da “Política de Instante” à “Política do Instante”: Uma crítica de políticas públicas no Brasil. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- Silveira, S.V. (2018). Lazer e Políticas Públicas: Agendas, Declarações, Recomendações e Outros Marcos Importantes. 1. ed. Curitiba, Brasil: Prismas.
- Sousa, S. L.; Silveira, S. V. (2018). Pesquisa sobre “Indicadores Objetivos de Lazer” In: XXVII Congresso de Iniciação Científica, 2018, Parnaíba. Recuperado de file:///D:/Downloads/RESUMO%20expandido%20(1).pdf
- Uvinha, R. C. (2017). O Futuro das Experiências de Lazer. In Azevedo, P.H.; Bramante, A.C. (orgs). Gestão Estratégica das Experiências de Lazer. Curitiba, Brasil: Apris.
- Vieira-da-Silva, L. M. (2014). Avaliação de políticas e Programas de Saúde. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fiocruz.

A ORGANIZADORA

SHAIANE VARGAS DA SILVEIRA

Bacharel em Turismo (1994) formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2000) pela Universidade de Brasília - UnB. Doutora em Políticas Públicas (2015) pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, com sanduíche realizado (2013) no Instituto de Estudos de Ocio - Universidad de Deusto/Bilbao/Espanha. Atualmente é docente permanente do Programa de Mestrado em Gestão Pública (PPGP) da Universidade Federal do Piauí - UFPI e do Curso Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr. Ministra as disciplinas de Avaliação de Programas e Projetos Governamentais (PPGP), Tópicos Emergentes em Turismo e Planejamento e Organização do Turismo. É atual Tutora do Programa de Educação Tutorial – PET/Grupo PET Turismo (2018-atual). Líder do Grupo de Pesquisa Coletivo Nordeste de Atenção ao Tempo Livre e Lazer - CONTEMPLAR (CNPq/UFPI). Membro do Grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Turismo (EITUR/UFPI). Membro da Associação Ibero-Americana de Estudios de Ocio – Rede Otium. Orientadora de projetos de Iniciação Científica e Extensão Universitária. Revisora de Periódicos nacionais e internacionais com temática interdisciplinar em lazer.

**AUTORES PESQUISADORES
VINCULADOS AO CONTEMPLAR*****ALLYSSON VICTOR MONÇÃO BEZERRA***

Possui graduação em Direito. Especialização em Direito e Processo Previdenciário e atualmente cursa Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFINIT/UFPI. Também integra o Núcleo de Pesquisa Coletivo Nordeste de Atenção ao Tempo Livre e Lazer - CONTEMPLAR - UFDPAr.

MARIA MAJACI MOURA SILVA

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestrado em Educação pela UESPI/IPLAC. Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí. Professora do Colégio Técnico de Teresina vinculado a Universidade Federal do Piauí e professora no curso de especialização em Gestão Ambiental. Membro do CONTEMPLAR - Núcleo de Pesquisa Contemplar (Coletivo Nordeste de Atenção ao Tempo Livre e Lazer). majaci@ufpi.edu.br.

MARIA JOANA ALVES PEREIRA

É atualmente doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais (PDEC) da Universidade de Aveiro (UA). É também investigadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC) da Universidade de Aveiro, onde participa no Núcleo de Cultura e Ócio e no Núcleo de Estudos de Género e Performatividades. Foi bolsista-estagiária do programa ERASMUS na Universidad de Deusto (Bilbao) e na Universidad de Salamanca, ambas na Espanha. Foi coordenadora de projetos na área de Igualdade de Género, nomeadamente no projeto Unlove/Unpop financiado diretamente pela Secretária de Estado para Cidadania e Igualdade (Governo Português). É ainda sócio-fundadora da IRENNE, Associação de investigação, prevenção e combate à violência e exclusão. Tem vasta experiência na área de produção cultural, atuando como gestora de diversos projetos artísticos relacionados, especialmente, à área da música. Neste âmbito foca-se também na concepção de espectáculos e produção discográfica, tendo sido, em 2009, a primeira Mulher Portuguesa a produzir um disco para a mais prestigiada editora de jazz do Mundo a – Blue Note Records.

PATRÍCIA CRISTINA CARVALHO FREITAS

Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT), atualmente Faculdade Estácio de Sá. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

AUTORES PESQUISADORES VINCULADOS AO CONTEMPLAR

SIMONE CRISTINA PUTRICK

Doutora em Geografia, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Turismóloga. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Piauí. Membro do CONTEMPLAR - Núcleo de Pesquisa Contemplar (Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer). sputrick2@hotmail.com

SOFIA ARAÚJO DE OLIVEIRA

É mestre em Cultura e Turismo (UESC/BA), especialista em Cultura Pernambucana (FAFIRE/ PE) e possui graduação em Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Docente do curso de turismo da UFPI/UFDPAR. Pesquisadora membro do EITUR - Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Turismo da UFPI - grupo cadastrado na plataforma do CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa CONTEMPLAR - Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer. Atua nas áreas de cultura, lazer, patrimônio cultural, turismo, hospitalidade e gestão de pessoas. E-mail: sofiaoliveira@ufpi.edu.br

SOLANO DE SOUZA BRAGA

Professor Assistente no curso de Bacharelado Turismo da UFDPAR, com regime de trabalho em D.E. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da UFDPAR. Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPI. Mestre em Geografia – IGC/UFMG (2011); Licenciatura em Turismo e Hospitalidade pelo Programa de Formação Pedagógica de Docentes – CEFET/MG (2008), Bacharelado em Turismo – IGC/UFMG (2006). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em planejamento, pesquisa e extensão, atuando principalmente nos seguintes temas: ecoturismo, planejamento, levantamento e monitoramento da oferta e demanda turística, estudos de impacto ambiental, análise ambiental e docência em turismo e geografia. Integrante dos grupos de pesquisa: GIPE – UFMG/ UFVJM (Grupo Integrado de Pesquisas sobre a Serra do Espinhaço), EITUR – UFPI (Grupo de pesquisas e estudos interdisciplinares em turismo) e do Núcleo de Pesquisa CONTEMPLAR (Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer).

AUTORES COLABORADORES DO CONTEMPLAR

DIÓGENES MEIRA GABRIEL DA SILVA

Bacharel em Turismo – FACOTTUR. Guia de Turismo Nacional – PRONATEC. E-mail: dgnsmeira@gmail.com

DIOMEDES DE OLIVEIRA NETO

Possui graduação em Turismo (UFPE) e História (UFPE), Mestrado em História (UFRJ) e doutorado em andamento em História (UFRPE). Apresenta experiências de pesquisas e práticas no campo do Patrimônio Cultural, tendo atuado em instituições como a Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) entre os anos de 2010 a 2014. Dentre os interesses de pesquisa do autor destacam-se as temáticas: Teoria do Patrimônio, Patrimônio Cultural Arquitetônico, Patrimônio e Cidades, História Cultural da Arquitetura e Educação Patrimonial. E-mail: diomedesneto85@gmail.com.

**AUTORES BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS
VINCULADOS AO CONTEMPLAR**

Ana Laís Silva Farias

Graduanda do Curso de Bacharelado em Turismo

Ana Patrícia dos Santos de Carvalho

Bacharel em Turismo

José Augusto do Nascimento Gomes Junior

Graduando do Curso de Ciências Econômicas

Leonardo Farias da Silva

Bacharel em Turismo

Macicléia Lima de Siqueira

Graduanda do Curso Psicologia

Maria dos Remédios Andrade Pereira

Bacharel em Turismo

Roberta Larissa da Silva Carvalho Amorim

Graduanda do Curso de Bacharelado em Turismo

Tatiele Katluryn Nascimento Leal

Graduanda do Curso Psicologia

Yonara da Silva Ferreira

Graduanda do Curso de Bacharelado em Turismo

